

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO D COM PROCESSO 08 - 0092 / 2011 DE 2011

MATÉRIA LEGISLATIVA: RDP 08 - 0092 / 2011 DE 19/05/2011

PROMOVENTE: VEREADOR ARSELINO TATTO

EMENTA: REQUER INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS GERADOS PELA
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ESTUDAR BEM COMO
AVALIAR A FORMALIZAÇÃO E DESDOBRAMENTOS ACERCA
DA GUARDA PROVISÓRIA DADA PELA UNIÃO AO MUNICÍPIO, DO
IMÓVEL INSCRITO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO SOB O
Nº 002.017.0072-7, CONHECIDO COMO PÁTIO DO PARI.

OBSERVAÇÕES: PROCESSO COMPOSTO DE 9 VOLUMES

ARQUIVADO EM 16/04/2013

CHEFE DE SEÇÃO
Adriana de França Silva
Consultor Téc. Legisl. - Bibliotecário
Supervisor Arquivo Geral - SGP-33



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº <u>01</u> do anexo
do proc. nº <u>08-92</u> de 20 <u>11</u>
KARDEC V. ANDRADE
Assistente Parlamentar
RF nº <u>1094</u>

À SGP.2
Sr. Secretário

08 - RDP
08-00092/2011

Em atendimento a requerimento de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, apresentado na 9ª Reunião Ordinária desta Comissão em 04.05.2011, foi aprovada a constituição de uma Subcomissão para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari.

A constituição de Subcomissões encontra fundamento no artigo 55 do Regimento Interno desta casa.

Posto isso, considerando a relevância dos trabalhos que serão desenvolvidos, a necessidade de disponibilizar o conteúdo dos trabalhos para futuras consultas, bem como permitir a adequada localização dos documentos, além de facultar a possibilidade de envio ao competente departamento de arquivo da Edilidade, solicito a indexação do presente documento.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa,
em 18.05.2011.

ARSELINO TATTO

Presidente da Comissão de Constituição,
Justiça e Legislação Participativa.

Recebido em 13/05/11 SGP 2

SGP 2 13/05/11.

CARLOS ROBERTO DA SILVA
Secretário de Apoio Legislativo Subst.
SGP 2

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob nº
02 a 03 e folha de informação
sob nº 04. 23.05.11
Ass: Marcelo L. de Andrade
Assist. Parlamentar

648-22



Folha nº 02 do anexo _____
do proc. nº 08-92 de 2011
São Paulo
HARDELIAN GRADE
Assistente Administrativo
R.F. 106.094

Câmara Municipal de São Paulo

Vereador Adilson Amadeu – 46ºGV

04/11

REQUERIMIENTO

REQUEIRO, a douta Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa de seu Presidente, Nobre Vereador Arselino Tatto, que nos termos regimentais, em especial o artigo 55 e seguintes do R.I., seja instaurada uma **Subcomissão Temporária** para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari.

Considerando o interesse das partes em transferir em caráter definitivo do imóvel ao poder local, visando o fomento do comércio e o desenvolvimento econômico e social da região;

Considerando que no imóvel em questão se desenvolvem a popular "Feira da Madrugada" e o "Comercio Hortifruti";

Considerando que a mesma é alvo de críticas e problemas reiterados, em especial a comercialização de produtos com procedência duvidosa, onde a fiscalização pelo poder público se mostrou inexistente;

Considerando ainda a necessidade de discutirmos com profundidade os termos desta parceria, operacionalização, benefícios ao município bem como avaliar a qualidade dos serviços prestados;

Propomos, a constituição da Comissão Parlamentar de Estudos para agrupar as experiências de todos os envolvidos, estudando, debatendo, promovendo iniciativas no sentido de melhor manter a infraestrutura, legislação, primando pela qualidade dos serviços sem onerar ainda mais os cofres públicos da nossa Cidade.

Sala das Sessões, 04 de maio de 2011.

ADILSON AMADEU
VEREADOR



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 03

do processo nº 08-92 de 2011, 23, 05, 11 (a)

Kardec Izidório de Andrade
Assistente Parlamentar
SGP.22

À SGP.22

Senhor Supervisor:

Solicito a autuação do expediente, conforme solicitado pelo Presidente da douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, com posterior encaminhamento à Supervisão da SGP.12, para as providências aplicáveis.
São Paulo, 19/05/2011.

CARLOS ROBERTO SILVA
RF N.120



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 04

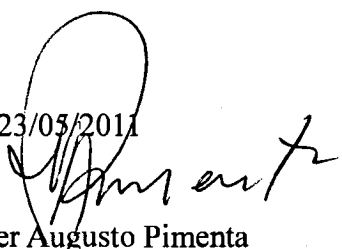
do processo n.º 08-92 de 2011 23/05/11 (a) _____

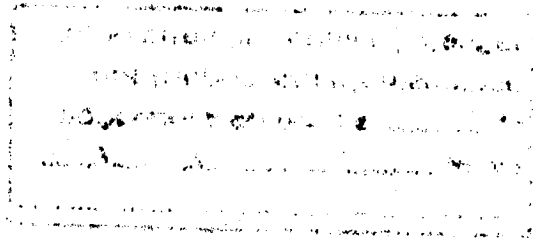
Kardec Izidorio de Andrade
Assistente Parlamentar

À SGP-12,
Sra. Supervisora;

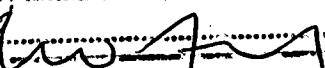
Efetuada a autuação do expediente, conforme solicitado pelo Presidente da Douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, encaminho o presente processo para as providências necessárias.

23/05/2011


Jader Augusto Pimenta
Supervisor – SGP.22
RF. 10.860



Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº e folha de informação
sob nº 051.1749 20/12/2011


Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

FL. Nº 05
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 08 - 92 - 2011
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Leonardo Amara Pedrazzoli
RF: 11372

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ARSELINO TATTO

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04-05-11

OBSERVAÇÕES:

Trechos referentes à aprovação do requerimento da
Subcomissão "Feira da Madrugada"

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Comunico que esta Presidência recebeu um requerimento, do Vereador Adilson Amadeu.

- É lido o seguinte:

“Requeiro à douta Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa de seu presidente, nobre Vereador Arselino Tatto, que nos termos regimentais, em especial art. 55 e seguintes do Regimento Interno, seja instaurada uma subcomissão temporária para estudar, bem como avaliar, a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada da União ao Município do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob o número 0020170072-7, com área de aproximadamente 136.876 metros quadrados conhecido Pátio do Pari...”

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Vamos colocar em votação a inclusão deste requerimento na pauta de hoje.

Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, sei que é meritória a proposta, mas gostaria de estudar melhor. Assim, solicito que essa matéria passe para o fim da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Estou colocando a votos a inclusão na pauta.

O SR. DALTON SILVANO – É exatamente isso. Sem conhecer o requerimento o meu voto será contrário à inclusão da pauta. A minha sugestão é de que se passe para o final da pauta esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) - A votos.

Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO - Sr. Presidente, vi o requerimento superficialmente, gostaria de entender melhor. Se vai colocar a votos, peço uma votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Como votam os Srs. Vereadores?

O SR. ABOU ANNI – Favorável.

O SR. ADILSON AMADEU – Super favorável.

O SR. MILTON LEITE – Favorável.

O SR. DALTON SILVANO – Vou me abster por não conhecer a matéria.

O SR. FLORIANO PESARO – Para colocar na pauta sou favorável.

O SR. ADOLFO QUINTAS – Vou me abster por não ter conhecimento do requerimento.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Favorável e quero declarar o meu voto.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Este presidente é favorável. Está aprovado. O requerimento vai para o final da pauta.

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Sr. Presidente, é sobre esse tema. Há duas semanas mostrei uma matéria que saiu na *Rede Record*. Se for oportuno hoje, coloco em plenário novamente para vocês verem a quadrilha que se formou na feira. Porque a Prefeitura assumiu esse espaço em outubro ou novembro do ano passado. O Sr. Prefeito disse que iria organizar e acabar com a bandalheira, com a bagunça. Depois que a Prefeitura assumiu, estão vendendo os boxes por 300 mil reais – saiu uma matéria sobre isso. E, cobra-se propina de 300 reais por mês de cada Box. É uma máfia. Então, sou totalmente favorável que se investigue isso, sim. Se a Prefeitura não tem competência, feche e acabe com a bagunça.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Diante da denúncia do Vereador Aurélio Miguel, pediria inversão de pauta tornando-o o primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – É regimental o pedido de V.Exa. Os Vereadores que concordarem com a inversão de pauta e que este item seja considerado primeiro, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, sendo este o item primeiro da pauta, Gostaria de solicitar a V.Exa. vista do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – É regimental.

O SR. FLORIANO PESARO – Porque quero conversar com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Os Srs. Vereadores favoráveis, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

* * *

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Vereador Floriano Pesaro, agora vamos

apreciar o requerimento apresentado pelo Vereador Adilson Amadeu.

Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, diante da tamanha pressão que estou sofrendo dos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Não é pressão, é regimental.

O SR. FLORIANO PESARO – ...E o pedido do meu presidente. Achei que com vista poderia me debruçar sobre o assunto e ver a reportagem. Enfim, analisar o porquê do requerimento. O porquê do requerimento não está aqui descrito da forma como acho que deveria estar.

Enfim, a única observação que posso fazer depois desses sete minutos que tive para ler e tentar refletir, sugiro apenas que a subcomissão temporária tenha prazo. Então, sugiro aqui 90 dias para o funcionamento desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – A votos o requerimento com o prazo de 90 dias. V.Exa. concorda?

O SR. ADILSON AMADEU – Acho que é muito bom o prazo. Se a Polícia Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar quiserem escutar e ver as provas, fecha amanhã toda a Feira da Madrugada, isso é uma coisa prática. Então, dá tempo.

O SR. DALTON SILVANO – Acho que deveríamos aprovar também o número de vereadores. A subcomissão, por analogia ao Regimento Interno, ela pode ser renovada por igual período.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – A proposta desta Presidência são cinco vereadores que poderão ser indicados até a próxima sessão, por 90 dias. Há acordo nesse sentido? (Pausa) Havendo acordo, está aprovado o requerimento.

O SR. MILTON LEITE – Ficando aditado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Aditado ao requerimento a proposta de 90 dias de duração.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

FL. Nº 10

Anexo – notas taquigráficas

Proc. nº 08-52-11

CMSP – NOME DA CPI

Nome - RF

Leonardo Amara Pedrazzoli
RF: 11372

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ARSELINO TATTO

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11 DE MAIO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Vamos interromper neste momento a análise dos projetos para apreciarmos a formação da Subcomissão de Estudos do Complexo Oriente, Feira da Madrugada, proposta pelo Vereador Adilson Amadeu. Como propositor, o Vereador presidirá a subcomissão.

Neste momento, esta Presidência solicita que os Srs. Vereadores façam suas indicações. Eu já havia conversado com o Vereador José Américo, que integrará essa comissão pelo PT.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O PR também foi um dos partidos que fez a denúncia em plenário e que gostaria de participar.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Vereador Aurélio Miguel pelo PR.

Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro, do PSDB.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, como líder do PSDB, indico o Vereador Adolfo Quintas para fazer parte desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Certo, os Vereadores Adilson Amadeu, Adolfo Quintas, José Américo e Aurélio Miguel. É isso.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, ele não está presente. O Vereador Abou Anni precisou sair, mas parece que ele gostaria de fazer parte desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Ok. Então, fica aprovada a comissão com esses membros. Depois, V.Exa., em reunião com os membros, organizará a pauta. Mas, fica formalizada a Comissão.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito obrigado, Sr. Presidente.

REQUERIMENTO

c3/11

REQUEIRO, a douta Comissão de Justiça e Legislação Participativa, na pessoa de seu Presidente Nobre Arselino Tatto, que nos termos regimentais, seja convidado o Inspetor da Guarda Civil Metropolitana Sr. Padilha, a comparecer a esta douta comissão, no sentido de dar explicações acerca do recolhimento, guarda e controle dos produtos apreendidos da operação antipirataria da Rua 25 de Março.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista denúncias de desvios dos mesmos. Outrossim, anexo documento para fundamentar o pedido e dar conhecimentos aos demais membros.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2011.


ADILSON AMADEU
VEREADOR

A
Anexoria
da C.J.
providencia


Lido e Aprovado na C.R.O. em 13/4/11



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
10º DISTRITO POLICIAL – PENHA

Avenida Airton Pretini, 69 - Penha - Tel: 6198-6010

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, nesta cidade de São Paulo, na Sede do 10º Distrito Policial – Penha de França, onde presente se achava a Dra. Ana Lucia Lopes Miranda, Delegada de Polícia Assistente, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu **ADILSON ARMANDO CARVALHO AMADEU, RG. Nº 4.707.163 SSP/SP, filho de Armando Amadeu e Maria Carvalho Amadeu, natural de São Paulo/SP, nascido aos 15/11/1950, com 60(sessenta) anos de idade, com endereço no Viaduto Jacareí, nº 100, 3º andar, 315, São Paulo/SP, fone: (11) 3396-4628;** Sabendo ler e escrever, declarou: Que, recebeu denuncia anônima na Câmara Municipal onde informavam que centenas de sacos estariam em um deposito de duas residências no bairro da Penha, exatamente na Rua Aracati, nº 38 e na Rua Gustavo de Godoi, 119 e 135; Que, conforme denuncia essa mercadoria estaria sendo repassada para as pessoas que tiveram a mercadoria apreendida e o coordenador dessa operação seria um senhor conhecido como “REINALDÃO” em conluio com o inspetor “PADILHA” da Guarda Civil Metropolitana; Que, realizou o contato com o Delegado de Polícia Titular desta distrital, e em seguida aqui compareceu e acompanhou equipes desta Delegacia aos locais indicados na denúncia, onde constataram que as mercadorias que lá se encontram foram apreendidas no shopping vinte e cinco de março e segundo REINALDO essa mercadoria encontram-se em Guarulhos sob a sua guarda; Que, como vereador do município de São Paulo e conhecendo a legislação, estranhou o fato do deposito de mercadorias que deveriam estar na subprefeitura estarem em outro município sendo vistoriadas diariamente pelos guardas municipais, inspetor JESSE e inspetor ADILSON; Que o endereço do deposito de Guarulhos é Rua Cavada, nº 509, próximo do bairro Stela Maris; Que, no dia de hoje teve contato por telefone com o secretario da guarda civil metropolitana o Sr. EDSON ORTEGA no qual por telefone entendeu que essa apreensão da vinte e cinco de março estranhamente estaria em deposito fora do nosso município, sendo transmitido pelo declarante que estaria registrando o fato através de Boletim de Ocorrência para posterior apuração; Nada mais disse nem lhe foi perguntado, lido e achado conforme vai devidamente assinado pela Autoridade, pelo Declarante, e por mim Escrivão que o digitei.

Autoridade:

Declarante:

Escrivão:

Folha nº 14	do proc.
Nº. 08 - 92	de 11
O funcionário	W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

ASSUNTO;

DESVIO DE MERCADORIAS ARRECADADAS NO SHOPING 25 DE MARÇO

CRIME: PECULATO - ART. 312 CODIGO PENAL BRASILEIRO.

FATOS: CENTENAS DE SACOS CONTENDO MILHÕES DE REAIS FORAM ARRECADADOS NOS DEPÓSITOS CLANDESTINOS EXISTENTES NO SHOPING 25 DE MARÇO. TRATA-SE DE TODO O TIPO DE MERCADORIA, SENDO A MAIORIA ÓCULOS, CAMERAS FOTOGRÁFICAS, RELÓGIOS, FILMADORAS, TELEFONES CELULARES, E ELETRONICOS DIVERSOS.

SOB A ALEGAÇÃO DE PIRATARIA, TODO O TIPO DE MERCADORIA É RETIDA E ENCAMINHADA, SEM AUTO DE APREENSÃO, A UM DEPOSITÁRIO JUDICIAL, QUE COSTUMA RECEBER DESPEJOS, SALDO DE FALÊNCIAS, ETC.

NO ENTANTO, VEM OCORRENDO UMA NEGOCIATA CAPITANEADA POR SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL E GUARDA CIVIL METROPOLITANA, QUE TEM COMO OBJETIVO "VENDER" AS MERCADORIAS PARA SEUS PRÓPRIOS DONOS. OU SEJA, A MERCADORIA FICA NO DEPÓSITO JUDICIAL SEM AUTO DE APREENSÃO, NÃO TENDO SIDO LAVRADO QUALQUER INQUÉRITO POLICIAL OU BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DE COMUM ACORDO, OS DONOS DAS MERCADORIAS SÃO ORIENTADOS A PROVIDENCIAR E APRESENTAR QUALQUER NOTA FISCAL E, PAGANDO QUANTIA ANTES ESPECIFICADA, CONSEGUIRÁ SUA MERCADORIA DEVOLTA SEM QUESTIONAMENTOS SOBRE A ORIGEM DA NOTA APRESENTADA. TUDO FEITO À MAERGEM DA LEI, POIS NÃO EXISTE FORMAL APREENSÃO DAS MERCADORIAS E SUA RESTITUIÇÃO SERA FEITA SEM MANIFESTAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO OU MESMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

PARA DISFARÇAR A OPERAÇÃO, ESTA SENDO UTULIZADO O DEPÓSITO CRECENDIADO PELA JUSTIÇA E UTILIZADO PARA APREENSÃO DE BENS PIRATEADOS APREENDIDOS PELO DEIC. E DELEGACIAS DA CAPITAL.

TRATA-SE DA EMPRESA R . P . MAIA LTDA, CUJO DONO É CONHECIDO NO MEIO POLICIAL COMO "REINALDÃO", OU SEJA REINALDO MAIA, SENDO

RF: 11372

QUE AS MERCADORIAS ESTAO ESCONDIDAS EM VÁRIOS IMOVEIS PERTENCENTES A "REINALDÃO", QUE EM CONLUIO COM INSPETOR PADILHA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA, ORGANIZARAM O ESQUEMA. OS IMOVEIS ESTAO SITUADOS NA PENHA, MAIS PRECISAMENTE A RUA ARACATI, Nº 38, NA RUA GUSTAVO DE GODOI, NO IMOVEL SITUADO ENTRE OS NUMEROS 119 E 135.

O QUE NÃO FOR NEGOCIADO COM OS PROPRIETÁRIOS SERÁ VENDIDO PARA TERCEIROS, E O RESTANTE SERÁ APRESENTADO NA DELEGACIA PARA ENTÃO FORMALIZAR A APREENSÃO.

PARA O CABAL ESCLARECIMENTO DOS FATOS E PARAQUE CESSEM AS EXPROPRIAÇÕES PRATICADAS POR SERVIDORES MUNICIPAIS, HÁ NECESSIDADE DE PROVIDÊNCIAS URGENTES, HAJA VISTA QUE SE TORNOU PRAXE TAL TIPO DE OPERAÇÃO QUE, POR SINAL, É MUITO RENTÁVEL.

BASTA ACOMPANHAR OS NOTICIARIOS PARA CONSTATAR A FREQUENCIA COM QUE TAIS OPERAÇÕES CONTRA O COMÉRCIO DITO "CLANDESTNO" VEM OCORRENDO.

SUBCOMISSÃO DA FEIRA DA MADRUGADA, PARA ESTUDAR BEM COMO AVALIAR A FORMALIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS ACERCA DA GUARDA PROVISÓRIA DADA PELA UNIÃO AO MUNICÍPIO, DO IMÓVEL INSCRITO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO SOB Nº 002.017.0072-7, COM ÁREA DE APROXIMADAMENTE 136.876M², CONHECIDO COMO PÁTIO DO PARI.

Data da Reunião: 23/05/2011 - Local: Plenário 1º de Maio- 1º andar - Horário: 13h

REQUERIMENTOS

- | | |
|----|---|
| 1. | <p>Autor: Vereador Adilson Amadeu</p> <p>Na condição de Presidente da Subcomissão “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Secretário de Coordenação das Subprefeituras que indique e certifique para o comparecimento dos seguintes servidores para a próxima reunião:</p> <ul style="list-style-type: none">• Supervisor de Abastecimento – Roberto Graziano;• O servidor responsável pela administração do referido imóvel em sede da Secretaria; (se houver)• O responsável pela administração e operação do referido imóvel no local. |
| 2. | <p>Autor: Vereador Adilson Amadeu</p> <p>Na condição de Presidente da Subcomissão “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Secretário de Coordenação das Subprefeituras que encaminhe a esta comissão para a devida análise os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Relação dos responsáveis individuais de cada Box, contendo nome completo e endereço;• Cópias na íntegra de todos os contratos existentes envolvendo a Municipalidade e os permissionários, terceirizados e demais fornecedores;• Relatório contendo a relação de agentes públicos que direta ou indiretamente atuam na gestão ou operação do imóvel em questão, destacando suas atividades;• Encaminhar cópia dos convênios firmados entre a Municipalidade e a União para gestão do referido imóvel. |



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 17 do proc.
Nº. 08-52 de 11
O funcionário lw

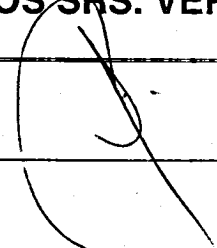
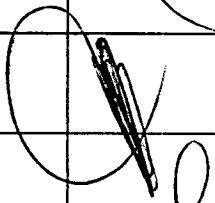
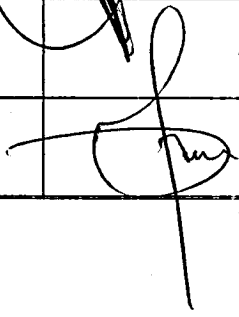
Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari.

01ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**Data 23 de maio de 2011 – 13h00
Plenário 1º de Maio- 1º andar**

LISTA DE PRESENÇA DOS SRS. VEREADORES.

1. ABOU ANNI - PV <i>ROBERTO TRIPOLI</i>	
2. AURÉLIO MIGUEL - PR	
3. ADILSON AMADEU - PTB	
4. ADOLFO QUINTAS - PSDB	
5. JOSÉ AMÉRICO - PT <i>ITALO CARDOSO</i>	

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 18 do proc.
Nº. 08-52 de 11
O funcionário W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

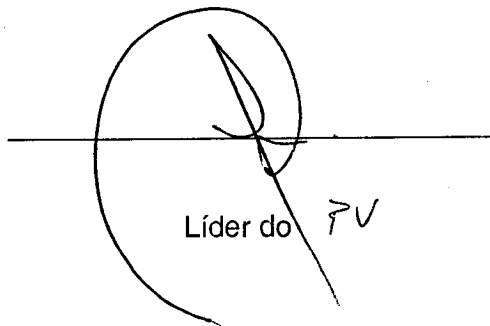
São Paulo, 23 de maio de 2011.

À

Presidência da C.M.S.P.

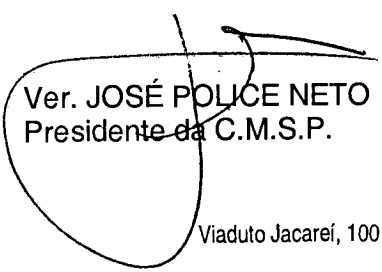
Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do PV e com fundamento nos arts. 45 e 120, V, do Regimento Interno, indico o(a) Vereador(a) Roberto Tripoli para substituir o(a) Vereador(a) Abor Anni na Sub Comissão da Feira da Madrugada, em caráter excepcional e exclusivo para a reunião a ser realizada na data de hoje, por motivo de impedimento ocasional.


Líder do PV

Defiro. Comunique-se à Presidência da referida Comissão.

SP, 23 / 2011.


Ver. JOSÉ POLICE NETO
Presidente da C.M.S.P.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 19 do proc.

Nº. 08 - 92 de 11

O funcionário lw

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

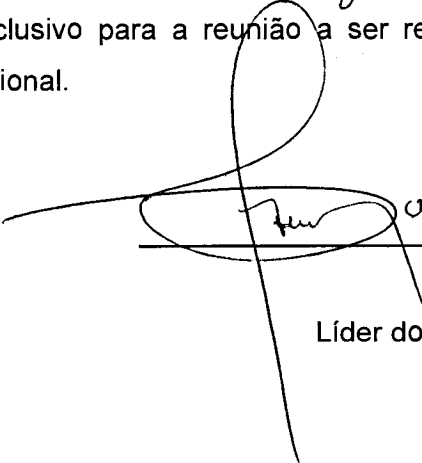
São Paulo, 23 de maio de 2011.

À

Presidência da C.M.S.P.

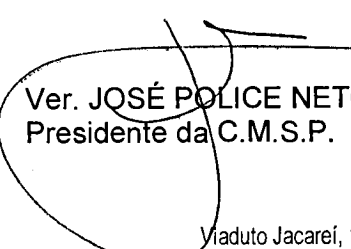
Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do PT e com fundamento nos arts. 45 e 120, V, do Regimento Interno, indico o(a) Vereador(a) Stalo Cardoso para substituir o(a) Vereador(a) José Americo da Feira da Madrugada na Sub Comissão em caráter excepcional e exclusivo para a reunião a ser realizada na data de hoje, por motivo de impedimento ocasional.


Líder do PT

Defiro. Comunique-se à Presidência da referida Comissão.

SP, 23 / 2011.


Ver. JOSÉ POLICE NETO
Presidente da C.M.S.P.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 20	do proc.
Nº. 08-92	de 11
O funcionário	Leo

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

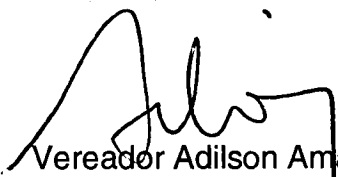
SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

São Paulo, 20 de maio de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Secretário de coordenação das Subprefeituras que **indique e certifique para o comparecimento dos seguintes servidores para a próxima reunião:**

- Supervisor de Abastecimento - Roberto Graziano;
- O servidor responsável pela administração do referido imóvel em sede da Secretaria; (se houver)
- O responsável pela administração e operação do referido imóvel no local.


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 21 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

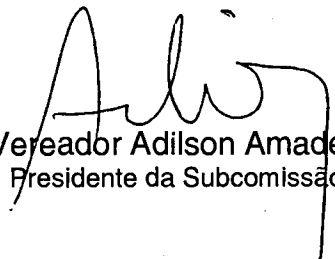
REA n° 2/11

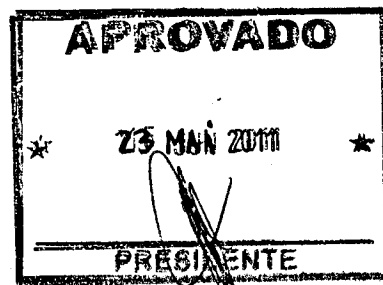
São Paulo, 23 de maio de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado a comparecer a próxima reunião os seguintes servidores:

- Altino José Fernandes – Chefe de Gabinete SubMooca;
- Amélia Carrara – Assessora SuMooca.


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

OK 30.05.11
A.º
Folha nº 22 do proc.
Nº. 008-92 de 11
O funcionário Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

São Paulo, 23 de maio de 2011.

Of. CCJ – SUBFM n°02/11

Senhor Subprefeito da Mooca
Dr. Rubens Casado

Em atenção ao deliberado pela Douta Subcomissão da Feira da Madrugada “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, constituída no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, encaminho a Vossa Excelência fotocópia de requerimento, de autoria deste Vereador, aprovado na reunião ordinária de 23/05/2011, pelo qual requer seja oficiado a comparecer na próxima reunião desta Subcomissão os servidores Sr. Altino José Fernandes, Chefe de Gabinete, e a Sra. Amélia Carrara, Assessora, para prestar esclarecimentos aos membros desta Subcomissão.

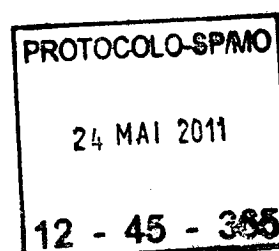
A referida reunião ocorrerá em **30/05/11 (segunda-feira)**, com início às **13:00 horas**, na Sala Sérgio Vieira de Mello, 1º subsolo desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

Anexo:
Fotocópia de requerimento nº 002/11 de minha autoria

Excelentíssimo Senhor Subprefeito da Mooca
Dr. Rubens Casado
Nesta





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 23 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário lw

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

São Paulo, 23 de maio de 2011.

Of. CCJ – SUBFM n° 01/11

Senhor Secretário de Coordenação das Subprefeituras
Dr. Ronaldo Souza Camargo

Em atenção ao deliberado pela Douta Subcomissão da Feira da Madrugada “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, constituída no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência fotocópia de requerimento, de autoria deste Vereador, solicitando que a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras enviem as informações solicitadas.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

Anexo:
Fotocópia de requerimento nº 001/11 de minha autoria.

Excelentíssimo Senhor
Dr. Ronaldo Souza Camargo
Secretário de Coordenação das Subprefeituras
Rua Líbero Badaró, 425.
Centro





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 24 do proc.
Nº. 08 - 92 de 11
O funcionário Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

Req. nº 02111

São Paulo, 20 de maio de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Secretario de coordenação das Subprefeituras que encaminhe a esta comissão para a devida análise os seguintes documentos:

- Relação dos responsáveis individuais de cada Box, contendo nome completo e endereço;
- Cópias na íntegra de todos os contratos existentes envolvendo a Municipalidade e os permissionários, terceirizados e demais fornecedores;
- Relatório contendo a relação de agentes públicos que direta ou indiretamente atuam na gestão ou operação do imóvel em questão, destacando suas atividades;
- Encaminhar cópia dos convênios firmados entre a Municipalidade e a União para gestão do referido imóvel.


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

SMSP-CAB

24 MAI 2011



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 25	do proc.
Nº. 08-52	de 11
O funcionário	lw

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

**SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR A FORMALIZAÇÃO DA "FEIRA DA
MADRUGADA" – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23-05-11

OBSERVAÇÕES:

- Exibição de imagens

Leonardo Amaral Pedrazzoli

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Boa tarde a todos. Eu, Adilson Amadeu, na presidência. Há número legal para o início dos nossos trabalhos da primeira reunião ordinária da Subcomissão da Feira da Madrugada, para estudar, bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União do Município do imóvel inscrito, cadastro fiscal imobiliário, sob o número 002017072.7, com a área, aproximadamente, de 136.876(?) metros quadrados, conhecido como pátio do Pari, que realiza, no dia 23 de maio de (ininteligível) no plenário Primeiro de Maio. Informo que esta reunião está transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link auditórios *on line*.

Quero também... Estão participando dessa subcomissão, no dia de hoje, o nobre Vereador e Líder do Governo, Roberto Tripoli; o nobre Vereador Ítalo Cardoso, Líder do PT. Temos e gostaria de até deixar registrado o vídeo, no qual nós tivemos cópias e também denúncias, que farei a leitura, a respeito, que recebi, no meu gabinete, denúncia essa também assinada, onde nós vamos preservar a pessoa que está nos oferecendo a denúncia, de fatos que também eu, como Vereador, nesta Casa, desde 2005, venho recebendo informações a respeito desse complexo, da Feira da Madrugada, que fica situada na Rua Monsenhor(?) Andrade com Rua São Caetano, no bairro do Pari.

Eu gostaria que, neste momento, antes de falar a respeito das pessoas que serão convidadas para a próxima segunda-feira, que passassem o vídeo, para que nós tivéssemos já informações, para que a gente possa fazer o trabalho a respeito da Feira da Madrugada. Considerando, seria só... Também... Então, dentro do que foi aprovado, no requerimento, na Comissão de Justiça, a denúncia vem como assunto desvio de mercadorias, que, na verdade, também é um assunto que vai ser colocado aqui, nessa subcomissão, mas, na verdade, a denúncia que nos oferecem é o nome das pessoas que ali estão, funcionários, que hoje trabalham na subprefeitura da Mooca.

- Exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Srs. Vereadores, é só para deixar registrado que essa matéria da TV Record foi ao ar, há 39 dias atrás, e tudo continua da mesma maneira, desde o dia dessa reportagem, e aproveito, então, também para, na condição da presidência da subcomissão para estudar e bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca dessa matéria que foi falada. Também já, em convite, para a próxima segunda-feira, em reunião da subcomissão, na próxima segunda-feira, convidar o Coronel Altino, da Subprefeitura da Mooca. O Subprefeito é o Sr. Casado. O Coronel Altino é o Coronel que é de CPDU, que estava até há quinze dias atrás, quando foi aprovado o requerimento da subcomissão. Ele era o gestor da feira da madrugada. Ele que ali pode nos falar tudo o que aconteceu, a construção dos novos *box*. Parece que construíram, em 60 dias, 86 novos *box*, *box* esses, inclusive, que eu já tinha, eu, Adilson Amadeu, já tinha notificado, já tinha mandado material ao Ministério Público, aonde a própria subprefeitura deixou os *box* lacrados, embargou os *box* e, em seguida, depois de quinze dias, os *box* foram, uma nova construção e hoje já estão funcionando normalmente, os mesmos *box* que eu denunciei ao Ministério Público. Então, há convite para a segunda-feira que vem, na próxima sessão dessa subcomissão. O convite é para o Coronel Altino e a Sra. Ângela, que também é a pessoa que lá está, dentro do complexo, analisando tudo o que está acontecendo; até para que eles possam falar a respeito das construções dos *box* e o que está acontecendo, se, realmente, hoje a Prefeitura está cuidando do espaço ou é a União que está cuidando do espaço. É isso que nós vamos querer saber.

Então, Srs. Vereadores, na condição de Presidente da Subcomissão para estudar e como avaliar a formalização do desdobramento acerca da guarda provisória, dada pela União, ao município, do imóvel inscrito, cadastro fiscal e imobiliário, sob o número 0020170072.7, com a área, aproximadamente, de 136.876 metros quadrados, conhecido como pátio do Peru, a Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Secretário de Coordenação também das Subprefeituras, isso numa próxima data. Neste momento, só o convite ao Coronel Altino e à Sra. Ângela, que são funcionários hoje, na Subprefeitura da Mooca, onde eles poderão falar o que está acontecendo naquele complexo.

Então, Srs. Vereadores, nobre Vereador Roberto Tripoli, nobre Vereador Ítalo Cardoso, se os senhores concordarem com o convite, também eu quero já, neste momento, dar por finalizando a reunião de hoje.

RF: 113/2

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Pela ordem, nobre Vereador Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – V.Exa. coloca a votos o convite ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Altino.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – E a senhora...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ângela.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Ângela. Pois não. Então, a votos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A votos.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – A votos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Se os senhores estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Então, está aprovado e eu fico, imensamente, grato às presenças dos nobres Vereadores Roberto Tripoli e nobre Vereador Ítalo Cardoso, para que a gente possa fazer esse trabalho, em benefício do município de São Paulo.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 28	do proc.
Nº. 08-92	de 11
O funcionário	ws

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

São Paulo, 26 de maio de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Delegado Titular responsável pelo Inquérito Policial nº 155/2010 para que encaminhe a esta Comissão copia do referido inquérito para servir de subsídios aos nossos trabalhos.

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

**DOCUMENTO
ENTREGUE
À SECRETARIA
DA
SUBCOMISSÃO
DA FEIRA
DA MADRUGADA
EM 26/05/11**



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE PROTEÇÃO À CIDADANIA – DPPC

“Dr. Luiz Lasserre Gomes”

Divisão de Investigações Sobre Crimes Contra a Administração
1ª Delegacia de Polícia

Av. São João, 1247 – 2º andar – Centro – São Paulo – SP

Fone: 3338-0155 (PABX)

Folha nº 30 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário W

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

São Paulo, 26 de maio de 2011.

Ofício nº 348/2011-JLM

Ref. IP nº 155/20

(Favor mencionar as referências acima)

Excelentíssimo Senhor Vereador :

Chegando ao conhecimento desta Autoridade Policial de que foi instalada uma Subcomissão nessa Casa Parlamentar, visando apurar possíveis irregularidades que estariam ocorrendo dentro da denominada “Feirinha da Madrugada”, envolvendo funcionários da Prefeitura do Município de São Paulo, solicito junto a Vossa Excelência, nos enviar cópias das oitivas dos averiguados, bem como de outros documentos encartados nos autos de apuração, no sentido de instruir o nosso Inquérito Policial nº 155/10, em trâmite nesta 1ª Delegacia de Polícia da Divisão de Investigações Sobre Crimes Contra a Administração do DPPC.

Ao ensejo, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

OSWALDO DE SOUZA

Delegado de Polícia Titular

Ao

Excelentíssimo Senhor

Vereador ADILSON AMADEU

Câmara Municipal de São Paulo – Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista

N e s t a

*Polauz
16/5/11 - 16h40*

**EQUIP
FIRE**COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE MATERIAIS
CONTRA INCÊNDIO LTDA.-ME

Fones: 2218.1054 / 2218.0354

marlene@equipfire.com.br

diego@equipfire.com.br

contato@equipfire.com.br

www.equipfire.com.br

Avenida do Estado, 1612 - Pari - CEP 01108-000 - São Paulo - SP

Natureza da Operação

VENDAS

CFOP

5102

Inscr. Est. do Subst. Tributário

NOTA FISCAL

MODELO Nº. 08

☒ SAÍDA☐ ENTRADA

CNPJ

09.170.962/0001-63

Inscr. Estadual

149.878.144.112

31 do proc.

Nº. 08 - 52 - 000844

O funcionário

Leonardo Amaral Padrazzoli

RF: 11512

PEC 460

1ª via - Destinatário

2ª via - Fisco / Arquivo Fiscal

3ª via - Fisco / Destinatário

4ª via - Fisco / Emitente

5ª via - Contabilidade

Data Limite para Emissão

00.00.00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

Nome / Razão Social

Comissão das Micro-empresas e Pequenas Empresas

Endereço

R. Monsenhor J.B. Andrade 978

Município

São Paulo

Fone/Fax

11-3113-0030

UF

SP

CNPJ / CPF

052.353.608-14

Data da Emissão

12/06/11

Bairro / Distrito

BRAS

CEP

03008-100

Data Saída / Entrada

Inscrição Estadual

Hora da saída

FATURA

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLAS. FISCAL	SIT. TRIB.	UNIT.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTA I.C.M.S
00	EXTINTOR TIPO ABUA 10LTS	00	00	P	50	80,00	4.000,00	
00	EXTINTOR TIPO PDS 4KG	00	00	P	50	80,00	4.000,00	
								
Autenticação de documento fiscal								
1085AB86759								
28 JUN 2011								
Valor recebido por autenticação R\$ 2,25								

CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo ICMS Substituição	Valor do ICMS Substituição	Valor Total
				R\$ 6.000,00
Valor do Frete	Valor do Seguro	Outras Despesas Assessorias	Valor do IPI	Valor Total da Nota
				R\$ 8.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

Nome / Razão Social	Frete por conta 1 - Emitente 2 - Destinatário	Placa do Veículo	UF	CNPJ / CPF
Endereço	Município		UF	Inscr. Estadual
Quantidade	Especie	Marca	Número	Peso Bruto
				Peso Líquido

DADOS ADICIONAIS

Informações complementares	Reservado ao Fisco
"Documento emitido por ME ou EPP optante pelo simples nacional" "Não gera direito a crédito fiscal de IPI"	

MARIA APARECIDA MAGALHÃES DE SOUZA-ME - Av. Yervant Kissajikian, 2803 - Americanaópolis - São Paulo - SP - CNPJ 01.893.077/0001-09 - I.E. 115.026.828.110-ME - 03 Tis. de 50x5 - 000.751 à 000.900 - 11/2010 - AIDF 402105332110

Recebi(emos) de
os produtos

RECEBIDO
Comissão de Constituição e Justiça
Em 20/6/11 às 16h
Idaule RF 10801

EM BRANCO

EM BRANCO



Folha nº 32 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário wo

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

São Paulo, 17 de junho de 11.

Informamos que a Comissão dos Micro-empresendedores e fundadores da feira da madrugada realizou a compra de 50 extintores de AP 10lts e 50 extintores PQS 4kg, no valor unitário de R\$ 80,00 totalizando R\$ 8.000,00 com a doação das pessoas abaixo:

Nome	Banca	Valor
Jorge	V-10	R\$ 60,00
Maguila	V-22	R\$ 100,00
Anum	X-35	R\$ 50,00
Zé	X-16	R\$ 50,00
Pinheirao	X-9e10	R\$ 50,00
Jazon	M-46	R\$ 50,00
João	X-14	R\$ 30,00
Mustafá	X-38	R\$ 20,00
Jose	X-13	R\$ 20,00
Zezinho	x-41	R\$ 50,00
Fofão	G-139	R\$ 20,00
Alex	G-31	R\$ 50,00
Omos	X-89	R\$ 30,00
Rodrigo	Z-18	R\$ 50,00
Gilberto	X-86	R\$ 30,00
Birinha	Z-19	R\$ 30,00
Sandra	Z-30	R\$ 20,00

Atenciosamente
Diego Tomani
Diretor Comercial

EQUIPFIRE Comércio de vendas e manutenção de materiais Contra incêndio.
Fone/Fax -(011) 2218.0354 (011) 2218.1054
WWW.equipfire.com.br - contato@equipfire.com.br



de RCPN 6º Subd. - BRÁS
de Abreu, 586

EM BRANCO

EM BRANCO

Feirinha tem falhas estruturais e de fiscalização

IM DE CORREDORES ESTREITOS, A IMADA FEIRA DA MADRUGADA TEM JCOS SAÍDAS PARA TRABALHADORES E ENTES EM CASO DE UMA EMERGÊNCIA

redores is. Falta tintores êndio e drantes. gence- produtos piratas e ados. Esse é o re- inha da madrugada- adional centro de co- popular do Brás (re- entral), sete meses após ão do prefeito Gilberto (PSD) assumir a admi- ão do lugar — antes fei- União.

gitante Agora esteve no quarta-feira e quinta- la semana passada, en- 3h e as 8h. Esse horário ntra a maioria dos 25 mil as que frequenta diária- o comércio. rincipal problema en- do pela reportagem é a icia de equipamentos de ança para casos de in- o. A situação se agrava ainda pelo fato de os) boxes de vendas da fei- i abrigarem corredores trechos de mais de 50 os sem saída. A ilumina- feita por lâmpadas fluo- ligadas à fiação ele- mendas feitas com e, praticamente co- a que cobre as lojas. tres extintores encontra- pela reportagem ficam no dor da entrada da esqui- a rua Henrique Dias com senhor Andrade. A con-

centração da maioria dos clientes, porém, se dá distante dali, entre os boxes de vendas. "É tudo muito estreito para tanta gente e não há saída de emergência", reclama Fagner Pereira, 26 anos. Ele sai de Sorocaba (99 km de SP) e vai até a feirinha uma vez por mês, onde compra roupas para abastecer sua loja. "A falta de extintor de incêndio é um pe- rigo", diz a comerciante Conceição Alves da Silva, 66 anos.

Pouco espaço

Outro problema enfrentado pelos clientes, procedentes principalmente do interior paulista e Estados das regiões Sudeste e Sul, é a disputa por espaço nos corredores dos boxes de vendas. Com pouco mais de um metro de largura e mal sinalizados, esses espaços são ocupados, ao mesmo tempo, por frequentadores, lojistas e funcionários que circulam com carrinhos abarrotados de mercadorias.

O uso dos banheiros é gratuito. Nos dias das visitas feitas pela reportagem, o chão estava sujo e não havia papel higiênico e de lavar as mãos. Um dos aspectos elogiados pelos clientes é a segurança. Desde 24 de maio, PMs de folga patrulham o lugar por meio da Operação Delegada, parceria da prefeitura com a PM que combate o comércio ambulante irregular. (Léo Arcoverde)

mercadoria pirata é vendida livremente

Desde dezembro de 2010, a feitura, ao lado de órgãos duais e federais, realiza ze em shopping centers ulares da região central da lital para apreender mer- oria pirata e contraban- da. De lá para cá, 2,4 mi- es de produtos foram eendidos, segundo balan- da Secretaria Municipal da urança Urbana.

a Feirinha da Madrugada Brás, no entanto, a pirata- praticamente domina os res do

também eletrônicos, como celulares e gravadores de voz.

Se no interior da Feirinha da Madrugada PMs patrulham as áreas de estacionamento e dos corredores, do lado de fora as ruas Monsenhor Andrade, Henrique Dias e João Teodoro ficam completamente tomadas por barracas montadas por ambulantes ilegais.

A PM disse que "vem atuando de maneira gradativa na região, no horário da ma- drugada, na

O RAIOS DA FEIRINHA DA MADRUGADA



O que é

A feirinha da madrugada é um centro de comércio popular situado no Brás (região central) criado em 2005. O local abriga 4.500 boxes de comércio e fica aberto das 3h às 16h, de segunda-feira a sábado. Cerca de 25 mil pessoas, em sua maioria comerciantes de roupas, bolsas e eletrônicos, frequentam o local diariamente



Quem administra

Até o fim do ano passado, a União era responsável pela administração da feirinha da madrugada. Desde 23 de novembro de 2010, a gestão do prefeito Gilberto Kassab (DEM) administra o local

O que o Vigilante Agora avaliou



EXTINTORES

A falta de extintores de incêndio e de hidrantes nos corredores dos boxes de venda, onde há a maior concentração de clientes, é o principal problema de segurança da feirinha da madrugada. A reportagem encontrou apenas três, no corredor de entrada do centro de comércio popular



FIOS

A iluminação dos produtos vendidos nos boxes é feita, muitas vezes, por lâmpadas fluorescentes ligadas a bocais com fiação emendada com fita isolante. Os fios passam próximo à cobertura de lona dos boxes. Isso aumenta o risco de propagação do fogo em caso de incêndio, por exemplo



CORREDORES APERTADOS

As dezenas de corredores que dividem os boxes da feirinha da madrugada têm pouco mais de um metro de largura. Esses locais são disputados por clientes, por lojistas e funcionários dos boxes que circulam com carrinhos com mercadorias



SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

O conjunto de boxes de vendas abrigam trechos de corredores com até 50 metros, sem nenhuma saída de emergência. Há, ainda, corredores mal sinalizados e sem saída

Fonte: reportagem, comerciantes e Secretaria Municipal de Coordenação das Suprefeituras



Fotos: Rivaldo Gomes/Folhap



PIRATARIA

Bolsas de marcas famosas e roupas de grife encabeçam a lista de produtos pirateados e contrabandeados vendidos na feirinha da madrugada, principalmente em boxes pertencentes a comerciantes chineses



SINALIZAÇÃO DOS BOXES

Cada box de venda da feirinha da madrugada expõe cartazes de papel, com o número do box, o nome do proprietário e o tipo de produto comercializado. A maioria dos lojistas respeita o padrão. A reportagem encontrou, porém, comerciantes vendendo o que não está escrito no cartaz, como o caso de um chinês que vendia bolsas no lugar de roupa infantil



POLICIAMENTO

Desde 24 de maio, PMs atuam dentro da feirinha da madrugada. O policiamento é elogiado por frequentadores. Do lado de fora da feirinha, porém, impera a ilegalidade. Centenas de comerciantes montam barracas, até com exposição de manequins, nas calçadas e no meio da via, nas ruas Monsenhor Andrade, Henrique Dias e João Teodoro. Nei- mesmo carros conseguem circular nessas ruas das 3h às 7h



BANHEIROS

A reportagem encontrou banheiros sujos, sem papel higiênico e sem papel para enxugar as mãos

RESPOSTA

Equipamentos serão comprados

A Secretaria Municipal de Coordenação das Suprefeituras disse que as "supostas irregularidades relacionadas à feirinha da

com a secretaria, há um processo de aquisição do número suficiente de extintores para a feirinha, detectado pela visita do corpo de

processo de identificação e cadastramento de mais de 4.000 comerciantes. De lá para cá, por meio de licitação, foram contratados servi- ços de segurança, limpeza e

A secretaria disse que não permitiu a cobrança referente à v- ao aluguel ou ao condo- dos boxes na área. A assessoria da Câmara do Brás, que

SUBCOMISSÃO DA FEIRA DA MADRUGADA, PARA ESTUDAR BEM COMO AVALIAR A FORMALIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS ACERCA DA GUARDA PROVISÓRIA DADA PELA UNIÃO AO MUNICÍPIO, DO IMÓVEL INSCRITO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO SOB Nº 002.017.0072-7, COM ÁREA DE APROXIMADAMENTE 136.876M², CONHECIDO COMO PÁTIO DO PARI.

Data da Reunião: 30/05/2011 - Local: Sala Sérgio Vieira de Mello- 1º subsolo - Horário: 13h

CONVIDADOS

- | | |
|----|---|
| 1. | Atendendo a requerimento do Vereador Adilson Amadeu, foram convidados o Sr. Altino José Fernandes, Chefe de Gabinete SubMooca, e a Sra. Amélia Carrara, Assessora SubMooca, para prestar esclarecimentos aos membros desta Subcomissão. |
|----|---|

REQUERIMENTOS

- | | |
|----|---|
| 2. | Autor: Vereador Adilson Amadeu
Requerer seja oficiado o Delegado Titular responsável pelo Inquérito Policial nº 155/2010 para que encaminhe a esta Comissão copia do referido inquérito para servir de subsídios aos nossos trabalhos. |
|----|---|

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Folha nº 34	do proc.
Nº 08-92	da 11
O funcionário	W



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

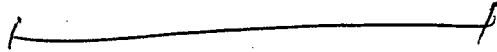
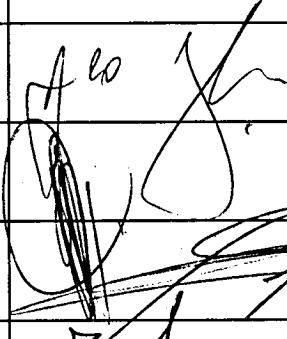
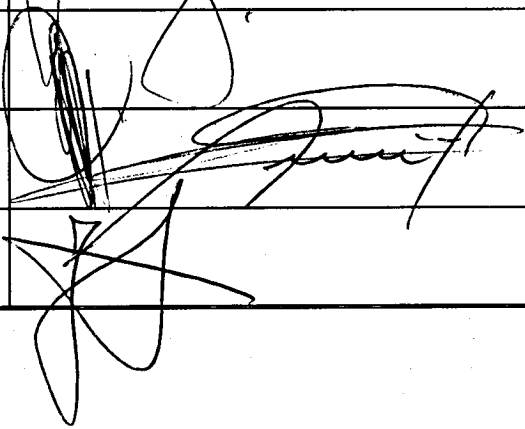
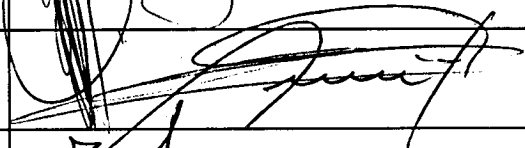
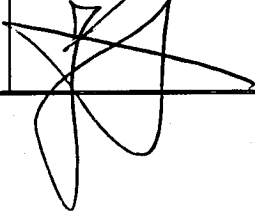
Folha nº 35 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário W
Leonardo Amara Pedraza
RF: 11372

Subcomissão da **Feira da Madrugada** para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari.

02ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data 30 de maio de 2011 – 13h00
Sala Sérgio Vieira de Mello- 1º subsolo

LISTA DE PRESENÇA DOS SRS. VEREADORES.

1. ABOU ANNI - PV	
2. AURÉLIO MIGUEL - PR	
3. ADILSON AMADEU - PTB	
4. ADOLFO QUINTAS - PSDB	
5. JOSÉ AMÉRICO - PT	

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 36 do proc.
Nº. 08-92 de 4
O funcionário W

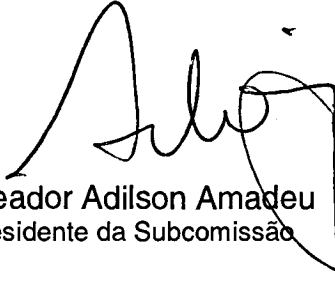
Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

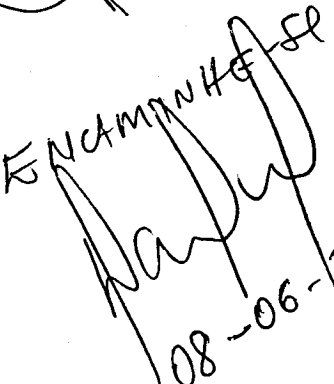
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

São Paulo, 26 de maio de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Delegado Titular responsável pelo Inquérito Policial nº 155/2010 para que encaminhe a esta Comissão copia do referido inquérito para servir de subsídios aos nossos trabalhos.


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

APROVADO
30/5/11

ENCAMINHADO
08-06-2011



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 37 do proc.
Nº. 08-52 de 11
O funcionário mo

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

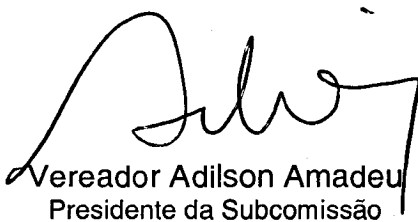
São Paulo, 31 de Junho de 2011.

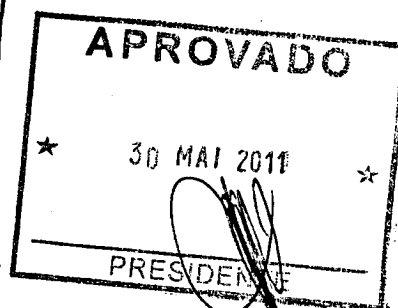
Senhores Membros:

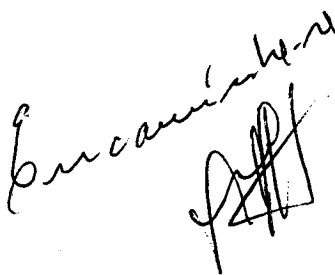
Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado a comparecer a esta Comissão para depoimento para a próxima reunião as seguintes pessoas ligadas a Secretaria de coordenação das Subprefeituras:

João Roberto Fonseca – Ass. da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras;

Os integrantes do Grupo Gestor do Pátio Pari (Feira da Madrugada)


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão




Encaminhar



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 38 do proc.
Nº 08-92 de 11
O funcionário W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

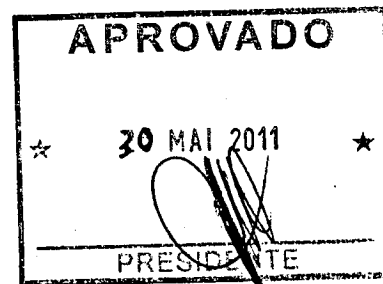
São Paulo, 31 de Junho de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado a comparecer a esta Comissão para depoimento para a próxima reunião:

Rubens Casado – Subprefeito da Mooca.


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão



GABINETE SUBREFEITO

2292-2122

1:2301



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 39 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário WS
Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

**SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR A FORMALIZAÇÃO DA "FEIRA DA
MADRUGADA"**

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30 de maio de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

Folha nº	40	do proc.
Nº.	02-92	de 11
O funcionário	LW	

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Estão abertos os trabalhos da Subcomissão da Feira da Madrugada para estudar, bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória, dada pela União, ao Imóvel inscrito no Cadastro Fiscal Imobiliário sob o número 0020170727, com área aproximada de 136 mil 876 metros quadrados.

A reunião do dia de hoje, 30/05/2011, realiza-se na Sala Vieira de Melo, 1º Subsolo, às 13h10. O convidado, atendendo a requerimento deste Vereador, é o Sr. Altino José Fernandes, Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Mooca, e a Sra. Amélia Carrara, Assessora da Subprefeitura da Mooca para prestar esclarecimentos aos Membros desta Subcomissão.

Gostaria de colocar à apreciação dos Srs. Vereadores membros, aproveitando a presença dos nobres Vereadores Adolfo Quintas, Aurélio Miguel, José Américo, requerimento para que seja oficiado o Delegado Titular responsável pelo inquérito policial 155/2010 para que encaminhe a esta Subcomissão cópia do referido inquérito para servir de subsídio aos nossos trabalhos.

Também recebi Ofício 348/2011, referente ao Inquérito Policial 155/10.

- Leitura do Ofício solicitando cópias das oitivas dos averiguados e outros documentos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Srs. Vereadores, já há inquérito na Polícia Civil, sob os cuidados do Delegado Titular Osvaldo de Souza, que já está apurando as irregularidades da Feira da Madrugada.

Peço aos nobres Vereadores para que suspendamos os trabalhos por cinco minutos. Fizemos contato com o Subprefeito da Mooca. Devemos aguardá-lo, pois deve estar no trânsito. Se não estiver vindo para esta Subcomissão, vamos aprovar o requerimento de convocação do Sr. Altino José Fernandes, Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Mooca, e Sra. Amélia Carrara.

Antes de suspender, quero colocar a votos o requerimento para solicitar dados do Inquérito Policial 155/10 para subsidiar nossos trabalhos. Quero também colocar a votos o requerimento se, no tempo que vamos determinar, não estiver presente o Sr. Altino José Fernandes e a Sra. Amélia Carrara, deveremos já aprovar requerimento de convocação. Não há vereadores inscritos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão (Pausa). Aprovado.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Adilson Amadeu.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Reaberta a sessão. Peço que o Sr. Altino José Fernandes se identifique.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Meu nome é Altino José Fernandes, sou Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Mooca.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Inicialmente, quero agradecer a sua presença. Esta Subcomissão trabalha com denúncias que recebemos. Eu, particularmente, recebi denúncias no meu gabinete falando do dia-a-dia que acontece na Feira da Madrugada.

Pergunto se o senhor conhece a Feira da Madrugada.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Conheço, sim, senhor.

P – Há quanto tempo?

R – Conheci a Feira da Madrugada no final de dezembro, começo de janeiro.

P – Dezembro de...?

R – 2010.

P – 2010.

R – Sim, senhor.

P – O senhor hoje está ocupando cargo na Subprefeitura da Mooca?

R – Excelência, eu cheguei na Subprefeitura da Mooca no final de setembro, começo de outubro de 2010. Assumi a função de Chefe de Gabinete. No final de dezembro, começo de janeiro, fui designado para acumular as funções de Chefe de Gabinete da Subprefeitura e de Gestor Executivo do Pátio do Pari.

P – Pátio do Pari que o senhor fala é a Feira da Madrugada?

R – Sim, senhor. Feira da Madrugada.

P – Muito bem. O senhor então, dentro dessa função, ficou à frente do Pátio do Pari, Feira da

Madrugada, quanto tempo?

R – Só fazendo uma correção: eu sou, eu fui gestor executivo do Grupo Gestor. Eu não fiz parte do dia-a-dia, vamos dizer assim, do trabalho da Feirinha, da Feira da Madrugada. Eu fui para lá assumindo esse cargo cumulativamente com o de Chefe de Gabinete em começo de janeiro deste ano, por férias do gestor titular. Ele entrou em férias, se afastou, e eu fui para lá temporariamente.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor me concede um aparte, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sem dúvida.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Qual é a função desse cargo de gestor administrativo que o senhor acabou de falar?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – O gestor executivo?

P – Gestor executivo. Isso.

R – Ele controla o grupo gestor, que é formado por oito funcionários da Prefeitura.

P – Quais?

R – Eu não vou saber nominar para o senhor todos.

P – O senhor coordena eles todos.

R – Sim. Eu fiquei com eles durante dois meses...

P – Mas é oito é fácil de... Não sabe os nomes? Quem são os representantes desse...?

R – Tem um da Subprefeitura da Mooca...

P – Quem é?

R – Mário Novacas.

P – Mário Novacas.

R – Isso.

P – Quem mais?

R – E tem um... Tem dois da Secretaria do Trabalho.

P – Secretaria Trabalho. Quem é?

R – Eu não vou saber.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Permita-me, nobre Vereador, mas o Sr. Altino deve ter uma relação deles todos.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – É...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor vai me oferecer nos próximos dias.

R – Sim, com certeza. Eu passo para o senhor a Portaria da designação deles todos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Por favor, eu vou pedir que o senhor passe...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mais do que isso. O senhor passe isso. Os senhores devem ter se reunido e deve ter ata das reuniões.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Sim.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor encaminhe todas as atas, por favor.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – As reuniões onde eram?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Nós fizemos uma única reunião, no próprio Pátio.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Registraram em ata?

R – Sim, senhor.

P – O senhor pode me oferecer também?

R – Sim, senhor.

P – As cópias da ata da reunião?

R – Sim, senhor.

P – Muito bem. Quem indicou o senhor para essa função?

R – Foi o Secretário Ronaldo Camargo?

P – O Sr. Ronaldo Camargo é que indicou o senhor?

R – Sim, senhor.

P – O senhor conhece o Sr. Ronaldo Camargo de onde?

R – Eu o conheço há 30 anos, quando eu era Tenente e ele era Engenheiro da CET. E eu depois, quando vim para cá, na função de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor tem conhecimento de tudo que acontece na Feira da Madrugada.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Não, senhor.

R – Não, não. Não sei tudo. Sei alguma coisa. Acumulando as funções de chefe de gabinete e de gestor executivo, não dispunha de tempo para permanecer na feira *full time*. Então, às vezes em que ia para lá, que era, na melhor das hipóteses, uma vez por semana, só para ver como estava o andamento da feira, se estava tudo em ordem. Então, eu não posso especificar para o senhor tudo, exatamente como funcionava o dia a dia.

P – O senhor então sabia que, sem querer, eram construídos alguns boxes ou uma barraca nova?

P – Nenhuma?

R – Não, senhor. Só uma, só fazendo um parênteses, uma que foi montada no começo de dezembro, que depois a retiramos de lá em final de janeiro. Uma barraca grande, que a gente, para facilitar a identificação, chamava de tenda branca.

P – Tenda branca? Onde foram vendidos os panetones no final do ano?

R – É. Teoricamente seriam vendidos panetones.

P – O senhor acha que ela foi dada, foi oferecida para as pessoas gratuitamente aquela barraca?

R – É, a notícia que chegou para a gente é que aquela barraca serviria para um cunho social, com a participação da UNE. Vejam, eu quero deixar bem claro, eu não vi nenhum documento escrito com relação a isso. Isso é o que me foi passado.

P – Permita-me. O senhor não via, e como o senhor deixava funcionar?

R – Não, ela funcionava durante esse período até o Natal e pós-Natal. Depois disso, entrei em contato com a Secretaria para pedir autorização para desmontar essa barraca e retirá-la de lá.

P – Quanto tempo demorou desde que o senhor pediu até desmontar a barraca?

R – Aproximadamente uns 20 dias.

P – Eu tenho informações de que demorou um pouco mais.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Desculpe-me. Vinte dias é o suficiente para cobrir Natal e Ano-Novo e tal. Por que demora tanto? Vinte dias para mim é muito.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Vereador, quando assumi, no final de dezembro, ela já estava lá. Então, no começo de janeiro foi que solicitei a autorização para retirada dessa tenda de lá. E essa autorização me foi dada. Aí, num domingo, no final de janeiro, fomos para lá e desmontamos essa barraca e foi entregue todo material dela, bem como sua estrutura, para o detentor dela, para a pessoa que ocupava o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Seu Altino, deixe eu falar uma coisa para o senhor.

R – Pois não.

P – Nós até temos amigos em comum, e as pessoas falam muito bem do seu trabalho como militar.

R – Muito obrigado.

P – Tudo que o senhor falar, eu conheço na palma da mão a Feira da Madrugada. Tenho falado muito desde 2005. Sei também como estão acontecendo, agora não, porque, desde que foi instalada a subcomissão, e eu fui semana passada lá, infelizmente junto com o Prefeito – aliás, não fui com o Prefeito, eu estava lá e ele chegou –, percebemos que as pessoas que estavam fazendo uma andança diferente dentro das subprefeituras estão encolhidos. Mas nós, Vereadores que estamos nesta subcomissão – nobres Vereadores Aurélio Miguel, José Américo, Adolfo Quintas, Abou Ani – e os demais Vereadores, queremos que o senhor nos ajude, porque vamos trazer todo esse conselho gestor, o Secretário da Subprefeitura, ao qual falei algumas coisas no dia que o Prefeito foi lá. Aliás, foram lacrar as barracas que eram lá do restaurante, o senhor conhece aquelas barracas? Aquela construção na entrada lá.

R – Não, senhor. O restaurante, sim, o restaurante eu conheci.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Nobre Vereador Adilson, V.Exa. me concede um aparte?

O senhor não é o gestor executivo?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES— Eu era até...

P – O senhor não é mais?

R – Não, senhor.

P – Desde quando?

R – Há mais de um mês, começo de abril. Foi designado um novo gestor titula.

P – Há um novo.

R – Sim, senhor.

P – Porque se o senhor é o gestor executivo, dois, três, quatro meses que fica lá dá para fazer um trabalho e o monitoramento de tudo. Eu faria isso. Se sou o gestor executivo... Quantas barracas tem lá?

R – O número exato, não.

P – Aproximado?

R – Aproximadamente, 5 mil pontos de venda.

P – Mas a gente escuta que tem 8 mil. Eu não sei, eu queria saber o que é e o que não é. Porque o noticiário veio com uma matéria – vou pôr, depois o senhor poderá ver -, e ficamos sem saber a informação exata. A Prefeitura entrou em novembro para administrar lá, e aumentou a corrupção ali, ao invés de diminuir. Aumentou a corrupção. Pelo noticiário que nós...

R – Isso não posso dizer para o senhor.

P – É, pelo menos é o que saiu na imprensa.

R – Não sei.

P – E não vi ninguém contestando. Então quem cala consente.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Pela ordem, nobre Vereador Adilson, só uma questão, indo atrás da fala do Vereador Aurélio Miguel. Houve, Coronel, várias denúncias, inclusive durante o período em que o senhor esteve respondendo. Tudo bem, imagino que isso é uma coisa grande, difícil, acontece a denúncia, a gente também não tem de acreditar em todas as denúncias, certo? Mas qual foi a medida de caráter, quer dizer, se sou administrador público, e já fui, quando há uma denúncia em determinado lugar, instalo uma comissão de sindicância para averiguar, eu tomo uma medida. Qual foi a medida que vocês tomaram diante das denúncias sucessivas de corrupção naquele lugar?

R – Todas as denúncias foram encaminhadas à Secretaria de Coordenação das Subprefeituras.

P – Ela fez alguma coisa? O senhor sabe se ela fez alguma coisa?

R – Eu, pelo menos, nunca fui chamado para ser ouvido e não me deram ciência.

P – E vocês, medida de natureza preventiva que vocês tenham tomado.

R – Medida preventiva, Vereador, com o efetivo que se dispunha lá na Feira, conseguíamos controlar, em parte, um pouco, a movimentação do pessoal lá.

P – O efetivo era insuficiente para tomar medidas preventivas lá?

R – Sim, senhor.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E o senhor encaminhou para alguém que era insuficiente para fazer a gestão daquela forma?

R – Sim, senhor.

P – Mandou por escrito?

R – Não, senhor. Fiz um pedido...

P – Então, não está documentado.

R – Não, senhor.

P – Então, amanhã pode ser a palavra de para quem o senhor falou contra a do senhor.

R – Pode, sim senhor.

P – É, fica difícil. É complicado. O senhor é coronel, não é isso?

R – Sou, sim senhor.

P – Altamente disciplinado.

R – Sim, senhor.

P – Tudo que vocês fazem é por relatório. Eu tenho parentes que são militares, inclusive coronel. Eles são altamente disciplinados. Se o senhor não tem um comunicado por escrito, amanhã o senhor não tomou essa providência. O senhor fala que tomou, mas a pessoa fala "não recebi nada". Não temos nada. Quer dizer, a Prefeitura veio para administrar esse espaço, que, na verdade, deveria melhorar, ainda mais com pessoas do gabarito do policial militar, que, sabemos, são importantes na nossa Constituição, na nossa sociedade, tem formação, é

preparado, e em vez de melhorar está piorando ali. É isso que aconteceu mesmo. Se você vê que não tem um efetivo suficiente, você reporta ao superior e pede: "Preciso de tantas pessoas para fiscalizar esse espaço". Esse espaço é importante para a Prefeitura. Aquilo é uma forma de organizar e de se arrecadar, através de impostos outros vários aspectos, de locação do uso dos boxes, quer dizer, de várias formas poderiam fazer algo profissional, corporativo. Agora, se a Prefeitura encontrou com isso, junto com a Subprefeitura, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento. Se não me engano, ela também faz a gestão. Não é isso?

R – Sim, senhor.

P – Então, ao invés de melhorar, piorou. Ou o pessoal é teórico ou não sabe trabalhar; algo está errado aí; eu trabalho em empresas desde menino, tem alguma coisa errada aí. Desculpe-me atrapalhá-lo, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Altino, nas CPLs e Subcomissões de que participo, peço sempre a boa vontade das pessoas que vêm para que nos ajudem. Como falo, tenho informações, carta-denúncia e um inquérito – não sei se o senhor está sabendo – na Polícia Civil também.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Sim, senhor.

P – O senhor já foi ouvido?

R – Não, senhor.

P – Porque, se eu mandar hoje uma pessoa lá, a pessoa fica sabendo da movimentação que tem lá de barracas, quanto vale o box, quanto pagam por mês, e, por isso, falo ao senhor: o senhor não tem nenhuma informação para nos fornecer a respeito disso?

R – Não, senhor.

P – Lá não se paga nada? A parte de limpeza quem paga?

R – A Prefeitura dispõe lá.... empresa de limpeza, empresa de coleta, empresa de segurança. A Prefeitura... Isso foi feita contratação de empresa para fazer esse tipo de serviço.

P – Quem fez a contratação?

R – Foi a Secretaria.

P – A Secretaria das Subprefeituras.

R – Vereador, só para deixar clara uma situação: todas as ações envolvendo a feira são coordenadas pela Secretaria e não pela Subprefeitura da Moóca. Então, a Subprefeitura...

- Manifestação fora do microfone.

R – Não entendi.

Quem fiscaliza...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – As ações podem ser da Secretaria das Subprefeituras, mas quem fiscaliza é a Subprefeitura da Moóca.

O SR. ALTINO – Internamente? Agora que está acabando o cadastramento do pessoal que trabalha lá dentro, a Subprefeitura é quem vai fazer a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E antes, quando na construção? Por exemplo, no carnaval. O senhor tem informações do que aconteceu no carnaval?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Eu tive a informação através da denúncia.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Pela ordem, Vereador. Só um pequeno parêntese.

Eu estava conversando com o Aurélio, Coronel e Vereador Adilson Amadeu. É o seguinte: rigorosamente, quem pode multar é um Agente Vistor.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Certo.

P – Quem pode apreender mercadorias é um Agente Vistor, acompanhado da Guarda, pela lei. Portanto, é a Subprefeitura a responsável. É a Subprefeitura responsável pela fiscalização. Pode até ser que não fosse o senhor, mas a Subprefeitura, oficialmente, é a responsável, na área dela, ela pega. Quer dizer, nem o Prefeito pode multar alguém. Ele tem de levar um Agente Vistor a tiracolo e convencê-lo de que tem de multar e de determinar a apreensão da mercadoria. Aí a Guarda, GCM, dá a segurança. É essa lei que nós aprovamos aqui nesta Casa, inclusive, qualificando o papel da GCM.

Fui Subprefeito e tinha isso. Às vezes, no Ibirapuera, por exemplo, que não era da jurisdição da Prefeitura, quando tínhamos de apreender mercadorias, tinha de oferecer os Agentes Vistores para integrar a equipe do Verde e do Meio Ambiente, que iam lá apreender as mercadorias - porque, se não, é irregular -, eram Agentes Vistores concursados para fazer isso. Gostaria de saber o seguinte: como vocês trataram esse problema de fiscalização e de

apreensão de mercadorias, de proibição de barracas; como a Subprefeitura atuou nisso? Os Agentes Vistores estavam lá; a GCM estava lá?

RF: 11372

Porque o senhor me fala de efetivo, e não sei a que efetivo o senhor está se referindo. Um Agente Vistor ali bastaria, juntamente, evidentemente, com o efetivo da Guarda da GCM, para fazer essas apreensões. Muitas apreensões foram feitas? Para aonde foram levadas essas apreensões? Eles fizeram comunicação prévia para as barracas serem desmontadas?

Essa documentação, a qual a Subprefeitura tem responsabilidade, como está? O senhor pode fornecer isso para nós?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Vereador, a fiscalização daquele espaço – pelo que eu tenho conhecimento, porque eu não estava na Prefeitura, cheguei em outubro -, tendo em vista ser um espaço federal, ali dentro, quando a Subprefeitura agia, o fazia, esporadicamente, para situações pontuais. Da assunção da Prefeitura lá...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Eu desconheço. Eu não sei dizer para o senhor. Essa documentação... Se isso aconteceu, como se procedeu.

P – Só uma coisa para o senhor, Coronel. Eu estou interessado em depois que a Prefeitura pegou, que é um pouco o nosso foco.

Mas queria dizer para o senhor que, antes, o fato de ser um espaço federal não altera, absolutamente, nada. Se tem comércio sendo praticado, a Subprefeitura tem que agir. Por exemplo, se faço comércio ambulante dentro de um espaço, sei lá, qualquer espaço federal... Perfeitamente, a estação do metrô. Se eu entrar lá dentro, os guardas vão tentar me tirar. Mas, se os guardas forem coniventes, a fiscalização da Prefeitura tem de ir para cima. Então, o fato de ser um espaço federal não altera... De qualquer forma, o senhor não estava na Prefeitura na época, não vou lhe constranger e fazer pergunta desse tipo.

Mas, legalmente, a Subprefeitura tinha de estar lá. De todo o modo, na pior das hipóteses, a partir do momento em que ela assumiu, tinha de estar lá. A Subprefeitura, juntamente com a Secretaria e etc.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Voltando, Sr. Altino, então, como eram mantidos os funcionários de limpeza e segurança. A arrecadação como é para pagar isso?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – A Prefeitura fez uma licitação e, com verba da Secretaria, ela paga a prestação desses serviços.

P – O senhor tem a informação de que alguém estaria recebendo das bancas, dos boxes, e que não é da Prefeitura?

R – Não, senhor.

P – O senhor não tem informação nenhuma?

R – Não, senhor.

Com relação a esse ponto, não.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Só uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Antes do nobre Vereador, queria perguntar: a 'Banca do Panetone'...

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Sim.

P – O senhor conheceu bem?

R – Sim.

P – De quem é a 'Banca do Panetone'?

R – De quem é?

P – Não é de ninguém conhecido do senhor?

R – Não, senhor. ? O nome dele é Fernando. Eu não sei dizer o restante do nome dele, mas o primeiro nome é Fernando. Foi a barraca que a gente desmontou no final de janeiro.

P – Mas os senhores deixaram por um certo tempo; ela funcionou normalmente, inclusive, usou no natal, no ano novo...

R – Aí, em janeiro, a gente providenciou a retirada.

P – Quer dizer, alguém informou ao Fernando, ao João ou ao Antônio, ao proprietário da banca: "Olha, faz o seguinte: vai levando e, em janeiro, nós vamos..."

Porque é uma coisa assim: eu vejo algo errado na minha empresa. Eu tenho que ir lá e, se está errado, preciso liquidar hoje. Como é que os senhores deixaram – estou falando de uma banca, mas vou falar de muito mais coisas –, a fiscalização deixou, ficar trabalhando, normalmente,

ali? Estou falando dessa banca.

R – É.

P – Eu queria perguntar, também, para o senhor: quem o senhor conhece que comanda essa feira mesmo? Nomes.

R – Comanda?

P – Comanda. Que tem 70% da feira? Está na mão de quem? A parte comercial?

R – Eu não sei.

P – O senhor não sabe. O senhor tem alguém que possa trazer da Prefeitura, que possa me ajudar?

R – Que saiba essa informação específica? (Pausa) Não, senhor.

P – Então, volto. Vou no bate-bola para o senhor ir, também, me ajudando. Quem paga a empresa de segurança e de limpeza: foi feita uma licitação pela Prefeitura. O senhor não sabe qual o valor da licitação?

- Manifestação fora do microfone.

R - Não, foi feita uma licitação.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nós vamos trazer, também, a documentação.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Da ação da limpeza inclui, inclusive, a limpeza dos banheiros?

O SR. ALTINO JOSÉ RODRIGUES – Sim, senhor.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E por que se cobra R\$ 1,00 para se utilizar?

R – Não se cobra mais não senhor.

P – Não se cobra mais para se utilizar o banheiro, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Luz, água. E também a pergunta: na época em que o senhor esteve lá, quando o senhor chegou, tinha um valor para usar os sanitários.

R – R\$ 1,00 por pessoa.

P – Imediatamente os senhores terminaram com isso?

R – Sim, senhor. A gente arrancou as catracas e não houve mais a cobrança de...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Tem gente aqui atrás que participa lá e está dizendo que continua cobrando. Tem gente aqui atrás que participa, deve ser comerciante lá, e diz que continuam cobrando. A senhora confirma? Continua cobrando?

- Orador se refere a pessoas presentes ao recinto.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Quem mais que conhece lá e sabe que continua cobrando?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Seu Altino, as informações estão chegando, denúncias estão chegando, e as pessoas estão vindo aqui porque viram que essa subcomissão foi instalada. E vejo que, além da água e luz, quer dizer, tudo isso daí faz parte de uma licitação. Quem está pagando isso é a Prefeitura?

R – Sim, senhor.

P – E o recolhe que foi feito não é da Prefeitura.

R – Qual recolhe?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tinha alguma coisa que...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – V.Exa. quer mostrar? Mostre aqui, Vereador Adilson Amadeu, o que saiu no noticiário. O senhor viu o que saiu no noticiário. O senhor viu o que saiu na TV Record?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Não, senhor.

P – O senhor não viu o noticiário que saiu na TV Record?

R – Eu só li no jornal no dia seguinte.

P – O senhor é chefe de gabinete da Mooca, o senhor foi gestor executivo e não sabe dessa matéria.

R – Vereador, desculpe. Eu não assisti à reportagem. Fiquei sabendo no dia seguinte.

P – E não ficou curioso de ir à Record7 olhar? Eu peguei na internet. Fui lá, olhei e falei: "Pelo amor de Deus. Isso é coisa da máfia italiana junto com a chinesa e a russa. É uma coisa de louco". Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Altino, quem pagou a conta de água de março, abril e maio?

R – Pelo que me consta, a Prefeitura.

P – Água e luz?

R – Sim, senhor. A informação que recebi da Secretaria é que as contas a Sabesp e a Eletropaulo mandaram para Secretaria pagar.

P – Qual foi o último dia que o senhor foi na Feira? O senhor estava lá no dia que foi feito foi?

R – Agora, semana passada? Não, senhor.

P – Mas qual foi a última vez que o senhor foi?

R – Faz mais de um mês. Uns 45 dias, mais ou menos.

P – Conta para mim: o senhor conhece o Feliciano?

R – Conheço sim, senhor.

P – O que ele faz?

R – Ele fazia parte da equipe que administrava, efetivamente, a... Estava lá no dia a dia da Feira.

P – Ele continua?

R – Não, senhor.

P – Quem está no lugar dele?

R – Não sei se teve alguém que foi substituí-lo. Ele foi exonerado, permanece lá o Seu Fonseca, que é o novo administrador; a Amélia, que está lá também, e os outros funcionários da Prefeitura.

P – O senhor foi convidado pelo Ronaldo Camargo.

R – Para ir para a Feira? Sim, senhor.

P – O senhor foi convidado por ele?

R – Sim, senhor.

P – O senhor conhece ele do CET há 30 anos?

R – Sim, senhor.

P – O Feliciano foi convidado por quem?

R – Foi convidado por mim.

P – O senhor trabalha com ele há quanto tempo?

R – Ele trabalhou comigo durante 8 anos.

P – Onde?

R – Na Polícia Militar.

P – O senhor também trabalhou no Governo Pitta?

R – Trabalhei sim, senhor.

P – O que o senhor fazia?

R – Fui assistente militar.

P – Assistente militar. E o Feliciano?

R – Também. Trabalhou comigo lá.

P – Então, o senhor tem um lastro de amizade com o Feliciano?

R – Sim, senhor.

P – Ele vai na sua casa e o senhor vai na casa dele?

R – Não, senhor.

P – Os senhores se encontram todos os dias?

R – Não, senhor.

P – Telefone só?

R – Sim.

P – Os senhores não falam mais no...

R – E às vezes quando eu ia na Feira e ele estava lá.

P – Mas hoje o senhor não fala mais com ele por telefone.

R – Não, não tenho mais... Falo com ele, mas eu não tenho...

P – Não, o senhor não fala mais com ele pelo telefone. Só se é de algum outro telefone, não o seu. Eu estou só ilustrando.

R – Como assim outro telefone, Vereador?

P – O senhor fala de seu telefone com ele?

R – Falo.

P – Quando o senhor falou com ele, a última vez?

R – Falei com ele hoje ainda.

P – O senhor falou que vinha aqui?

R – Não.

P – Então, o senhor tem uma amizade mesmo, de falar todos os dias?

R – Não, senhor. Todos os dias não. Eu falo com ele como falo com os amigos que tenho. As vezes. Não é todos os dias.

P – O Feliciano hoje está?

R – Ele foi exonerado da Prefeitura.

P – Por quê?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Segundo informação da Secretaria, por ele ter autorizado uma obra que...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Uma obra?

R – Sim.

... Que ele não tinha poder, aliás, como ninguém tem poder lá dentro para autorizar.

P – Qual obra?

R – Da reforma da transformação do restaurante, daquele restaurante da entrada.

P – A que foi lacrada agora?

R – Isso.

P – Que o Prefeito foi lacrar.

R – Sim, senhor.

P – Ele até me convidou para lacrar, mas eu achei um descaso. E a cara de pau dele de lacrar algo que eu já tinha denunciado.

E as outras? Ele foi exonerado por isso. E as outras obras que foram autorizadas lá? Por que foram autorizadas as obras que foram feitas, que inclusive eu denunciei no Ministério Público?

R – Eu desconheço.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Vereador Adilson, só um aparte.

Sr. Altino, tem lá, a Prefeitura começou a administrar em novembro do ano passado. Vocês têm lá um locado, um local da Administração de vocês?

R – Tem, sim, senhor.

P – Tem um espaço lá?

R – Tem, sim, senhor.

P – Quantas pessoas tem?

R – O total lá, se não me engano, hoje, devem ser oito pessoas.

P – Oito pessoas.

R – Sim. E trabalham, inclusive, em turnos de serviço, porque a feira...

P – Trabalham para quê? Qual é a função? Recebem...?

R – Não.

P – ... A locação?

R – Não, não senhor.

P – Como é que funciona? A gente queria entender, porque, depois que passar a matéria aqui, o senhor vai entender por que estou perguntando. Dizem que pagam lá 300 ou 500 reais de propina, todos os meses, cada barraca. Não sou eu que estou falando. Entrevista na matéria. Cobraram 200 mil reais cada barraca nova para poder a pessoa trabalhar naquele local. Não sou eu que estou falando.

A reportagem da TV Record que mostrou. O senhor não viu, mas nós vamos mostrar para o senhor, o senhor vai ter conhecimento. Quer dizer, se a Prefeitura entrou para administrar, ela tem que entrar com poder de administração. Poder de administração é: pessoas, recursos humanos, designar cada pessoa para cada função, quem vai fiscalizar, que vai vender produto, que tipo de produto, vai emitir nota fiscal, não vai emitir nota fiscal; você tem autorização para funcionar mediante o quê? A pessoa vai lá, se estabelece lá e não paga nada? Como é que funciona? Eu queria saber. A barraca lá, o espaço, a pessoa não paga nada?

R – Não, ele...

P – Tem 5 mil barracas, que o senhor falou.

R – Isso.

P – Não paga nada? A pessoa chega ali, não paga nada para a Prefeitura, não tem Termo de Permissão?

R – Para a Prefeitura, não.

P – Não tem nada? A Prefeitura administra...

R – O Termo de Permissão vai ser concedido agora, após o cadastramento do Amador Pedrazzo.
 P – Mas não pode pôr a carroça na frente dos bois. Sem Termo de Permissão, não poderia estar utilizando. Como é que a Prefeitura pode permitir tal fato?

R – O senhor me desculpe, mas eu desconheço isso.

P – O senhor desconhece, o senhor é um militar, o senhor sabe que as regras são para serem cumpridas. Então, eles colocaram a carroça na frente dos burros. Quer dizer, eu não estou entendendo. Eu queria saber, há um espaço que era da União, era uma bagunça e continua bagunça. A Prefeitura, entrando, não conseguiu regularizar aquilo lá, que é o que observamos. Piorou. Cobra 200 mil de ponto, cobra 300 a 500 reais de propina por cada barraca. Está na matéria, o senhor vai ver. Quer dizer, é isso o que a gente não entende. E aí, quer dizer, tem a Prefeitura que está com uma área de gestão, oito funcionários que, na verdade, não estão fiscalizando nada, não estão administrando aquilo. Aquilo é para administrar como um *shopping*. O senhor vai num *shopping*, o senhor vai ver lá, com 400 lojas, 200 lojas âncoras, o senhor vai ver lá a administração deles, é impecável.

Então, se a Prefeitura quer fazer a gestão, ela tem de se preparar. Se não tem competência, passa para terceiro e aí participa de alguma forma daquilo. Agora, o que estamos observando é uma total anarquia na administração. Não tem regras, ninguém paga nada, pagam-se propinas. A única coisa que observou é que se pagam propinas lá.

O Vereador disse: "Onde o senhor...?". Eu queria até que o senhor mostrasse aqui a matéria, porque...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Sem dúvida, seja tiver pronto aqui, pode passar a matéria.

R – Por favor.

P – Depois, vou continuar fazendo as perguntas.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Faz a pergunta antes e, depois, mostra.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Eu estou no meu quebra-cabeça, falando o quê? A licitação, então, Sr. Altino, foi no dia 22/11, a licitação para limpeza, segurança, foi em fevereiro?

R – Isso.

P – De 22/11, que o senhor entrou, até fevereiro, quem mantinha? Como era a arrecadação? Quem que limpava, quem que punha segurança, como que era, de 22/11 até fevereiro? Que, aí, a Barraca do Panetone ficou à vontade, tudo ficou à vontade. Como era?

R – Eu assumi lá no começo de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Tá. Até fevereiro...

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Logo na primeira semana...

Eu precisaria ter trazido a data, mas a empresa de segurança que foi contratada e a empresa de limpeza e de coleta de lixo...

O SR. ADILSON AMADEU – Eu vou até lhe ajudar. Além das perguntas todas, (ininteligível) que eu tenho, eu queria, eu queria, dentro do que o senhor vai me passar, dos gestores, eu queria que o senhor também fizesse depois um resumo. O senhor vai estar mais tranquilo. Desde quando o senhor recebeu o convite?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Me foi avisado, semana passada, na quinta-feira, só que houve um equívoco de data. Eu, inclusive, um dos motivos do meu atraso é que haviam me falado que seria amanhã a minha vinda aqui. Por isso que eu não...

P – A pergunta eu insisto. Da mesma época que o senhor pegou, até fevereiro, eu quero saber como ficou isso. Quem pagou, quem não pagou? Como era a estrutura? Falou com quem? Quem ajudou? Se só dois ou três, com toda a tranquilidade, dois ou três chineses pagaram? Têm chineses lá que têm bancas lá?

R – Tem chinês, tem brasileiro, tem boliviano.

P – Tem o Papi, tem a Mami, tem o Bill(?), tem o Mário? Tem?

R – Tem.

P – O senhor, como Militar, que conhece, profundamente, os bastidores, onde eles estão?

R – Onde eles estão? Não sei.

P – O senhor nunca encontrou eles?

R – Não, senhor. Não, eu já os vi circulando na feira, mas de...

P – A última vez que o senhor viu eles, quem que o senhor viu? O Mário, a Mami ou o Papi?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Desculpe-me, mas quem é Mami Papi?

O SR. ADILSON AMADEU – Eles são os chineses que comandam a ~~terra~~ ^{cidade} de Mami Papi. Quem é Mami?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Deve ter nomes, Mami, Papi. Quem é Mami?

Por favor, Sr. Altino, quem é Mami? O senhor diz...

RF: 11372

O SR. ADILSON AMADEU – Antes de ele responder, quem pagou novembro, de novembro a fevereiro as contas lá?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Eu não sei dizer. Isso quem pode informar ao senhor é a secretaria. Eu não sei.

P – Como gestor, o senhor não sabe me informar?

R – Não, senhor.

P – Com quem vou precisar trazer para me informar, Sr. Altino?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O Sr. Ronaldo.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – A Secretaria.

O SR. ADILSON AMADEU – O Ronaldo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Bom, então, nobres Vereadores, é, mais ou menos, é dentro da denúncia aqui...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Não, eu gostaria de saber quem é o Mami e o Papi.

O SR. ADILSON AMADEU – O Mami, o Papi, Mário, o Bill(?).

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – São...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Quem é Mami?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – O senhor conhece a feira?

P – Eu não conheço.

R – Ah, o senhor nunca foi lá?

P – Eu vou lá agora. Eu nunca fui. Eu tenho até medo de ir lá, depois de tudo que eu vi e escutei. Morreu gente, tal. Eu tenho medo. Eu não tenho couraça. Eu não sou blindado. Eu fico com medo.

R – Morreu gente?

P – É, parece que houve alguns assassinatos aí. Não teve?

R – Desconheço.

P – É, parece que teve. O senhor desconhece?

R – Quando isso, Vereador? Desculpe.

P – É, não faleceu aí um...

O SR. ADILSON AMADEU – O Afonso, o Afonso

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O Afonso. Não mataram ele?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Mas o Afonso já foi, o ano passado.

P – Sim, mas é pertencente...

O SR. ADILSON AMADEU – Dezembro, não é?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Dezembro, é, dezembro. Mataram?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Sim, mas, o senhor desculpa a minha dúvida.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Eu não sou Coronel. Se eu fosse Coronel, te garanto que eu saberia tudo isso. Eu não sou Coronel, eu não tenho poder da Polícia. Não tenho o preparo dos senhores. Eu não estudei para...

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – A morte dele, Vereador, está sendo apurada pela Polícia Civil.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Eu sei. Eu estou falando só. Então, assim, eu estou perguntando quem é Papi, quem é Mami. Eu não sei quem é. Gostaria de saber quem é Papi, quem é Mami.

O SR. ADILSON AMADEU – Eu vou falar um pouquinho, porque é assim: A Mami, o Papi e o Mário - e o Altino sabe - eu estou tendo a liberdade de chamar de Altino, me permite.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Por favor, Vereador, pelo amor de Deus.

O SR. ADILSON AMADEU – Coronel, Coronel, nada contra você. Só acho que os senhores não deviam estar na frente das subprefeituras. Eu, o Adilson Amadeu, Vereador, nada contra a Polícia Militar. Muito pelo contrário, parabéns à Polícia Militar, mas, eu gostaria de, sempre eu estou falando sobre isso, mas depois eu chego lá. Eu pergunto também: "Eles, esses, nobre Vereador Aurélio Miguel e nobre Vereador José Américo, e todos que estão... Não, nós vamos escutar. Por quê? Esses homens aí, esses senhores, que eu estou recebendo informação, na

denúncia, hoje eles têm 60% do controle dessa feira. Para mim é uma

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Eu desconheço isso, Vereador **Leonardo Amaral Pedrazzi**

O SR. ADILSON AMADEU – Mas eu vou mostrar, no final dessa subcomissão, aqui real. Negociações de dezesseis milhões, que pagaram nove e ficaram devendo o restante, porque não puderam usar os *boxes*. A gente tem muita informação sobre lá, e temos informação de todos que participam da subprefeitura, que andam por lá, e atividade de cada um, não só eu, como a Polícia Civil. A Polícia Civil está trabalhando grandiosamente, nesse caso, e eu vou continuar trabalhando. A Polícia Civil tem recebido ameaça. Recebi um telefone sexta-feira. Nada, nada vai me tirar desse trabalho, porque eu não acho justo. Os senhores não estão... A secretaria, nem a Secretaria do Trabalho, não deram oportunidade para aqueles que estavam na rua. Apanharam sempre, e ter a sua condição de realmente ter seu *box* dentro da feira. As pessoas que estão lá são os poderosos, são os empresários. As construções dos *boxes* lá, na calada da noite, no Carnaval, foi construído. Os senhores que são da subprefeitura, vou trazer todos aqui, inclusive o Coronel Casado, Subprefeito da Mooca. Todos vão vir aqui. O Sr. Ronaldo também. Eu vou trazer todos. Eu não sou da base do Governo, mas eu gosto da verdade. Eu gosto da verdade e gosto que me falem a verdade. Por isso que eu estou querendo só uma colaboração, para que a gente chegue: "Olha, queremos fazer um grande *shopping*, mas oportunidade para aquelas pessoas que, realmente, comeram grama lá de atrás. Eu conheço as pessoas. (Palmas) Eu conheço as pessoas que estão, na rua, há muito tempo. Eu mesmo, quando, com o Sr. Andreas Matarazzo, olha: "Vamos tirar os ambulantes do Largo da Concórdia", mas dá oportunidade, porque eles têm um trabalho, agora, quem vende produto pirateado, de má procedência, roubado, aí é uma outra conversa. Até eu lamento, porque o senhor, com toda a sua experiência, como Coronel... O Sr. Feliciano, ele é, ele é militar?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Sim, senhor.

P – O que ele é?

R – Sargento.

P – Sargento.

R – Sargento.

P – E aqui, denúncias grandiosas sobre o Sr. Feliciano.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Ah, o Mami, o Papi, eu queria que o Seu Altino falasse.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Eu não sei.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Vereador...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – É russo, é brasileiro, é chinês, é coreano?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – O comentário que corre, na feira, que eles são chineses e que eles têm bancas lá dentro da feira.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E qual é o nome deles?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Eu conheço por esses nomes.

O SR. ADILSON AMADEU – Qual o nome?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Mário.

O SR. ADILSON AMADEU – Quem mais?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Mami.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mário. Como é que é?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Não sei o nome inteiro dele.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Ah, é Mami e Papi?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Isso.

O SR. ADILSON AMADEU – Mário...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E o senhor foi lá, administrador gestor executivo. Vocês têm lá um posto lá, um local. Sabe que eles estão lá, e não sabem o nome deles? Não tem lá uma inscrição de quem são eles?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Não, eu não sei.

P – O senhor não sabe?

R – Não sei dizer para o senhor.

P – O senhor não sabe?

R – Não, senhor.

P – Mas deve estar lá, no cadastro.

R – Deve estar, no cadastro, que foi feito pela secretaria.

P – Então, senhor, por favor, encaminhe para esta Casa aqui quem é Mami, quem é Papi, se está direitinho. Quer dizer, vocês estão dando lá termo de permissão de uso, e vocês não verificam se a pessoa tem antecedente criminal?

R – O cadastramento, Vereador, desculpe, está sendo feito pela secretaria, diretamente.

P – Nós estamos...

R – A relação do cadastro, a relação toda está de posse da secretaria. Ela ainda não foi disponibilizada.

P – Nós estamos no mês de junho.

R – Pois não.

P – Não conseguiram cadastrar e nem sabem quem são as pessoas que estão lá?

R – O senhor me desculpe, mas o cadastramento não fui eu que fiz.

P – É uma vergonha, é uma vergonha. Eu não sei quem fez, mas a Prefeitura, realmente, mostra que não tem competência para administrar nada, nem a cidade. Poxa vida, algo que estava irregular, a Prefeitura entra, diz que vai estar tudo certinho, rapidinho, e o que nós podemos constatar, que está pior. Quer dizer, em cinco meses, não conseguiram nem cadastrar. Cadastra só quem tem interesse. Pela matéria aqui, que nós vamos ver, deve ser só por isso. É isso que eu posso avaliar. Em cinco meses, não sabe nem quem está lá. Tem o Mami e o Papi, que, segundo o Vereador Adilson Amadeu, tem 60% do controle na feira da madrugada.

O SR. ADILSON AMADEU – Só um, só um, ou o Mami ou o Papi tem 172 boxes, 172 boxes.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Que política é essa social que a Prefeitura entrou para administrar?

O SR. ADILSON AMADEU – Eu queria muito que o Coronel Altino... Agora vou chamar de Coronel...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Quem política é essa?

O SR. ADILSON AMADEU – Eu quero que o senhor vá com a força policial, com a condição... Os senhores precisavam... Há seis meses, dentro da feira, vendo produtos pirateados, produtos contrabandeados, produtos de má procedência, e nem sequer... Ainda gostaria, nobre Vereador José Américo, nobre Vereador Aurélio Miguel...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – No dia que o Prefeito foi lá, ele ainda entregou o certificado a duas, a dois lojistas orientais, que, em seguida, mandei ir lá, e eles não têm nota fiscal. O Prefeito, eu tenho já gravação, tudo isso. Mandei ir lá, minha Assessoria, tudo. Então, eu pergunto. Eu queria até insistir nisso: O Feliciano teria condições de onde a gente localizar o Mami, o Papi e o Mário?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Preciso perguntar para ele. Eu não sei dizer.

P – O senhor, como militar, o senhor tem condições de ajudar...

R – Não, senhor.

P – A Casa? Não tem condição?

R – De localizá-los?

P – Não, eu precisava referências, inclusive, dos...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O nome, primeiro o nome.

O SR. ADILSON AMADEU – Não é, porque nós precisamos mostrar, por A mais B, como esses cidadãos chegaram... Um ambulante que estava, na rua, não consegue ter um box. Toma chicotada. O Mami, o Papi e o Mário tiveram essa condição? Ai a gente vê que as coisas estão indo. Faz um box às escondidas. Há uma negociação. Por isso que a Polícia Civil, pelas informações, e agora já têm promotores também acompanhando o caso, até vou amanhã estar com o promotor. A gente quer saber de nomes. Eu não sei a hora que vai passar a matéria aí, mas eu queria saber, que o senhor falasse um pouco a respeito do... Pode passar a matéria, e eu vou fazer as perguntas, para o senhor me falar, Seu Altino, a respeito do grupo gestor.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor sabe também desses contratos?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Não, senhor.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Depois eu quero que o senhor fale também do hortifruti, que o

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RE 11272

senhor também, gestor, cuidava do hortifruti.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Não, senhor.

P – Não?

R – O hortifruti ficou, exclusivamente, sob a competência do, de abastecimento, de Abast, Dr. Graziano, que foi...

P – A informação que eu tinha... Por isso que eu... O que é seu, é seu; o que não é, não é. Só para a gente ir trazendo.

R – Lá é de abastecimento, só.

P – A Amélia trabalhava com o senhor?

R – Não entendi.

P – Amélia?

R – Amélia.

P – O senhor acha que tem condições, imediatamente, de fechar os boxes do Mami, do Papi e do Mário?

R – Eu não sei, Vereador. Eu estou afastado de lá faz 40 dias. Eu não sei nem como está aquilo.

P – Mas, em contribuição, quem que faria isso, o Coronel Casado?

R – É, o apoio, vamos dizer assim, legal, não é, a presença legal teria de ser da subprefeitura.

- Manifestações fora do microfone.

- Exibição de vídeo.

O SR. ADILSON AMADEU – O Sr. Ailton também está convidado a vir aqui, mas, Sr. Altino, me desculpe, o Sr. Ailton arrecadava, Sr. Altino, pelo que fala a reportagem. A Prefeitura entrou. Como que ficou isso?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – A Prefeitura entrou e assumiu o pagamento desses serviços que eu falei para o senhor. Se ele recebia e por quê, eu não sei dizer, nem se ele recebia e nem o porquê...

O SR. ADILSON AMADEU – (ininteligível) limpeza. Segurança e limpeza.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Isso.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Com todo respeito. O senhor é um péssimo administrador.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Até quando ele ficou?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Porque se pagou conta de luz, conta de água, e os caras cobrando esse valor aí... (Palmas) A Prefeitura não tinha que pagar nada, tinha que estabelecer normas, pagar a taxa, qualquer que seja. Por exemplo, eu sou filiado à Federação Paulista de Judô. Eu pago uma anuidade, para ter a carteirinha, em dia, tal. Quer dizer, o mínimo de administração ali, a Prefeitura, pelo menos, saiu no zero a zero, e ela organiza, e o Poder Público está presente, organizando uma feira que, nós observamos aí, é um amontoado de gente. Me parece mais a feira das sedas, lá, em Pequim, que eu conheço, parece. Quer dizer, sem procedência de produtos, sem nota fiscal, sem nada. Isso é um absurdo, a Prefeitura ser conivente com isso. Com todo o respeito ao senhor, o senhor me desculpe. Poxa vida, isso não pode acontecer na nossa cidade. A Prefeitura entra com status de Prefeitura, a chancela da Prefeitura administrando, está lá, no noticiário, dizendo que ia organizar, e ela participa dessa bagunça. Isso é um absurdo.

O SR. ADILSON AMADEU – Seu Altino, por que o senhor foi afastado, recentemente?

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Vereador Adilson, só queria perguntar, mais uma vez, porque não ficou claro. O Coronel Altino ficou de quando a quando como coordenador do comitê gestor?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Começo de janeiro.

P – Até?

R – Até meio de... Nós estamos em maio. Começo de abril.

P – Não, é o seguinte. Quer dizer, essa matéria, essa matéria foi ao ar durante a sua gestão, porque ela foi ao ar dia 4 ou dia 5 de abril. O senhor tinha conhecimento de algum tipo de coisa disso?

R – Não, senhor.

P – (ininteligível) Nada?

R – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Só uma pergunta.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Mais uma coisa antes, uma coisa antes, sobre a questão dos

panetones. Eu queria... Não, eu vou perguntar, não é nenhuma ironia. Eu não faço isso, mas é para entender a mecânica, a mecânica, para entender a mecânica da execução da fiscalização. O senhor disse o seguinte, vocês constataram que estava irregular, e aí, por que não há... Dentro da minha lógica, eu que já fui subprefeito, eu, dentro da minha lógica, de que eu posso pegar um agente vistor e a GCM ir lá e fechar, qualquer coisa que esteja irregular, por que essa banca não foi fechada? Por que não houve fiscalização sobre ela?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Porque nós estávamos aguardando determinação da secretaria.

P – Está. Então, a secretaria, nesse caso, quero registrar aqui... Não, sem culpar o senhor, nada... Prevaricou.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Prevaricou.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Ela agiu, ao arrepio da lei, como se dizia, antigamente, certo? Primeiro, porque eu também não considero entender porque a secretaria... Na minha opinião, quem prevaricou foi a subprefeitura, porque eu acho que a secretaria não pode...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não tem poder. Quem tem poder de Polícia é a subprefeitura e não a secretaria.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – A secretaria não tem poder de Polícia. Quem tem é a subprefeitura. O agente vistor, ele tem que agir, independentemente da opinião do Prefeito, inclusive, do Prefeito, inclusive. O agente vistor tem que agir. Então, na minha opinião, não foi do Secretário. Foi, nesse caso, da subprefeitura, do Coronel Casado, o subprefeito ou o chefe da fiscalização, mais exatamente, que tinha que ter agido, independentemente da secretaria. A secretaria não manda na fiscalização. Ela não pode segurar a fiscalização, ou, a menos que a gente saiba de alguma outra coisa. Quando o Secretário vir aqui, ele vai explicar.

Obrigado.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Só uma pergunta. O senhor...

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Pois não.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor, como o gestor executivo, já tem o convênio entre a União e o município, cedendo o espaço?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Assumindo, definitivamente, como novo proprietário, vamos (ininteligível)?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Ele está na posse. Está na posse.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Não, ainda está no temporário. Foi prorrogado, por mais, por mais 90 dias ou 120 dias.

P – Mas deu a parceria...

R – Cento e vinte dias.

P – Tem lá um documento, atestando essa parceria, tudo?

R – Sim, sim, tem. Tem, sim, senhor. Foi feito um termo, assim como foi em novembro.

P – E quanto que a Prefeitura já gastou? O senhor deve saber alguma coisa.

R – Não sei.

P – Mas, meu Deus do céu, o senhor não sabe nada?

R – Desculpa, Vereador.

P – Com todo respeito, o senhor não sabe nada que nós perguntamos. O senhor é o gestor executivo. O senhor fez uma reunião. Eu vou falar para o senhor: "Eu, se eu vejo, entro numa feirinha dessa, e eu tenho que ser o gestor, eu falo: "Olha, vamos monitorar tudo", ou, então, eu falo: "Não tenho condição. Escolha outro. Não dá. Estou indo embora. Muito obrigado. Agradeço o convite e tal. Desculpe-me, o senhor fez uma reunião, o senhor tem uma ata, ficou lá três, quatro, meses?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Três.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Em três meses, uma reunião? Isso aqui é um trabalho que tem de ter empenho, dedicação, se quer resolver de verdade, agora, se é para continuar do jeito que está, aí deixa continuar. Com todo o respeito, o senhor já teve algum negócio na vida do senhor?

R – Não senhor.

P – Eu já tive vários e ainda tenho. Para administrar isso aqui tem de ter competência

corporativa e administrativa, não é achar que vai lá resolver. Os senhores fizeram uma reunião em três meses. Eu não preciso nem entrar lá, só pela matéria já tem de entrar com uma operação de guerra, uma operação para ordenar e organizar aquilo. O que vai poder? Quem vai poder? De que forma? Quais são as prerrogativas para a pessoa estar lá maior, capaz, sem antecedentes criminais, sem passagem pela polícia por venda de produtos roubados, pirateados, contrabandeados. Tem de ter uma norma. O senhor criou alguma?

R- Não senhor.

P- Não criaram nada? Até hoje não criaram nada. Aí vem o Prefeito... semana passada, vai lá para inglês ver: "Tertulia mansa para acalantar bovino", "conversa mole para boi dormir". Só que não tem verdade. Então é melhor pegarem e falar: "eu vou devolver, União licite isso aqui, vê se vem a iniciativa privada, administrador de shopping, quem quer que seja e aí vocês vão ver o que vão fazer". Não tem competência para administrar a Cidade. É isso que estamos observando. Eu como Vereador e cidadão fico indignado porque pago IPTU e pago caro, não pago barato não, e vejo o dinheiro mal utilizado na minha Cidade.

E estou vendo que o senhor, que é o gestor executivo, não sabe nada, não informa nada, só uma reunião, é uma vergonha ou então falaram para o senhor: "vai devagar, não vai entrando". Algum superior falou alguma coisa para o senhor? "Você é o gestor executivo, mas deixe que aqui quem vai organizar somos nós" Aconteceu isso?

R- Não senhor.

P- Eu não posso aceitar, com todo o respeito. A minha indignação não é com a pessoa do senhor, é com a situação.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu queria aproveitar a presença dos nobres Vereadores José Américo e Aurélio Miguel, para aprovar um requerimento para a próxima semana do Conselho Gestor. Acho que gentilmente vamos convidar, então, o requerimento seria para convidar o conselho gestor da Feira da Madrugada, os que estão, mudaram alguns, Sr. Altino?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Não senhor, o grupo permanece o mesmo. Só o gestor executivo saiu e eu fiquei temporariamente, agora, tem um novo.

O SR. ADILSON AMADEU – Neste requerimento também vamos fazer o convite para o Subprefeito da Mooca, o Coronel Branquini. Se a Sra. Amélia Carrara não estiver, aí será convocada. Então, se os nobres Vereadores estiverem de acordo, a votos. (Pausa) Aprovado.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Acho que V.Exa. tinha de convocar o Secretário da Subprefeitura, o Sr. Ronaldo, porque pelo que percebi do Sr. Altino, na verdade, passa tudo por lá. Tem um planejamento todo que não funciona.

O SR. ADILSON AMADEU - De onde o senhor conhece a Sra. Amélia?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES – Da Subprefeitura da Mooca.

P- Ela acompanhava o senhor lá na feira?

R- Ela foi para lá quando a Prefeitura recebeu a guarda provisória do espaço. Isso logo na assinatura do convênio com o Governo Federal e depois eu fui para lá no começo de janeiro. E ela trabalhava lá na feira.

P- Ela continua?

R- Sim, continua.

P- Tem uma área que ela fica?

R- Ela cuida da parte administrativa interna, da parte burocrática, da documentação da Prefeitura.

P- Há quanto tempo o senhor conhece ela da Prefeitura?

R- Eu a conheci no final de setembro a começo de outubro quando eu vim para cá. Quando eu vim para a Prefeitura.

P- Foi indicação dela então?

R- Não sei dizer para o senhor, não fui eu que...

P- Seria do Subprefeito? O senhor não sabe informar?

R- Não sei.

P- Eu perguntei do Mário, do mami, do papi, o senhor esteve alguma vez com eles?

R- Não senhor.

P- Nunca teve contato com eles?

R- Só de vê-los passar, de cumprimentar: "bom dia, boa tarde", só; de conversar, não senhor.

P- O senhor esteve numa de suas idas lá na feira com o Feliciano?

R- Sim.

P- Quando o senhor estava com o Feliciano, o Mário, o mami e o papi estiveram conversando ali com o senhor?

RF: 11372

R- Deixa eu falar só uma coisa: mami e papi eu não os conheço pessoalmente, nunca tive contato. O Mário eu conheço, ele, como vários outros usuários da feira, comerciantes ali instalados, por diversas vezes eles estiveram lá em cima na sala que a Prefeitura ocupa para tratar de diversos interesses. Inclusive...

P- Quais interesses?

R- Por exemplo, nós íamos já começar a reforma da hospedaria, onde dormem os motoristas e os guias, isso já estava praticamente decidido, daí um grupo de comerciantes esteve conosco, inclusive, um deles é dono de uma banca de camisetas: "não sei o quê de Cristo", eu não vou lembrar. E ele veio com estas pessoas para pleitear que aquilo não fosse fechado por conta de que como está para abrir outro shopping popular eles tinham medo de perder essa clientela que vinha de fora. Como esse vários outros, por exemplo, conversei com o pessoal uma vez daqueles carrinhos de transporte de cargas, conversei com motorista de táxis, então, eu conversava com várias pessoas lá: pessoas que tinham problemas, várias delas vieram para conversar comigo, para saber como seria o projeto, para conversar a respeito de como iria ser direcionado uma coisa, ou outra coisa. Dentre essas vezes o Mário esteve lá para conversar.

P- Toda esta reforma, nova construção, autorizada pela CPDU lá da Mooca?

R- Este é um projeto que ainda está em fase de avaliação, vamos dizer assim, na Secretaria, do Secretário Marcos Cintra, para que seja feita uma licitação para isso ser colocado a público para ver se haverá alguma pessoa interessada.

P- O senhor falou com o Mário, ou o Feliciano que falou: "olha, você não se reporta a mais ninguém, só fale com a gente aqui".

R- Não senhor.

P- O senhor nunca falou isso para ele?

P- Nem o Feliciano?

R- Não sei dizer.

P- Então, o senhor falou com o Feliciano hoje?

R - Falei hoje pela manhã.

P- Sobre esse assunto?

R- Não senhor.

P- Não tem nada a ver?

R- Não senhor.

P- Mas, ele sabe que o senhor viria?

R- Que eu viria aqui? Sabe.

Sabe, como todo mundo da Subprefeitura também sabe.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quem é todo mundo?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES - Várias pessoas que tiveram acesso ao documento da convocação.

P – Não, mandei só para o Subprefeito.

R – Sim, mas desculpa Vereador, pelo amor de Deus não me interprete mal, eu comentei com algumas pessoas da Subprefeitura, Coronel Branchini, Coronel Mário e com outras pessoas de que eu viria aqui hoje. Não tenho motivo para esconder de ninguém.

P – Lá tem uma área também dos taxistas, estão ali dentro, não é isso?

R – Sim.

P – Como é controlado isso?

R – Atualmente não existe...oficialmente, a São Paulo Turismo ainda não implantou um ponto oficial lá. Inclusive, a Subprefeitura está em contato com a SPTrans para criar um ponto oficial que talvez fique no Largo do Coco para localizar e gerir esse ponto de táxi. Agora, o funcionamento deles, isso eu desconheço, não sei.

P – Sr. Altino, é o que o nobre Vereador Aurélio Miguel falou, é o tipo do negócio que quando quer fazer e pôr ordem na casa é colocar. Ali, infelizmente, agora, eu sei, tenho pessoas lá dentro, o pessoal está com medo até de passar dia 20, dia 10, dia 5, parece que passavam lá para cumprimentar os lojistas e não estão nem cumprimentando mais essas pessoas. Não

estão indo cumprimentar mais nenhum lojista.

Agora, é tanta irregularidade que o senhor viu com seus próprios olhos. O Sr. passou para o Coronel Casado?

R – Não, para o Coronel Casado não. Eu como gestor do grupo do pátio, gestor temporário, o meu contato com relação ao pátio era diretamente com o Secretário e com o Chefe de Gabinete da Secretaria.

P – Então, o senhor falava diretamente com o Secretário Ronaldo Camargo?

R – Isso. A maioria das vezes com o Manuel Victor que é o Chefe de Gabinete por o Secretário estar ocupado.

P – Quero que a assessoria anote, Manuel Victor, que depois vou trazer.

Mas o contato direto era com o Sr. Ronaldo Camargo?

R – Sim, porque o grupo gestor foi criado por uma portaria intersecretarial – da Secretaria dele e da Secretaria do Marcos Cintra. Então, o retorno é direto com o Secretário.

P – Quer dizer, o senhor não viu o aumento de box, construção de box, não viu nada disso lá?

R – Não, senhor.

P – Eu vou trazer a Subprefeitura, o Sr. Casado e o Sr. Branchini aqui.

O senhor conhece o Coronel Casado?

R – Conheço.

P – O senhor é da mesma turma?

R – Não, senhor.

P – O senhor é mais novo.

R – Sou mais novo de polícia.

P – Quantas vezes o senhor esteve com o Mário?

R – Umas duas ou três vezes.

P – O senhor lembra qual foi o assunto?

R – Ele quis saber sobre o cadastramento, foi explicado a ele quem faria o cadastramento. Não me lembro mais detalhes, desculpa, isso foi logo no começo da minha ida para lá. Não sei dizer detalhes ao senhor.

P – E com referência a esses boxes, essas construções, o senhor não conhece?

R – Não senhor.

P – Quantos boxes o Mário tem lá dentro?

R – Também não sei.

P – O senhor não tem ideia?

R – Não, senhor.

P – Se são 10, 20, 50?

R – Não, senhor.

P – Foi o Mário que comprou os boxes de um senhor do Rio de Janeiro que era administrador da feira?

R – Não sei, Vereador, se houve compra, venda de boxes, não sei.

P – O senhor nunca escutou que...

R – Não.

P – ali as pessoas pagam o espaço?

R – Não. Não, anteriormente sim, que havia venda de boxes antes da Prefeitura ir, sim. Depois, não. Não soube mais.

P – E que pagam uma manutenção no dia a dia?

R – Eu também desconheço essa parte. Se ele cobra, como cobra e onde ele cobra, porque a Prefeitura faz a prestação dos serviços que têm lá no pátio.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - E da Amélia? Ela participou dessa reunião com o Mário? Quem participou da reunião com o Mário?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES - Não sei. Não houve uma reunião específica. Não houve nada marcado, agendado. As pessoas nunca agendaram, elas vinham, pediam para subir, para falar. Subiam, conversávamos, iam embora. Com algumas pessoas cheguei a conversar no próprio pátio, lá embaixo. Mesmo por que não tinha dia fixo para ir para lá, não tinha uma disponibilidade grande de tempo para estar lá mais amíúde.

Como o senhor mesmo falou, o ideal é ter um administrador *full time*. Eu não tinha como fazer isso.

P - A Amélia é sua secretária, então?

R - Não. Ela não é minha secretária, trabalha na administração do pátio. Era secretária na subprefeitura, antes de ir para lá.

- Manifestação fora do microfone.

P - Qual é o seu nome?

- Manifestação fora do microfone.

P - Antonio Manoel.

- Manifestação fora do microfone.

P - Bom, para entender, então, está registrado a Amélia era sua secretária na Subprefeitura?

R - Não, senhor.

P - Também, não.

R - Era secretária do Coronel Casado.

P - Ela falava que era sua secretária?

R - Vereador, desculpe, mas é ele que está falando. Eu nunca a designei, mesmo porque não existe essa designação.

P - E a tenda que ficou lá um certo tempo era da Nestlé, não é?

R - Inicialmente sim, depois, não. Depois ela passou a vender roupas, material de escritório.

P - Na verdade não tinha autorização e trabalhava ...

Então, a indignação é essa. Os senhores chegaram lá e viram essas irregularidades e não tomaram providências imediatamente. Não sei se pelo tempo, ou as pessoas não quiseram tomar providências.

Que o senhor e a pessoa que trabalha com o senhor e o acompanha há muito tempo, desde o Governo Pitta. O Feliciano o acompanha direto, é isso? Foi seu motorista?

R - Enquanto eu estava na ativa, sim. Depois voltei ..

P - Ele foi seu motorista?

R - Foi, sim senhor.

P - Eu tenho informações, não tenho dúvida que levaremos esta Subcomissão até o final do ano, ou antes, porque a Polícia Civil está nos ajudando bastante. Está fazendo o seu trabalho. Estão me dizendo que já há cinco volumes, eu vi três grandes volumes na Polícia Civil. Porque as informações são grandes. Queremos que as pessoas nos ajudem, para que possamos organizar, para que não aconteça mais.

Hoje estamos vendo e os senhores não estão colaborando, de alguma maneira, gostaria que colaborasse. Não sou Polícia Civil, sou só um Vereador, mas quero identificar bem o Mário, todos os seus boxes; o Mami, o Papi, que tenho, na verdade, a informação de que 60% dessa feira está na mão deles.

Agora está sendo feito um cadastramento. Como foi feito? CNPJ? O Mário tem 50 boxes e o trabalhador que merece um espaço, não tem. Há informação sobre os sanitários, que não estão pagando mais, mas estavam pagando R\$1,00. Vamos trazer o Sr. Ailton, ele mesmo está se posicionando, quer falar. Vamos trazê-lo.

Conforme o pedido que me foi feito pela Polícia Civil, estou junto, todos os depoimentos que são feitos aqui estão indo para a Polícia Civil, também, para que montem um quebra-cabeças.

Agora, percebo que tiraram um cidadão que era do Rio de Janeiro, lá está uma máfia lá dentro, coloco dessa maneira, porque é dessa maneira que deve ser colocado. A subprefeitura entra lá dentro e não consegue desativar ninguém. As pessoas estão irregulares. O senhor, como militar, considera confortável ser gestor de uma área onde não foi tomada providência - agora que é a operação delegada, onde produtos contrabandeados, não identificados e piratas -, o senhor se considera confortável quando assumiu essa pasta?

R - Não, senhor.

P - A sua vontade qual era?

R - Era a de apreender tudo o que tinha de ser apreendido.

P - E por que o senhor não conseguiu fazer?

R - Porque estava aguardando o cadastramento de todos, para poder efetivamente identificar e retirar quem estava irregular.

Não eu, porque não tenho o poder de agir dessa forma.

P - O senhor como militar, além de estar colaborando com o Município de São Paulo, o senhor fez já um relato para o comando da Polícia Militar, do que acontece?

R - Não, para a Polícia Militar, não senhor.

P - O senhor como bom militar não deveria fazer um bom relato sobre o que acontece? O senhor foi ouvido na Corregedoria hoje?

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

R - Da Prefeitura.

P - Qual o assunto?

R - Sobre essa denúncia, da feira.

P - Sobre essa denúncia?

R - É. Foi por isso que, inclusive, me atrasei para chegar.

P - Quem o ouviu?

R - Foi o próprio Corregedor.

P - Quanto tempo o senhor ficou lá?

R - Quase duas horas.

P - A cópia do cadastramento está na mão de quem?

R - Da Secretaria das Subprefeituras.

P - Vou pedir. O senhor me ajuda a identificar? O senhor ainda tem essa condição de me ajudar a identificar todas as bancas do Mami e do Papi?

R - Preciso pedir para quem está lá, Vereador. Eu não tenho como ...

P - Quem está lá?

R - Está o Coronel Fonseca, o atual gestor.

P - É o atual? Vou convidá-lo. Peço à assessoria anotar.

Mas peço a sua ajuda.

R - O que estiver ao meu alcance, Vereador.

P - E do Mário? O senhor identifica os seus boxes?

R - Não, não sei quais são os boxes dele. Se ele tem 10, 20, 50. Não sei dizer.

P - A Amélia poderia me ajudar?

R - Não sei dizer.

P - O Feliciano?

R - Também não sei dizer, Vereador.

P - Está bom. Ouvirei a Sra. Amélia e, sem dúvida alguma, pedirei para o senhor ... É um assessor só, o senhor não precisa ...

R - Eu não estou preocupado, por favor.

P - O senhor vai me ajudar.

R - O senhor não sabe (Ininteligível)

P - Quando as pessoas vêm em CPI ou Subcomissão, peço para as pessoas. Porque é assim: estão usando o seu nome, vou colocar dessa maneira, está bom?

R - Sim, senhor.

P - Estão usando o seu nome, penso que o senhor tem uma carreira grandiosa na Polícia Militar, porque tenho informações.

R - Graças a Deus.

P - Mas, posso falar de coração o que vai acontecer com o senhor?

R - Pode.

P - O senhor vai ser penalizado. Porque uma coisa é assim: eu aguento pau-de-arara, eu não falo, outra coisa é colab ... Não sou eu. Estou vendo o desenrolar do que está acontecendo.

Quando achei que estava com uma Subcomissão e com um material já por dentro de tudo o que sei, eu não estou sabendo praticamente nem 10% perto do que a Polícia Civil, a Polícia Federal e os promotores já têm.

Então, é o tipo do negócio. O senhor acreditou em algumas pessoas que estavam e as pessoas foram fazendo. E aí usaram. Porque todas as denúncias vêm e falam o que está aqui, o que está na Polícia Federal, o que está na Polícia Civil. Então, fica muito tranquilo se participar com a gente aqui falando: fulano, beltrano, andou assim, não andou, quer dizer, na verdade, é uma bagunça. Sabem que por causa desta Subcomissão o Sr. Ronaldo Camargo já tomou algumas atitudes, mas como é Secretário acho ótimo que continue fazendo o que está querendo. Mas, sem dúvida, S.Exa. virá para falar.

No dia em que estive na Prefeitura, dei algumas informações para o Secretário Marcos Cintra e S.Exa. ficou espantado e achou impossível. Não é impossível, tudo é verdade. Os senhores puseram uma venda nos olhos e as coisas foram acontecendo. Existem

denúncias falando dos senhores. Agora, sem dúvida alguma, o primeiro nome que falaram é do senhor. Por isso, estou trazendo o senhor para ser ouvido. O senhor é o primeiro a vir a esta Subcomissão, mas os outros virão.

RF: 11372

Estou terminando minhas perguntas. Ouvirei também a Sra. Amélia, para saber um pouco dela. Depois, não tenho dúvidas de que o Sr. Feliciano irá ligar para saber o que foi perguntado ao senhor.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES - É provável.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Ele já foi ouvido na Polícia Civil.

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES - Já, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - O senhor não foi?

O SR. ALTINO JOSÉ FERNANDES - Não senhor.

P - O senhor sabe o que ele falou lá?

- Silêncio.

P - Ele é seu amigo?

R - Sim senhor.

P - Ele é seu amigo?

- Silêncio.

P - Então, está bom. Agora vou voltar. Coronel Altino, ele não é seu amigo.

R - Eu já sei também.

- Risos.

P - Então, é assim. Por quê? Se o sempre fez um bom trabalho? Reconhecemos a Polícia Militar fazendo um bom trabalho. Vejo os senhores fazendo um tremendo trabalho para a população no nosso Estado, aliás, nem são reconhecidos. A Polícia Militar deveria ter um salário altíssimo, não tem, tanto os senhores como a Polícia Civil. Mas, quando pega uma pasta dessas, ficamos muito preocupados. São as vendas nos olhos, o fato de não falar. Além do que recebi de denúncia, me baseei também na lida que dei em uma parte do inquérito, lá a pessoa vai e fala mesmo tudo que tem direito.

Sr. Altino, muito obrigado por sua presença. Sem dúvida alguma, precisarei escutar o senhor mais e os meus colegas também. Meu gabinete está à disposição, assim como a Câmara Municipal.

Sra. Amélia Carrara?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Está. A senhora é funcionária do Município?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Eu sou funcionária pública municipal concursada.

P - Há quanto tempo?

R - Há 23 anos.

P - Há quanto tempo a senhora está na Subprefeitura Mooca?

R - Na Subprefeitura Mooca, desde 2004.

P - A senhora foi convidada para a Subprefeitura Mooca ou foi remanejamento?

R - Não, eu saí da onde estava, eu trabalhava num centro esportivo no Tatuapé e pedi para ir para a Subprefeitura da Mooca.

P - A senhora conhece o Sr. Altino?

R - Sim, ele é chefe de gabinete da Subprefeitura Mooca, enquanto eu ainda estava lá.

P - A senhora era secretária dele?

R - Não senhor, eu era secretária do Coronel Casado.

P - E a senhora hoje está?

R - Eu estou na Feira da Madrugada.

P - A senhora conhece bem a Feira da Madrugada?

R - Um pouco.

P - Há quanto tempo a senhora está lá?

R - Desde 23 de novembro do ano passado, 2010.

P - Fale-me um pouquinho da Feira da Madrugada.

R - Sobre o que o senhor quer que eu diga?

P - Sobre a administração.

R – A parte da administração...

P – A senhora é fixa lá hoje?

R – Fico. Hoje eu faço somente a parte administrativa. Eu cuido da tramitação de processos, de documentos e da vida funcional dos funcionários de lá.

P – O cadastramento está na sua mão?

R – Não, o cadastramento não está na minha mão, aliás, ele nunca esteve em nossas mãos.

P – Está na mão de quem?

R – O cadastramento foi feito por uma empresa contratada pela SPTuris. Não foi feito por nós. Tivemos uma fase em que houve falhas, boxes não foram cadastrados. A Secretaria nos mandou a documentação para que nós chamássemos as pessoas que não tinham feito cadastro para apresentarem documentos, refazerem o cadastro e nós devolvemos à Secretaria.

P – Em que horário a senhora fica na Feira da Madrugada?

R – Normalmente, eu chego por volta das sete horas da manhã. Depende. Agora, eu chego às sete horas, mas houve época em que eu chegava à uma hora da manhã.

P – À uma hora da manhã?

R – Sim senhor.

P – E ficava até que horas?

R – Depende. Houve época em que dormi cinco dias lá dentro. Isso foi logo no princípio.

P – A senhora conhece as pessoas que têm os boxes lá?

R – É muito difícil conhecer todas as pessoas que têm boxes lá, porque são 4.700 boxes, teoricamente. Não sei exatamente o número, porque alguns dizem que têm 4.700, outros dizem que são 4.200, não temos exatamente o valor. Teoricamente, tem 4.700. É difícil conhecer todos. Primeiro porque nem sempre é o dono do box que está lá, nem sempre ele fica lá o dia todo. Então, eu vejo muita gente lá, mas se, inclusive, o senhor perguntar o nome de alguém, bem poucos vou saber o nome. Aliás, sei o nome do mínimo de pessoas.

P – A senhora conhece o Sr. Feliciano?

R – Ele era nosso funcionário e hoje não é mais.

P – O que aconteceu?

R – Ele foi exonerado.

P – Por quê?

R – Segundo o que foi alegado, ele foi exonerado porque autorizou a reforma de um box, mais especificamente de uma lanchonete.

P – Essa que o Sr. Prefeito foi lá e lacrou?

R – Exatamente.

P – A senhora estava lá, na última ida do Sr. Prefeito?

R – Sim, estava.

P – A senhora me viu lá?

R – Vi sim senhor. Quando o encontrei, o senhor estava próximo à entrada da administração, ao lado de uma barraca de bijuterias.

P – Onde o Sr. Prefeito foi entregar os certificados?

R – Exatamente.

P – A senhora achou justa aquela entrega de certificados?

- Risos.

P – A senhora pode dar risadas, estou perguntando, porque não entendi aquele ato, também queria entender a entrega de certificados. A pessoa não dá nota fiscal, está vendendo normalmente. Mandeí comprar uma bolsa e bijuteria.

R – Na realidade, não sei quantos certificados foram entregues...

P – Pelo que vi, foram dois.

R – Se o senhor me perguntar quantos, exatamente, não sei, porque não desci para a solenidade. Mas, existem mais 4.698 pessoas que também deverão receber. Aliás, estão sendo distribuídos até hoje esses códigos de barras, que é o cadastro. Até hoje estão sendo distribuídos.

P – E o Sr. Feliciano participava de reuniões com a senhora?

R – Reunião comigo?

P – A senhora não fez reuniões lá?

R – Não, a única reunião que fazíamos era pela manhã para verificar se não houve aumento de barracas, se ninguém montou uma barraca.

P – A senhora está dizendo algo ótimo para eu perguntar. A senhora viu algum aumento de barraca?

R – Aumento de barraca? Houve um aumento de barraca...

P – Não, novas construções?

R – Não, novas construções não. O que houve foi na época do carnaval ou num feriado, não me lembro exatamente qual, apareceram algumas barracas dentro de um casarão. Mas isso foi de um sábado para um domingo, se não me engano, ou de um domingo para uma segunda-feira. Eu não estava em São Paulo, aliás.

P – Que providências foram tomadas pela Sub?

R – Pela Sub?

P – É, construíram novos boxes.

R – Pela Sub, não. Pelo administrador que está lá hoje, pelo Coordenador que está lá hoje.

P – Quem é?

R – Pelo Coronel Fonseca.

P – O que o Sr. Fonseca fez?

R – Ele mandou fechar o casarão e ninguém poderia ficar lá dentro. Essa foi a ordem dada.

P – E os boxes irregulares, o Sr. Fonseca fez o que com eles?

R – Até onde eu sei, eles estão lá dentro até hoje. Até onde eu sei.

Porque eu não mexo mais nessa parte nem vou mais para o pátio.

O SR. ADILSON AMADEU – Então, hoje a sua função? Só para eu saber...

A SRA. AMÉLIA CARRARA – É só administrativa, é basicamente administrativa.

P – Hoje, por exemplo, a conta de luz, água...

R – A conta de luz, de água, os processos que são montados para pagamento da luz, água, vigilância, recolhimento de lixo, passam por minha mão para que eu verifique se realmente foi recolhido o lixo daquela maneira, se a conta de luz condiz com o que registra o relógio marcador, a água igual. A limpeza, se está sendo feita ou não; a vigilância, se está sendo feita a contento. É isso que eu confiro. Controlo a frequência dos funcionários e a documentação para fazer a tramitação, para mandar para aonde de direito. Essa é a minha parte.

P – A senhora pode me falar os funcionários, hoje, que estão sob a sua chefia, sob o seu controle? Quem são?

R – Olha, nós recebemos...

P – Tem algum Carlão, lá?

R – Carlão? Tem. Antonio Carlos, tem.

P – O que ele faz?

R – Ele faz a mesma coisa que todos os outros, faz a verificação, se estão sendo colocadas barracas ou não. Através da autorização do Coronel Fonseca, ele permite que sejam trocadas as portas por portas de rolo, porque a priori eram portas tipo camarão, plásticas, e às vezes pelo boxe estar cheio, elas ficavam abalroadas facilitando o roubo, furto. E hoje o Coronel Fonseca designou a ele autorizar a troca dessas portas.

P – Só o Carlão?

R – Até onde estou sabendo é só o Sr. Carlos que pode fazer isso.

P – O Fonseca autoriza, então, o Carlão...

R – O Fonseca dá a autorização e o Carlos agiliza isso.

P – Então, o Carlão é hoje a pessoa que está falando com os proprietários ou com as pessoas que estão nos boxes?

R – Que estão nos boxes e especificamente para fazer esse tipo de troca.

P – Uma pequena reforma, é o Carlão quem...

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

- R – Pequenas reformas, segundo o Coronel Fonseca, não podem ser feitas. Somente a troca de portas por uma questão de segurança.
- P – Mas o Carlão, hoje, é a pessoa contato na feira?
- R – É, ele conhece mais pessoas lá dentro do que eu até.
- P – Quem mais além do Carlão?
- R – Quando há algum problema o Ênio vai auxiliar. Tem o Reginaldo que é rapaz que cuida, que verifica se o lixo está funcionando, se estão sendo retiradas às caçambas...
- P – O Reginaldo é funcionário da Prefeitura?
- R – O Reginaldo é funcionário de carreira, é concursado.
- P – Quem é o filho lá da cozinheira da Subprefeitura?
- R – Tiago.
- P – Ah, Tiago. É seu funcionário?
- R – Ele trabalha à noite.
- P – A senhora vê que eu estou aprendendo, estou sabendo um pouquinho...
- R – O senhor está sabendo tudo.
- P – Eu vou ficar um estudioso. Então, Tiago, Reginaldo... Agora os funcionários, quais são? A senhora pode me falar?
- R – Todos, nominais? Então, vou fazer um parêntese. Existem 25 funcionárias, mulheres que o SECOI nos enviou para nos auxiliar no serviço. Eu não sei o nome de todas, são todas concursadas, todas da Prefeitura.
- P – Essa relação à senhora tem como oferecer para mim?
- R – Com certeza, posso lhe trazer amanhã?
- P – Vamos falar com a assessoria desta Comissão.
- R – O senhor precisa que tenha nome completo e RF?
- P – Nome, RF... só para identificar para a gente poder ouvi-las também.
- R – Perfeito. Se o senhor quiser a relação de todos, eu lhe mando a relação de todos.
- P – Depois passa por e-mail?
- R – Perfeito, não há problema algum.
- P – A senhora já ouviu falar... A senhora chegou lá em...
- R – Novembro.
- P – A senhora ouviu falar que lá era uma baderna, que corria dinheiro, propina ou não?
- R – Olha, eu bem pouco conhecia da Feira da Madrugada, muito pouco. Conhecia de ouvir falar, sabia que existia, mas não sabia exatamente como era lá dentro. Bagunça, bagunça, muito sinceramente, é difícil dizer que aquilo é bagunçado, é muito agitado. É um movimento muito grande, são muitas pessoas que trabalham lá dentro, são muitas pessoas que visitam o local. Então, se isso for uma bagunça, eu posso até dizer para o senhor que "sim".
- P – A bagunça que eu falo, ela não tem normas?
- R – Falta de organização, o senhor diz?
- P – A senhora conhece lá o quê? A senhora conhece que lá vende produtos pirateados?
- R – Claro.
- P – Contrabandeados?
- R – Sim.
- P – Talvez de má procedência?
- R – Sim.
- P – O que a Prefeitura fez até agora para acabar com isso imediatamente?
- R – Nada.
- P – A senhora sabe que tem um inquérito na Polícia Civil?
- R – Sim senhor.
- P – A senhora já foi ouvida?
- R – Não, não fui.
- P – A senhora vai ser chamada, a senhora sabe?
- R – Sei.
- P – Sabe que já falaram da senhora?
- R – Imagino que devem ter dito um "monte". Não sei o que, mas com certeza devem ter falado.
- P – Mas qual o motivo de falarem da senhora, a senhora está trabalhando, fazendo um bom serviço!

R – Falar todo mundo pode falar o que quiser. É a única coisa que eu posso dizer para o senhor.

P – O Feliciano tem um bom relacionamento com a senhora?

R – Tem

P – Ele falou bem da senhora lá?

R – Sinceramente, eu não sei do depoimento dele, não sei o que ele disse.

P – Eu queria saber da senhora, a senhora está lá no dia a dia?

R – Sim.

P – O Altino conhece. A senhora conhece o Mário?

R – Mário? Conheço.

P – Todos conhecem o Mário?

R – Todos.

P – Você pode me apresentar o Mário?

R – Claro que sim.

P – Quando?

R – Se o senhor quiser conhecê-lo amanhã, se o senhor quiser ir até lá amanhã, nós vamos lá e conversamos com o Mário.

P – Quero.

R – Sem problema algum.

P – Quantos boxes o Mário tem?

R – Em torno de 100, 120 boxes.

P – Então, pergunto para a senhora... Estou gostando, eu lhe conheço a mais tempo, da Mooca...

R – Muito... Do tempo do Eduardo.

P – Exatamente. Com muito carinho... As pessoas poderiam muito ajudar, a senhora está colaborando. Que nem, o Coronel Altino esteve aqui - tem assessores de outros parlamentares aqui, não vou falar nenhuma mentira, tem o público aqui - ele foi gestor. Ele não sabe, ele acha que o Mário tem só uma barraca. Eu sei que ele tem acima de 50. No cadastro como ele está? A senhora sabe?

R – Não, não sei. A única coisa que eu sei é que o cadastro dele não foi feito.

P – Foi!

R – Ele pode ter sido feito no primeiro instante, mas até hoje ele não recebeu aquele código de barras.

P – Ele tem lojas de alvenaria?

R – Alvenaria.

P – Quantas?

R – Eu acho até que sejam essas. São por volta de 120, ele tem um espaço todinho à parte que, segundo ele, com documentação, inclusive, que ele já apresentou, ele tem uma autorização da União, ele tem a posse daquilo ali. Eu estou lhe falando aquilo que eu ouvi.

P – Estou escutando porque é importante o que a senhora está falando. O Fonseca é coronel?

R – Coronel Fonseca.

P – Pai do Céu! Ele sabe do Mário e dos boxes?

R – Sim, senhor.

P – O Altino também sabe...

R – Deve saber, não sei se sabe de tudo, mas sabe.

P – O Carlão é amigo do Mário?

R – Eu não diria que o Carlos é amigo do Mário, não. Não, sinceramente, não!

P – Mas o Mário tem um entendimento, uma conversa amistosa...

R – O Mário é uma pessoa muito cativante, é muito simpático.

P – Olha, eu imagino... Sabe o que valem 170 boxes?

R – Não, não quero nem saber. Por favor, não me diga. (Risos)

P – Eu quero saber quem é o padrinho dele? Ele não vai mais ficar com boxe lá dentro. Eu não me chamo Adilson Amadeu se ele ficar com os boxes lá. (Palmas)

R – Pelo projeto não é para ficar mesmo. No projeto é para que tenha um e é um projeto social, não é?

P – Exatamente, projeto social! Como ele pode ter 170 boxes, 150 boxes?

RF: 11372

- Manifestação fora do microfone.

P – Vejo assim: vocês que são gestores, trabalhando ali, eu não imaginava o tamanho do inquérito que está andando na Polícia Civil.

R – Eu sei que não é pequeno, que a coisa não é pouca.

P – Realmente, foi aprovada a subcomissão, vieram às informações, veio à denúncia que fala da senhora aqui. A senhora conhece essa denúncia?

R – Não, não conheço.

P – Depois eu leio uma parte. “Coronel Altino, ele tem uma moça chamada Amélia que representa a Prefeitura. Também acreditamos que todos estejam juntos nessa maracutaia”. Essa é uma parte. O processo, o inquérito é grande, grande. Aí, veja só, algumas pessoas estão comandando o espetáculo. Sessenta por cento hoje da Feira da Madrugada, do Complexo Oriente, está na mão de três pessoas. a senhora sabe disso? (Pausa) Não. O Mário tem uma participação; e mami e papi.

R – Hum.

P – A senhora conhece?

R – Eu não os conheço pessoalmente, eu só ouço falar de mami e de papa. Sei que são dois chineses, mas não os conheço, nunca os vi, a bem da verdade. Talvez até tenha cruzado com eles em meio de feira, quando a gente anda, mas ser apresentado, essa é a mama, esse é o papa, não! Realmente, não.

P – Senhora Amélia, quem paga as contas de água e de luz?

R – Então, vamos para algumas partes. Existe desde... Eu não quero mentir, eu acredito que desde março foi passada a conta de água e luz para o nome da Secretaria da Coordenação das Subprefeituras. São abertos processos para que se dê o aval de que está a conta em ordem. Eu dou o aval e mando para as secretarias. Se elas estão sendo pagas efetivamente, eu não sei. Agora, também existe o seguinte, o condomínio paga também essas contas e eu não sei de que maneira. Não sei se ele tem uma segunda via e paga porque o senhor sabe, o senhor deve saber como funciona o serviço público. A conta de luz não é como na minha ou na sua casa, que nós vamos lá e no dia saldamos. Faz um processo, vai ver se está, vai pedir a reserva, a liberação do dinheiro para depois pagar. Essas contas, com certeza, como todas as outras da Prefeitura devem estar sendo pagas com atraso. E eu até por ouvir o que se fala dentro do condomínio, que o Sr. Ailton paga as contas, eu estou acreditando que as contas devem estar sendo pagas em duplicidade. A Prefeitura para, não sei se com 30 dias, 45 dias, 20 dias, 10 dias de atraso, e o Sr. Ailton no prazo.

P – Esses processos ficam em suas mãos?

R – Eles passam pela minha mão, não ficam comigo, eu só dou o aval de que realmente está correto e mando para a Secretaria.

P – De dezembro, janeiro, fevereiro e março?

R – Não, essas contas não passaram na minha mão.

P – Quais as contas que a senhora poderia nos oferecer cópia?

R – Eu não tenho cópia, quem tem as cópias das contas é a Contabilidade da Secretaria. Eu assinei, os dois últimos processos eu assinei.

P – Tem um referencial para eu pedir a cópia?

R – Contabilidade, na Contabilidade.

P – Fala exatamente da Feira da Madrugada?

R – Sim, sim. Inclusive, o endereço é Rua Monsenhor Andrade, 987.

P – Essa cópia de dois meses, a senhora não pode nos oferecer?

R – Posso tentar conseguir para o senhor, posso pedir para a Contabilidade tirar do processo.

P – Só me permita, eu faço diferente. Dentro da sua condição de me oferecer, se não, eu vou requerer...

R – É... Comigo, eu não tenho. Não tenho cópia deles comigo porque fica dentro do processo. Como eu não tenho nem máquina de xerox dentro do escritório, e há pouco tempo passamos a ter Internet, então, o senhor vê a precariedade que nós trabalhávamos lá dentro. Nem a uma máquina de xerox para poder tirar xerox da conta, eu não tenho.

P – Bom, a senhora falou que conhece... A senhora conhece o Feliciano da onde?

R – De lá, da Feira. Ele começou a trabalhar junto comigo. Quinze dias depois de eu ir para lá, eles foram nomeados e começaram a trabalhar.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

P – E o Feliciano andava junto com o Carlão?

R – Não... Não.

P – Nem com o Tiago, nem com o Reginaldo?

R – Não. Não, inclusive o Tiago está trabalhando à noite. Não está trabalhando durante o dia, ele fica no período da noite.

P – É permitido funcionários, assessores, funcionário trabalhar à noite?

R – Principalmente porque lá abre às duas da manhã.

P – Sim, mas o regimento. Eu precisa ver isso aí.

R – Pode, pode.

P – Ele então chega a que horas?

R – Quem, Tiago? Chega à meia-noite e fica até seis, sete horas da manhã.

P – E aí ele faz o quê? Um relatório?

R – Ele passa normalmente para o Coronel Fonseca o que aconteceu porque normalmente é muito tranquilo. O período da noite para o começo da Feira é muito sossegado. O movimento maior, os acontecimentos maiores são sempre da manhã para frente.

P – Todas as informações eu vou ter com o Coronel Fonseca?

R – Com certeza.

P – A senhora então não trabalhou com o Feliciano?

R – Anteriormente, não.

P – A senhora trabalhou em que período com ele?

R – Eu trabalhei meados de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril e maio agora, quando ele foi exonerado.

P – O grupo gestor teve algumas reuniões. Quantas reuniões?

R – Que eu me lembre, três. Duas dentro do complexo e uma que foi fora, dentro da Secretaria. Que eu tenha conhecimento, não sei se houve outras.

P – Foi registrada uma ata?

R – Houve uma ata da última reunião, que eu participei sim, tinha uma cópia, mas não comigo.

P – O Altino participou das três?

R – Acredito que somente de duas. A primeira que eu tenho notícia, quem era o coordenador do grupo gestor era o Franklin.

P – Nessas reuniões, o assunto?

R – Sobre gerenciamento, o que precisaria ser feito, como deveria ser feito.

P – A senhora nunca ouviu falar que um boxe custa 200, 300 mil de luvas? Me fala alguma coisa que a senhora ouviu que eu quero ouvir...

R – Eu já ouvi vários preços. Ouvi que custa 200 mil reais, ouvi boxe que custa 800, ouvi boxe que custa quatro milhões...

P – A senhora ouviu falar que o Mário fez uma grande compra de boxes?

R – Não, isso eu não ouvi. Isso não.

P – A senhora ouviu falar alguma coisa do ex, vamos dizer, do proprietário do espaço. Proprietário, assim, ele é que cuidava da arrecadação, um senhor do Rio de Janeiro, o Sr. Geraldo?

R – Geraldo que era o dono da empresa anterior que tomava conta do espaço, da GSA?

P – Sim.

R – Sim.

P – E a senhora ouviu falar que ele vendeu para o Mário ou para algum chinês o espaço?

R – Não.

P – Ou alguns boxes?

R – Também não.

P – Negociação de boxe, a senhora já ouviu...

R – Eu... A gente ouve dizer que existe porque... E existe, eu vou explicar como. Quantas vezes eu escuto dizer que o dono do boxe, vamos dizer, L49, que eu nem sei se existe, ele está querendo vender e ele quer vender por 200 mil reais. Isso a gente ouve.

P – E as pessoas não procuram a Sra. Amélia para ajudar no boxe?

R – Não. Várias vezes nós fomos procurados para saber se tinha boxe para vender. Eu digo, não sei, e se você quiser comprar boxe você tem que bater de boxe em boxe para saber quem é que está a fim de vender o lugar dele porque eu não sei.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

P – Também falar que não é permitido, não é? Na verdade...

R – Na realidade o senhor sabe, teoricamente, eles não vendem, eles cedem a concessão, que também não pode. Já que é concessão, eu não posso ceder para mais ninguém, só eu tenho direito de uso.

P – A senhora já ouviu falar ou não ouviu – está na denúncia – que tem um dia certo, tem uma arrecadação de manutenção. Cada proprietário de boxe tem que pagar alguma coisa dos quatro mil ou dos cinco mil boxes, todos tem que pagar 200 ou 300 reais?

R – É o que eles chamam de 'condomínio', 'pagar a taxa de condomínio'.

P – Quem recebe esse 'condomínio'?

R – Quem recebe essa 'taxa de condomínio' é o Sr. Ailton.

P – Ele ainda continua recebendo?

R – Não sei se continua recebendo, porque ele não está mais lá dentro do espaço. Eu não tenho noção se ele continua recebendo ou não. Acredito que sim, mas eu não posso jurar que esteja.

P – Só o Sr. Ailton? De funcionários da Subprefeitura a senhora não ouviu de ninguém?

R – Não. Que funcionário nosso recebesse esse 'condomínio', não.

P – Voltando: a conta os senhores é que estão administrando.

R – Isso.

P – A conta é paga pela Prefeitura.

R – Pela Prefeitura, pela Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.

P – Foi feita uma licitação para a empresa de limpeza...

R – De limpeza, segurança e recolhimento de lixo. São três licitações.

P – E a senhora, no dia de hoje, estava lá?

R – Hoje, não. Eu fui chamada na Corregedoria.

P – Também?

R – Também.

P – O assunto é?

R – Não me disseram. Queriam saber o que eu fazia lá, especificamente, que tinha denúncias, mas a mim não foi explicado nada. Só questionaram, questionaram, sem dizer por que motivo eu estava lá.

P – Propina? Perguntaram?

R – Perguntaram.

P – Mas, logicamente, não existe isso, porque a sua parte é outra. Não é?

R – É. Eu sou maluca de receber propina? Perco meu emprego.

P – A senhora... do Feliciano... a senhora não andou com ele nos boxes?

R – Não. Dificilmente, só quando eu saía. Na época em que o Coronel Fonseca não estava lá, que eu ia verificar se as caçambas estavam sendo trocadas, se o lixo estava sendo colocado no lugar correto, se os pisos estavam varridos, se banheiro estava lavado, se a segurança estava nos postos onde deveriam estar. Houve uma época em que eu ainda fazia isso. Depois, eu deixei de fazer.

P – As pessoas que ficam com a senhora lá: o Reginaldo, o Tiago e o Carlão estão sabendo da Subcomissão?

R – Eu acho que não.

P – Não estão sabendo?

R – Desta?

P – É.

R – Não. Eu acredito que não. Eu, pelo menos, não comentei nada. Aliás, eu gostaria de pedir desculpas por ter chegado atrasada, porque eu não sabia que tinha sido convocada para vir aqui.

P – Quem recebeu...

R – É. Ele me avisou era quase uma e meia da tarde. Eu depenquei correndo para cá. É, agora a pouco. Só agora.

P – A hora em que nós ligamos para ele. Mas eu vou... ele também vai estar aqui para esclarecer.

Eu queria saber – a senhora falou que tem condições, e é muito importante isso: o Mário, dentro do setor que a senhora fica, só fica o escritório, é isso?

R – Isso.

P – Quantos metros quadrados?

R – No total?

P – O espaço em que a senhora fica?

R – A minha sala é uma coisinha pequenininha, só cabe uma mesa e um movelzinho de gaveta.

P – E ali que a senhora faz as reuniões?

R – Não. Ali, eu não faço a reunião. Existe uma sala de reuniões; existe a sala do Coronel Fonseca e existe uma recepção.

P – Nessa reunião... a última reunião...

R – A última reunião que houve, que o senhor diz da Coordenadoria?

P – É.

R – Foi feita na sala de reuniões.

P – Quem estava nessa reunião?

R – O Coronel Altino, eu, Professor... eram dois representantes da Secretaria de Trabalho... os nomes das pessoas eu não vou lembrar.

P – O Sr. Natanael não?

R – Não.

Dois representantes da Secretaria do Trabalho, dois representantes da Secretaria da Coordenação das Subprefeituras, aliás, dois.

P – Quem é da Coordenação das Subprefeituras?

R – Estava o Candela...

P – Paulo Vitor, não?

R – Não.

E tinha um rapaz que é da Assessoria Jurídica.

Não me lembro o nome deles, mas se for necessário, posso levantar para o senhor porque de cabeça...sou muito ruim para guardar nome, sou obrigada a confessar isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – De empresários?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Nenhum.

P – Nenhum?

R – Não, nenhum.

P – A reunião com empresários, o bate papo com os empresários é em um andar na feira?

R – É. Anda-se. Se você encontrar alguma pessoa que seja dona de box, você para, conversa, às vezes o Mário sobe, vai lá, cumprimenta Coronel Fonseca, vai a minha sala, senta, toma um café, vira as costas, vai embora.

P – O Mário que tem 172 boxes...

R – É.

P – Com o Coronel Fonseca ele vai bem? Ele tem uma intimidade?

R – Sim, ele vai lá, chega, cumprimenta.

P – Um ambulante que tem TPU não consegue ser atendido.

R – Normalmente, a pessoa chega lá embaixo para a vigilância e diz que quer falar com o Coronel Fonseca. Se ele estiver, sobe e fala com ele.

P – Ele fica todos os dias?

R – Todos os dias, com exceção os dias que vai a Secretaria. Às vezes, ele passa de manhã na Secretaria, vai para lá, à tarde, vai a Secretaria de novo.

P – Então, o Mário tem intimidade com o Coronel Fonseca?

R – Não diria intimidade, mas ele sobe, senta, toma um café. Não sei.

P – Eu nunca sentei com o Coronel Fonseca, nunca fui lá, nunca fui convidado. Acho que se eu for lá, nem café ele vai servir.

R – Mas eu sirvo.

P – Ótimo, agradecido.

A senhora sabe do box do panetone? Aquela tenda lá?

R – Sim. Uma tenda grande que foi construída, de 8 metros por 16.

P – Quem autorizou?

R – O que nos chegou foi que o nosso Secretário, Dr. Ronaldo Camargo, é quem tinha autorizado a instalação daquela banca. Aliás, eu fui contra na época.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RE: 11372

P – O Sr. Ronaldo Camargo que autorizou?

R – Foi. Isso é o que eu sei.

P – É um cara de pau.

R – E eu fui contra a colocação daquela banca porque já que não pode colocar nenhuma, não pode colocar nenhuma.

P – É lógico. É o fim do mundo.

- Palmas.

P – Olha a torcida que a senhora tem.

- Manifestação fora do microfone.

P – Muito bem.

Da tenda, tem a autorização do Secretário Ronaldo Camargo.

R – Isso.

P – A senhora sabe, hoje, quem é o proprietário da tenda, do local?

R – Bom, a tenda foi retirada...

P – E fizeram...

R – Não. Ali onde estavam as tendas existem ônibus. São ônibus que estão estacionados naquele local onde era a tenda. Os ônibus param em 45°.

P – Não virou box?

R – Não. Ali não. Mas também não vou jurar para o senhor porque volto a dizer porque não tenho andado no meio da feira. Eu entro, subo, desço, vou embora e pronto.

P – Recentemente, novos boxes lá?

R – Então, o senhor está me contando uma coisa nova.

P – A gente vai chegar lá.

Os boxes que o Prefeito lacrou. Quem autorizou aquilo lá? Era um restaurante, uma lanchonete, o Bil.

R – Bil.

P – Piu.

R – Bil. B-I-L.

P – Na denúncia traz o Billi.

R – Billi. Isso, Billi. Não é nem Piu nem Bil, é Billi.

P – Falaram para o Billi: constrói que vai ficar bom. E tomaram agora dele?

R – Está fechado, está lacrado.

P – Por quê?

R – Porque não é permitido fazer reforma.

P – Nem box, nem construir.

R – Nem box.

P – Como que construíram os boxes lá atrás?

R – De um dia para noite aquilo lá apareceu.

P – Meu Deus do céu.

R – Parece mentira.

P – O Aurélio ficou indignado. Não estou nem indignado porque eu tenho visto tanta matéria, tenho andado lá, estou acompanhando. Eu acho um descaso gigante. A senhora está trazendo aqui o que a senhora pode oferecer, falando o que a senhora acha que tem de falar.

Vou continuar trazendo as pessoas. A Mama e o Papi, a senhora não sabe quem é?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Do Mário, eu vou ver a melhor maneira porque vou trazê-lo aqui. Vou pedir auxílio da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Federal. A senhora sabe o que ele vende lá?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - As lojas dele, os boxes que existem lá são de bolsas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Contrabandeadas?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Pai do céu! Eu não vou falar, depois o senhor lê as cópias taquigráficas, nobre colega Aurélio Miguel, o senhor vai ter um enfarto. A Sra. Amélia está realmente falando a verdade, colaborando muito, apesar do inquérito.

O Sr. Altivo (?) esteve aqui. Não sabe nada. Quando perguntei do Mário, ele não soube informar. O Mario tem 172 boxes. Papi ou Mami são outros. É uma loucura. Estão

prevaricando, porque a Sra. Amélia hoje fica no escritório dentro da feira administrando inclusive as contas. A senhora é funcionária de carreira, não é?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Sou funcionária de carreira, concursada. Há 23 anos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - E falou da tenda também. Quem autorizou a tenda? O Ronaldo Camargo autorizou, o Secretário, e assim por diante.

Então, eu vejo assim: além desse nosso trabalho aqui, que tem inquérito na Polícia Civil e na Polícia Federal, falei inclusive de pessoas que já foram depor, logicamente a senhora sabe que estão falando direto da senhora.

A SRA. AMÉLIA CARRARA - É óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - O Reginaldo, Tiago e o Carlão também estão nesse inquérito.

E a última informação é que no último dia 22, Dia de Santa Rita, não fizeram a andança que tinham de fazer para cumprimentar os boxes, mas tiveram a cara-de-pau de fazer no dia 26 o cumprimento com os donos de boxes. Mas não tenham dúvida de que eles estão sendo observados e as coisas devem acontecer do jeito que têm de acontecer.

Estão prevaricando totalmente: construção de boxes, produtos pirateados, etc.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Já que a Prefeitura está lá administrando de forma correta, qual é a equipe que precisa haver lá para isso? Porque com oito pessoas, e eu não sei quem está à frente do quê, o que precisaria?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - O senhor diz em questão de material humano?

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Recursos humanos.

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Em questão de recursos humanos, para aquele tamanho de feira, para a quantidade de boxes que há ali dentro, 50 pessoas seria pouco. Quando nós iniciamos o serviço lá, foi-nos proposto uma equipe de 25 pessoas, da qual nós éramos em 11 pessoas.

Cheguei a dormir lá dentro cinco dias. E o senhor vai perguntar se tinha uma cama lá dentro. Não, não tem, era uma cadeira. Foi instalada internet lá há 10, 15 dias. Não tenho uma máquina de xerox; linha telefônica foi instalada há sete dias.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Depois da Subcomissão aprovada nesta Casa, começaram a correr. A Prefeitura é só no chicote. Ela só anda que nem boi: bate, ele anda; senão fica parado.

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Cansei de pedir funcionário, cansei de pedir material. Não temos suporte técnico, não temos material humano, não temos material para se trabalhar, o básico, o mínimo. Não existe.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - E o que a Prefeitura faz então é ver os mandos e desmandos, os absurdos, e não tem força para fazer nada?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Exato. Nós que estamos lá é que acabamos tomando também as chicotadas.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - E a Secretaria do Trabalho tem algum representante lá?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - A Secretaria do Trabalho tem o Banco do Povo.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Só o Banco do Povo? Do grupo gestor não tem?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Não, do grupo de gestor não, lá dentro só fica o coordenador do grupo gestor, que é o Coronel Fonseca.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Agora é o Coronel Fonseca?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Agora é o Coronel Fonseca.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Cinquenta pessoas administrativamente. E o policiamento?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Policiamento, nós temos a operação delegada, que não sei se a partir de hoje começou já a exercer efetivamente a função dela, porque eu não consegui ir para lá até agora. Nós tínhamos uma equipe de 60 homens na Feira da Madrugada, mas que ainda não podiam exercer a função da operação delegada, que é recolher material pirata, de contrabando etc. Eles só ficam lá para observar.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - E em relação a procedimento de monitoramento, ainda não tem nada em vista?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - O senhor diz monitoramento por câmeras? Não, não. Logo no princípio também foi pedido; nós levamos isso ao Coronel Altino que também levou para o Secretário para que se fizesse uma licitação para monitoramento, gerenciamento dos ônibus,

dos estacionamento dos ônibus; pintar no chão as baias onde os ônibus ficariam estacionados, um estacionamento mais organizado para entrada e saída de ônibus. Cansar de esperar.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – A senhora está lá há quanto tempo?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Desde o dia 26 de novembro. Aliás, não foi dia 23, eu menti. Desde o dia 26 de novembro que estou lá.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Quanto que a Prefeitura já aportou lá? Quanto a Prefeitura gastou lá? A senhora deve ter um levantamento.

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Não. A única coisa que eu sei que a Prefeitura investiu em questão de dinheiro foram essas três licitações: de recolhimento de lixo, de segurança e de limpeza.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Água e luz?

A SRA. AMÉLIA CARRARA - E água e luz.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas a senhora não tem noção de quanto estamos gastando com a Feira da Madrugada? A Prefeitura fazendo uma gestão negativa, eu nunca vi isso.

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Eu também não. E olha que eu já trabalhei muito com a Administração, mas é a primeira vez que eu vejo.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Se a Prefeitura quiser, eu me coloco à disposição e não cobro nada. Eu administro o bem para Prefeitura, além de trazer um recurso para a gente fazer melhoria para as barracas, para fazer algo diferenciado para a cidade de São Paulo, oficializado.

A SRA. AMÉLIA CARRARA - Na realidade, o que precisa é se oficializar, normatizar e legalizar aquilo ali.

O SR. ADILSON AMADEU – A Prefeitura não arrecada nada ali dentro e, ao mesmo tempo, está pagando. Não estou conseguindo entender.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Segundo a matéria da Record, que nós observamos, alguém está arrecadando, e muito: 200 mil reais por 300 barracas, e pela conta lá de português, de dois mais dois: 6 milhões. Depois, parece que pagam propina de 300 a 500 reais por mês por cada barraca.

- Conversa fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – É, eu não sei. Eu estou falando que há denúncia ali. Não fui eu que fiz a denúncia. Saiu na TV Record. Então, quer dizer, dizem que onde há fumaça há fogo, não é? Tem coisa errada ali.

- Conversa fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Está de joelho?

- Conversa fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Qual o nome dela?

O SR. ADILSON AMADEU – Sra. Amélia.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Deixa eu só fazer uma pergunta para a senhora. Quantas vezes o Secretário Ronaldo Camargo foi até à Feira? Muitas vezes? Poucas? Muitas?

A SRA. AMÉLIA CARRARA – Duas.

P – Foram duas vezes? A última agora na semana passada?

R – Semana passada ele esteve? Porque eu não sei dizer.

P - Ele esteve.

R – Se ele esteve, então, são três.

P – São três que a senhora tem conhecimento?

R – Que eu tenho conhecimento. Não sei se ele vai lá no final de semana para fazer alguma vistoria.

P – E quantas reuniões houve junto com o Secretário Ronaldo a respeito da Feira da Madrugada e quais as orientações?

R – Comigo, nenhuma.

P – Nenhuma?

R – Nenhuma.

P – E a senhora que representa lá o Poder Executivo?

R – É. No início, inclusive, eu ficava lá como sendo uma gerente operacional. Eu me responsabilizava... Deveria me responsabilizar por tudo, mas comigo, a única vez que eu estive

com o Secretário foi no dia que ele foi para tirar aquela barraca enorme, grande lá, a tal do Panetone que o senhor citou. Foi a única vez que estive com o Secretário.

P – Mas se ele foi lá e não tem reunião com a senhora, com quem que ele tem reunião? Pedrazzoli

R – Com o coordenador do grupo gestor.

RF: 11372

P – Quem é o coordenador?

R – Hoje é o Coronel Fonseca.

P – É sempre ele? Coronel Fonseca. Muito bem. Eu agradeço. Eu gosto de funcionário de carreira.

R – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Estamos com o tempo já se esgotando e, sem dúvida alguma, nós deveremos ainda pedir a gentileza de vir aqui algumas outras vezes para falar. Hoje a senhora já falou algumas vezes que o Altino não lembrou. Não sei se ele estava nervoso, esqueceu, mas é importante.

Quero aproveitar e pedir para a assessoria desta comissão requerer as Cópias Taquigráficas, pois preciso das mesmas com urgência. Se tiver condições de obter as contas que estão indo para a Secretaria das Subprefeituras irão me ajudar bastante. E também esse corpo gestor deverá vir aqui como o Coronel Casado, o Sr. Fonseca e todos os outros.

O Gabinete está à disposição. Se a Sra. Amélia tiver qualquer informação e quiser passar lá para o Gabinete, poderá fazê-lo. Como eu estou recebendo ameaça, o delegado está recebendo ameaça, os funcionários também devem receber ameaça. Têm alguns que não vão receber porque fazem parte do cumprimento mensal. Mas, agradeço a sua presença.

A SRA. AMÉLIA CARRARA – Às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sem dúvida alguma esta subcomissão deverá fazer outro trabalho e no final vai apresentar realmente o que nós já sabíamos, que as denúncias estão vindo.

Sei que também dificilmente o funcionário às vezes fala, mas se houver qualquer represália, o meu Gabinete está aberto.

R – Eu agradeço porque eu fico preocupada se não terei nenhum tipo de represália à boca da aposentadoria como estou agora.

P – Qualquer tipo de represália que a senhora tiver, de qualquer comando no Município de São Paulo, a senhora por favor venha ao meu Gabinete imediatamente. Quem fizer essa represália, faço questão que o faça na minha frente. Eu vou pessoalmente ao encontro da senhora.

R – Muito obrigada. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Uma boa tarde. Obrigado pela presença de todos. Estão encerrados os nossos trabalhos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 73	do proc.
Nº. 08-92	de 11
O funcionário	lw

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari"

São Paulo, 01 de junho de 2011.

Ofício Of. CCJ - SUBFM nº 03/11 (mit. de fls. 22)

Senhor Subprefeito,

Informo Vossa Excelência que foi enviado ao Senhor Secretário da Coordenação das Subprefeituras, Sr. Ronaldo Souza Camargo, ofício 04/2011, no qual solicita a viabilização do seu comparecimento na próxima reunião ordinária desta Subcomissão para prestar esclarecimentos quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a reunião está agendada para ocorrer em **06 de junho p.f.**, com início às **13 horas**, na Sala Sérgio Vieira de Mello - 1º subsolo desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão Feira da Madrugada

Anexo : Fotocópia do ofício 04/11 e do requerimento do vereador Adilson Amadeu

Ao Senhor Rubens Casado
Digníssimo Subprefeito da Mooca

Recb em 01/06/2011
Carta do Vereador Adilson Amadeu
nº 002.017.0072-7
17/06/15

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 74 do proc.
Nº. 08-52 de 11
O funcionário W
Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari"

São Paulo, 01 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 04/11

Senhor Secretário,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão em epígrafe, na reunião ordinária do dia 30/05/11, solicito a Vossa Excelência que viabilize o comparecimento do Subprefeito da Mooca, Sr. Rubens Casado, para prestar esclarecimentos a esta Subcomissão quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a referida reunião está agendada para ocorrer em **06 de junho p.f.**, com início às **13 horas**, na Sala Sérgio Vieira de Mello - 1º subsolo desta Edilidade.

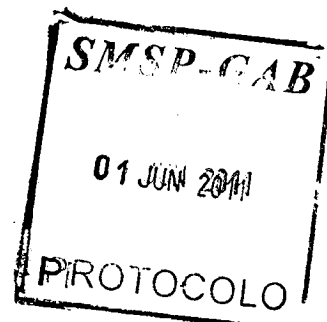
Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

Anexo: Fotocópia do requerimento

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Ronaldo Souza Camargo
Digníssimo Secretário da Coordenação da Subprefeituras





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 75 do proc.
Nº. 08-52 de 11
O funcionário Us

Leonardo Amarel Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari"

São Paulo, 01 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 05/11

Senhor Secretário,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão em epígrafe na reunião ordinária do dia 30/05/11, solicito a Vossa Excelência que viabilize o comparecimento do Assistente da Secretaria da Coordenação das Subprefeituras, Sr. José Roberto Fonseca, bem como os integrantes do Grupo Gestor do Pátio Pari (Feira da Madrugada), para prestar esclarecimentos a esta Subcomissão quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a referida reunião está agendada para ocorrer em 06 de junho p.f., com início às 13 horas, na Sala Sérgio Vieira de Mello - 1º subsolo desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

SMSP CAB

01 JUN 2011

PROTOCOLO

Anexo: Fotocópia do requerimento

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Ronaldo Souza Camargo
Digníssimo Secretário da Coordenação da Subprefeituras



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SUBCOMISSÃO DA FEIRA DA MADRUGADA, PARA ESTUDAR BEM COMO AVALIAR A FORMALIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS ACERCA DA GUARDA PROVISÓRIA DADA PELA UNIÃO AO MUNICÍPIO, DO IMÓVEL INSCRITO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO SOB Nº 002.017.0072-7, COM ÁREA DE APROXIMADAMENTE 136.876M², CONHECIDO COMO PÁTIO DO PARI.

PAUTA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO

Data da Reunião: 06/06/2011 - Local: Sala Sérgio Vieira de Mello- 1º subsolo - Horário: 13h

CONVIDADOS

- | | |
|----|---|
| 1. | Atendendo a requerimento do Vereador Adilson Amadeu, foram convidados o Sr. Rubens Casado - Subprefeito da Mooca, Sr. José Roberto Fonseca – Assessor da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e os integrantes do Grupo Gestor do Pátio Pari, para prestar esclarecimentos aos membros desta Subcomissão. |
|----|---|

Folha nº 76 do proc.
Nº. 08-92 de 11
Funcionário Mo
Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 72 do proc.
Nº 08-92 de 11
O funcionário *W*

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão da **Feira da Madrugada** para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data 06 de JUNHO de 2011 – 13h00
Sala Sérgio Vieira de Mello- 1º subsolo

LISTA DE PRESENÇA DOS SRS. VEREADORES.

1. ABOU ANNI - PV	
2. AURÉLIO MIGUEL - PR <i>QUITO FORMIGA</i>	<i>Quito Formiga</i>
3. ADILSON AMADEU - PTB	<i>[Signature]</i>
4. ADOLFO QUINTAS - PSDB	<i>[Signature]</i>
5. JOSÉ AMÉRICO - PT	<i>[Signature]</i>

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 78 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário Leonardo Amara Pedrazzoli
RF: 11372

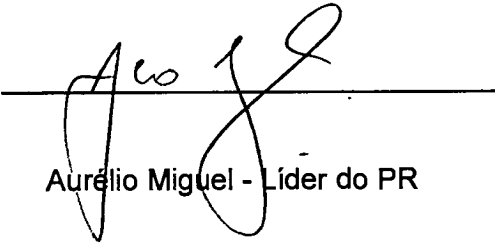
São Paulo, 06 de junho de 2011.

À

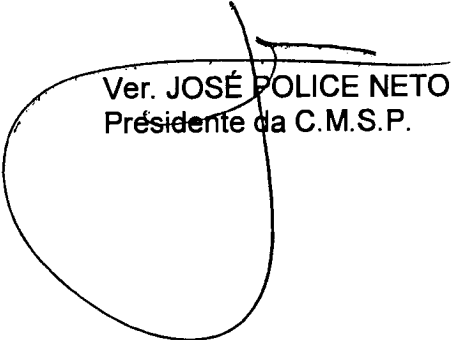
Presidência da C.M.S.P.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do PR e com fundamento nos arts. 45 e 120, V, do Regimento Interno, indico o Vereador Quito Formiga para substituir o Vereador Aurélio Miguel na Subcomissão da Faria da Madrugada, em caráter excepcional e exclusivo para a reunião a ser realizada na data de hoje, por motivo de impedimento ocasional.


Aurélio Miguel - Líder do PR

Defiro. Comunique-se à Presidência da referida Comissão.
SP, 06/06/2011.


Ver. JOSÉ POLICE NETO
Presidente da C.M.S.P.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

Folha nº	79	do proc.
Nº.	08-92	de 11
O funcionário	Vas	

Leonardo Amaral Pedrazzeli
RF: 11372

São Paulo, 06 de Junho de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Subprefeito da Mooca Sr. Rubens Casado para que possibilite a vinda de seu CPDU para depoimento, sendo ele: Gerson Gonçalves Branchini - Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

Approved
06/06/11

RECEBIDO	
Comissão de Constituição e Justiça	
Em 06/06/11	às 13h
	RF

HÉLIO HIDEKI TAKAMASHI
Secretário - RF 11.123



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

Folha nº <u>80</u> do proc.
Nº. <u>09-92</u> de <u>11</u>
O funcionário <u>W</u>
Leonardo Amarel Pedrazzini
RF: 11372

São Paulo, 06 de Junho de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Secretario de coordenação das Subprefeituras que encaminhe a esta comissão para a devida análise os seguintes documentos:

- Relação dos integrantes do Grupo Gestor responsáveis pela administração do Pátio Pari – "Feirinha da Madrugada" – (qualificação completa).
- Atas de suas reuniões.

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

Amadeu
06/06/11

ENCAMINHE
[Signature]
08-06-2011

RECEBIDO
Comissão de Constituição e Justiça
Em 06/06/11 às 13h
Th RF _____

HÉLIO HIDEKI TAKAHASHI
Secretário - RF 11.123



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 81 do proc.
Nº 08-92 de 11
O funcionário W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

São Paulo, 07 de Junho de 2011.

Senhores Membros:

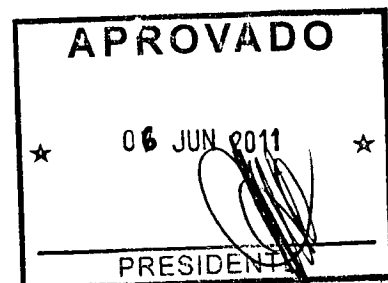
Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado a comparecer a próxima reunião os seguinte servidor:

- REGINALDO DIEGAS GONZÁLEZ – Agente de Apoio - SubMooca

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

Abou Anni
ABOU ANNI

João Américo
João Américo



RECEBIDO	
Comissão de Constituição e Justiça	
Em 07/06/11	às 16h
	RF _____

HÉLIO HIDEKI TAKAHASHI
Secretário - RF 11.123



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

Folha nº 82 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário <u>W</u>

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

São Paulo, 06 de Junho de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Secretario de coordenação das Subprefeituras para que possibilite a vinda de seu chefe de gabinete para depoimento, sendo ele: Manoel Victor de Azevedo Neto.

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

RECEBIDO	
Comissão de Constituição e Just.	
Em	06/06/11 às 13h
	RF
HÉLIO HIDEKI TAKAHASHI	
Secretário - RF 11.123	



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 83 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário lw

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR A FORMALIZAÇÃO DA "FEIRA DA
MADRUGADA" – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06-06-11

OBSERVAÇÕES:

- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Com a presença dos Vereadores José Amaro e Quito Formiga, em substituição ao Vereador Aurélio Miguel, declaro aberta a terceira reunião ordinária da Subcomissão da Feira da Madrugada - que estudará bem como avaliará a formalização de seus procedimentos acerca da guarda provisória, dada pela União ao Município, do imóvel inscrito no Cadastro Fiscal e Imobiliário sob o número 002.017.072.07, com área de aproximadamente 136.876 metros quadrados, conhecido como Pátio do Pari -, que se realiza no dia 6 de junho de 2011 no Salão Sérgio Vieira de Melo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Estão convidados para esta reunião os Srs: Coronel João Roberto da Fonseca; José Alessandro Sanches; Luiz Augusto Souza Ferreira; José Luiz do Prado; Rubens Casado, Subprefeito da Mooca, e Sra. Andréa Correa Franco.

Iniciaremos ouvindo o Sr. Rubens Casado, Subprefeito da Mooca. Sempre que o senhor responder as perguntas, peço a gentileza de o senhor declinar o nome novamente, para que conste das notas taquigráficas.

Sr. Rubens, qual é a sua qualificação?

O SR. RUBENS CASADO – Rubens Casado, natural de São Paulo. Sou Subprefeito da Mooca, Coronel da Reserva da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor é funcionário municipal ou o senhor foi convidado a trabalhar na Subprefeitura?

O SR. RUBENS CASADO – Fui convidado a trabalhar na Subprefeitura. Primeiramente, como Chefe de Gabinete; depois, fui nomeado como Subprefeito.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quem o indicou?

O SR. RUBENS CASADO – Eu vim na época daqueles problemas dos fiscais. Fui chamado. Eu havia saído da Guarda Civil e recebi um chamado para vir à Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, à época do Dr. Andrea Matarazzo, para assumir o cargo de Subprefeito. E, ao final do ano, também por surpresa, o Prefeito me chamou e me designou para o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor conhece o Sr. Secretário Ronaldo Camargo?

O SR. RUBENS CASADO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Há quanto tempo?

O SR. RUBENS CASADO – Na Subprefeitura, eu conheço, aqui, quando nós estávamos na Guarda Civil. Estivemos, Comando de Policiamento, alguns contatos, mas nada além de contato. Pessoalmente, o contato mais aproximado que eu posso dizer é aqui na função.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor trabalhou com ele antes?

O SR. RUBENS CASADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Coronel, o senhor conhece o Coronel Altino?

O SR. RUBENS CASADO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – De onde?

O SR. RUBENS CASADO – Da Polícia Militar. Eu era Comandante do Policiamento da Capital, ele era Capitão de uma das unidades do Comando de Policiamento da Capital, que é do trânsito. Quando ele foi guindado a Major e com a reformulação do quadro estrutural da Polícia Militar, com a extinção do CPTran, ele ficou vagando, ou seja, teríamos de colocá-lo em algum local. Eu o convidei, nessa altura ele tinha sido também promovido a Tenente Coronel, eu o convidei para ser meu chefe de estado maior e por lá permaneceu comigo aproximadamente dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então, o senhor conhece ele há quanto tempo?

O SR. RUBENS CASADO – Trabalhando comigo diretamente desde 2005, 2006, diretamente. Veja, na corporação nós conhecemos as pessoas, mas trabalhando direto. Direto assim, subordinado diretamente desde que eu assumi o CPC – Comando de Policiamento da Capital foi em 2004, 2005.

P – Quando que ele foi levado à Subprefeitura Mooca, o Altino?

R – Ele agora, recentemente, quando da saída do Coronel José Luiz, setembro, outubro – não posso precisar bem a data – setembro, outubro do ano passado, com a saída do José Luiz que

estava como chefe de gabinete, eu o convidei para assumir o cargo.

P – E ele teve a função de trabalhar na Feira da Madrugada ou gestor da Feira? O senhor que indicou?

R – Não. Ele estava como chefe de gabinete no exercício como tal e em determinada oportunidade, o secretário, agora Secretária de Coordenação das Subprefeituras, o Dr. Ronaldo, o guindou para substituir o então gestor, o Franklin, porque estava com período de afastamento. Não sei se férias ou qualquer... Provisoriamente.

P – Frank...?

R – Frank, Franklin... Eu não sei o nome dele completo. Ele... Não o conheço, engenheiro Franklin.

P – Era engenheiro da Subprefeitura?

R – Não é da minha Subprefeitura. É de carreira, mas não é... (Pausa) José Franklin Delano Curvelo de Matos. Ele é do... Ele... O Altino o substituiu por um período de afastamento. Não sei os motivos e depois eu imaginava que ele fosse retornar à atividade plena, porque ele estava no exercício cumulativo das funções. Isso não ocorreu e ele permaneceu lá cumulativamente como chefe de gabinete e também como gestor lá.

P – Eu... Todos os senhores... Nós vamos ter tempo de ouvir os convidados que estão aqui. Queria falar para o senhor, Sr. Casado, que já tem, os senhores sabem... Não sei se o senhor já foi ouvido, tem um inquérito policial na Polícia Civil; que não bastasse esse inquérito policial que já está andando muito, eu acompanhei os autos já, estive lá para conhecer um pouquinho, nós temos denúncias. Essa subcomissão acontece dentro das denúncias que nós estamos tendo e que para mim não é nenhuma novidade, porque mesmo com o senhor, eu troquei já muitos ofícios a respeito da Feira da Madrugada.

E, então, quando a gestão a partir de novembro da Prefeitura, as informações vieram em ritmo acelerado. O que nós estamos trazendo aos senhores aqui - como trouxemos o Sr. Altino e a Sra. Amélia - realmente as perguntas para que os senhores esclareçam o que sabem. E, falando em esclarecimento, eu pergunto para o senhor: O senhor com frequência vai à Feira?

R – Não. Não vou à Feira.

P – O Coronel Rubens Casado está falando, só para ir registrando nas Cópias Taquigráficas. Quantas vezes o senhor foi à Feira da Madrugada, famosa feira da rua?

R – Eu fui à Feira da Madrugada provavelmente umas... Agora recente, umas quatro vezes, se foi muito, se estou ou não enganado. Não deve ter... Não tem mais que isso.

P – O ano passado o senhor foi?

R – Eu fui o ano passado e fui o ano retrasado quando o senhor fez uma denúncia de uma construção ilícita que eu fui com o meu CPDU lá e nós fizemos o embargo da obra. Foi quando a primeira vez eu tinha entrado na Feira da Madrugada. E isso ficou depois, lhe dei até retorno de que já havia uma ação anterior daqueles dias e o prédio foi, a construção, a obra foi embargada e, depois, ela foi liberada, por decisão judicial.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Então, o que eu ofereci para o senhor, o que eu ofereci para o Ministério Público, ela foi embargada.

O SR. RUBENS CASADO - Foi embargada. A primeira, aquela vez que o senhor fez contato conosco, eu pedi para o meu CPDU. Nós fomos e ele já tinha vindo nos dois ou três dias antes. Eu até lhe retornei e lhe dei até o dono do processo que já tinha sido instaurado.

E, embora o senhor tenha dito, nós já tínhamos... Nós fomos lá, atendendo o que o senhor havia feito a colocação do funcionamento, o que gerou efetivamente o embargo. Ele dizia, à época, que a documentação complementar, como sempre saía em Sehab, ele não tinha e nós embargamos, porque estava uma documentação com dados... Os dados não estavam precisos para a obra. Então, foi quando realizamos o embargo.

P - Então, ela não tinha a documentação para funcionar.

R - Não, sim, eles tinham entrado com a documentação em Sehab. Nós fomos lá, pedimos a documentação. Ele não tinha, não estava de posse da documentação. Quando nos apresentaram a documentação, que levaram a documentação, não estava uma documentação legível, entendível para quem constrói. Nós procedemos ao embargo da obra.

P - Mas a pergunta que eu lhe faço é assim: "Como que acontece uma obra dessa dentro de um local como esse, onde os senhores têm a condição de embargar e de verificar o que está errado? Porque estava errado. Como que constrói? Queria só saber como que constrói obras

lá dentro.

R - Depois, eu posso de passar o documento - não tenho aqui. Mas a Rede Ferroviária Federal nos passou um documento, até uma cópia da transação, vou dizer assim: comercial, de que teriam feito lá o Grupo Gestor na época para um outro grupo. Então, foi a partir daí que essa obra... Quando surgiu a notícia, o Branquini (?), o comando (?) já tinha tido uma denúncia e, depois, veio a do senhor. Então, veja bem, a informação que nós tínhamos e foi apresentada pela Rede Ferroviária, à época, tínhamos - e foi apresentada pela Rede Ferroviária à época -, que aquela transação comercial era uma transação comercial lícita. Não sei se ilícita ou não. Na época, me comprovou com documentação, dizendo que era lícita aquela transação comercial. Nós fomos em cima do questionamento da autorização de construção e as condições de construção da obra.

P - O que eu vou lhe pedir agora, nobre Vereadores José Américo e Quito Formiga, vou lhe pedir - já sei, vou lhe pedir - e já sei que não tem: o embargo oficial.

R - O embargo oficial, na época em que eu fui? Sim, eu lhe prometo e nós temos...

P - Bem, tem o embargo e tem o desembargo. O desembargo dessa obra?

R - Sim, vou verificar. Não posso dizer aqui de cabeça.

P - Eu já... Olha, eu tenho, Sr. Rubens Casado, sei do seu trabalho, procura fazer o melhor trabalho, procuro fazer o melhor, sou da região, conheço tudo. Estou pedindo que os senhores que estão vindo aqui para os senhores nos ajudarem.

R - Sim.

P - Não é? Nos ajudarem, por quê? Porque realmente a gente sabe o que está acontecendo. Os senhores da Subprefeitura e os gestores estão lá desde novembro, é isso? 22 de novembro?

R - Na Prefeitura, desde novembro.

P - Cuidando das... Desse espaço?

R - Desculpa, não entendi a colocação que o senhor está fazendo: em relação ao que tem agora ou em relação àquilo anterior que está falando?

P - Não, o que tinha e o que aconteceu que os senhores estão deixando funcionar normalmente. Recentemente...

R - Não, só para esclarecer o que o senhor... Então, o senhor quer o desembargo oficial daquele prédio?

P - O senhor sabe de quem são aqueles boxes?

R - Não.

P - Se os senhores não sabem de quem são os boxes... Depois, eu vou perguntar para o Coronel Fonseca.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - No embargo tem o nome. No embargo e no desembargo deve ter o nome do proprietário, não?

R - Não, eu não estou dizendo... Eu não tenho aqui.

P - Ah, tá. Não, desculpa.

R - Eu posso lhe... Tem, deve ter...

P - Certamente está escrito. O senhor não tem.

R - Sim, isso eu tenho.

P - Tá, tá. Não tem de cabeça.

R - Foi até que eu fui lá, foi até um dia chuvoso lá, quando... Agora, não posso dizer agora.

P - Já entendi, já entendi.

R - Eu prometo mandar.

P - Sem problema, sem problema. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Então, o senhor vai me oferecer o desembargo da Sub da Mooca. O senhor não sabe de quem são aqueles boxes?

O SR. RUBENS CASADO - Construídos? Não, não sei.

O SR. ADILSON AMADEU - E funcionando?

Eu estive lá sábado 14h30 da tarde. Aliás, fui sozinho e, logo em seguida, já vi pessoas andando atrás de mim, porque lá tem uma segurança particular das pessoas.

Estou recebendo telefonemas aqui, mas isso não me irá intimidar em nada, porque farei meu trabalho junto com meus Colegas. Não quero prejudicar ninguém. Só quero saber da parte

legal do negócio.

Há dez dias, o Prefeito esteve lá, o senhor também estava, estavam lá os Srs. Ronaldo Camargo, Marcos Cintra. O Prefeito me pediu para que lacrasse aqueles boxes. Não quis lacrar com ele porque sobre aquilo já havia falado há muito tempo com ele. Ele falou: "Vamos lacrar juntos?". Eu falei que não, porque não tem como porque já estou pedindo a lacração desses boxes ilegais há tanto tempo e não fiz. Então, o Prefeito lacrou dois boxes de um restaurante.

Falando em restaurante, o senhor me dá informações sobre uma banca de panetones? Quem licenciou aquela banca de 16 metros de comprimento por 6 de largura? Quem autorizou aquela banca de panetone que não vendia panetone?

O SR. RUBENS CASADO – Com a edição do Decreto que passou a guarda para a Prefeitura, efetivamente, e dando incumbência específica para a Secretaria de Coordenação e a Secretaria de Trabalho, com um grupo gestor, praticamente, a Subprefeitura não está tendo nenhuma intervenção lá dentro, ficando a cargo do grupo gestor e da própria Secretaria.

Não estamos tendo nenhuma atuação, ficando tudo para a Secretaria que está coordenando com o pessoal, com o grupo gestor e com o *staff* da Secretaria. A subprefeitura não tem tido atuação de ordem nenhuma lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Pela ordem, o nobre Vereador José Américo, porque estou vendo que está com esse raciocínio.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Exatamente. Estou exatamente nesse raciocínio.

Coronel Casado, não existe decisão de ninguém que possa substituir a lei. Não podemos ter uma área em São Paulo, um lugar, um espaço a céu aberto, com box, em São Paulo sem fiscalização.

Nenhuma Comissão Gestora substitui os Agentes Vistores e os Engenheiros da Prefeitura. Nem mesmo o Prefeito pode multar nem autorizar o funcionamento de uma banca de camelô sem que isso passe por uma Subprefeitura.

Ao afastar a Subprefeitura do trabalho de fiscalização, foi cometido um crime.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Se me permite, aliás, baseado na lei...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Só uma coisinha; sabe por que foi cometido um crime Coronel? Porque ninguém pode multar não ser um Agente Vistor. Se não tem Agente Vistor no Comitê Gestor, significa que houve uma fiscalização suspensa numa parte da Cidade.

O senhor vem da Polícia e sabe que isso equivale, sei lá, isso não existe em São Paulo, graças a Deus, a PM jamais faria isso. Um oficial maluco dizendo: "Essa área da Cidade não vai mais ser policiada". Se ele fizer isso um dia que seja, cometerá uma ilegalidade absurda.

Então, lá dentro, nem os Policiais da Operação Delegada podem multar. Eles podem - a serviço da Prefeitura, comandados pelo Subprefeito e, seguidos de um Agente Vistor -, multar ou não.

Quando o senhor fala que a Subprefeitura, foi praticamente afastada.

Gostaria de saber do senhor: quem determinou isso, onde está escrito essa ilegalidade e quem determinou; se tem ordem de serviço da ação dos agentes vistores da subprefeitura no espaço Pari, porque acredito que isso seja atribuição do senhor. Independentemente da gestão ou da gerência do espaço, se é passado pelo Comitê Gestor, isso não tem problema, é normal. O que não é normal são os agentes vistores pararem de atuar.

Portanto, quero saber o seguinte: quem mandou suspender a fiscalização? Onde está escrito? Se já houve fiscalização de agente vistor da Mooca, na região do Pátio Pari, gostaria de ter o histórico disso, as ordens de serviço que esses agentes vistores tiveram; o que eles multaram, o que apreenderam e que iniciativa tomaram e se aprovaram a autorização. Se não houve apreensão de mercadoria, por parte de agente vistor, se não houve multa, por parte de agente vistor, então criamos, na Cidade de São Paulo – e precisamos investigar quem criou - uma terra de ninguém, uma terra sem lei.

Repito: ninguém pode multar. Se os agentes vistores foram afastados de lá, foi um crime gravíssimo de improbidade administrativa, sem precedentes em São Paulo.

Por isso gostaria de saber quem determinou e, depois, que a Subprefeitura da Mooca informasse esta Comissão sobre a ação dos agentes vistores na área, desde que a Prefeitura de São Paulo assumiu aquele espaço, pelo menos, de novembro para cá. Poderia pedir até antes, porque o fato de ser um espaço particular não elimina a necessidade de o agente vistor

atuar. Vocês que são extremamente rigorosos com tudo – e têm de ser mesmo, não tem de atuar. Não pode ser criada uma terra de ninguém.

Então, acredito que um grande crime foi cometido. Evidentemente, não estou acusando o senhor disso, mas alguém é responsável pela suspensão da ação da fiscalização nesse espaço. Não sei o que a fiscalização conseguiria. Nunca entrei nesse espaço, mas já fui subprefeito. Conheço a lei. Sou Vereador. Já tinha conversado sobre o assunto com o nobre Vereador Presidente Adilson Amadeu, acreditando ser um caso visivelmente de altíssima gravidade.

V.Exa. está com a palavra, nobre Vereador Wadih Mutran.

O SR. WADIH MUTRAN – Parabéns, nobre Vereador José Américo, pela colocação.

Queria, até, que o Sr. Rubens Casado respondesse dentro do que foi perguntado.

O SR. RUBENS CASADO – Permitam-me retroceder um pouco para tentar esclarecer. Se não conseguir esclarecer, prometo que retorno e esclareço da melhor forma possível. Nosso objetivo não é não esclarecer e, também, precisamos até do clareamento de algumas posições, na própria legislação, para que possamos garantir ao agente vistor a retaguarda para que ele possa agir.

Tenho um Termo de Permissão de Uso. O Ministério dos Transportes, através da inventariança da Rede Ferroviária, concedeu à antiga GSA, a exploração, a ocupação daquele local.

Vejam, então é o Termo de Permissão de Uso dado pela União. Na verdade, o que tenho aqui? Ele foi expedido, praticamente, em função da ocupação que começou em 2005. Então, só tenho uma unidade, que é a TPU deles que atende.

A GSA, assim que esteve de posse desse expediente, entrou com um pedido para que o espaço fosse incluído como programa. Aí, vamos ter uma situação em que cada um terá a sua matrícula, ou seu TPU. Só tenho esse aqui. Não tenho como proceder a uma fiscalização e individualizar a responsabilidade se tenho um TPU genérico dado pela União. E há um pedido da própria permissionária...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Permita-me interrompê-lo. Discordo disso, mas não quero discutir isso, porque complicará demais nossa conversa.

A partir do momento que a União fez uma cessão de área para a Prefeitura e passou a gestão para a Prefeitura, aí não tem mais nenhum argumento. Os senhores tinham de estar lá dentro fiscalizando.

O SR. RUBENS CASADO – Mas chegarei lá.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Mas quero dizer mais uma coisa: não importa que seja a União. Não importa que tenha um único TPU. Se abrir uma loja amanhã dentro da legalidade, e alguém fizer uma denúncia, na Subprefeitura, alegando que minha loja está vendendo produtos não sei o quê, o que o senhor tem de fazer? Mandar o agente vistor lá para fazer a fiscalização. Provocado ou não.

Então, no caso do Pátio Pari, a provocação da fiscalização foi feita de várias formas. Por isso, não consigo entender tamanha omissão! E essa questão que o senhor está colocando, a União não tem atribuição de dar TPU para ninguém. Ela alugou uma área. A fiscalização de comércio, em São Paulo, é feita pela Prefeitura. A União não tem essa atribuição.

R – Mas, veja, ela deu o TPU para que a GSA ocupasse o espaço para gerenciar a colocação de barracas lá. E eles pediram a inclusão porque é a forma ordinária de se passar...

Fiscalizo um shopping, tenho uma regra. Então, esse procedimento, foi até a própria Prefeita Marta..., para esse processo que é o da inclusão do Programa Pop Center, para que houvesse mais o caráter social. Então, eles tiveram isso. Fizeram esse procedimento.

Mesmo que a Subprefeitura fosse ao local, ela não teria condições de fazer uma autuação especificamente na Banca X, B ou C, porque isso estava sob a tutela da empresa que estava lá. É isso que quero dizer à V.Exa.

Com o advento do decreto, passando a guarda provisória, e do cadastramento que está sendo feito e publicado, vamos ter, agora, a expedição de um TPU e de um grau de relacionamento com a subprefeitura.

Como disse à V.Exa., não tinha... Tudo que chegou, apontamos ou para o Ministério Público Federal ou Estadual. Todas as irregularidades que tínhamos, na época da vigência, mandamos para o Ministério Público Estadual, para a Polícia Federal, para o Ministério Público Federal. O que disse foi o seguinte: como não tínhamos condições de individualizar quem está vendendo,

então trabalhamos em cima do locador do espaço. Todos esses documentos eu tenho e os mandarei para os senhores.

P – Vocês multaram o locador do espaço na época? Porque, veja bem, quando havia uma empresa locando o espaço, entendo perfeitamente disso, posso até dizer para vocês como poderiam fazer essa multa. Vocês poderiam fazer as multas para a empresa. Se tem um coletivo... Por exemplo, um shopping. Agora, os shoppings estão individualizados. Mas se tiver um único dono, não há problema que tenha 200, 300, 5.000 boxes. Você vai aplicando multa no empresário, na empresa. Então, o erro de um vai para a empresa.

Então, gostaria de ter as multas que foram aplicadas, de 2005 até a Prefeitura entrar, em cima desse empresário, porque vocês tinham todas as condições de multá-lo.

Gostaria de conhecer essas multas.

Mas, depois disso Coronel, vocês ficaram de novembro até agora, dizendo que não multam porque eles não estão cadastrados? Não, mas os boxes estão lá e têm proprietário. Isso não é argumento para a não fiscalização.

Como fazem com os ambulantes ilegais? Põem eles para correr. Se uma loja está ilegal, o que fazem? Fecham a loja. A subprefeitura tem poder de polícia.

Se não estão cadastrados... não tem nome de proprietário? Sou um Agente Vistor que chega a uma banca irregular, em situação ilegal, sem nota, com problemas na edificação, enfim, que não atende o Código de Posturas, se não identifico quem é o proprietário, devo fechá-la. Vocês fechariam box por box lá. Se quiserem, posso até conversar sobre isso com um Agente Vistor.

Acho, Coronel, realmente, gostaria de saber quem tomou essa decisão de suspender a fiscalização em nome do cadastramento porque, em minha opinião, se trata de um vazio legal, irregular, que foi cometido. (Palmas) Não podemos afastar os Agentes Vistores de lá. Traremos o Secretário Ronaldo Camargo para conversarmos sobre isso.

Não estou avaliando do ponto de vista da Polícia, porque não sou disso e não estou nem aí. Estou avaliando, junto com o Vereador Adilson, do ponto de vista da Prefeitura, pura e simplesmente, porque não tem Agente Vistor lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Permite um aparte, nobre Vereador?

Sr. Rubens Casado, quem são os Agentes Vistores da Subprefeitura? O senhor pode nos oferecer os nomes deles?

O SR. RUBENS CASADO – Nós temos mais de vinte. Não dá para dizer.

P - Eu pediria, então, a relação dos nomes.

Antes de o senhor usar a palavra – respondendo ao nobre Vereador José Américo -, gostaria que o senhor fizesse a gentileza de oferecer para esta Subcomissão a documentação que acabou de ler.

R – Vereador, só complementando: há uma ação fiscalizatória, aberta em 2006. Tenho aqui o processo – vou até deixar isso aqui -, os autos de intimações e as multas que foram autuadas contra a GSA. Inclusive, aquelas que foram objetos do embargo também são contra a GSA. Não as tenho aqui de cabeça, mas, depois, eu lhes passo.

P – Sr. Rubens Casado, a respeito da gestão anterior, da GSA, vamos querer ouvir tudo isso. Mas estamos querendo mesmo, diante das denúncias, a partir de novembro...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Isso. A partir de novembro. Aí que entra o problema.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Por que a Prefeitura, a partir de novembro, quando entrou dentro do campo de 136 mil metros, até agora não fez nada? Não fez mesmo?

O SR. JOSÉ AMÉRICO – E por que ela suspendeu a fiscalização? Isso é que é o negócio, porque: novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, vamos para oito meses sem fiscalização, em nome de um cadastramento que poderia ser feito em uma semana?

A SPU da União fez um primeiro cadastramento; vocês também já fizeram um cadastramento, segundo o Secretário Cintra.

De qualquer forma, para mim, mesmo que não tenha cadastramento, se tem box funcionando, seja com ou sem dono, a Prefeitura tem de fiscalizar, porque o comércio é de atribuição da Prefeitura por meio dos Agentes Vistores. Os Agentes Vistores da nossa Cidade são ótimos – conheço muitos. Basta um bom Agente Vistor para que, sozinho, em um mês, ponha em ordem a casa. Desculpe, não vou falar mais. Quero só ouvir agora.

O SR. RUBENS CASADO – Em função do cadastramento que hoje foi publicado, essa foi a

lógica adotada.

P – Mas de quem foi essa decisão, Coronel?

R – A Subprefeitura da Mooca...

P – Porque o senhor, ao ser nomeado Subprefeito... desculpe-me, é até um elogio: recebeu um poder que nem o Prefeito tem: o poder de polícia para fiscalizar o comércio naquela área. Então, o senhor tem uma responsabilidade. Só quem pode barrar o senhor...

Então, se o senhor disse para os Agentes Vistores não irem lá, tudo bem. Mas quem foi que determinou? Foi o Secretário que determinou isso junto com o senhor? Porque ninguém pode impedir a ação dos Agentes Vistores.

Fui Subprefeito e aprendi com a Assessoria Jurídica que tive o seguinte: "Subprefeito, você não pode determinar a não ida de um Agente Vistor para qualquer lugar. O Agente Vistor é livre; ele pode ir".

Se houve um impedimento de os Agentes Vistores agirem nesta área, alguém determinou: o senhor ou o Secretário. É isso o que eu gostaria de saber. Pode ter sido um equívoco? Pode ter sido um equívoco. Não estou dizendo que houve má-fé, mas houve um vazio legal, e é isso que está me preocupando.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quero aproveitar, antes de o Sr. Rubens Casado falar, para dizer que os convidados de hoje já estão presentes. Gostaria que fizessem as suas identificações, dizendo nome e função.

A SRA. HELENA GRAVETO – Sou Helena Graveto, sou Assistente Técnica Jurídica da Subprefeitura Mooca.

O SR. LUIS AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Luis Augusto de Souza Ferreira, Supervisor Geral de Empreendedorismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

O SR. JOSÉ LUIS DO PRADO – José Luis do Prado, Supervisor Geral de qualificação, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – José Alexandre Sanches, Coordenador de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, integrante do Conselho Gestor.

A SRA. ANDRÉIA FRANCO – Andréia Franco, também integrante do Conselho Gestor e Assessora Especial da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O Sr. João Roberto Fonseca está presente? Perfeito.

O senhor também é da Subprefeitura?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Uma senhora está pedindo a palavra lá no fundo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor é o Carlão? (Pausa) É o Carlinhos.

Só para identificar, porque vamos pedir a gentileza dos senhores que irão participar desta reunião da Subcomissão.

Sr. Rubens Casado, vou continuar fazendo algumas perguntas. Perguntei ao senhor ... A resposta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Sobre a suspensão da fiscalização, o impedimento ou orientação aos Agentes Vistores não comparecerem lá, porque não tem cadastramento.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Registro a presença do nobre Vereador Ricardo Teixeira.

Pois não, Sr. Rubens Casado.

O SR. RUBENS CASADO – Creio que é muito oportuna a expressão que o senhor usou agora pouco. Até talvez por equívoco da interpretação do texto do Decreto, foi que aconteceu isso. Podem ficar sossegados de que má fé não houve. Houve um equívoco na interpretação da extensão da publicação. Vou passar para o senhor – creio que o senhor já deva ter – tanto do Decreto quanto das Portarias que se sucederam da Guarda Provisória.

Volto a dizer, talvez essa forma de o senhor falar tenha sido oportuna ...

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Estou falando para o senhor ...

R – Sim.

P – ... que a ação fiscal era determinada pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica – ela é

assessora jurídica, por isso sabe. Nenhum decreto pode mexer com isso. Hoje foi publicada, de qualquer forma, a lista dos cadastrados. É isso?

R – Sim.

P – Qual foi o número de cadastrados?

R – Não foi feito pela Secretaria, não sei o número.

P – Não tem problema.

Mas então significa que os Agentes Vistores entrarão lá, a partir de agora. Não vão?

R – Sim, vamos nos organizar para tal.

P – Não. É simplesmente ter um Agente Vistor responsável por aquela área, ele vai ter de entrar hoje à tarde. Vai começar a entrar. É pegar na mão e vai indo: boxe tal, "Você é o dono?" entendeu? Bater as notas. O Agente Vistor vai ter de entrar.

Depois, vamos discutir esse período, inclusive com o Secretário. Penso que foi cometida uma ilegalidade, ainda que, independentemente do dolo, mas isso acabou causando um prejuízo para a Cidade, porque nós tivemos um comércio a céu aberto, sem fiscalização. Você não tem isso em São Paulo.

Com todos os problemas que temos a Prefeitura de São Paulo nisso aí, viu, Vereador Adilson, nisso aí é o seguinte: abra, coloque uma banca de tapioca – gosto muito de tapioca sem recheio – em qualquer lugar de São Paulo. Vai chegar um Agente Vistor, vai falar com você, ou vai chegar a Operação Delegada e vai dizer que você não tem autorização. Se tiver autorização o Agente Vistor vem e fala assim: "Ah! Você está vendendo produto equivocado."

Nós tivemos várias bancas na região central de ambulante com TPU que tiveram a sua licença cassada. Sou muito amigo do pessoal do Sindicato, eu e o Coronel Bucheroni, engolimos seco, porque eles cassaram, alegando que esses ambulantes teriam vendido produto sem nota, etc. Abrimos processo, estamos defendendo, mas só porque teve produto sem nota. E vou fazer o quê? Se eles provarem que vendeu produto sem nota, infelizmente, a subprefeitura tem o direito de cassar. (Palmas)

Não podemos ter áreas livres, uma espécie de zona franca. A Lei Orgânica não prevê zona franca. Vamos discutir depois esse período. Mas de qualquer forma suponho que, a partir de hoje, as coisas comecem a mudar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Se o nobre Vereador Ricardo Teixeira quiser sentar-se à mesa, fique à vontade para participar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Rubens Casado, o senhor não faz parte do grupo gestor, foi na feira só quatro vezes nessa época toda, a última vez foi na ida do Sr. Prefeito.

O SR. RUBENS CASADO – Exatamente.

P – É isso?

R – Foi.

P – O senhor conhece um senhor chamado Mário, Mário Chinês? O senhor já teve uma reunião com ele?

R – Esteve numa oportunidade um Mário Chinês. Eu não sei, não lembro o nome dele. Quando dessa, antes dessa construção, apareceu lá o Sr. Mário, mais dois de um escritório de advocacia – depois lhe passo, tem um nome meio esquisito Rossin, qualquer coisa assim –, dizendo que haviam comprado esse espaço e que estavam, aliás, estavam em negociata com a empresa, a respeito do espaço lá. Foi a única vez que eu vi esse homem. Nunca mais eu o vi, daquele dia ele não apareceu na subprefeitura. Não o vi, não sei. Se me colocar de frente, hoje, não consigo mais lembrar quem seja.

P – O senhor conhece, já ouviu falar, de Mami e Papi?

R – Não.

P – Não?

R – Não.

P – O senhor já falou que na feira o senhor só foi quatro vezes.

Quem autoriza demolir e construir boxes lá?

R – Não sei. Não sou eu. Não é a Subprefeitura Mooca.

P – Os agentes da Subprefeitura Mooca ...

R – Como eu disse, não estão tendo atuação lá em função dessa Portaria, se é o período

considerado que está havendo de 22 a 23 de novembro para cá. Não há nenhuma participação pontual da Subprefeitura Mooca nesse espaço, nesse tempo.

P – Mas os Agentes da Sub estão lá diariamente?

R – Não, senhor.

P – Não vão lá.

R – Como eu disse, não senhor.

P – Não vão.

R – Não senhor.

P – Não vão à feira?

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Vereador, só um pequeno parênteses. O que o Coronel está explicando – estou falando alto para ver se a gente entendeu direito, certo? Em função do Decreto que criou o Comitê Gestor, a interpretação que ele deu a esse Decreto é que a Subprefeitura estava fora de lá. É a minha dedução. Estou deduzindo. Como ninguém mais, além da subprefeitura, pode multar ou fiscalizar, então aí que se criou a zona franca do Pari. Foi isso que aconteceu. Ele interpretou assim. Mal ou bem ele interpretou assim o Decreto. Suponho, também, que o Coronel Fonseca responde diretamente ao Secretário, é o Comitê Gestor, não?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Mas ele vai depois ...

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Mas para particularizar a Mooca. É responsabilidade da Mooca na história.

Então, penso que não vamos ter como fugir de convocar o Secretário para saber a origem da criação de uma zona franca em São Paulo, sendo que não houve lei e nada que autorize. Porque se eu evitar que a lei seja cumprida, estarei cometendo prevaricação. Se o Subprefeito disser - que não é caso do Coronel Casado, ele não faria isso – que essa área em São Paulo não será fiscalizada. Pronto, ele estará prevaricando. Se o Decreto está fazendo isso, se o responsável da feira responde ao subprefeito, sendo que ele não pode multar, não tem essa autoridade, há uma prevaricação aí.

O que o Secretário poderia fazer?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Secretário Ronaldo Camacho.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Poderia criar o Comitê Gestor, solicitava, por documento, ao Subprefeito da Mooca a cessão de um grupo de Agentes Vistores, que fariam a fiscalização sob a direção de alguém que o Secretário determinasse, poderia ser o Coronel Fonseca. Sem isso, vejo problema grave que precisamos depois apurar.

Mas só para fazer isso que eu queria interpretar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Vereador José Américo, o nobre Vereador Quito Formiga vai ter de ausentar-se.

Há requerimentos sobre a mesa para serem aprovados, cuja leitura já foi feita. Se os Srs. Vereadores concordarem, permaneçam como estão. (Pausa) Estão aprovados os requerimentos.

Sr. Rubens Casado, o senhor já disse que viu o Mário uma vez só, as pessoas que falam nas cartas denúncias, o Mami e o Papi o senhor também não conhece. Não é isso?

O SR. RUBENS CASADO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Depois o senhor vai me falar um pouquinho mais a respeito da banca do Panetone. O senhor chegou a ver essa banca lá?

O SR. RUBENS CASADO – Não, senhor.

P – Não viu essa banca que ficou até fevereiro? Era uma tenda.

R – Não. Não posso lhe dizer nada. Não conheço, desconheço.

P – Desconhece essa tenda que ficou...

R – Desconheço. Dentro desse Município que nós estamos...

P – Não, é que o Coronel Altino que esteve aqui lembrou bem da banca e a Sra. Amélia também lembrou bem e falou a respeito do Sr. Mario, falou a respeito do Sr. Mami e Papi que ela conhece. O senhor sabe que esse grupo: Mario, Mami e Papi tem quase aproximadamente 1.500 barracas?

R – Não, não conheço.

P – O senhor desconhece?

R – Tudo o que eu falar para o senhor, eu vou estar... Eu não conheço.

P – O senhor sabe me informar, a Prefeitura paga segurança, limpeza, desde quando lá?

R – Sei que está pagando, mas não sei de quando. Quem paga é a Secretaria, não é pago pela Subprefeitura. Então, é pago pela Secretaria. *Esse Alcirio Padrazzoli* RF: 11372

P – Pela Secretaria?

R – É. Não é pago por nós.

P – Quem paga a conta de luz, água e manutenção?

R – Também a Subprefeitura não paga... Não tem nenhum... A Subprefeitura não tem nenhum encargo lá. Então, essas relações aí que...

P – O senhor sabe me informar qual empresa que fez o cadastramento?

R – Também não. Não sei.

P – O senhor não participa de nenhuma reunião junto com os gestores?

R – Não, não participo. Não participo.

P – E da Subprefeitura Mooca, quem participa dessa gestão?

R – Quem estava participando cumulativamente era o Altino e cumulativamente também, o Mario Novax(?).

P – O Mario?

R – É.

P – O senhor não se reuniu nenhuma vez com o grupo gestor?

R – Não senhor.

P – Quer dizer, autos não foram feitos dentro da Feira? Nunca foi feita uma notificação, um auto de infração pelos agentes?

R – Agora, nesse período, não.

P – De novembro para cá, de 22 de novembro para cá.

R – Não, não. Que tenha do meu conhecimento, não. Posso até dar uma verificada na CPDU se tem alguma coisa. No presente momento eu não sei. Vou levantar, vou verificar e posso lhe passar. Na Feira, não.

P – O senhor não entende essa maneira que os senhores estão conduzindo como uma prevaricação?

R – Não. Fizemos a fiscalização, estamos fazendo uma fiscalização no entorno. Estamos fazendo... Tivemos já várias situações, fizemos autuação para o pessoal regularizar, aqueles que não têm situação regularizada. Isso nós estamos fazendo. E até alguns outros imóveis que são limítrofes à Feira. Sim, isso eu tenho...

P – O senhor não sabe pessoas que têm de 30 a 50, 100 boxes, como havia perguntado para o senhor. O senhor não identifica pessoas?

R – Não. Não tenho. Tudo o que o senhor me perguntar eu vou dizer “não”. Não posso dizer outra coisa.

P – Então eu não vou perguntar mais nada. O senhor vai falar só não.

- Risos.

O SR. RUBENS CASADO – Não, não. Eu estou dizendo o seguinte: em relação a esse espaço, eu não tenho automação lá dentro. Eu disse para o senhor, ou interpretação equivocada ou não, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sabe o que acontece, Sr. Rubens Casado? Eu já estive várias vezes com o senhor. Eu entendo o seu trabalho. É um trabalho como os outros. Sério. É que os senhores não têm tanta informação como nós temos. E denúncia, por favor, eu pediria à plateia quando chegar o momento, mas nós vamos conduzir essa reunião. Nós temos muita informação, de pessoas... Por exemplo, a Sra. Amélia veio aqui imediatamente depois do Altino e falou: Eu sei, o Mario tem 172 boxes lá. Você conhece o Mami e Papi? Conhece. Eu mesmo, que para mim eu tenho dificuldade agora de ir lá. As pessoas não estão me vendo com bons olhos e ameaças estou recebendo. E têm pessoas que vêm aqui, se infiltram, mas para mim, isso não está dizendo nada. Eu vou ver o lado em defesa de que as pessoas têm condições de trabalhar e que não pode meia dúzia de pessoas fazendo o que estão fazendo. Nem sou eu que estou falando. Já tem toda a informação e está tudo registrado no inquérito policial. A Polícia Civil está trabalhando bem em cima disso.

Então, a gente quer colaboração porque as coisas estão acontecendo no dia a dia. Ali tudo está acontecendo, até a cobrança dos ônibus que entram ali precisa pagar. O ponto de táxi que

está lá dentro; têm as pessoas que fazem valer ali dentro e aí vai. Construções e boxes que são montados na calada da noite. Quer dizer, as pessoas que estão lá dentro não estão vendo e não querem oferecer... Que nem da tenda que estou falando para o senhor, essa tenda é super conhecida. Quem autorizou, como foi, como deixa de ser.

O Sr. Ronaldo Camargo vai vir aqui, sim, o Secretário, porque eu sei que tudo se reportam a ele e ele manda que faça, faça, faça. Então, ele não tenha duvida, vai vir aqui e vai ter de explicar tudo no final, porque as informações que nós já temos junto com as da Polícia Civil estão batendo com o que está sendo falado. Agora, os senhores que estão lá, não conhecem nada, não sabem de nada, não sabem quem paga a conta ou como anda aquilo ali e nós que não estamos no dia a dia. Por exemplo, eu fui lá e identifiquei todas os boxes do Mario, do Mama e do Papi. Têm códigos lá. Eu identifiquei sábado. Eu fui lá sábado às 14h e andei lá. Muitos dos boxes estavam fechando e os senhores que estão... Tem pedreiro lá que já tem documentação. Quem autorizou o pedreiro a construir? O pedreiro vai vir aqui também para falar quem autorizou.

Então, nós estamos só querendo que os senhores nos ajudem e o senhor como Subprefeito e o trabalho que o senhor está fazendo, quer dizer, o senhor tem então o pessoal de baixo que estava fazendo e não estava comunicando o senhor. Mas, tudo bem. O senhor vir aqui e falar que não sabe... É... Nós vamos continuar, vamos continuar pelo que temos.

P – O senhor me dá licença?

R – Pois não.

P – Deixa eu só fazer uma colocação. O Altino e a Amélia, apesar de pertencerem ao efetivo ou pertencerem aos quadros, eles estavam locados... A Amélia estava locada... Ela não me devia nenhuma ligação. Ela estava lá, trabalhando lá, assim como o Altino, os dois cumulativamente. Por isso, como existe um grupo gestor, existe uma afinidade, ou seja, uma relação, eles não me reportavam a coisa dentro dessa premissa que o próprio Vereador oportunamente colocou e eu acho que a gente tem que entender também dessa forma. Então, veja bem, não é... Não. Existe uma relação funcional da atividade lá, por isso.

R – O senhor sabe de algum agente...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Só uma...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Pois não, Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, rapidinho. O que ele está dizendo é o seguinte, que foi afastado, quer dizer, a Subprefeitura da Mooca não tem participação dentro do... Não, por várias razões aí que não vêm ao caso, não tem participação dentro da Feira. Então, o Secretário avocou para ele a responsabilidade de tudo, só que ele não avocou para ele uma parte da responsabilidade, na minha opinião, que é a fiscalização, que ele podia ter pedido para o Subprefeito, mandado um ofício dizendo: "Me passe quatro agentes vistorios." Aí passam e o agente vistor faria a fiscalização. Então, ele avocou para ele. Obviamente, o Coronel Fonseca depois vai ser ouvido. Evidentemente, como ele responde ao Secretário, ele vai poder – e está dentro da Feira – responder a uma série de coisas. Ok, entendi. Está claro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Coronel, Sr. Rubens Casado, então eu estou direto nem estava chamando de Coronel, com todo o respeito, Rubens Casado para ficar bem íntimo e para que o senhor fale com tranquilidade. Rubens, o senhor conhece? Tiago, Carlão? É da Sub da Mooca?

O SR. RUBENS CASADO – Rubens, Tiago? Não, não conheço. O senhor me dizendo assim, não conheço. Tem algum outro nome que eu possa...? Mas eu não, não tenho aqui referência...

P – Vou pedir para pegar para apresentar para o senhor. O senhor conhece o Fernando?

R – Não senhor.

P – Também não? Fernando foi o que ficou lá de novembro em diante que é da... Que o senhor realmente falou que não conhece, que é da banca do Panetone. E que as informações que eu tenho é que foram liberados pelo Secretário Ronaldo Camargo. O dia que ele vier aqui ele vai explicar, o Sr. Ronaldo Camargo. Aliás, quando ele foi com o Prefeito, eu falei para ele: "O senhor vai me encontrar na Câmara Municipal." O senhor sabe, pode informar do Coronel Altino? O senhor conhece um pouco, há muitos anos na Polícia Militar? Ele tem um imóvel em Perus?

O SR. RUBENS CASADO – Em Perus?

P – Sim.

R – Ele mora naquela região. Onde é não sei, sei que mora para lá. Ele mudou não faz muito tempo.

P – O que o senhor pode me falar, o que o senhor conhece quando foi lá, a parte do hortifruti o senhor conhece?

R – No hortifruti fui uma vez só. Dei uma passada lá, vi como funcionam os boxes e como estão dispostos. Foi a única vez que fui lá.

P – Quem fiscalizava lá, o Feliciano o senhor conhece?

R – O Feliciano foi uma das pessoas que foram nomeadas nessa gestão, a partir da vigência do decreto e precisava de gente para ajudar. Então o Feliciano foi indicado para trabalhar lá, juntamente com os outros, nomeados assim para dar um suporte ao trabalho do grupo gestor, quem estivesse operacionalizando lá no momento.

P – Quem chamou o Feliciano para trabalhar na Prefeitura?

R – Foi o próprio Altino.

P – O senhor sabe que o Altino e o Feliciano são amigos há 30 anos e trabalharam no Governo do Pitta?

R – Esse dado eu não sei.

P – O senhor não tem esses dados?

R – Que trabalharam no Governo Pitta eu não sei.

P – Trabalharam juntos, o Ronaldo Camargo é amigo deles do CET, o senhor sabe disso?

R – Do Altino sim.

P – Que o Ronaldo Camargo é muito amigo do Altino, trabalharam no CET.

R – Sim.

P – Por isso foi chamado para colaborar.

R – Isso eu sei.

P – Estranhamente e para nós também, porque no dia até liguei para o senhor, na última segunda-feira, porque tínhamos feito o convite ao Altino e a Sra. Amélia. Liguei para o senhor por volta das 13h e eles tinham ido à Corregedoria depor. O senhor ficou sabendo disso?

R – Sim.

P – Aí chegaram aqui um pouquinho mais tarde.

R – Eu lhe disse que estavam a caminho.

P – Qual a razão do Altino ter sido exonerado?

R – O relatório da Corregedoria, foi exonerado como medida cautelar pelo Prefeito, em face do relatório que foi apresentado ao Prefeito após a oitiva do Altino, da Amélia e, certamente, de algumas outras informações que têm lá.

P – Causou estranheza para o senhor?

R – Quando começam a circular essas situações – e ele foi ouvido na Corregedoria – presumivelmente o seguinte, se há um fato que solidifica ou que coloque uma situação para aprofundar a investigação, é oportuno que se afastem as pessoas. Para o caso do Altino não cabe outro afastamento, tinha de ser exoneração. Da Amélia cabe o afastamento, porque ela é de carreira. Então toda vez que há uma suspensão, na Polícia também acontecia isso, em qualquer lugar a pessoa tem de ser afastada.

P – O Feliciano também foi exonerado?

R – O Feliciano foi exonerado parece que um pouco antes.

P – O senhor sabe por quê?

R – O que chegou para mim é que ele teria autorizado a construção do Box. Só isso que eu tenho na documentação.

P – Um Box?

R – Do Box, no começo, entrando à esquerda. Não sei outros. Entrando à esquerda, aquela que seria o restaurante, só isso, não tenho outra informação. Se existem outras situações eu não tenho. Só tenho essa. E também foi informado assim oficiosamente, olha, aconteceu isso e tal.

P – Nobre Vereador José Américo, as perguntas para o Casado já esgotei. Deveremos a convite, porque teremos esta subcomissão por mais 90 dias, e deveremos pedir a convite também, que o senhor venha mais uma vez.

As informações hoje, o senhor encontrou com o Secretário Ronaldo Camargo nos últimos dias?

RF: 11372

R – A gente se encontra quase todo dia.

P – E a respeito da feira, qual a parte prática que ele está assumindo para todas essas irregularidades.

R – Que eu sei, todos os casos ele tem encaminhado ou para a Polícia Civil, Ministério Público todas as denúncias de irregularidades.

P – O senhor sabe quando ele encaminhou para o Ministério Público e para a Polícia Civil as irregularidades?

R – Não sei. Essa parte de detalhes eu não sei. Sei que estão encaminhando. A informação que tenho é que estão encaminhando.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – De minha parte não tenho mais nada a acrescentar. Já fiz as perguntas para o Cel. Casado. Gostaria, de minha parte, agradecê-lo pela presença e também pela disponibilidade de responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Uma última pergunta, o senhor conhece um estacionamento que tem lá na área do hortifruti, que só agora foi cadastrado, identificado e hoje existe uma empresa cuidando desse estacionamento?

R – O dia que fui lá, a única vez que fui, passei nos boxs, fui ver como eram as bancas e saí e, sinceramente, não me ative ao local de estacionamento. Falar para o senhor que vi, não me ative ao local de estacionamento.

P – Coronel, o senhor que é um homem preparado, um homem na sua função militar, enérgico e procura ver o melhor dentro da lei, queria que o senhor me desse um raio x daquele espaço de 136 mil metros, fui lá sábado, onde passam milhares de pessoas, 20, 30 mil por dia; são 300, 200 ônibus que chegam ali, queria que o senhor falasse a respeito de rota de fuga daquele espaço. Nós temos rota de fuga?

R – Não tenho um estudo detalhado do local. Não tenho. Fui lá, passei, visitei, fui essas vezes, até quatro vezes que fui, vi onde sai o estacionamento, onde sai na Av. do Estado, as outras saídas, mas um plano em si eu não tenho. Começar a falar coisa... Não tenho.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não é pergunta, minhas perguntas já acabei, mas por isso que a fiscalização municipal tem de estar presente, porque vamos imaginar – isso não vai acontecer porque temos sorte – que tivesse algum acidente, algum incêndio, alguma coisa, quem seria o responsável? Os membros do comitê gestor iam dizer assim: não, eu falo, nós não somos fiscais, somos comitê gestor, o Secretário Ronaldo Camargo... Mas eu não sou nem funcionário de carreira da Prefeitura. Então a responsabilidade ia cair sobre quem autorizou o afastamento da fiscalização, porque a fiscalização serve também para a questão da Segurança. Não é o Bombeiro. O Bombeiro não é responsável. A Prefeitura tem de cobrar que cada um tenha chamado o Bombeiro para ver. Tem de ter uma avaliação do Bombeiro, tem de ter rota de fuga, tem de ter tudo. Vimos o que aconteceu em Buenos Aires numa boate. Só isso. É uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Coronel, terminando, a barraca da (ininteligível) o senhor não viu como foi instalada?

R – Não vi.

P – E quando tirou a barraca, o senhor não viu?

R – Não. Não estava lá.

P – Foi o Feliciano que autorizou a construção da banca lá no restaurante, o senhor sabe disso?

R – Fiquei sabendo depois, que me disseram. Ele autorizou e aí foi a exoneração dele.

P – E quando os senhores sabem disso o que fazem?

R – Eu soube depois, agora. Agora, depois dos fatos que aconteceram. Depois, se o senhor permite, vou mandar um relatório que o CPDU fez antes da Prefeitura assumir, talvez seja até um dos que... O próprio Presidente teria dito: olha, temos de resolver. Vou mandar um relatório para o senhor apontando, cobrando da rede ferroviária as providências decorrentes, depois eu mando para o senhor, se interessar. Eu creio que interessa.

- Manifestação fora do microfone.

R – Sim. Aquilo que foi visto à época também apontando.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Rubens Casado, essa documentação, essa parte jurídica, se o senhor puder nos oferecer, é importante. Nós vamos juntando. Eu quero

deixar claro que as cópias taquigráficas estão sendo requeridas pela Polícia Civil, e nós as estamos oferecendo para serem juntadas aos autos.

Meu muito obrigado ao Sr. Rubens Casado. Chamo agora o Sr. João Roberto da Fonseca.

O SR. RUBENS CASADO – Presidente, estou liberado? Posso me retirar da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tranquilamente. Eu agradeço. (Pausa) Por gentileza, Sr. João Roberto da Fonseca. Diga seu nome e a função que o senhor ocupa hoje no Município.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – João Roberto da Fonseca, Coronel da Reserva da Polícia Militar. Atualmente, sou o Coordenador do Grupo Gestor do Pátio do Pari.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quero aprender com o senhor porque quero conhecer um pouco melhor. Fale-me da Feira da Madrugada desde o dia em que o senhor está lá: o que o senhor está achando, o que o senhor já fez, o que o senhor deve fazer, o que o senhor está passando para o Sr. Ronaldo Camargo, porque eu sei que o senhor é a pessoa direta com o Secretário Ronaldo Camargo.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Excelência, eu assumi esse cargo de Coordenador do Grupo Gestor no dia 7 de abril deste ano. A partir do momento em que assumi, tomei conhecimento da existência de um Termo de Guarda Provisória, em cujo artigo 1º da cláusula 5ª consta: "I - impedir invasões e depredações; II - fazer o cadastramento; (...) IV - zelar pela higiene e pela segurança do local". Então, eu procurei realizar a minha gestão em cima desses três itens que constam da cláusula 5ª do Termo de Guarda Provisória.

Dentro do primeiro item, "impedir invasões e depredações", assim que eu cheguei, dias antes havia ocorrido aquela denúncia da TV Record. Vou falar especificamente do casarão, porque de outros fatos que ocorreram lá eu não tenho conhecimento, eu não estava lá, foram antes da minha chegada. A partir do momento em que cheguei e tomei conhecimento da denúncia sobre aquele casarão, aquele prédio que seria tombado, de imediato comparecemos ao local, emparedei aquele casarão, aquelas partes que haviam sido invadidas. De todos os comerciantes que estavam lá dentro, as mercadorias foram retiradas. Levei os comerciantes até a administração da feirinha da madrugada, pedi para que eles fizessem uma declaração de próprio punho de como tinham ido parar lá, quem os havia colocado lá, e assim foi feito. Juntei toda essa documentação e a remeti para a Secretaria; a Secretaria juntou essa documentação e a remeteu para o Inquérito Policial número 155, que corre pelo DPPC, e também para o Ministério Público. Essa foi uma ação.

Outra coisa me preocupou assim que assumi. A feirinha tem três entradas principais e uma saída: duas entradas para veículo, uma pela Rua Monsenhor de Andrade, 987, outra pela Rua São Caetano e uma entrada para pedestres pela Rua Oriente. Descobri que havia duas outras entradas através de *shoppings* existentes: um *shopping* voltado para a Monsenhor de Andrade, 905, e outro *shopping* voltado para a São Caetano, altura do 1.028. De imediato, dirigi-me a esses locais e emparedei essas entradas. Depois, esses emparedamentos foram derrubados pelos respectivos proprietários. Voltei lá e coloquei ferro. Hoje, essas entradas estão fechadas com grades de ferro.

Essas foram as ações que me preocuparam de imediato.

Em relação ao cadastro, ele estava em andamento pela Prefeitura. Aliás, já haviam se encerrado tanto a primeira fase como a segunda, e a Prefeitura estava montando o banco de dados e dando continuidade ao cadastramento.

Em relação ao item limpeza e segurança, preocupei-me em chamar os representantes das empresas de limpeza – a Provac, que faz a varrição, e a Multilixo, que faz o recolhimento. Reuni-me com os donos dessas empresas. Antes, eu já tinha informações sobre como andava a limpeza e o problema dos banheiros. Reuni-me e exigi que eles aumentassem a sua eficiência, que eles aumentassem o número de funcionários e que eles realmente correspondessem, caso contrário, como sou fiscal do contrato, eu poderia multá-los e até pedir a suspensão do trabalho. Avisei-os de que faria isso.

Dentro do item segurança, preocupou-me bastante a segurança patrimonial. Lá existe uma empresa de segurança chamada Atento. De imediato, assim que entrei, verifiquei que o efetivo dessa empresa não era suficiente para o que eu entendo como segurança, e não apenas segurança patrimonial. Então, pedi um aditamento do contrato com um aumento do efetivo de cerca de 20%. A lei autoriza até 25%, mas pedi um pouco menos depois de calcular as

necessidades. Minha intenção é a presença dessa empresa no interior do complexo, não apenas em postos fixos ou em postos volantes na periferia, mas sim fazendo um patrulhamento no interior do complexo, reforçando a divisa com a Rede Ferroviária Federal, reforçando a divisa com a Avenida do Estado e, principalmente, marcando presença no interior da feira. Ainda em relação à segurança, dividi a atuação em duas outras ações. A primeira, através do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, que, anteriormente à minha chegada, já havia feito uma vistoria no local e pautado algumas ações que deveriam ser desencadeadas, o que coincidiu com a minha entrada.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Permita-se, Sr. João – guardando seu raciocínio -: o senhor é do Corpo de Bombeiros?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não, não, não sou do Corpo de Bombeiros. Então, diante dessas solicitações do Corpo de Bombeiros, eu comecei a adotar algumas providências. Primeira providência: pedi a compra de um determinado número de extintores, recomendado pelo próprio Corpo de Bombeiros,...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quantos?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Por volta de uns 150 extintores, mais ou menos, entre água e pó químico seco.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Já instalados?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Já. Alguns já estão instalados.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quantos?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Olha, a quantidade exata, eu posso, depois, fornecer para o senhor, mas já tem...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Estou errado se eu disser que não há 25 instalados? Estou errado?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Tem extintores instalados lá.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não tem mais de 25 instalados. Estou errado?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Já tem extintores instalados lá... Pode não ser a quantidade suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor me permita – dentro do seu raciocínio -, o senhor é Coronel... Estou indo lá. A gente agradece a Deus por proteger todas as pessoas que estão lá trabalhando e que vão lá fazer compras, mas é uma bomba-relógio.

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Boa parte daqueles que hoje está à frente das subprefeituras é de coronéis, colegas do senhor, que foram efetivos do Corpo de Bombeiros, sempre salvando vidas, mas a gente fica preocupado que não estão vendo esse lado também e estão deixando as coisas andarem.

O seu raciocínio está indo muito bem e estou querendo perguntar algumas coisas mais tarde para o senhor.

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Certo. Mas me permita discordar do senhor, Excelência, mais esses extintores estão sendo adquiridos, e a Prefeitura contratou uma empresa chamada B&B para dar andamento às demais providências que o Corpo de Bombeiros pediu, como troca das mangueiras de hidrantes, iluminação fluorescente para os locais e....

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quem do grupo gestor que está acompanhando esse serviço de instalação?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – É o Engenheiro Domingos o fiscal desse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Engenheiro Domingos?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Isso.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Pela ordem. Eu só gostaria de um aparte muito específico.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tem a palavra o Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Coronel, novamente eu bato em apenas uma tecla. O senhor sabe qual é a única coisa que permite que a Prefeitura feche imediatamente um recinto? Se não tiver o aval dos Bombeiros. Então, é o seguinte: por exemplo, tem uma boate aqui na Santo Antônio que foi inaugurada recentemente. Se amanhã eu ficar sabendo que ela não tem o diploma dos Bombeiros – e os Bombeiros são muito criteriosos, só dão isso quando eles sabem que tem questão de segurança –, eu aviso a Subprefeitura da Sé e ela tem de fechar esse

estabelecimento imediatamente.

Então, o que eu não estou entendendo, e eu gostaria que o senhor me explicasse não que seja uma função necessariamente sua – é o seguinte: por que, antes que a situação de segurança seja resolvida, a coisa está funcionando normalmente? Qual é o por que dessa necessidade? Porque ou bem há uma necessidade imperiosa da feira de funcionar e então faz a questão de segurança no final de semana e resolve tudo ou bem tem de esperar. Nesse caso, não pode trocar o pneu com o carro andando. Nesse caso, não pode. É uma preliminar. O senhor sabe disso. Por questão de bom senso, inclusive, o senhor, mesmo que não conheça essa lei, vai saber que eu tenho razão.

Então, novamente eu pergunto: quem autoriza a ausência de fiscalização dentro da feira? Evidentemente, não estou cobrando do senhor porque o senhor não pode multar, mas, seno o senhor membro do comitê gestor, ele não discutiu a questão fiscalização ou a questão de ter de suspender eventualmente a feira para resolver os problemas de segurança, dos Bombeiros, entre outras questões, ou então a questão de se fazer isso no final de semana para poder não comprometer o funcionamento da feirinha? Vocês não chegaram a discutir isso?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Olha, Excelência, eu, particularmente, acho que aquela feirinha deveria ser fechada por algum tempo, até que todas as providências fossem tomadas. Mas isso demandaria um problema social de muitas pessoas que ganham sua vida lá.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Vou contar para o senhor uma coisa: 38 ambulantes tiveram suas licenças cassadas em Perus. Motivo alegado pelo Subprefeito: “Vamos dar uma mexida no centro de Perus e achamos que os ambulantes estão atrapalhando”. Então, causa um problema social também. Não estou dizendo necessariamente fechar, Coronel; entenda o que eu estou falando. Tem de ter um mutirão para resolver o problema de segurança, mas, de repente, pode-se resolver num final de semana, enfim, em algum período, porque isso também não é algo que leve um mês. Mas o que não pode é funcionar uma coisa, sob a regência da Prefeitura, sem as questões de segurança resolvidas.

Falo das questões de segurança. Nas outras questões, o gestor de segurança vai trabalhando normalmente. As questões de segurança que o senhor citou, rotas de fuga e os Bombeiros, isso tem de estar instalado, não pode funcionar sem isso. Então, eu gostaria de saber se o conselho gestor discutiu isso para tomar providência, porque eu estou sempre olhando o lado social, mas ele não pode se sobrepôr à lei. Até porque, a questão da segurança, eu acho que pode ser resolvida num tempo curto, sem prejudicar o funcionamento da feira. Eu não quero que a feira pare, eu quero que ela trabalhe dentro da legalidade e que tenha as questões de segurança. Extintor não é caro e as rotas de fuga podem ser resolvidas rapidamente. Isso poderia ser resolvido, eu acho, em alguns dias.

Agora, não pode prolongar um negócio e deixar funcionar por conta das questões sociais. Então, eu queria saber se o conselho gestor discutiu esse assunto, porque eu acho que seria uma opção grave do conselho gestor não discutir isso, principalmente a questão de segurança.

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – As providências estão sendo tomadas. Essa empresa está lá, está fazendo o serviço; o que o Bombeiro pediu, essa empresa está fazendo e brevemente teremos a presença do Corpo de Bombeiros dentro da feirinha, trabalhando dentro da feirinha.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A partir do seu raciocínio, Sr. Fonseca, o grupo gestor já requereu o Corpo de Bombeiro para estar lá? Isso precisava estar ontem, não hoje. Ontem já devia estar lá o Corpo de Bombeiros. O senhor é militar e o senhor sabe o número de pessoas que passam por lá e há corredores em que não dá para passar duas pessoas. Os senhores do grupo gestor e o senhor, que está comandando, já deviam ter pedido isso. Agora, pergunto ao senhor: o senhor aplicou alguma multa nessas empresas, como a B&B, por ainda não ter cumprido sua tarefa?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Desde que eu assumi e reuni os donos dessas empresas...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – De segurança e de limpeza. O senhor que está fazendo contato com elas?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Sou eu quem faço; eu sou o fiscal do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Qual o valor do contrato da limpeza?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Olha, eu posso fornecer para o senhor os valores específicos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu gostaria que o senhor me oferecesse, se

possível, para ajudar a esta Subcomissão, cópias dos contratos.

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor já mandou fazer algum aditivo nesse contrato?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Já pedi o aditamento...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Ele pediu aditamento de 20% do contrato de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Só no de segurança?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não, pedi também o aditamento do contrato da Multilixo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor conhece os proprietários da Multilixo?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Eu já me reuni com eles.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor já fez reuniões com o Mário? É verdade que o Mário está sempre tomando café com o senhor?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É mentira?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Sempre tomando café comigo?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Uma, duas, três, cinco, seis, dez...

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – O Mário me procurou... Primeiro, conheci o Mário porque ele frequentava a sala da Amélia juntamente com o ex-funcionário Feliciano. Aí, me apresentaram o Mário e depois ele me apareceu com outros feirantes.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quem são?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Um tal de Seu Reinaldo e um outro feirante, cujo nome eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Mami, pai, cavalo?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não, mami, pai, não conheço. Esse Mário esteve lá, juntamente com o Sr. Reinaldo, porque eles foram reclamar da limpeza

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O Mário?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – O Mário e esse Seu Reinaldo e um outro feirante...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O Mário tem só um box lá?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Olha, eu ouço dizer na feirinha que ele tem vários...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Fonseca, o senhor veio aqui a convite.

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Sim, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E o senhor já foi ouvido na Polícia Civil?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor vai ser ouvido, porque já tenho informação de todos os senhores. Mas eu só quero colaboração. Estamos pedindo colaboração. Não é por causa dos senhores. Eu já falei, nobre Vereador José Américo, das intimidações e dos telefonemas anônimos, mas para mim isso não diz nada. A gente vai em busca da verdade.

Durante a semana, o Mário vai todos os dias lá?

JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quando ele vai?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Olha, nobre Vereador, eu recebo na minha sala...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não, o Mário. Eu perguntei para o senhor o quê, Sr. Fonseca? "O Mário tem um box?"

R - Consta... Eu ouvi dizer que ele tem vários boxes.

P - Vários, são dois? 10? 20?

R - Não, diz-se que ele tem vários boxes.

P - Quantos, mais ou menos? Vamos ver se eu consigo... Quantos boxes o Mário tem?

R - Ouvi dizer que ele tem mais de 100 boxes.

P - E ele fala para o senhor dos boxes, onde é, direitinho, tudo?

R - Eu sei que ele tem um espaço lá dentro.

P - O senhor acha justo um cadastramento, um só cidadão ter 172 boxes?

R - Ele não está cadastrado.

P - Quem está cadastrado?

R - Ele não tem cadastramento. Lá. Pelo menos, na relação que saiu do cadastramento...

P - Se ele não tem cadastramento e se ele não tem nada lá, o senhor recebe ele para falar

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

sobre o quê?

R - Eu ouvi dizer que ele tem vários boxes lá dentro.

P - O senhor é íntimo do Mário?

R - Não, em hipótese nenhuma. Não sou íntimo de nenhum comerciante.

P - Não?

R - Vereador, quero deixar uma coisa bem clara aqui.

P - Eu gostaria, porque se o senhor não for claro com essa Subcomissão... Nós só estamos querendo colaboração.

R - Certo.

P - O senhor é a pessoa indicada, que foi a Sra. Amélia, o Sr. Altino falou.

R - Certo.

P - Os outros gestores talvez estão chegando e não tenham essa condição de falar alguma coisa. Essa Subcomissão ela foi formada, ela vai virar CPI, não tenho dúvida, porque não é este Vereador que está querendo, nem o Vereador José Américo. A casa está querendo, porque a prevaricação é grande, o contato com as pessoas...

Agora mesmo, já foi embora, havia duas ou três pessoas de um senhor aí que se diz um grande proprietário da feira, mas já foi embora, já saiu correndo, que não estou vendo mais aqui. Porque eu também tenho o meu pessoal que fica aqui para informar.

Então, o senhor está lá, o senhor se reporta ao Sr. Ronaldo Camargo, não é isso?

R - Sim, senhor.

P - O Ronaldo Camargo sabe desse encontro que o senhor tinha ou tem ainda com o Sr. Mário, que tem 172 boxes?

R - Eu informo a Prefeitura, eu informo a Secretaria que eu recebo todos os comerciantes, todos eles, minha porta está sempre aberta.

P - Não, o senhor fala para o Sr. Ronaldo: "Sr. Ronaldo, Secretário, olha, eu recebi o Mário". "Quem é Maria, Sr. Fonseca?". "Não, o Mário tem 172 boxes". O senhor falou isso já para ele?

R - Que ele tem 172 boxes, não. Eu falo...

P - A Amélia falou que ele tem 172.

Eu cheguei até 119, mas vou chegar nos outros.

O senhor sabe que tem código nos boxes?

R - Com certeza.

P - Quais são os códigos do Mário?

R - Ele não está cadastrado. Ele não está cadastrado, na relação de cadastramento que foi publicada, não consta que o Mário seja proprietário de nenhum box, que tenha se cadastrado. E, na minha opinião, quem não está cadastrado tem que sair fora da feira.

P - Tá. Como os senhores fizeram o cadastramento?

R - Eu desconheço, que eu não estava lá, Excelência.

P - Mas o senhor não tem informação?

R - Não, não tenho.

P - O senhor sabe de alguns dos gestores que estão aqui sabem informar sobre isso?

Alguns dos gestores sabe como foi feito o cadastramento?

O Carlos. O senhor vai explicar depois.

Há pessoas que vieram, moradores de Avaré, e estavam no boxe, que a menina foi ao sanitário e a cadastraram, deram o papelzinho para ela. É por isso que precisamos rever tudo isso e queremos ver tudo isso.

As informações que levam... Por exemplo, tem pedreiro lá que o senhor tem contato com pedreiro? O senhor tem um pedreiro que senhor tem contato?

R - Não, senhor.

P - O senhor não autorizou nenhum pedreiro que pudesse construir?

R - Pedreiro?

P - É.

R - Não, senhor.

P - O senhor nunca, nem assim, batendo um papo: "Não, pode ir lá, sim, faz a obra lá, meu filho. Está tudo bem".

R - Pedreiro? Não, senhor.

P - Construtor?

Folha nº 102	do proc.
Nº. 08-52	de 11
O funcionário	lw

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

R - Não.

P - Engenheiro?

R - Não, senhor.

P - Está bem.

Então, voltando: Mami e Papi o senhor não conhece?

R - Não, senhor.

P - O Mário o senhor conhece?

R - O Mário eu conheço.

P - O senhor atendia o Mário com quem? Junto com a Amélia?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA - Não, ele entrava lá, me cumprimentava.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Ele falava: "Coronel Fonseca, me permita, eu sou o Mário". "Está bom Mário, o que você veio fazer aqui? Em que posso lhe servir?"

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA - Não, eu jamais falei para alguém, nobre Vereador, Exa, mas naquela Feira, eu não confio em ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Ótimo. O senhor sabe que estão falando muito o seu nome na Polícia Civil e as pessoas que vieram aqui? O senhor me permita usar esse termo: O senhor é a bola da vez.

Eu perguntei ao Sr. Altino se conhecia bem o Sr. Feliciano. Ele disse: "Conheço, há 30 anos, é meu amigo." O Sr. Feliciano esteve na Polícia Civil e falou do Sr. Altino. No final, ele falou: "Obrigado, Vereador, tenho informações de que ele falou de mim." Hoje é o senhor, de alguma maneira, pelos relacionamentos.

Nós recebemos denúncias e informações. Então, as pessoas pensam em jogar em cima do Sr. Fonseca, porque fica mais leve. Certo, nobre Vereador José Américo? Estou fazendo as perguntas ao senhor querendo saber. Por exemplo, da empresa convidada a fazer a parte do lixo, a Multilixo. Perguntei ao senhor se conhece os proprietários. O senhor falou que sim. Até aí tudo bem, estão fazendo um bom serviço. Parece que estão fazendo um bom serviço. Não é?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA - Estão.

P - O senhor recebe o Sr. Ailton?

R - Já conversei com o Sr. Ailton.

P - O que ele comenta a respeito da Feira?

R - Ele me falou dos antecedentes dele, que administrou a Feira, que trabalhou para a Gsa num determinado período, depois assumiu... Ele me contou uma história da Feira, depois assumiu o Sr. Geraldo Amorim, aí, parece que ele teria brigado com o Sr. Geraldo Amorim. Depois saiu o Sr. Geraldo Amorim e ficou o Sr. Ailton. Falou-me que montou um tal de condomínio lá dentro, mas a partir do momento em que a Prefeitura assumiu, aliás, a partir do momento em que eu entrei lá, no dia sete de abril, não...

P - Quanto o senhor acha que vale um box lá?

R - Ah, vale bastante.

P - Quanto é bastante?

R - Dizem na Feira, correm notícias de que vale em torno de 200 a 300 mil reais, coisa desse tipo.

P - De 200 a 300 mil? Então, o Sr. Mário investiu em 172 boxes. Ele tem, dentro de um espaço que ainda não está com contrato firmado, 200 milhões de reais?

R - Não, 34.

P - Trinta e quatro milhões de reais. Só o Sr. Mário.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Pela ordem, um aparte, Vereador. Coronel, o senhor tem conhecimento dessas transações de venda de box e tal? Quando falo em conhecimento, não de ouvir falar, porque, certamente, o senhor deve ouvir falar de muitas coisas verdadeiras e outras não. Mas eles comunicam a venda?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA - Não senhor.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Não comunicam a venda. Insistindo na minha linha, Coronel, o senhor é um homem que vem da área da segurança e tal, o senhor sabe disso, enquanto a coisa não for regulamentada e não estiver agindo de acordo com a lei municipal, aquilo será uma máquina de moer carne. Quer dizer, todas as pessoas que vão dirigir esse comitê gestor acabam... Quando o Vereador Adilson fala na bola da vez não é nenhuma acusação ao senhor.

De minha parte não é. Dele também não.

É aquilo, sai um, entra outro e vai sobrando. Porque como tudo é contraditório e irregular: ali dentro, então as coisas vão se impondo e as pessoas vão sendo derrubadas. Por isso eu acho que é um problema da Prefeitura, do Sr. Secretário, de por ordem na casa, de legalizar. Não pode ficar esperando que um Prof. Pardal da vida vá organizar esse shopping daqui três ou quatro anos. Até construir isso vai demorar muito.

Até lá temos tempo, quer dizer, a Prefeitura tomou posse há oito meses! Em agosto será um ano. Em agosto do ano que vem será dois anos. Quer dizer, há uma especulação em cima dos box, é normal isso, não tem problema. Mas tem de agir dentro da lei, se não vira uma máquina de moer carne, inclusive para vocês, funcionários da Prefeitura, comissionados ou não, mas funcionários da Prefeitura. Uma máquina de moer carne, ou seja, o que estiver na frente receberá as críticas da Imprensa, da Câmara etc.

Então, é uma irresponsabilidade da Prefeitura deixar funcionar desse jeito. Como é que tira a Subprefeitura da Móoca da fiscalização? Por isso, reitero, apenas uma pergunta: vocês do comitê gestor já discutiram sobre a fiscalização lá dentro? Só isso. Se discutiram ou não. Se discutiram, estará em ata, gostaria de vê-la. Se não discutiram, acabou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Se isso já foi discutido no conselho gestor. Desde quando o senhor está lá?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Desde 7 de abril. Está completando hoje dois meses que o senhor está lá. Já foi discutida, no conselho gestor, a ausência da fiscalização? Tanto a fiscalização de posturas e mercadorias, quanto a de segurança? Já chegaram a discutir lá, no conselho gestor?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA - S.Exa., desde que assumi, todas as denúncias que chegaram ao nosso conhecimento têm sido remetidas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Coronel, desculpe. Não estou falando das denúncias, não estou olhando o lado policial da história.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA - Certo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – É assim: se discutiram; pois tem de haver uma fiscalização rotineira. Onde tem comércio, tem de ter fiscalização rotineira.

Então, os agentes vistorres, ou os fiscais, estão lá, acompanham e questionam sobre a mercadoria e tal. Não significa que a pessoa será presa ou o que comércio será fechado. Mas tem de haver a fiscalização rotineira. A ausência dela, dentro da feira, chegou a ser discutida pelo comitê gestor desde que o senhor passou a responder por ele?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA - Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Fonseca, temos lá, hoje, um bombeiro. Um. Concorda? Estou certo ou errado?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Um homem do Corpo de Bombeiros. Um.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Existe um bombeiro, bombeiros civis, que trabalham dentro da feira. Não sei quem os paga.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor sabe quem paga.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não. Desconheço quem paga.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor sabe?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Desconheço quem paga.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor sabe sim.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Desconheço quem paga.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Desconhece? O Sr. Ronaldo sabe quem paga.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Existem bombeiros civis que trabalham lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Me permita interromper, os senhores estão lá, o senhor é gestor, vem aqui, não sabe responder, não quer responder, eu sei quem paga. Eu sei quem paga. Vou trazer o Sr. Ronaldo Camargo aqui para perguntar algumas coisas para ele e mostrar também, por que temos prova. Quero também que ele diga que não sabe. Os senhores precisam ajudar o Sr. Secretário. Todos os senhores precisam ajudar o Sr. Secretário Ronaldo Camargo.

Se o senhor não sabe quem paga é preocupante. O senhor entra em um condomínio e precisa saber de tudo. Os senhores se preocuparam mais em dar atenção a uma pessoa que está fazendo o complexo para ele mesmo – só para alguns cidadãos – passando por cima de outros que desejam ter seu lugar ao sol. Não ouviram as associações, que apanham na rua há muito tempo. Elas precisariam ser ouvidas para se saber a verdade. Essas associações não mentiriam pois querem trabalhar.

- Manifestações na plateia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A Subprefeitura da Móoca vai ao lado, na Casemiro de Abreu, na rua Oriente, na rua Rubino de Oliveira, na Conselheiro Belizário, na Visconde de Abaeté, na Maria Marcolina, na Tieres, na Júlio Ribeiro, multa, fecha estabelecimento e, dentro, onde há irregularidades, nada fazem.

Na última semana começaram a andar no bairro e perguntaram se as pessoas têm alvará, licença de funcionamento, quando, em São Paulo, 99% não possuem.

Então, querem tapar o sol com a peneira e não conseguirão. Serei claro. Não devo favor algum ao Prefeito Kassab. Ele é quem deve a mim.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A minha votação se deve a mim mesmo, pois trabalhei muito.

Mas, eu percebo - e tenho parentes na Polícia: padrinho de casamento, inclusive, o senhor deve conhecer, é o Coronel Pellegrino; o Sergio, que está comandando em Santos; - que os senhores, da Polícia Militar, foram convidados a trabalhar na Prefeitura do Município de São Paulo, e têm mesmo, prestado um trabalho maravilhoso no Município e no Estado, só que pegaram uma bomba relógio e precisam fornecer informações ao Sr. Secretário. E eu vejo o inquérito correndo na Polícia Civil e digo que haverá um desgaste muito grande para os senhores. Assim como o Sr. Altino também terá em seu prontuário, do jeito que o processo está correndo e pelas informações que chegam.

Quando mencionei a expressão bola da vez é que agora as pessoas virão cobrar o senhor, Sr. Fonseca, e pela intimidade que possui com o Mário, fulano ou beltrano.

Gostaríamos que tudo estivesse em ordem e, se tem um projeto, como está sendo colocado pela Secretaria do Trabalho – estive, inclusive, com o Sr. Marcos Cintra – então que isso acontecesse imediatamente dentro de um cadastramento legal, não da forma como foi feito. Aliás, gostaria que o senhor me dissesse algo sobre esse cadastramento. O que o senhor sabe a respeito? O senhor como gestor.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Quando assumi, o cadastramento já tinha sido concluído. Há uns 15 dias começamos a distribuir esse outro cadastro lá na feira, trabalho esse que foi concluído e, desse cadastramento, sei de 4 mil e poucos já cadastrados e regularizados.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA - Não. Tem mais, cerca de uns... número que agora não me lembro exatamente, mas está *sub judice*.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – E tem alguns com box repetido.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Tem também. Nesse número *sub judice* tem vários casos, desde número de box errado, até o nome da pessoa errado, box com vários donos, duplicidade de donos. E cerca de 700 e poucos ainda não cadastrados.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Por que?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Por que não se cadastraram, vieram depois ou...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quem seriam?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - O senhor já identificou os 700 box não cadastrados? O senhor tem condição de me passar a lista dos 700 que não se cadastraram?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Foi publicado no *Diário Oficial* de sábado, S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Os 700 box que não foram cadastrados.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não. Os cadastrados foram...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não. Quero os que não foram. Aqueles que o senhor sabe que não foram. Os 700. É muito importante isso que o senhor está falando. Quero encontrar o senhor lá, amanhã, para verificar os 700 box não cadastrados.

O senhor tem condição de fazer uma listagem desses box que não foram?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – A Secretaria tem.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não, gostaria que o senhor...

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Não, eu não fiz o cadastramento, eu apenas distribui os cadastros, mas a Secretaria tem essa informação e pode fornecer aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Carlos. O Sr. Carlos está lá no fundo. O senhor sabe de 700 box não cadastrados?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor não sabe disso?

(Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então, como é que pode, um box vale 200 mil reais. Há 700 box não cadastrados.

Nobre Vereador José Américo, me ajuda, não estou mais raciocinando.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – É grave. O comitê gestor teria de ter discutido esse assunto, porque senão nós teremos, além da parte legal que estou olhando, um....

No caso, o que o Coronel Fonseca está falando é o seguinte: na verdade, teve uma empresa responsável pelo cadastramento vinculada à Subprefeitura. Quem pode prestar conta sobre esses não cadastrados é a empresa, portanto, a Secretaria das Subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Mas, Vereador José Américo, permita-me...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não ficou sob a responsabilidade dele o cadastramento.

Só queria informar para alguém tanto do Ministério do Trabalho, que está aqui, desculpe, da Secretaria da Subprefeitura, quanto ao Coronel Fonseca que está aqui, entendi que ele não é o responsável disso, é o seguinte: segundo a Evangelina Pinho, Diretora da SPU, Patrimônio da União, no momento que ela transferiu para Prefeitura, no momento em que ela deu o termo de gestão da área, não é exatamente cessão, é um termo provisório de gestão da área, ela fez um cadastramento e eliminando as repetições – quer dizer, tinha gente que tinha mais de um box -, ela disse que tinham de 2.200 a 2.500 empresários com negócios na área, sendo que alguns deles poderiam ter mais de um box. Isso tudo oficialmente.

Havia 2.200 a 2.500 pessoas respondendo por boxes, alguns, repito, podem dar 4.700 ou mais porque têm em seu nome mais de um. Não estou falando da informalidade que algum possa ter, porque tem através de laranja e etc. Não estou falando disso.

Evangelina, em novembro, falava em 2.200 e 2.500, um número bem menor do que a gente, na verdade... Tanto que isso foi conversado com o Secretário Marcos Cintra e ele também tinha conhecimento dessa informação. Era o que ele supunha que abriria espaço, inclusive, para outras categorias, para sindicatos e etc, indicar pessoas no tal do Shopping Popular quando for construído lá na frente.

Só queria falar do cadastramento de 2.500 pessoas, informar vocês. Quando o Secretário vier, informar a ele, ver se ele recebeu isso da SPU porque acho extremamente importante. É um cadastramento de pessoas. A Prefeitura não pode dar um TPU, não pode dar 2 TPUs para uma mesma pessoa. Ela não pode.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não pode. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, de 04 de junho de 2011, aliás, isso é material oficial que vou usar e identificar. Nada contra as origens chinesas e japonesas, mas parece que estou vendo um diário oficial da China.

O Sr. Chang Xin (?), ele é perigoso? Ele tem muitos cadastros aqui. O Sr. Xu Suzhu (?) também tem vários cadastros no nome dele. O Sr. Lu Chen (?), vários cadastros. O Sr. Wu Kon (?), vários cadastros. O Sr. Shianwu(?), vários cadastros. O Sr. Wusuchan(?), vários cadastros. Então, fora as irregularidades e as denúncias, Sr. Fonseca, veja só, e o Sr. Carlos vai explicar a respeito do cadastro, nós vamos cancelar isso aqui de alguma maneira.

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu vou ao Ministério Público amanhã mesmo porque é desleal o que está sendo feito com aqueles que chegaram lá em 2004 e 2005.

Nós vamos, sem dúvida alguma, pedir que os senhores nos ajudem, o corpo gestor, porque está tão caro e é de se lamentar dessa maneira.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – A menos, Vereador Adilson, porque isso aqui é só um cadastramento. Num certo sentido este cadastramento não está ajudando estas pessoas que estão cadastradas porque está mostrando a realidade da duplicidade, ou triplicidade porque

isso aqui não está dando TPU para ninguém, isso é só um cadastro.

Também podemos ter uma leitura positiva dizendo que isso é uma arma contra eles porque a lei é extremamente clara: não tem TPU para dois, não existe isso em São Paulo, nunca vai acontecer. A Prefeitura nunca pode dar para mais de um, então, quem está cadastrado duas vezes se entregou. Neste sentido a gente pode imaginar que este cadastramento foi estratégico. Espero que seja assim, mas de qualquer forma, é uma coisa, como o Adilson colocou, é obvio que depõe contra as pessoas que estão cadastradas mais de uma vez. Tem gente aqui com dois ou três cadastros. Na verdade, acharam que podia.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Fonseca, depois que você entrou, você tem informação para me oferecer se foram construídos novos boxes?

O SR. FONSECA - Eu sei de dois boxes: um do senhor Marcelo Braco, o PO 45, ele está cadastrado. Eu não sabia, mas ele construiu um boxe, ou melhor, aumentou o boxe dele.

P- Ele fez três de um?

R- É, não chegou a fazer, mas aumentou o box dele.

P- Pode?

R- Não pode, mas eu vou chegar lá, Exa. Fui informado disso, fui até o local, notifiquei para que retirasse aquela banca, fui surpreendido com a apresentação de uma liminar da Vara da Fazenda Pública.

P- O senhor tem cópia?

R- A assessoria jurídica da Prefeitura tem.

P- Eu vou pedir à assessoria jurídica para pedir informações a respeito.

R- Fui surpreendido por essa liminar, ela não fixava metragem do boxe, diante disso eu não pude retirá-lo.

P- Mas, juridicamente, quais as providências que o senhor tomou?

R- Ele está cadastrado num determinado boxe, recebi a denúncia até então nem sabia que ele estava cadastrado, mas recebi a denúncia de que ele havia aumentado o seu boxe. Fui até o local com a intenção de retirá-lo, mas fui surpreendido com a apresentação de uma liminar, tinha um advogado presente que me apresentou a liminar da Vara da Fazenda Pública, diante disso não pude exercer o meu poder discricionário administrativo de retirá-lo.

Outro caso foi o boxe TE 03 que também foi construído lá, fui até esse boxe, não lembro, não lembro bem o nome da pessoa, acho que era Marcos e que também está cadastrado, fez o cadastramento e o recadastramento. Quer dizer, preencheu os requisitos fixados pela Prefeitura. Diante dessa situação eu também não retirei a banca dele, porque ele estava cadastrado e recadastrado. Os dois casos, desde que eu entrei lá no dia 7 de abril, de construção de boxes. Fora os do casarão, que como expliquei para os senhores, o casarão foi emparedado, as pessoas foram retiradas do casarão, foram ouvidas em declaração e suas declarações foram remetidas para a Secretaria, que, por sua vez, as remeteu para o inquérito policial e para o Ministério Público.

P- Parede com casarão, com banheiro. Onde foi construído? É esse?

R- Aquele que aparece na denúncia da TV Record, aquele prédio antigo que tem lá dentro, chamado casarão.

P- Que é do senhor chamado Cavalo?

R- Não conheço ninguém chamado Cavalo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Eu gostaria de saber, ainda sobre a situação da liminar, pois estou preocupado com o procedimento, embora, eu não seja advogado, nem passei perto de uma faculdade de Direito, só aprendi de ouvido. O senhor tem de receber, como responsável pela feira, o senhor tem de receber essa liminar oficialmente, como a área da Prefeitura tem de receber. Por quê? O procedimento da Prefeitura é o seguinte: na medida em que o senhor receber, imediatamente, vai para o jurídico da Secretaria da Subprefeitura, que vai recorrer da liminar imediatamente. E a Prefeitura tem ganhado, muitas vezes, porque são liminares arbitrárias que mostram as contradições e limitações absurdas da nossa Justiça.

Ou ele entregou oficialmente em algum lugar, ou então o senhor pede para um advogado que assessora o senhor ir lá receber oficialmente a liminar e enviar imediatamente para o jurídico da Subprefeitura porque quem está na área pública tem de recorrer em defesa do Estado imediatamente. Se há uma liminar que está impedindo a nossa ação, imediatamente, a Prefeitura tem de recorrer, sob o risco de prevaricação. Como o negócio aconteceu

relativamente há pouco tempo, então, sugiro que faça isso imediatamente e mande para o jurídico da Prefeitura para que ele possa agir sobre isso.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

Quando fui Subprefeito várias vezes conseguimos derrubar as liminares mais absurdas que, inclusive, a Justiça Federal tinha dado para todo o tipo de comerciante irregular, etc. Inclusive para a Daslu, que tinha uma lei baseada no direito alemão, eu sempre questioneei, os alemães são bons para outra coisa, mas não para o direito, e dizia o seguinte: que a Daslu não podia ser fiscalizada porque lá havia mulheres se trocando e não podia ter fiscalização. Uma coisa tão maluca, daí derrubamos isso, conseguiram suspender na Justiça, depois derrubamos de novo e fizemos a fiscalização dentro da Daslu. Tinha de ter fiscalização com hora marcada. Só para vocês verem o que acontece.

Minha sugestão é que imediatamente seja recebida a liminar para que os procedimentos sejam instalados ali dentro. Vai desaconselhar todos os outros a irem atrás de liminares. A Secretaria decorre e tenho certeza de que vai ganhar, vai derrubar.

O SR. FONSECA – Isso foi feito, nobre Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor conhece o Sr. Marcos?

O SR. FONSECA – Esse dono da TE 03, me parece que se chama Marcos.

P- O senhor o conhece.

R- Se for o dono da TE 03, conheço.

P- O senhor que autorizou ele a aumentar o espaço?

R- Não autorizei ninguém a aumentar o espaço.

P- Não?

R- Não, senhor. Em hipótese nenhuma.

P- O senhor não esteve com ele?

R- Esse Marcos da banca...

P- O senhor fala o que o senhor quiser, pode mentir para mim. Nós estamos trabalhando assim como o senhor está trabalhando.

R- Pois não.

P- Eu vou levar a fundo... a senhora quer falar no microfone? Qual o seu nome? Você vai falar também.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Não estou gritando minha senhora, o convidado está aqui, nós Vereadores estamos fazendo a pergunta e a senhora está interferindo. Por favor, peço para a senhora se retirar e retornar no momento que for chamada.

- Conversa fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A senhora não pode falar neste momento porque o convidado está aqui, o Sr. Fonseca. Ninguém está falando e se dirigindo a ele a não ser o Vereador José Américo e eu.

- Conversa fora do microfone.

Olha, a senhora vai ser ouvida, só vai falar no momento oportuno. Nós perguntamos a ele sobre o Sr. Marcos a respeito da autorização do box que foi construído. Ele está faltando com a verdade, se ele conhece o Sr. Marcos e ele autorizou...

- Conversa fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Fonseca, esse tal Marcos não tinha cadastro. Ele tinha cadastro e não tinha box?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Há alguns casos como o dele. Eles alegam que tinham box e que foram retirados na época em que houve uma enchente – eu não estava lá na época e não sei, é a história que contam – e que lhes foi prometido um novo box, mas quando eles foram colocar esse box foram retirados.

Essa é a história que se conta lá dentro. Esse Marcos, se é o mesmo do Box TE-03, eu acabei de frisar para o senhor que fui lá para tirar o box dele e fui surpreendido porque ele está cadastrado e recadastrado, ele preencheu os requisitos fixados pela Prefeitura para ter um box lá dentro. Por isso eu não pude retirá-lo sob pena por abuso de poder ou algo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – As informações de que as 20 últimas bancas foram construídas no PO procedem? Foram construídas 20 bancas nesse setor?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Quando eu assumi, desde 07 de abril, o PO já existia.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – No período em que o senhor está de férias para cá, o senhor viu alguma construção nova?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – A não ser essas duas que citei ao senhor, que fui para retirar: uma eu fui impedido por uma liminar e outra porque ele está devidamente cadastrado e recadastrado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não falei que o senhor estava mentindo. Jamais vou falar. O senhor pode não falar o que não tem vontade, mas jamais vou falar... a senhora interpretou de uma outra maneira, tenho testemunhas aqui, tem as notas taquigráficas, jamais vou falar isso. Estou querendo saber da condição, por exemplo, desse Sr. Marcos e do Sr. Mário. É lógico que o senhor é gestor e atende a todos, mas no caso de uma construção nova quem autorizou?

Estamos falando baseados em informações que estão vindo de outras pessoas, além da carta-denúncia.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Eu acho o seguinte: o Coronel Fonseca diz uma coisa que acho que assiste razão a ele, e aí nós vamos atrás de quem fez, quem é o responsável.

O que o senhor está falando está totalmente correto, mas se a Secretaria estabeleceu como regra: cadastrou e recadastrou, tem direito a box; ele realmente não pode tirar de lá. O que eu acho é que existe uma irregularidade flagrante – evidentemente que não é responsabilidade dele – de estabelecer isso como critério.

E quem fez esse cadastramento precisa ser ouvido por nós com urgência. É uma irregularidade tremenda. Agora ele tem razão, porque se ele fizer isso terá de tirar os outros que também estão cadastrados e recadastrados, porque ali ninguém tem tempo suficiente para reivindicar. Quer dizer, se ele tirar o tal do Mário, ele terá de tirar outros dali.

Então, quem estabeleceu essa regra, quem afastou a fiscalização e quem fez esse cadastramento tem de dar muita explicação para nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Fonseca, mais alguma colaboração? O Sr. Mário então não tem ido mais procurá-lo? Qual foi a última vez que ele te procurou?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Anteriormente ele tinha me procurado, como eu falei, por causa do problema da limpeza particularmente onde ficam as caçambas.

Ele até se ofereceu na ocasião – estava presente inclusive a Sra. Amélia – para arrumar caminhões de raspa de asfalto e o asfalto. Falei para ele que não precisava se preocupar com isso porque a Prefeitura estava providenciando isso, como de fato providenciou.

Fui atrás dos caminhões de raspas de asfalto, e foi asfaltado o local. Hoje o local onde estão as caçambas da Multilixo está totalmente limpo; recolhemos todo o entulho que estava na divisa com a CPTM; aquelas placas de concreto dos muros da CPTM foram trocadas, embora aquilo seja frágil; enfim, todo o asfalto foi refeito e avisei ao Sr. Mário que não precisava se incomodar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A última vez que o senhor falou com o Sr. Mário?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Como falei ao senhor, eu atendo vários casos, ainda mais nessa fase de cadastro vários casos que apareciam eram levados até mim. Apareceram muitos casos, e centralizei todos na minha mão.

Por que eu fiz isso? Eu achei que essa fase da entrega dos cadastros era delicada. Houve casos de pessoas que me procuravam com os mais diversos problemas. Uma senhora me procurou porque a vizinha dele de banca precisou viajar para Sergipe por motivo de doença na família, então a vizinha a encarregou de retirar o cadastro.

Nós só entregamos o cadastro para o proprietário, mediante apresentação de RG, com a documentação que ele apresentou na época do cadastramento. Informei a essa senhora que eu não poderia lhe entregar, que ela pedisse à sua vizinha que fizesse uma procuração registrada em cartório e remetesse a ela, porque assim eu poderia entregar.

Apareceram vários casos como esse. Outro senhor cujo pai é dono da banca e viajou para Minas Gerais também me procurou, mas ele estava com a procuração, então eu entreguei mediante procuração.

Centralizei todos esses casos na minha mão, e não me lembro obviamente, devido à quantidade de pessoas que atendi – foram muitas pessoas que atendi –, de qual foi a última vez que tive contato com o Sr. Mario.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Existe uma diferenciação de atendimento, então, Para o Sr. Marcos é de uma maneira, para essa senhora é outra. Existe uma maneira diferente de atender?
RF: 11372

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Em hipótese nenhuma. Eu atendo todos da mesma maneira.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Está bom. O senhor está atendendo as associações, os sindicatos?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Tenho recebido as associações.

Só recebi o Sr. Osvaldinho na minha sala. Recebi o pessoal das associações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Por favor, por favor senhores. Sr. Fonseca, só mencione as associações que o senhor está recebendo.

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Eu não me lembro, especificamente, o nome delas. São pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Mas se fossem lá amanhã, o senhor receberia as associações?

O SR. JOÃO ROBERTO DA FONSECA – Com certeza.

P – É importante isso para que o senhor fique a par do que está acontecendo.

R – Como falei, Exa, recebi desde que assumi. Achei importante, para gerir um espaço como aquele, conversar com todo mundo que me procurasse.

P – Muito bem.

R – E isso eu fiz. Os comerciantes que estão aqui, sei de vários, podem dizer que eu nunca me neguei a receber ninguém lá dentro. Minha sala está sempre aberta, a porta inclusive. Recebo todo mundo.

P – Está bom. O nobre Vereador José Américo deseja fazer mais alguma pergunta ao Sr. Fonseca?

Sem dúvida alguma, precisaremos que o senhor venha mais algumas vezes para esclarecimento e o que o senhor puder nos oferecer fora das sessões da subcomissão, eu agradeço.

O senhor falou com o Sr. Altino nesses últimos dias?

R – Não senhor.

P – Com o Sr. Feliciano?

R – Também não, senhor.

P – Com a Sra. Amélia?

R – Também não, senhor.

P – Tá. Então, muito obrigado, Sr. Fonseca, por sua vinda, hoje.

Por favor, a senhora? É do grupo gestor? Diga seu nome e onde está hoje prestando serviço.

A SRA. ANDREA CORREA FRANCO – Eu trabalho com o Prof. Marcos Cintra, no Desenvolvimento Econômico e do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Há quanto tempo a senhora está trabalhando com o grupo gestor a respeito da Feira da Madrugada?

A SRA. ANDREA CORREA FRANCO – Acho que desde março, quando saiu a minha nomeação no grupo gestor. Não tenho certeza absoluta.

P – A senhora não é funcionária de carreira?

R – Não.

P – Foi convidada?

R – Fui convidada.

P – A senhora foi indicada por quem para a Secretaria?

R – Pelo Sr. Marcos Cintra.

P – Pelo Prof. Marcos Cintra. O que a senhora pode me falar a respeito do seu trabalho e do grupo na Feira?

R – Na verdade, a nossa Secretaria está cuidando do circuito de compras. Sai da nossa Secretaria todo o circuito de compras. As reuniões em que participei dentro da Feira foram duas. Quando soubemos das denúncias e todas que vieram até nós, foram encaminhadas à delegacia. Inclusive não sei se o Sr. Izidro ainda está presente, muitas vezes, ele foi comigo à delegacia levar denúncias dos próprios ambulantes. Sou advogada...

P – O Sr. Izidro é da Secretaria também?

R – Não, não. Ele é da Associação Comercial. Mas ele acompanhou. Dentro da Secretaria, nós tivemos várias reuniões com camelôs, ambulantes, com pessoas que queriam informações sobre o circuito de compras, o que seria aquilo. Se eles teriam de parar de trabalhar, se fariamos o shopping com eles ali, enfim, dúvidas que, claro, eles têm.

P – O circuito que vai do Bom Retiro, não é isso?

R – Isso.

P – Vocês já até fizeram um panfleto, um projeto, é isso?

R – Existe o projeto. Inclusive, foi passado um filme. O Secretário Marcos Cintra conversava e, depois, as pessoas desciam ao 4º andar para assistir aos filmes. As denúncias feitas nessas reuniões, eu acompanhei as pessoas...

P – Por exemplo, Sra. Andrea, que denúncias...

R – Por exemplo, que estava havendo cobrança irregular dentro da Feira, havia cobrança para o uso do banheiro...

P – De quanto eram as cobranças, os senhores receberam informações?

R – Sim, sim.

P – Quanto era para entrar no banheiro, nos sanitários?

R – Um real.

P – Um real?

R – Isso. Como não temos esse poder de punir, porque se pudesse, eu ia lá e pegava pelo pescoço quem estivesse cobrando.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Então, a senhora está entendendo, Sra. Andrea, da maneira que estamos pedindo para as pessoas que estão à frente de Subprefeitura, que nem o Coronel Fonseca, para falarem o que nós já sabemos. É o que a senhora também já sabe. As informações que a senhora sabe é o que nós sabemos e que queremos ver de uma melhor forma, porque os senhores que estão pegando uma gestão, eu já falei para o Secretário Marcos Cintra, pessoa, rendo todas as homenagens.

A SRA. ANDREA CORREA FRANCO – E eu também.

P - Como professor, como Colega Vereador, como tudo. Só que, quando eu falei para ele algumas coisas que, depois, vocês ficaram sabendo, ele ficou apavorado.

R - Então,... E nós também ficamos apavorados, tanto é que, quando houve essas denúncias, o Professor Marcos Cintra estava junto, a primeira ordem dele - e, se havia mais alguém aqui presente sabe que eu não estou mentindo, não estou faltando com a verdade, como diz o senhor -, fomos para a Delegacia no mesmo momento.

P - Fizeram B.O.?

R - Mas não só B.O., como declaração...

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Pela ordem, Sr. Vereador.

R - Eu fiquei horas e horas na Delegacia, como muita gente aqui, acompanhando.

P - Pela ordem, o nobre Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Andrea, o que eu não consigo entender, você é advogada e eu sou um advogado de ouvido - na verdade, os únicos livros de direito que eu leio geralmente eu leio a orelha do livro de Direito -, por isso eu conheço muito pouco, só tenho conhecimento da vida e da prática.

O problema é o seguinte, Andrea, a Secretaria de vocês, a Secretaria do Marcos Cintra, está pensando num projeto que vai ficar pronto, na melhor das hipóteses, se seguirmos o ritmo da atual Administração, vai ser daqui a três anos, mais ou menos, quatro, quem sabe, mas, sei lá. Não estou fazendo uma crítica a vocês, é isso mesmo. Vocês estão nesse Comitê Gestor, quer dizer, na verdade, o grande problema: você tem uma parte que é policial, que eu não estou tocando na parte policial, até porque a Polícia Civil está tocando - não que a nossa Comissão não deva entrar. O Vereador Adilson, às vezes, entrou aqui, corretamente. Mas não estou entrando nessa parte. O que estou dizendo é o seguinte, tirando a parte policial, tem uma parte que é da Prefeitura. Você é advogada, tem uma parte que é da Prefeitura e que tem de existir e ela não existe, entendeu? Então, o Comitê Gestor, você está lá representando o Comitê Gestor, a Secretaria, mas, como membro do Comitê Gestor, você representa a Prefeitura e a Prefeitura está deixando campear a ilegalidade. E por isso que eu estava dizendo aqui, naquela hora em que eu falei do Coronel Fonseca, eu falei: "Não, espera aí, ele não é o

culpado disso, entendeu? Não é. Quer dizer, vocês estão agindo num Comitê-Gestor-que-tem de discutir a pauta de vocês.

Minha proposta: vocês façam uma reunião amanhã - amanhã, amanhã - e nessa reunião, constata o seguinte: "Nós não podemos ser Comitê Gestor de uma terra de ninguém, de uma zona franca na cidade de São Paulo, de um, em português arcaico, enclave; em português moderno, enclave". Enclave franco de Comércio Franco e liberado na cidade de São Paulo. Não podemos, porque, senão, vocês não ser responsabilizados não individualmente, mas não ser responsabilizados como membros de um Comitê Gestor da Prefeitura que nunca discutiu a questão da legalidade ali. Então, eu acho o afastamento - volto a dizer -, o afastamento do Coronel Casado, que é o nosso Subprefeito da Mooca - aliás, meu e do Adilson -, ...

- Manifestações de aplausos na galeria.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - ... Do trabalho de fiscalização é uma loucura isso, uma loucura. Então, quem fez isso está absolutamente errado.

Mas não quero ficar fazendo discurso. Aí eu fiz apenas uma sugestão para vocês reunirem imediatamente o Comitê Gestor esse reportar a ao Secretário dizer: "Secretário, não dá, não dá". Você é advogada. Não dá. Tem de existir a Lei sendo praticada, entendeu?

Por exemplo, se houver um crime ali dentro, você chama a Polícia. OK, isso eu imagino que esteja acontecendo. Mas a parte da Prefeitura que não é criminal tem de existir e ela é fundamental - é fundamental.

Mas vou lhe perguntar uma coisa: "Vocês, como responsáveis pelo circuito de compra, não têm conhecimento de quem fez o cadastramento?"

R - Foi uma pessoa indicada pela SPTuris, se não me engano.

P - O que que é? É uma pessoa uma empresa?

R - Empresa, uma empresa.

P - Indicada pela SP Turismo?

R - Pela SPTuris, Secretaria da Subprefeitura. Foi isso, ...(ininteligível)...?

- Manifestações fora do microfone.

P - Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Por favor, o seu nome.

O SR. LUIZ AUGUSTO - É Luiz Augusto, sou Supervisor-Geral de Empreendedorismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

P - Perfeitamente. Lá na Secretaria do Marcos?

R - A responsabilidade da indicação da empresa de cadastramento ficou a cargo da Secretaria de Subprefeituras e não na nossa Secretaria.

P - Perfeito. ... O seu nome?

O SR. LUÍS AUGUSTO - Sou Luís Augusto, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho? A indicação da empresa de cadastramento ficou a cargo da Secretaria de Subprefeituras e não da nossa Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - A Secretaria de Subprefeituras, Sr. Ronaldo Camargo é que...

O SR. LUÍS AUGUSTO - Perfeitamente.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Entendi. Eu e o Adilson estivemos lá no dia em que vocês apresentaram o projeto, o Marcos Cintra apresentou, eu entendi perfeitamente o papel de vocês. É que eu fiz uma cobrança para a Andréia, e não é para você, porque ela é membro do Comitê Gestor e você não é. (Pausa) Ah, você é também? Então, pra você: como membros do Comitê Gestor, uma coisa são vocês como representantes da Secretaria, aí a atribuição de vocês é com o futuro. Agora, como membros do Comitê Gestor é já, como dizia o Walter Mercado: djá!

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Permita-me, nobre Vereador. É algo para todos os senhores e também vou falar para o nobre, querido Vereador Marcos Cintra. Achei lindo o folheto, mas indignado porque vocês saíram com o folheto, que é da Secretaria?

O SR. LUÍS AUGUSTO - Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Na verdade, não se organizou a feira e não tem ainda o contrato de posse da rede ferroviária para o Município. E já saiu. Agora, aí não acontece nada disso. Depois, sem dúvida, pode até usar, eu faço questão... (Pausa) O seu nome?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Eu sou coordenador de desenvolvimento, eu cuido do projeto. Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor é procurador?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Não, eu sou funcionário de confiança da Secretaria, como cargo de confiança e como eu estou no processo desde o princípio, talvez até antes, talvez eu tenha algumas informações que podem complementar o Coronel Casado, o Coronel Fonseca e a Andréia também. Eu gostaria, depois de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Pois não. Pode ser agora. Para o registro nas notas taquigráficas, por favor, o nome.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Sou coordenador de desenvolvimento econômico. Além de fazer parte do grupo gestor, eu coordeno o Projeto Circuito de Compras. Na realidade, eu acompanho o processo desde o princípio, desde quando começamos as tratativas com SPU, com a Evangelina, conheço a Evangelina, discutimos com ela. Estive presente em audiência junto ao Ministério Público Federal em algumas ações. Na realidade, o processo, a Evangelina recebeu esse processo da inventariança da antiga Rede Ferroviária Federal. Ela tentou porque já era um problema, havia crescido muito o número de comerciantes estabelecidos no espaço. Ela tentou organizar, não conseguiu. Depois, em função de interesses mútuos tanto do Governo Federal quanto do Município houve o entendimento para que a guarda do terreno fosse passada. Inclusive, com cadastramento prévio, como o próprio Vereador José Américo citou, mas incompleto. A própria Evangelina à época alertou que o número de presentes é bem acima do que foi identificado. Algumas pessoas se negaram a comparecer ao cadastramento. Então, nunca tivemos um número matemático: olha, existem lá tantas pessoas. Havia necessidade de se fazer então cadastramento.

Tínhamos também outro problema porque a Operação Delegada, que é o convênio entre o Município e a Polícia Militar, restringia-se ao espaço do bairro do Brás, mas você não podia ter essa Operação num espaço do Governo Federal. Então, houve necessidade de estender o convênio para implantar a Operação Delegada dentro dos 136 mil metros quadrados. A Polícia Militar – e eu participei de reuniões com o Comandante Camilo – solicitou um tempo para planejar a ação porque a própria polícia entendia que ocorriam várias irregularidades e para ser ação efetiva havia necessidade de planejamento, de treinamento do pessoal. A operação delegada foi implantada no espaço há questão de alguns dias. Efetivamente, começou a operar e agora acredito que será possível se organizar quanto a produtos roubados, pirateados. Inclusive, pessoas que não compareceram ao recadastramento por algum motivo porque se a pessoa queria continuar na atividade dela, numa atividade rendosa e não participou do recadastramento deve ter um motivo. Ou é um ilegal no país ou por qualquer outro motivo não podia comparecer. Naturalmente, a partir desse cadastro, e eu entendo a participação de vocês. Acho que temos de depurar a feirinha e organizar o comércio na área.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Dentro do seu raciocínio, Seu José, o senhor já esteve na feira?

R – Muitas vezes.

P – As perguntas que eu tenho feito ao subprefeito, ao Sr. Fonseca, até quanto à rota de fuga, o senhor concorda que hoje não temos segurança para a população? Ali, pela contagem, são 20 mil pessoas.

R – Presidente, nós recebemos um espólio. Desde aquele momento a Prefeitura vem trabalhando para melhorar a situação. Uma das preocupações do Prefeito, e ele reiteradas vezes tem falado isso, é que não deveria haver cobrança porque entendíamos que grande parte da situação grave era em função de cobranças irregulares. A própria Evangelina responde processo na Justiça Federal por ter permitido que um terceiro fizesse a gestão do condomínio. Só que o senhor entende que a Prefeitura tem que se pautar pela legalidade. Temos de fazer as concorrências, tivemos de contratar empresas, a licitação nem sempre ocorre de uma hora para outra, mas havia necessidade disso para que a Prefeitura pudesse ter uma gestão pró-ativa. No momento em que você afirma: ninguém vai pagar aluguel para trabalhar aqui, e sempre que uma pessoa denunciar que vai à polícia, que é uma irregularidade, passa-se a organizar o território.

P – Seu José, dentro do seu raciocínio, dentro do trabalho que o grupo gestor da feira, do Complexo Oriente, o senhor tem informação de quem paga as contas de água e luz?

R – Sim, é a Prefeitura.

P – Com certeza?

R – Informações que eu tenho é que a Prefeitura... é lixo, é segurança...

P – Não, água e luz?

R – Água e luz também a Prefeitura. Agora, eu não paguei! (Risos) Mas eu posso trazer para o senhor comprovantes!

P – Ótimo. Vai "bater" com o que eu já tenho. É importante o que o senhor tiver para nos oferecer,

R – Tudo que a Prefeitura paga, tudo que a Prefeitura... Eu solicito à coordenadoria das subprefeituras, o compromisso é que a Prefeitura está fazendo a parte de Zeladoria. Talvez não esteja na qualidade necessária, mas foram feitos todos os esforços para realmente termos ali uma gestão, digamos assim, factível, nesse período de transição, até o projeto ser implantado. É um período que vai demorar ainda, como disse o Vereador José Américo, algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor é o Sr. José...

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Alexandre Sanches.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Alexandre Sanches.

Sr. José, o senhor tem informação que já está sendo vendido o cadastro?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Não, não tive essa informação até o momento, mas não me surpreende também.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Oito mil reais a venda de um cadastro.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Não me surpreende, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nós estamos trazendo as pessoas, pois realmente, precisamos entender. O professor Marcos Cintra esteve conosco. O senhor esteve lá naquele dia em que o Prefeito foi?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor me viu lá?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Vi.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor viu eu falar carinhosamente com o Sr. Secretário Ronaldo Camargo?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Vi. Ouvi, não é?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Falei para o professor, na Secretaria e também no dia da feira: "Professor, há muita coisa errada, e o senhor precisa saber". Ele se espantou, tanto na Secretaria, quanto lá. Afinal, é mesmo. É muita coisa errada.

Logicamente, os senhores estão chegando e vão, devagar, recebendo informações, assim como eu recebo, entendeu, Sra. Andrea? Sr. José?

E todo dia há mais informações. Então, perguntamos ao Sr. Fonseca, que ainda está presente, a respeito de novos box, de pedreiros, disso e daquilo, e passam a ser novas informações que receberemos.

Há um projeto que vi, e se não fosse aquele apresentado, mas esse, já é 50% maravilhoso. Através dele iriam ser contemplados todos que merecem.

Não é justo – e já estamos vendo, até mesmo pelas informações recebidas, e até mesmo no *Diário Oficial* – só uns 'chiun', desculpem, não sei bem o sobrenome, há uns 15 cadastrados.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Sr. Presidente, vamos ouvir a secretaria da Subprefeitura, pois ela detém os critérios, sabe o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Mas, Sr. José Sanches, o senhor viu o *Diário Oficial*?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Não, não vi o *Diário Oficial*.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Mas eu falei, por favor o *Diário Oficial*. Eu vou mostrar, mas o senhor tem fácil, o senhor o tem, com tranquilidade, na Secretaria.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – O que ouvi do Secretário é que tem mais de 600 *sub judice*, inclusive, o próprio coronel mencionou esse fato, os quais estão sendo discutidos. Talvez esses cadastrados estejam entre eles.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – É, 700 que não se apresentaram e mais 600 que estão sendo discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. José, até com o Sr. Secretário, por quem tenho o maior respeito, gostaria que os senhores, do grupo de gestão, se tiverem os comprovantes de água e luz e pudessem nos oferecer, é importante para bater com o que temos e, assim, ver quem é quem.

Vou me levantar e irei até o senhor para mostrar, pelo menos, a repetição de nomes. 11372

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Não, eu entendi, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu vou, eu vou.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Eu entendi o que está acontecendo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Então, Sr. Presidente, por que é importante estar no Diário Oficial? Por que tem transparência. Então, nós da comissão, os interessados, todos eles tomam conhecimento do que está ocorrendo e, talvez, façam ou tragam informações que possam nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. José, muito obrigado.

Sra. Andrea, algo mais a dizer?

A SRA. ANDREA CORREA FRANCO - Não. Só queria esclarecer, estava conversando com as senhoras presentes, e me disseram que trabalham há tantos anos e não conseguem um box, um TPU, enfim, o nosso objetivo é exatamente esse: tirar quem está irregular; quem tem 200, 300, não tenho conhecimento. Mas, assim, colocar pessoas que desejam trabalhar honestamente.

O Prof. Marcos Cintra nos fala isso todo o dia. Inclusive, em outras orientações que ele nos dá, até uma pessoa que nos procura para uma ajuda médica, o Prof. diz assim para mim, que sou assessora direta dele: "você vá até o limite que não prejudique o próximo, porque se existe uma fila, é porque tem prioridade."

Então, nós trabalhamos dessa forma e o Prof. quer muito regularizar essa situação para quem quer trabalhar honestamente e não está podendo. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito bem. Agradeço ao Sr. André e ao Sr. José. O Sr. Carlos que cuidou do cadastramento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu gostaria. Vou convidá-los numa...Aproveitando que os senhores estão...

Acredito que mais uma hora. Vamos estipular até às 17h. Está bom?

Sr. Carlos Roberto Candella. O senhor é funcionário?

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Sou funcionário.

P – Da Prefeitura?

R – Da Prefeitura e estou na Secretaria das Subprefeituras no cargo de Supervisor Técnico.

P – O senhor se reporta ao Sr. Ronaldo Camargo?

R – Não diretamente. Ao Supervisor Geral de Uso e Ocupação do Solo, o Sr. Alfonso - acho que o senhor talvez o conheça - que é subordinado ao Sr. Ronaldo.

P – Há quanto tempo o senhor está à frente do trabalho na Feira da Madrugada?

R – Eu fui nomeado logo na primeira vez da constituição do Conselho Gestor e a nos foi incumbido de fazer o planejamento do cadastramento das pessoas que estavam trabalhando no local. Então foi em novembro que começo...

P – 22 de novembro.

R – Eu não lembro a data exata que foi publicada a constituição. Eu estou desde o início.

P – O senhor trabalha há quanto tempo na Prefeitura?

R – Estou na Prefeitura desde 1980. Faz 31 anos.

P – O senhor conhece tudo de regular e irregular?

R – Não exatamente. Existe muita legislação.

P – Mas essa feira, o que o senhor acha? O que o senhor tem para me falar?

R – Eu acho que ela é uma coisa atípica porque existe uma guarda provisória da Prefeitura. Se existe uma guarda provisória, eu tenho dúvidas quanto a licença de funcionamento.

P – O senhor tem dúvidas?

R – É. Existiria sim...

P – O senhor é engenheiro?

R – Sou arquiteto. Eu estou falando de licença de funcionamento e não TPU. Então, parece-me

que o instrumento legal, correto, é um TPU – Termo de Permissão de Uso. Apesar de que existe um problema, a Prefeitura tem uma guarda provisória, não está de posse do imóvel. Ela só tem uma guarda provisória. É como licenciá-los. Acho que isso está num planejamento de uma verificação legal de como ser feito para talvez culminar numa concessão de TPU.

P – O senhor tem ido à feira?

R – Eu não faço trabalho de fiscalização na feira. Nas vezes que estive lá foi para entregar alguns panfletos, fazer algumas coisas para entregar ao Coronel Fonseca e anteriormente ao Coronel Altino e Sra. Amélia, como deveria ser feito o cadastramento, a convocação.

P – E como o senhor explica pessoas que não tem Box cadastrados.

R – Olha, não sei, com certeza houve algum equívoco. Até para fazer um resumo de como foi feito isso, a Secretaria contratou uma empresa, que foi incumbida de ir ao local fisicamente, ia com o cadastro, pegava o nome da pessoa, solicitava o número de um documento – isso só escrito – e perguntava um telefone e tal, era preenchido, dava o número do box e o número da pessoa e ele recebeu, todos eles que passaram por esse processo, um código de barra. Esse processo foi de 12 a 16 de dezembro, é o que a gente chama de pré cadastro.

Depois que foi feito todo esse levantamento através de fichas, que foram encaminhadas a Prodan que colocou em sistema os números dos códigos de barra, com os respectivos boxes. Como o senhor frisou bem, existe lá uma quantidade muito grande de pessoas estrangeiras, então às vezes na hora da dicção, talvez, quando falou que o box era T35, talvez, tenha entendido errado, alguma coisa, esse cadastro então, podem ter acontecido alguns erros, que a gente também está verificando, isso é dentro desse processo todo que a gente acabou fazendo a publicação ontem.

Na segunda fase...

P – Seguindo seu raciocínio, Sr. Carlos, o senhor já tinha identificado pelo *Diário Oficial* essa repetição de nomes?

R – Já tinha sim.

P – Quantos códigos de barra foram entregues?

R – O número preciso eu não tenho, mas talvez uns quatro mil e quatrocentos. Seria meio... Mais do que foi publicado hoje.

P – Houve uma licitação dessa empresa para fazer esse cadastramento?

R – Eu desconheço. Foi colocada essa empresa, que foi feito o cadastramento, então a gente falou quais seriam os dados que a gente ia pedir. Então falamos que queríamos, pelo menos, o nome do box e o nome da pessoa que está trabalhando no local.

P – O Sr. Carlos desconhece se foi feita a licitação para ter uma empresa para fazer um cadastramento seriíssimo como esse?

R – Eu não sou dessa área de contratação, trabalho em...

P – E como informaram o senhor?

R – Que tinha uma empresa que estava designada, através da SPTuris, que conseguiram o contrato para fazer esse serviço.

P – O senhor sabe por que SPTuris?

R – Não sei. Os contratos não passam por mim, não sou dessa área. Sei que foi feito por essa empresa.

P – O senhor já trabalhou com o Sr. Ronaldo Camargo em outras divisões do município?

R – Não. Primeira vez, quando fui para a Secretaria ele não era Secretário, o Secretário era o Walter Feldman.

P – Quero que você explique, está muito confuso.

R – Queria terminar para o senhor entender o processo do cadastramento. Dentro dessa primeira fase foram feitas umas planilhas, então nós tínhamos todas as pessoas que, *a priori*, foram feitos os reconhecimentos físicos. Essa empresa foi à noite, foi feito de madrugada, porque é o horário que todos estão abertos. Nesse período de 12 a 16 foram feitos e colocados em sistema todos os pré-cadastros. Depois, de 21 de fevereiro a 22 de março, convocamos todos por numeração do cadastro, para que fizessem a complementação desse cadastro.

Havia muitos nomes errados por conta, até, da dicção. Foi exigido que trouxessem o protocolo que entregamos, que fosse campo obrigatório, um telefone, endereço e escaneamos um documento com fotografia. Isso todos os recadastrados têm. Também assinaram uma declaração cientes que estão proibidos de vender qualquer tipo de mercadoria falsificada ou

que não tenha ...

O SR. _____ - Posso fazer uma ...

R - Acabando, fazendo esse cadastro, verificamos algumas incoerências, culminou com a publicação e aqueles que estão em dúvida ou que não foram entregues, porque entregamos apenas ao proprietário – chamamos de proprietário aqueles que foram cadastrados. Entre os 600 e poucos que o senhor está vendo “em análise” ou *sub judice*, não sei como que saiu publicado, são dúvidas porque os critérios de entrega são para o proprietário ou que algo como o senhor tinha frisado, *boxe* repetido, temos de fazer uma avaliação para verificar quem, realmente, é o proprietário daquele *boxe*.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Já vou passar para o nobre Vereador Zelão.

O senhor poderia me falar quanto custou.

R - Do contrato, não sei nada.

P - Não sabe.

R - Não é da minha área.

P - Até por Sr. José Sanches, estamos com dificuldade em ver a licitação que foi feita desse cadastramento. Se houve a licitação. Conforme tivermos, passarei para o Secretário Marcos Cintra, porque foi feito pela Secretaria das Subprefeituras.

Parece que não houve licitação.

R - Foi feito um contrato pela SPTuris. A empresa foi contratada pela SPTuris. Não pela Secretaria.

P - Não pela Secretaria, pela SPTuris. Eu queria só entender por que pela SPTuris.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Turismo. Anhembi.

R - Como eu falei, para o senhor que eu sei que é da SPTuris, porque tive contato com o pessoal da SPTuris, eles indicaram a empresa que ia fazer o serviço. Quanto a como foi feito a modalidade, como é que foi pago, isso daí não é da minha área. Não participei.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Nobre Vereador Zelão.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Você é da Secretaria das Subprefeituras, não é?

R - Exato.

P - Vou voltar à minha tecla. Você disse que quando a pessoa se cadastra ela assina um termo dizendo que não pode vender produto contrabandeado, produto roubado, etc. etc.

R - Eles assinaram isso.

P - Perfeito. Perfeito. Mas quem está fiscalizando isso?

R - Olha, a parte de fiscalização não é da minha competência.

P - É da competência de quem?

R - Creio que quem está trabalhando diretamente lá é o Coronel Fonseca e a equipe dele.

P - Sei não. Porque o Coronel Fonseca ele se engana numa coisa, porque ele crê que a Operação Delegada substitui os Agentes Vistores, a fiscalização Municipal. É óbvio que não substitui. Mas, de qualquer forma, se ele entende que a Operação Delegada substitui, tinha de pô-la para funcionar. Creio que não substitui não por uma questão formal, porque um PM não é treinado, Vereador Adilson, para reconhecer nota, produto ilegal, lei de posturas municipais.

Também, como ele não é produto de um concurso público da Prefeitura, ele pode perder. O agente vistor não pode; o agente vistor é um funcionário juramentado, é como um fiscal de rendas *etc.* Por isso é que acho que tem de ser agente vistor. Mas, sei, houve um erro, erramos. Aí, pusemos a Operação Delegada lá. Eu ia dizer: “Olha, foi um erro administrativo, mas estou vendo boa fé aí”.

Você tem conhecimento sobre se Operação Delegada está fiscalizando? Porque eu não vejo essa fiscalização, e a sua Secretaria é responsável. Vocês pedem para a pessoa assinar e não fiscalizam? Foi isso o que chamei, em português arcaico, de encrave da Zona Franca, que foi criado. A vocês, que são da Secretaria das Subprefeituras: eu gostaria de entender. Porque o Coronel Fonseca disse a nós que não faria esse controle, essa fiscalização enquanto não terminasse o cadastramento, como se uma coisa tivesse a ver com a outra. Tanto não tem a ver que acho que não vai haver fiscalização a partir de hoje. Isso já saiu no *Diário Oficial*. Se fosse pelo problema do cadastramento, teria de ter a partir de hoje, mas não vai ter. Não está tendo, para usar a expressão correta, e não terá amanhã também.

Eu queria entender isso, porque a Secretaria discute isso, conversa sobre isso.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Dentro das minhas funções, não está a fiscalização.

RF: 11372

Quanto a...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Mas você não tem conhecimento? Não, não sei. Não estou dizendo que você seja o responsável...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Não...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – A sua Secretaria é responsável. Você, pessoalmente, não é, eu sei; mas a sua Secretaria é.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Eu estava até falando com o nobre Vereador antes do senhor, o senhor tinha saído... Existe ali uma coisa nova dentro da fiscalização da Prefeitura. A Prefeitura, ali... O senhor entende, o senhor tem certeza de que lá é um terreno privado. Não são ambulantes que estão,...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – É um terreno público.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – É um terreno público. Então, para eles, caberia documento, que, no meu entendimento, é um TPU.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – TPU, exatamente. O agente vistor (ininteligível).

- Manifestações simultâneas.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Isso. Então, se a gente pensar por aí, esse TPU, nós poderíamos dizer que ele é um TPU semelhante ao TPU do Mercado Municipal. O senhor concordaria? Porque está dentro de uma área pública, e a Prefeitura (ininteligível).

- Manifestações simultâneas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Está controlando. Poderia ser, até porque o TPU dos ambulantes não é muito diferente.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Mas ele tem uma particularidade: o do ambulante é na via pública. Então, o senhor descartaria isso.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Isso. Não, mas eu digo...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – E, aí, eu perguntaria para o senhor o seguinte: o agente vistor não entra no Mercado Municipal...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Claro que entra. Opal

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Não entra, porque não é exigida a licença de funcionamento...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Espera aí, espera aí... Não senhor, não senhor, já fui responsável pelo Mercado Municipal, já fui Secretário do Abastecimento. Você tem uma fiscalização específica...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Especifica.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – ... para a Semab... Não, mas aí é fiscalização...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Concordo (ininteligível).

- Manifestações simultâneas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Carlos, esse fiscal também é concursado.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Vereador José Américo, ele é de carreira. É a Lei 13.885/2004.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – O que ela fala?

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Qual é a lei, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Lei 13.884/2004. Determina que todos os estabelecimentos, para funcionar, têm de ter licença de funcionamento.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Sim. Aí é que nós estamos talvez entrando ...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, espera aí...

- Manifestações simultâneas.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – ... numa questão que eu talvez...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Carlos,... Só para concluir... Carlos,...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Tenha a certeza de que, na hora em que ele pergunta, o senhor corta e, aí, fica sem entendimento.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, não,...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Aí, fica o senhor pergunta, ele pergunta... Se eu pudesse responder...

- Manifestações simultâneas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, eu queria a minha.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Depois, eu perco a minha...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, Carlos, só a minha.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Então, vou responder ao senhor...
é depois eu respondo a ele.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Perfeitamente. A minha é a seguinte: você pode ter um sistema de fiscalização específico. Por exemplo, na área que diz respeito a alimentos etc, você tem...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Perfeito. Tem a Secretaria Municipal de Saúde.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Exatamente.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Vigilância Sanitária.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Você tem fiscais da Vigilância Sanitária... Qual é a característica deles? O que os caracteriza? Qual é a similaridade deles com o agente vistor? Eles são treinados para fazer aquilo, eles são preparados para fazer aquilo e eles são fruto de concurso público, portanto estão infensos a pressões etc. Então, você poderia criar uma fiscalização específica ali dentro, como a Semab criou para o Mercado Municipal. Certo?

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Certo. Aí, eu concordo com o senhor.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Enquanto você não tiver isso, tem de haver outro tipo de fiscalização. Na minha opinião, por analogia, a Subprefeitura da Mooca tinha de estar fiscalizando. Ela tinha de estar fiscalizando segurança, procedência de mercadoria, tipo de mercadoria – certo? – e responsabilidade da propriedade. E, como ela não tem uma fiscalização específica, Carlos, você não pode – e você me perdoe, eu vou falar um pouco sobre a Administração Pública, sobre conceito de fiscalização –, se você não tem a fiscalização específica, você tem que pegar uma semelhante e colocar lá para fazer o trabalho, que, na minha opinião, é o agente vistor da Subprefeitura. Você não pode, em nome disso, permitir a omissão. “Ah, eu não tenho...”. Lá na Semab, é específico, E se não temos, não vamos fiscalizar? Isso não existe no planeta! Mesmo onde isso acontece, acontece informalmente, porque, juridicamente, não tem nenhuma base. Era isso o que eu ia lhe falar. Responda-me, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – É isso que eu tenho... A gente tem dúvida. Particularmente, não estou dizendo que deve ser feito dessa forma ou não. Quando você fala que lá tem que ter um agente vistor, isso pode ser. Você falou “acho”...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, pode... A minha opinião é a seguinte:...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Que tem que ter uma fiscalização específica...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Tem que ter a fiscalização, na minha opinião, do agente vistor. Baseado em orelha de livro que já li sobre Administração Pública, tem que ser do agente vistor. Porque a Subprefeitura não tem outro tipo de fiscal sob sua direção que possa fazer aquela fiscalização; então, ela tem que poder lá, sob responsabilidade de ser acusada de omissão, como ele vai ser, você sabe disso, já percebeu. Então, ele vai ser por quê? Porque ele tem que pôr uma fiscalização lá. Se ele não tem outro tipo de fiscal, ele tem que por o agente vistor. Ele não pode dizer: “Ah, não tenho, então não vou fazer nada”.

De repente, o Coronel Fonseca pode entender: “Não, vocês estão errados, a Operação Delegada dá para o pessoal da PM a condição de fiscal!”. O.k., não quero discutir forma. Fiscalizem, então, com a Operação Delegada. O que eu estou dizendo, Carlos, é que, em nome dessa indefinição, existe um negócio chamado omissão. A área pública não pode se omitir. Eu acho, na minha opinião, que tem de ser o agente vistor junto com o soldado da Operação Delegada para lhe dar cobertura, porque o agente vistor é capacitado minimamente para ver aquilo. Agora, se não tiver agente vistor, que se ponha a Operação Delegada ou quem quer que seja. Aí, nós vamos discutir só a forma. Você iria virar para mim e dizer: “José Américo, não teve agente vistor, mas tem, aqui, um montão de auto de apreensão etc que foi feito pela Operação Delegada”; então, eu diria: “Eu acho que tem de ser agente vistor”. Mas, de qualquer forma, vocês estão trabalhando.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Não tenho certeza, Vereador, mas a Operação Delegada não estava, ou, pelo menos, hoje só foi colocada porque existia... A Operação Delegada é feita para a rua. Então, havia esse problema de ela entrar numa área privada.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Privada não, fechada.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Não tenho certeza, mas parece que só agora foi feito esse ajustamento do termo do contrato da Prefeitura.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Carlos, meu querido, me perdoe por tratar você assim,...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – É o que o senhor está falando, parece que a Prefeitura não colocou como o agente vistor sendo o agente fiscalizador.

RF: 11372

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, eu não acho...

- Manifestações simultâneas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – ... que tem que ser. É o Coronel Fonseca que diz que a Operação Delegada é responsável pela fiscalização. Aí, eu me pergunto: ficamos 8 meses sem fiscalização?

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – É, nós estamos... É isso que eu estou... A gente está fazendo lá um trabalho. Primeiro, a gente teve que diagnosticar...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Carlos, preste atenção no que nós estamos conversando aqui. Você vai me dar razão.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Eu estou entendendo o que o senhor está falando. Existem problemas, acho que jurídicos. Não sou eu que estou falando. Por todo o tempo em que eu trabalho na Prefeitura, eu estou dizendo que isso é um acontecimento excepcional. Eu nunca vi a Prefeitura assumindo uma área de outro órgão da União para estar regulamentando essa atividade deles. Algumas pessoas falaram que eles são ambulantes; não são ambulantes. Pela lei, não podem ser.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – São permissionários de um espaço público sob gestão da Prefeitura de São Paulo.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – São comerciantes...

- Manifestações simultâneas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Ficou igual a...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Lá tem microempre... Alguns estão...

- Manifestações simultâneas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Ficou igual ao Mercado Municipal.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – É, eu acho que, no final, deve ser isso. Mas, para encaminharmos para essa finalização...

- Manifestações simultâneas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Mas, no Mercado Municipal, não se pode ter mais que um.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Mas aí, talvez, seja uma precipitação...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – E tem fiscalização.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Sim, sim.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Dura.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Mas, hoje...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Pelo menos quando fui Secretário do Abastecimento, eu, que conheço hortifrutis-granjeiros à distância de 150 metros, ia lá sempre e... Eu não entendia de nada, mas os fiscais atuavam, e muito bem. Tinha multa, pegavam no pé e controlavam a qualidade, controlavam a nota, porque queríamos ver nota. E lá no Mercado Municipal tinha uma peculiaridade, Adilson, que é a seguinte: a grande venda do Mercado Municipal é depois que o mercado fecha, eles vendem no atacado. Então, eu colocava o pessoal lá para acompanhar, para ver as mercadorias, etc.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Vamos fazer uma suposição que a Prefeitura tenha tomado conta. Hoje, apesar de ter um cadastro, ninguém está legalizado lá; formalmente, não. Um cadastro não significa um Termo de Permissão de Uso. O que o senhor está querendo, se formos seguir esse caminho, todos teriam de ser retirados de lá, independentemente, sim, porque, se o senhor está pedindo que se tome uma providência, mas se lá dentro ninguém tem licença, e a área sendo da Prefeitura, todos teriam de ser retirados.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não!

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Porque eles não têm TPU, não têm licença.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Carlos, permita-me...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Deixe-me terminar, senão, eu perco a...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É que o senhor está falando...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Se fizéssemos isso, teríamos de... Hoje, pelo que entendo, estamos caminhando para um processo de regularização desses comerciantes. Agora, se vão ser aceitos todos esses cadastros, isso vai depender de gestão. Não sou eu que

vou decidir se o Li vai ficar com sete. O senhor falou como particularidade, se for TPU, não pode ser. Teremos de ter uma decisão. Fizemos o cadastro das pessoas que declararam. Então, é lógico que o Li não estava naquela banca, mas o seu empregado falou que o proprietário era o Li, que foi lá no dia e apresentou o seu documento, fez a declaração e se cadastrou em 15 bancas. Hoje, temos um dado: o Li tem 15 bancas. O que vamos fazer com isso? Não sou o gestor, não sou eu quem vai dizer se ele vai ficar ou se vão tirar todas dele. Só estou colocando uma coisa que eu acho que vem dentro de um planejamento. Inclusive, há duas Secretarias só fazendo...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Carlos, vou lhe falar uma última coisa e encerro por aqui. O problema é o seguinte: em primeiro lugar, pode ter uma regra de transição; não é nenhum absurdo ter uma regra de transição. Eu acho que não tem de tirar as pessoas de lá.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Eu também concordo que não tem de tirar as pessoas de lá.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, porque é uma regra de transição.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Sim.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Quer dizer, a partir do momento em que o sujeito se cadastrou – e com os ambulantes foi assim –, ele deu uma demonstração de boa vontade, tudo bem. O que eu não acho que possa é inventar lei; nem vereador, que faz lei, pode inventá-la, muito menos funcionário público. Se o indivíduo está lá, ele tem de seguir as regras da sociedade organizada. Portanto, primeiro, ele tem de ter segurança, um extintor por banca, que não custa caro – se pedissem, na mesma hora todos poriam –; segundo, ele teria de ter controle da mercadoria que vende, as notas, etc, da mesma forma como se faz no comércio ambulante e do jeito que se faz com o pessoal lá do Mercado Municipal, código de postura, para ver a questão da segurança; tem de ter bombeiro e, se não tiver, tem de mandar ter. Então, há uma série de coisas de fiscalização que deveriam ocorrer, porque não pode ter uma suspensão de fiscalização por oito meses. É muito tempo. Por último, tem de se orientar as pessoas sobre a lei municipal. E isso não sou eu quem digo, gente, porque, na minha opinião, pelo que eu entendo da lei, não vai ser possível dar, para uma única pessoa, sete ou oito TPUs. Não vai ser possível. Então, de repente, o Sr. Li agiu de boa fé ao comprar oito bancas, porque ele achava que podia. E na hora que forem tomar dele? Então, tem de orientar as pessoas para, por favor, não comprarem bancas, porque a lei municipal, por analogia, nunca vai permitir que uma única pessoa possa ter várias bancas.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Eu concordo com o senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Então, oriente as pessoas para elas não caírem nessas loucuras.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Mas, quando a Prefeitura assumiu, provavelmente esse Li já tinha as dez bancas, só que não sabíamos. Eu, como Prefeitura, nunca entrei lá.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor nunca tinha entrado lá?

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Como eu já falei para o senhor, eu fui duas, três vezes para entregar os avisos de convocação e...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor sabe o nome dos box?

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Não. Nessa parte de fiscalização eu não autuo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Ele tem dez bancas.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Então, nesse sentido que eu estava falando, até o senhor concordou que agora sabemos que ele tem dez bancas. Mas, isso quer dizer que ele vai ficar com as dez bancas? O senhor falou certo, porque o TPU...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Eu estou interpretando a lei.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Hoje nós sabemos que tem o...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Ele vai sofrer um prejuízo.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Mas, por que prejuízo, se a Prefeitura assumiu, e ele tinha um contrato anterior, que não era com a Prefeitura? A Prefeitura...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Carlos, certíssimo o que você falou.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – É o que temos feito.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Agora, vocês têm informado isso lá para o pessoal?

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Eu acho que só podemos informar quando essa regra estiver bem clara pelo grupo gestor e publicada no *Diário*...

- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – Mas, pelo que você falou, está cristalino.
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – Tem que sair no Diário Oficial.
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – Porque antes era uma empresa; eu era parte de uma empresa. Agora, não é mais.
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – Isso.
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – Mas, a partir daí...
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – A partir daí, temos de tomar decisões...
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – Exatamente.
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – ...claras,...
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – Perfeito.
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – ...publicadas em *Diário Oficial*, porque, até então, como vamos tirar o Li, que tem 11 bancas? Qual o critério se isso não está isso colocado em *Diário Oficial*, que oficializa, para depois intimá-lo a tirar? Porque eu não vejo uma forma de dar uma TPU a não ser que se mude a lei. Porque o ambulante só poderá se inscrever numa subprefeitura, ele não pode ter mais do que um. O próprio cadastro de ambulante, como o senhor falou, é feito gradativamente. A Prefeitura chama, classifica, faz exame médico; ele não é feito de um dia para outro até que se culmina na hora em que a Prefeitura diz que o ponto...
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – O permissionário do Mercado Municipal pode ter em outros mercados, mas não no mesmo.
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – Isso.
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – Não no mesmo.
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – É diferente.
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – É um estatuto próprio.
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – Eu não sei se existe algum lugar para o qual a Prefeitura dá TPU a não ser o comércio de alimentos, os mercados. Então, talvez, até seja a Câmara que tenha de fazer uma legislação específica para isso.
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – Enquanto isso, vale a analogia, segundo os meus parcos conhecimentos jurídicos.
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – Eu acho que a parte de segurança, que é o que preocupa mesmo, realmente tem de ser feita. Agora, dizer quem deve ficar ou não, eu acho que deve ser dentro de um processo. Mas a parte de segurança, lógico, tem de ser feita.
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – Eu estou satisfeito com a sua explicação.
- O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA** – Agora, realmente eu tenho dúvidas quanto à parte de multar, porque, vai multar quem? Hoje, quem tem a guarda é a Prefeitura. Teríamos, então, de multar o permissionário ou a própria Prefeitura? A Prefeitura não vai multar ela mesma, porque nenhum órgão público faz isso. Mas, quanto à parte de segurança, concordo plenamente.
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** – Deixando de lado a minha brincadeira, repito: se não tem lei, só pode ser por analogias. Se estamos numa regra de transição, tem alguém que está respondendo por aquela banca, e tem de se identificar a pessoa. Por isso que eu falo que eu gostaria que tivesse agente vistor, porque ele sabe como fazer isso. Ele chega lá e identifica o proprietário. Nem vai entrar no mérito se é um proprietário ou dois. Pode ter 10 bancas. "Quem é o dono desta banca aqui? É você? Então, está aqui a multa." Ele identifica e joga no seu CPF.
- R** - Quem multa?
- O SR. JOSÉ AMÉRICO** - Não, não. Se você estiver cometendo uma infração ele chega lá na banca, não vai entrar no mérito se você é dono de duas, três ou quatro, porque isso não lhe diz respeito. Vamos supor que você cometeu uma infração, vendendo mercadoria sem nota. Ele vai lhe dar uma multa, pegar o seu CPF, perguntar: "Quem é o dono, aqui?" Tem de aparecer o dono, porque se não aparecer, ele fecha. Manda cessar a atividade. Se aparecer o dono, aparece o Li. "Eu sou Sr. Li."; "Sr. Li, seu CPF?"; "Não tenho CPF."; "Ah!, não tem CPF, então não pode funcionar."
- É o Sr. Mário. "Tranquilo, Sr. Mário, seu CPF." Ele manda a multa no seu CPF.
- Por isso estou falando que na sociedade, na medida em que vai funcionando o sistema legal, eliminam-se os problemas.
- R** - Creio que estamos caminhando para uma legalização.

Concordo que temos que caminhar para esse tipo de processo. Realmente, penso que a segurança lá deve ser, agora, talvez o fator mais preocupante.

RF: 11372

- Manifestação fora do microfone.

R- Também. Apensar de que o Agente Vistor só vê a procedência da mercadoria quando é comércio ambulante. Ele não entra numa empresa e pede as notas. Creio que seja a Secretaria de Finanças que faz isso. O Agente Vistor não pode pedir nota fiscal no comércio privado.

O SR. _____ - Do ambulante sei que existe uma legislação específica.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Mas eu digo o seguinte, se não tiver outro para fazer ele pode fazer.

R - Não. Aí eu discordo, pelos meus 31 anos de Prefeitura, discordo que ele não pode pedir nota fiscal.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Pode, pode.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Nobre Vereador

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Ele pode, ele pode. Mas penso que o mais correto é que sejam os Agentes Fiscais, cada um na sua área. Mas se quiser pode.

Porque se ele pode fazer do comércio ambulante. Quando se criou a lei do comércio ambulante foi votada por esta Casa. Conheço-a de cor e salteado. Foi dado ao Agente Vistor o controle da mercadoria. A partir do momento que se dá ao Agente Vistor que ele poderia controlar um determinado comerciante, ele pode controlar outro. Para mim não tem grande problema. Se alguém tiver fiscalizando, está fiscalizando, está fiscalizado. Inclusive aquilo que o Coronel falou que a Operação Delegada é que fiscaliza, também não ... Quero que fiscalize, se estiver fiscalizando vamos ajeitando no caminho. Certo?

R - Tem de ter um ordenamento da atividade até que isso seja regularizado, com certeza.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Mas veja bem, na lei do comércio ambulante tem um ponto que atribui ao Agente Vistor a prerrogativa de fiscalizar o controle de mercadoria. Se isso é possível

- ele é advogado, pode perguntar para ele - para o comércio ambulante, é possível que numa situação específica, que não tem legislação, você pode por o Agente Vistor para fazer isso.

R - Talvez (Ininteligível) jurídico, seja possível.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Nobre Vereador José Américo, Carlos e todos. Eu tinha falado do horário até às 17h, mas a informação é que ultrapassamos o horário da sala. Estão aguardando para entrar.

Agradeço aos convidados, peço respeitosamente que me entendam, vou convidá-los para uma próxima sessão desta Subcomissão. No dia de hoje, precisamos entregar a sala.

O Conselho Gestor, muito bem entendido, depois, junto com os Colegas Vereadores e esta Subcomissão, faremos uma reunião com o Secretário Marcos Cintra para que possamos esclarecer um pouco mais.

Também, o que temos já, que os senhores tomem conhecimento, que é muito importante, há muito conteúdo, estamos recebendo informações, e os senhores precisa saber, de fato, tudo o que está acontecendo até para caminhararmos juntos.

Então, Sr. José Sanches, Dr. André e ao Carlos, fico agradecido pela presença e, sem dúvida alguma, falaremos muito a respeito deste assunto que é muito importante para a Cidade, para a população e para todos os que estão ali.

Muito obrigado, boa tarde a todos (Palmas)



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 123 do proc.
Nº. 08-52 de 11
O funcionário Mo
Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari" (Feira da Madrugada)

São Paulo, 07 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 07/11

Senhor Secretário,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão em epígrafe na reunião ordinária do dia 06/06/11, solicito a Vossa Excelência que viabilize o comparecimento do Assistente da Secretaria da Coordenação das Subprefeituras, Sr. Manoel Victor de Azevedo Neto, Chefe de Gabinete desta Secretaria, para prestar esclarecimentos a esta Subcomissão quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a referida reunião está agendada para ocorrer em **13 de junho p.f.**, com início às **13 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,



Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

CÓPIA

Anexo: Fotocópia do requerimento

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Ronaldo Souza Camargo
Digníssimo Secretário da Coordenação da Subprefeituras



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 124 do proc.
Nº 08-52 de 11
O funcionário VAO

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari"

São Paulo, 07 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 08/11

Prezado Senhor,

Informo Vossa Senhoria que foi enviado ao Senhor Secretário da Coordenação das Subprefeituras, Sr. Ronaldo Souza Camargo, ofício 07/2011, no qual solicita a viabilização do seu comparecimento na próxima reunião ordinária desta Subcomissão para prestar esclarecimentos quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a reunião está agendada para ocorrer em **13 de junho** p.f., com início às **13 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

SMSP-GAB

09 JUN 2011

PROTOCOLO

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão Feira da Madrugada

CÓPIA

Anexo: Fotocópia do ofício 07/11 e do requerimento do vereador Adilson Amadeu

Ao Sr. Manoel Victor de Azevedo
Chefe de Gabinete da Secretaria da Coordenação das Subprefeituras



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 125 do proc.
Nº 08-92 de 11
O funcionário wo

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari" (Feira da Madrugada)

São Paulo, 07 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 09/11

Senhor Subprefeito,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão em epígrafe na reunião ordinária do dia 06/06/11, solicito a Vossa Excelência que viabilize o comparecimento do Sr. Gerson Gonçalves Branchini, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e do Sr. Reginaldo Diegas Gonzalez, Agente de Apoio, para prestarem esclarecimentos a esta Subcomissão quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a referida reunião está agendada para ocorrer em **13 de junho p.f.**, com início às **13 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

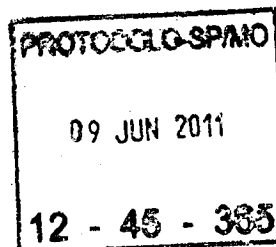
Atenciosamente,

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

CÓPIA

Anexo: Fotocópia dos requerimentos

Ao Sr. Rubens Casado
Subprefeito da Mooca





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 126	do proc.
Nº. 08-92	de 11
O funcionário	W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari"

São Paulo, 07 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 10/11

Prezado Senhor,

Informo Vossa Senhoria que foi enviado ao Senhor Secretário da Coordenação das Subprefeituras, Sr. Rubens Casado, ofício 09/2011, no qual solicita a viabilização do seu comparecimento na próxima reunião ordinária desta Subcomissão para prestar esclarecimentos quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a reunião está agendada para ocorrer em **13 de junho p.f.**, com início às **13 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão Feira da Madrugada

CÓPIA

Anexo: Fotocópia do ofício 09/11 e do requerimento do vereador Adilson Amadeu

Ao Sr. Gerson Branchini
Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PROTOCOLO-SP/MO
09 JUN 2011
12 - 45 - 365



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 127	do proc.
Nº. 08-92	de 11
O funcionário	W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari"

São Paulo, 07 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 11/11

Prezado Senhor,

Informo Vossa Senhoria que foi enviado ao Senhor Secretário da Coordenação das Subprefeituras, Sr. Rubens Casado, ofício 09/2011, no qual solicita a viabilização do seu comparecimento na próxima reunião ordinária desta Subcomissão para prestar esclarecimentos quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a reunião está agendada para ocorrer em **13 de junho** p.f., com início às **13 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão Feira da Madrugada

CÓPIA

Anexo: Fotocópia do ofício 09/11 e do requerimento do vereador Adilson Amadeu

Ao Sr. Reginaldo Diegas Gonzalez
Agente de Apoio – Subprefeitura da Mooca

PROTOCOLO-SP/MO
09 JUN 2011
12 - 45 - 365



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 128 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário *W*
Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

25 - OF-SGP15
25- 00252/2011

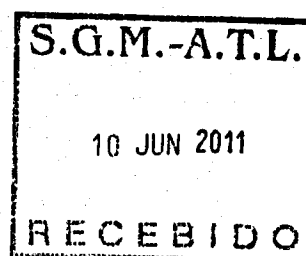
São Paulo, 08 de junho de 2011.

Senhor Prefeito,

Em atenção ao deliberado pela Douta Subcomissão da Feira da Madrugada constituída no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao Município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob o n ° 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876 m², conhecido como Pátio do Pari, encaminho a Vossa Excelência fotocópia do requerimento de autoria do **Vereador Adilson Amadeu**, aprovado na reunião ordinária de 06/06/2011, que requer ao Secretário de Coordenação das Subprefeituras que encaminhe relação com a qualificação completa dos integrantes do Grupo Gestor responsável pela administração do Pátio do Pari e das Atas de suas reuniões.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus votos de distinta consideração.

JOSE POLICE NETO
Presidente



Anexo: Fotocópia do requerimento do Vereador Adilson Amadeu.

Ana Luiza Vanes Torres Ferreira
RF: 586.083.1.01
SGM/ATL

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo.

CÓPIA



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

Folha nº 129	do proc.
Nº. 08-92	de 11
O funcionário	W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

São Paulo, 06 de Junho de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Secretario de coordenação das Subprefeituras que encaminhe a esta comissão para a devida análise os seguintes documentos:

- Relação dos integrantes do Grupo Gestor responsáveis pela administração do Pátio Pari – “Feirinha da Madrugada” – (qualificação completa).
- Atas de suas reuniões.

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

CÓPIA

Amorato
26/06/11
ENCAMINHA
08-06-2011

confirmado por Notas do Expediente em 16/06/11
...
...

【 RELATÓRIO INDIVIDUAL DE TRANSMISSÃO 】

16 JUN. 2011 12:33

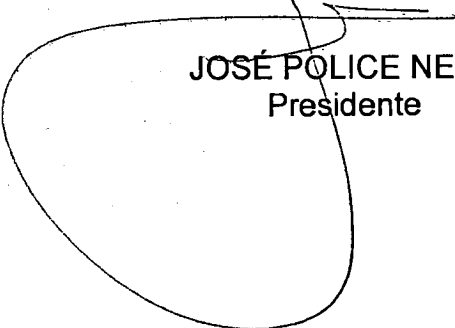
NO	OUTRO FAC-SÍMILE	INÍCIO	DURAÇÃO	MODOS	PÁGINAS	RESULTADO
01	32413270	16 JUN. 12:31	01'29	ENU.	02	OK

25 - OF-SGP15
25- 00263/2011

São Paulo, 08 de junho de 2011.

Dr. Delegado Oswaldo de Souza,

Encaminho a Vossa Senhoria, ofício 06/2011, formulado pelo Vereador **Adilson Amadeu**, Presidente da Subcomissão criada "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari" (Feira da Madrugada).


JOSE POLICE NETO
Presidente

Anexo: ofício 06/11 e Fotocópia do requerimento do Vereador Adilson Amadeu.

CÓPIA

Ao Ilustríssimo Dr. Oswaldo de Souza

Delegado de Polícia Titular da 1ª Delegacia de Polícia

Divisão de Investigações sobre Crimes Contra a Administração



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 13ª do proc.
Nº. 08-92 do 11
O funcionário W
Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari" (Feira da Madrugada)

São Paulo, 06 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 06/11

Dr. Oswaldo de Souza,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão em epígrafe na reunião ordinária do dia 30/05/11, (cópia do requerimento anexo), solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a esta Subcomissão cópia do inquérito Policial nº 155/2010 para servir de subsídio aos nossos trabalhos.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.

Atenciosamente,

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

CÓPIA

Ao Sr. Dr. Oswaldo de Souza
Delegado de Polícia Titular da 1ª delegacia de Polícia
Divisão de investigações sobre Crimes Contra a Administração
Av. São João, 1247 - 2º andar – Centro – São Paulo – SP
Fone: 3338.0155



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 132	do proc.
Nº. 08-92	de 11
O funcionário	W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

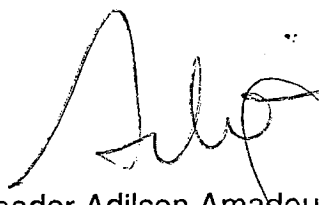
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

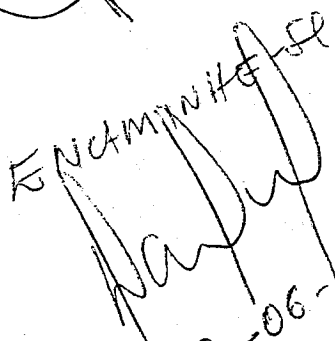
SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

São Paulo, 26 de maio de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Delegado Titular responsável pelo Inquérito Policial nº 155/2010 para que encaminhe a esta Comissão cópia do referido inquérito para servir de subsídios aos nossos trabalhos.


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

APROVADO
30/5/11

ENCAMINHADO
08-06-2011

CÓPIA

[RELATÓRIO INDIVIDUAL DE TRANSMISSÃO]

10 JUN. 2011 12:18

NO.	OUTRO FAC-SÍMILE	INÍCIO	DURAÇÃO	MODO	PÁGINAS	RESULTADO
01	11 33380155	10 JUN. 12:16	02'02	ENV.	03	OK

Confirmando por Remote em 10/06/11 MS

São Paulo, 08 de junho de 2011

Memorando nº 022/20011
Ao CCI - 4 (Cerimonial)
At. Senhora Chefe

Conforme prévia consulta de disponibilidade de data e local, solicitamos o aditamento do memo nº 18/2011 quanto à confirmação da reserva para o seguinte evento:

EVENTO	DATAS	HORÁRIO	LOCAL	NECESSIDADES	Nº CONVIDADOS	CONTATO	RAMAL
REUNIÃO ORDINÁRIA Subcomissão Feira da Madrugada	30/05/11	DAS 13 às 15h	Sala Sérgio Vieira de Mello	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746
REUNIÃO ORDINÁRIA Subcomissão Feira da Madrugada	06/06/11	DAS 13 às 15h	Sala Sérgio Vieira de Mello	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746
REUNIÃO ORDINÁRIA Subcomissão Feira da Madrugada	13/06/11	DAS 13 às 16h	Auditório Prestes Maia	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746
REUNIÃO ORDINÁRIA Subcomissão Feira da Madrugada	20/06/11	DAS 13 às 16h	Sala Sérgio Vieira de Mello	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746
REUNIÃO ORDINÁRIA Subcomissão Feira da Madrugada	27/06/11	DAS 13 às 16h	Sala Sérgio Vieira de Mello	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746

TERMO DE RESPONSABILIDADE

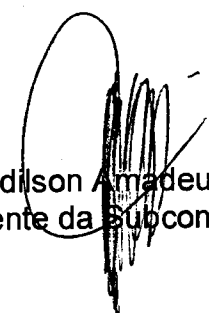
1º De acordo com o Ato nº 899/05, de 29 de setembro de 2005, o subscritor do pedido de uso de dependência da Casa será responsável pela preservação e utilização adequada dos locais cedidos, devendo, em consequência, assinar termo de responsabilidade do qual constará o seu compromisso de responder por eventuais danos que vierem a ocorrer por ocasião do evento;

2º Pede-se o respeito rigoroso ao horário estabelecido pelos parágrafos I e II do Art. 3º, nos dias úteis entre 09:00 e 22:00 horas, nos sábados entre 09:00 e 17:00 horas;

3º O Vereador solicitante deverá designar um servidor de seu Gabinete para controlar o ingresso dos participantes do evento e, se for o caso, para credenciá-los ou facilitar a sua identificação. Este servidor ficará responsável pela supervisão do bom uso das dependências do Palácio Anchieta até o final do evento.

Cordialmente,


 08/06/2011


Adilson Amadeu
 Presidente da Subcomissão



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

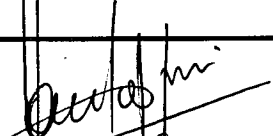
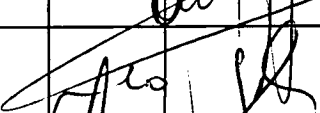
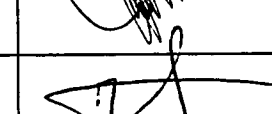
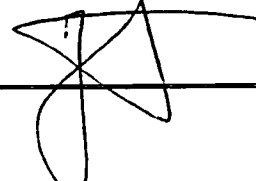
Folha nº 134 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário Leonardo Amara
RF: 11372

Subcomissão da Feira da Madrugada para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari.

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data 13 de JUNHO de 2011 – 13h00
Auditório Prestes Maia – 1º andar

LISTA DE PRESENÇA DOS SRS. VEREADORES.

1. ABOU ANNI - PV	
2. AURÉLIO MIGUEL - PR	
3. ADILSON AMADEU - PTB	
4. ADOLFO QUINTAS - PSDB	
5. JOSÉ AMÉRICO - PT	

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

Folha nº 135	do proc.
Nº. 08-92	de 11
O funcionário <u>Leonardo Amaral Pedrazzoli</u>	
RF: 11372	

São Paulo, 10 de Junho de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado o Secretario de coordenação das Subprefeituras que encaminhe a esta comissão para a devida análise os seguintes documentos:

- Cópia de relatório de comissão de sindicância caso exista;
- Cópia do cadastramento feito por empresa indicada pela SPTuris;
- Cópia do contrato da prestação de serviço do cadastramento;
- Relação dos 25 funcionários com o devido registros funcional, enviados pelo (SECOI) para prestar serviços junto ao Pátio Pari – “Feira da Madrugada”.

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

ENCAMINHADO SE
15/06/11

Aprovado
13/6/11



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 136	do proc.
Nº. 08-92	de 11
O funcionário	lw

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

São Paulo, 13 de Junho de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado a comparecer a próxima reunião o seguinte secretário:

- Ronaldo Camargo – Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras.

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

Amaral
13/6/11

ENCAMINHE-SE
15/06/11



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 137 do proc.
Nº. 08-52 de 11
O funcionário *LM*
Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

São Paulo, 13 de Junho de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado a comparecer a próxima reunião:

- Ailton Vicente de Oliveira – ex-gestor da “Feira da Madrugada”.

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da subcomissão

Adilson Amadeu
ENCAMINHAR SE
15/06/11

Aprovado
13/6/11
[Signature]

São Paulo, 14 de junho de 2011

Memorando nº 023/20011
Ao CCI - 4 (Cerimonial)
At. Senhora Chefe

Conforme prévia consulta de disponibilidade de data e local, solicitamos a confirmação da reserva para o seguinte evento:

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL	NECESSIDADES	Nº CONVIDADOS	CONTATO	RAMAL
REUNIÃO ORDINÁRIA Subcomissão Feira da Madrugada.	03/08/11 10/08/11 17/08/11 24/08/11 31/08/11	DAS 11 às 14h	Sala Sérgio Vieira de Mello	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746
Subcomissão Feira da Madrugada.	14/09/11 21/09/11 28/09/11	DAS 11 às 14h	Sala Sérgio Vieira de Mello	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746
Subcomissão Feira da Madrugada.	05/10/11 19/10/11 26/10/11	DAS 11 às 14h	Sala Sérgio Vieira de Mello	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746
Subcomissão Feira da Madrugada.	09/11/11 16/11/11 23/11/11 30/11/11	DAS 11 às 14h	Sala Sérgio Vieira de Mello	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746
Subcomissão Feira da Madrugada.	07/12/11 14/12/11 21/12/11 28/12/11	DAS 11 às 14h	Sala Sérgio Vieira de Mello	SOM, COPA, TRANSCRIÇÃO, GRAVAÇÃO, TV CAMARA, MESA DE APOIO		Solange/ Hélio	4746

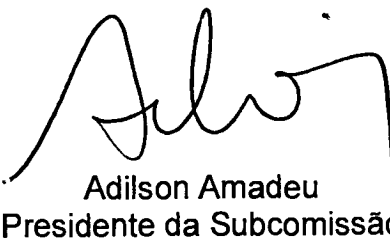
TERMO DE RESPONSABILIDADE

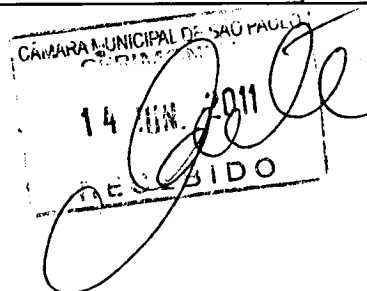
1º De acordo com o Ato nº 899/05, de 29 de setembro de 2005, o subscritor do pedido de uso de dependência da Casa será responsável pela preservação e utilização adequada dos locais cedidos, devendo, em consequência, assinar termo de responsabilidade do qual constará o seu compromisso de responder por eventuais danos que vierem a ocorrer por ocasião do evento;

2º Pede-se o respeito rigoroso ao horário estabelecido pelos parágrafos I e II do Art. 3º, nos dias úteis entre 09:00 e 22:00 horas, nos sábados entre 09:00 e 17:00 horas;

3º O Vereador solicitante deverá designar um servidor de seu Gabinete para controlar o ingresso dos participantes do evento e, se for o caso, para credenciá-los ou facilitar a sua identificação. Este servidor ficará responsável pela supervisão do bom uso das dependências do Palácio Anchieta até o final do evento.

Cordialmente,


Adilson Amadeu
 Presidente da Subcomissão





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 139 do proc.
Nº. 08-52 de 11
O funcionário *W*

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

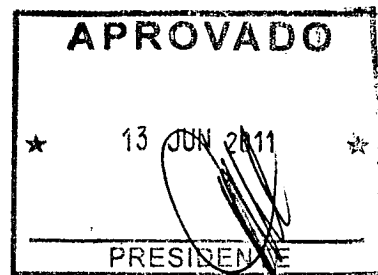
São Paulo, 16 de junho de 2011.

Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão “para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari”, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado a comparecer a próxima reunião os seguintes servidores:

- Benedito Afonso Ribeiro – Sup. de Fiscalização Subprefeitura Mooca (atual)
- Ivanor Batista da Silveira - Sup. de Fiscalização Subprefeitura Mooca (anterior);
- Claudemir Paulo da Silva – vulgo “Pantaneiro”.

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão



RECIBIDO
Comissão de Constituição e Justiça
Em 16/06/11 às 16:00hs
[assinatura] RF 11372



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
GABINETE VEREADOR AURÉLIO MIGUEL

Folha nº 140 do proc.
Nº. 08-52 de 11
O funcionário *lw*

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA SUB-COMISSÃO DA FEIRA DA MADRUGADA, PARA ESTUDAR BEM COMO AVALIAR A FORMALIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS ACERCA DA GUARDA PROVISÓRIA DADA PELA UNIÃO AO MUNICÍPIO, DO IMÓVEL INSCRITO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO SOB Nº 002.017.0072-7, COM ÁREA DE APROXIMADAMENTE 136.876 M², CONHECIDO COMO PATIO PARI.

Requeiro, nos termos e forma regimental, a esta D. Subcomissão, que seja oficiada a Corregedoria Geral do Município para que encaminhe a esta Comissão cópia integral do processo nº 2011-0.148.764-6, bem como cópia dos ofícios expedidos à Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, à Diretoria do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania e à Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras para os fins sugeridos. Esta solicitação se deve para o bom andamento dos trabalhos desta Subcomissão, já que os mesmos fazem parte do escopo desta Subcomissão, já foram ouvidos e poderão retornar para maiores esclarecimentos.

São Paulo, 13 de junho de 2011.

Enviado
15/06/11

MP/fgj/2011

Auréli
Aurélio Miguel
Vereador

Viaduto Jacaré 100 - 7º andar sala 714
Fone: 3396-4873 ou 3396-4614
www.aureliomiguel.com.br

Aprovado
13/06/11



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 141	do proc.
Nº. 08-52	de 11
O funcionário	<i>W</i>

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

**SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR A FORMALIZAÇÃO DA "FEIRA DA
MADRUGADA" – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13 de junho de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Boa tarde a todos. Há número legal para o início dos nossos trabalhos. Esta é a 4ª reunião ordinária da Subcomissão intitulada Feira da Madrugada, que estudará bem como avaliará a formalização e seus procedimentos acerca da guarda provisória dada pela União ao Município do imóvel inscrito no cadastro fiscal e imobiliário sob o número 002017072.7 com a área de 136.876 metros quadrados, conhecido como Pátio do Pari, que se realiza no dia 13 de junho de 2011, no auditório Prestes Maia, Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-line.

Estão presentes os Srs. Vereadores: Abou Anni, Adilson Amadeu e Aurélio Miguel.

A pauta desta 4ª reunião da Subcomissão ordinária, na data de 13/06/2011, atendendo ao requerimento do Vereador Adilson Amadeu, foram convidados o Sr. Manuel Victor de Azevedo Neto, que está presente; Sr. Gerson Gonçalves Branchini, chefe de gabinete da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Subprefeitura da Mooca; Reginaldo Diegas Gonzáles, Agente de Apoio da Subprefeitura da Mooca, também para prestar esclarecimentos a esta comissão.

O Sr. Reginaldo Diegas está presente? Presente.

Queria colocar a todos os Srs. Vereadores, há alguns requerimentos que gostaria que o nobre Vereador Aurélio Miguel fizesse a leitura, depois deveremos trazer a convite nesta subcomissão.

- É lido o seguinte: (requerimento do Vereador Adilson Amadeu para que compareça a próxima reunião o Sr. Secretário Ronaldo Camargo)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Os senhores Vereadores que concordarem com o requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

Próximo requerimento.

- É lido o seguinte: (requerimento do Vereador Adilson Amadeu para que o Sr. Secretário de Coordenação das Subprefeituras encaminhe documentos)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Os senhores Vereadores que concordarem com o requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

Próximo requerimento.

- É lido o seguinte: (requerimento do Vereador Adilson Amadeu para que compareça a próxima reunião o Sr. Ailton Vicente de Oliveira, ex-gestor da Feira da Madrugada)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Os senhores Vereadores que concordarem com o requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Requerimentos aprovados. Gostaria de convidar para usar o microfone o Sr. Manuel Vítor de Azevedo Neto, Chefe de Gabinete da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Também queria fazer um requerimento ao Presidente da Subcomissão, uma vez que, há duas semanas, a servidora foi suspensa por 120 dias pela Corregedoria do Município e também houve a indicação de afastamento do servidor exonerado na Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O Sr. Altino (?).

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Sr. Altino. Então queria requerer cópias do processo do Corregedor relativo a essa suspensão e ao afastamento do servidor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Srs. Vereadores, se concordarem com o requerimento que está sendo preparado a partir da fala do nobre Vereador Aurélio Miguel, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado. Sr. Manuel Vítor, por gentileza, sempre use o microfone para responder as perguntas que iremos formular, assim sua fala ficará registrada nas cópias taquigráficas. O senhor é funcionário de carreira?

O SR. MANUEL VÍCTOR DE AZEVEDO NETO – Eu sou funcionário da CET, de carreira.

P – Muito bem. Há quanto tempo o senhor é funcionário?

R – Desde 76.

P – O senhor está há quanto tempo na Secretaria das Subprefeituras?

R – Desde 2007.

P – O senhor está a convite? Quem convidou o senhor para a Secretaria?

R – Quem me convidou, à época, foi o atual Secretário de Coordenação de Subprefeituras, o

Sr. Ronaldo Camargo.

P – O senhor pode me falar qual foi o acordo firmado entre o Município e a União a respeito do ZOI espaço da Feira da Madrugada?

RF: 11372

R – É um termo de guarda provisória, firmada entre a União e o Município de São Paulo, para a manutenção daquela área, mantida a situação fática, para a preservação das condições do imóvel – não permitir invasões –, a manutenção também das condições do patrimônio e o levantamento cadastral dos ocupantes daquele imóvel.

P – Qual foi o benefício que a União deu ao Município para assumir essa área?

R – Nenhum, que eu saiba; nenhum benefício imediato. Mas no termo de cessão dessa guarda provisória, pelo o que eu conheço, há expectativa de que o imóvel possa passar para usufruto – não sei de que maneira – do Município, para inclusão de projetos de interesse do Município e interesse social do Município também.

P – Interesse social.

R – É, interesse de utilização daquela área para agregar a um polo comercial da região e também de interesse social.

P – Valores não foram falados entre União e Município?

R – Não. Nesse termo de cessão de guarda provisória, não. Que eu saiba, não.

P – Muito bem. E os senhores estão lá desde...?

R – Desde o dia 23 de novembro. Foi o início da vigência desse termo de guarda provisória.

P – O senhor já esteve lá no local?

R – Já estive umas quatro vezes. Quatro a cinco vezes nesse período.

P – Sr. Manuel Vitor, a última em que o senhor esteve lá quando foi...?

R – A última foi na visita do Sr. Prefeito, na oportunidade do... até eu encontrei o senhor lá. Eu o vi lá.

P – Qual foi a base do contrato? Com fundamento em que lei? O senhor sabe? Esse contrato...

R – O contrato? Desculpe, Excelência.

P – O contrato da União com o Município.

R – Não, é um termo de convênio firmado entre a União, através da Superintendência de Patrimônio da União, e mais especificamente a Secretaria de Patrimônio da União e o Município, para essa guarda provisória, com esse intuito. É o que eu sei, é o que está publicado nesse termo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - O senhor pode me falar o porquê da União determinar a contratação de segurança de limpeza e impede os outros? A contratação de segurança e limpeza.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Desde que o Município assumiu para manter as condições, vamos dizer, dentro daquela situação que já lá existia, o Município contratou uma série de serviços para garantir o funcionamento daquilo, sem que haja nenhum ônus para - isso está explícito em regulamentação posterior - quem está lá dentro ou para qualquer pessoa. Então, o Município assumiu os contratos de manutenção, de limpeza interna, de vigilância patrimonial, de coleta e destinação de lixo e também de manutenção predial.

P - Predial também?

R - Também.

P - Os senhores aqui estão cuidando?

R - Cuidando.

P - O senhor entende de predial. Queria que o senhor me falasse.

R - É, esse contrato de manutenção predial, através, pelo que eu sei, de uma ata de registro de preços da própria Prefeitura, para fazer os serviços de manutenção que sejam necessários eventualmente, um vazamento de água, uma questão de iluminação, enfim, de manutenção das condições para que permaneça nas condições adequadas de funcionamento.

P - Dentro dessa linha, qual a previsão legal orçamentária que o Município... para que os comerciantes não paguem nada? Os comerciantes não estão pagando nada, então?

R - Não.

P - Os comerciantes não paga nada para ninguém ali?

R - Não pagam nada para ninguém. Tem... o Município, inclusive, ao longo nesse período, passou uma série de folhetos explicativos para que os comerciantes ou qualquer pessoa que

adentrem o local saibam que não é para pagar nada para ninguém, nesse período desde que houve a assunção pelo Município da guarda provisória, desde o dia 23 de novembro de 1972.

P - O senhor sabe explicar como custear o empreendimento privado com o dinheiro público?

R - Desculpe, Excelência.

P - O empreendimento é privado?

R - Não sei se é um empreendimento privado. É um patrimônio...

P - É um patrimônio da União.

R - É um imóvel que é da União e que houve a sessão, vamos dizer, a passagem para o Município para a guarda provisória temporária. Quer dizer, uma situação temporária, até que se viabilize, pelo termo de guarda provisória, a passagem. Há expectativa de que esse imóvel venha a fazer parte dos próprios municipais, eu acredito.

P - Agora, a atividade hoje lá é uma atividade particular, cada um tem um box lá?

R - É uma atividade que já existia, quando o Município assumiu. Quer dizer, já existia aquela situação de pessoas ocupando o imóvel da União e, dessa maneira que foi passado, e dentro - por isso o termo de guarda provisória -, foi passado de maneira que o Município fizesse um processo gradativo e exigindo que o Município, determinando, orientando que o Município fizesse o cadastro para tomar ciência daquilo que já está estabelecido ali que é isso o que a municipalidade fez. Logo após assumir a guarda provisória, foi constituído mesmo tempo um grupo gestor. É uma portaria, um decreto, que estabeleceu, e as portarias também são intersecretariais, entre a Secretaria de Coordenação de Subprefeituras e a Semdet - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho de São Paulo, em que se constituiu um grupo gestor, composto por um gestor Executivo e membros que são oriundos das duas Pastas, mais um membro da Subprefeitura da Mooca e, mais recentemente, mais alguns membros, incluindo também um membro da Secretaria Especial do Microempreendedor Individual.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Só um questionamento: o senhor, anteriormente, disse que é a Prefeitura que paga a segurança...

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Sim. Paga a vigilância e segurança patrimonial.

P - Agora, vocês pagam patrimonial, e a atividade lá é privada...

R - Não, eu não saberia dizer em que termos a atividade se estabelece lá. É uma situação que já estava, de ocupação do imóvel; e havia necessidade de, a partir, pelo que eu entendo, de o Município assumido a data de guarda provisória, de ele garantir as condições todas de segurança, de vigilância, de limpeza,...

P - Preservação do patrimônio...

R - Preservação do patrimônio.

P - Que o senhor sabe que não está sendo preservado, que quebraram várias áreas lá. Saiu no noticiário, o senhor viu.

R - Não, eu soube de uma denúncia de um dito casarão...

P - Não, não, denúncia não, está na TV Record. Se quiser, a gente traz o vídeo aqui. O senhor deve ter visto. O senhor é Chefe de Gabinete do Secretário, o senhor deve ter acompanhado isso.

R - Não, eu vi... eu soube dessa denúncia e soube também que o Grupo Gestor, através do Coordenador, tomou imediatamente as providências de emparedamento desse imóvel e de não permissão mais de ocupação irregular do mesmo. Então, isso realmente aconteceu, essa denúncia que o senhor citou, e foram tomadas as providências pelo administrador lá no local.

P - E além da vigilância, o que mais vocês pagam? Luz, água? Vocês pagam tudo?

R - É... A água... Água e luz também são pagas pelo Município. Pelo que eu sei, a água já vem sendo paga. Todas essas questões foram solicitadas à Sabesp e Eletropaulo ainda no período de dezembro, se não me falha a memória. Desde o final de novembro vem sendo paga a água de todo aquele complexo pelo Município, e Eletropaulo, só mais recentemente também tinha sido pedido. Eletropaulo foi uma questão de titularidade da conta, processo formal, provavelmente. Houve um atraso, mas nós solicitamos. Foi solicitado pela Municipalidade à Eletropaulo que não cessasse o fornecimento para não haver prejuízo para ninguém, e agora - se não me engano, em junho - já está regularizada essa questão junto à Eletropaulo, e a

RF: 11372

Prefeitura está pagando, a partir de agora, os atrasados inclusive de sobre o imóvel.

P - Estava em nome de quem, a conta da Eletropaulo anterior?

R - Eu não sei precisar para o senhor, mas me parece que em nome de um Ministério, não sei se Ministério dos Transportes. Não saberia dizer se é Ministério dos Transportes ou Planejamento, da União.

P - E agora está em nome da Municipalidade...

R - A titularidade foi passada agora, embora solicitada já desde aquela época.

P - Mas mesmo quando estava em nome da União, quem pagava a conta desde 23-11 era o Município...

R - Não, Sabesp foi regularizada; desde aquele período, o Município pagou. Por conta dessa questão de titularidade, ficaram contas, pelo que eu sei, pendentes; valores pendentes. Houve uma conversa com a Eletropaulo para que não cessasse o fornecimento até que isso se regularizasse, e ...

P - Sim, mas ela...

R - ... existe um passivo, vamos dizer, de novembro até agora, da Eletropaulo.

P - Em nome que não é da Municipalidade...

R - Não, não, me parece que a titularidade vai ser retroativa a esse período, por isso não foi cobrado de ninguém.

P - Vocês têm o protocolo anterior? No dia 23-11, vocês protocolaram também para que as contas viessem em nome da Municipalidade...

R - Eu creio que sim.

P - Não... O senhor deve saber...

R - Não passou por mim, mas eu creio que sim. Não posso afirmar agora para o senhor, mas creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Mas, Sr. Manoel Victor, o senhor faz parte das reuniões que falam...? O Secretário chama o senhor para falar a respeito desse espaço da feira da madrugada?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Olha, as reuniões são do Grupo Gestor, eu acredito, de operacionalização no dia a dia. Eventualmente, se há alguma reunião até com a questão, agora mais recentemente, da formalização do planejamento da Operação Delegada, eventualmente eu participei de alguma.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Quem é o Grupo Gestor?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - O Grupo Gestor atualmente é o Sr. Fonseca, que é o Coordenador do Grupo Gestor, e mais 10 pessoas, se não me falha a memória.

P - Quem são essas 10 pessoas?

R - Tem membros da Secretaria...

P - Quem é da Secretaria?

R - Da Secretaria, nós temos o Candella, o Carlos Candella. Ele é membro da Supervisão de Uso e Ocupação do Solo, ele é membro do Grupo Gestor. Nós temos membros... duas pessoas, uma vez mais recente, que não vou me recordar o nome, e o outro é um advogado do setor nosso, Jurídico, da Secretaria, o Kauê.

P - Qual é primeiro nome?

R - Kauê, acho que é o primeiro nome. Desculpe, eu não tenho o nome completo. Nós temos um membro que é da Subprefeitura da Mooca, o Mário Novakas, que é membro... quer dizer, é da Subprefeitura da Mooca. Nós temos alguns membros que são da Semdet, da Secretaria do Dr. Marcos Cintra: José Alexandre... Não me recordo o nome de todos. Do José Alexandre, eu me lembro...

P - José Alexandre Sequeira(?)?

R - Sequeira (?), isso.

P - Quem mais?

R - Não me recordo o nome dos outros membros, mas tem pelo menos mais 2 ou 3 membros que são da Secretaria do Dr. Marcos Cintra.

P - E quantas reuniões...?

R - E tem um membro... Desculpe. Tem um membro que faz parte da Secretaria Especial do

Microempreendedor Individual. Esses quatro membros foram numa reunião um pouco mais recente, mas o total de membros, além do Coordenador, ou junto do Coordenador, são 10 pessoas.

P – E quantas reuniões já ocorreram com esse Conselho Gestor?

R – Não sei precisar para o senhor. Eu não participei dessas reuniões.

P – Mas dentro da Secretaria também não? O Carlos...

R – Carlos Candella.

P – ... não participou?

R – Ele deve...

P – Não reportou a vocês?

R – Não.

P – Olha, Sr. Manoel Victor, o senhor sabe que a feira da madrugada é um escândalo da cidade de São Paulo. É um escândalo, uma vergonha. Tanto é que saiu da União, veio para o Município para pôr ordem na Casa. Isso aqui é para ter um pelotão de choque para resolver. Se deixar solto, vai ficar pior do que estava, e o que parece é que está ficando pior do que estava. Então, quer dizer... O senhor é Chefe de Gabinete do Secretário das Subprefeituras, que tem que cuidar disso também. E vocês não sabem quantas vezes teve reunião, qual é o planejamento para ocupar aquele espaço... Veio aqui o Altino, não sabia de nada; vocês exoneraram o Altino a pedido do Corregedor. O Corregedor suspendeu por 120 dias a Amélia, uma servidora que também presta serviço, é concursada, é de carreira do Município. Quer dizer: eu não sei se tem descaso ou falta competência - ou é um ou é outro -, porque não é possível. Não é possível. Eu vou falar para o senhor: eu entro lá - eu tenho conhecimento da parte empresarial, minha família sempre teve indústria -, eu entro lá e ponho ordem naquela casa rapidinho. Ponho ordem naquela casa rapidinho, de acordo com a legalidade. E se não der, eu entrego : "União, fica de novo com isso aqui, que isso aqui tem que fechar". Vocês não fizeram nem um nem outro, e o que a gente vê aqui são barracas, pontos sendo vendidos por 200, 300 mil reais, e propina, tem que pagar todo mês 300 mil reais. Está na matéria, não sou eu que estou falando; a matéria que saiu na Record. Com todo o respeito ao senhor, não conheço o senhor, mas eu fico indignado como cidadão e depois como Vereador. Tenho que fiscalizar e estou vendo que vocês estão tratando com descaso total aquele espaço. Pegaram para pôr ordem, mas não sabem colocar ordem naquilo. É a realidade. Nós vamos lá agora, nós vamos ver um monte de irregularidades lá. Se nós sairmos agora... Desde produto que a gente não sabe a origem. O Vereador Adilson Amadeu, no dia em que o senhor estava lá quando encontrou ele... Vocês não deram, lá, um título para a loja que era exemplar?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Cadastro.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Cadastro. Os senhores não deram? Pois nessas mesmas lojas o Vereador Adilson Amadeu comprou mercadoria sem nota fiscal. Quer dizer, a Prefeitura é conivente com isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tem até no telão, o senhor me permita nobre Vereador, até para colocar o registro...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas eu sei. O senhor me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não, eu faço questão que os Srs. Vereadores vejam, até para...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Eu estou seguindo um raciocínio aqui, eu não anotei nada, mas eu fico indignado com isso. Não é possível. E lá as coisas... Parecem que são chineses - o Papa e a Mama que tomam conta e deve ter o Nono também. Eu não sei porque... Eu devolvo a palavra, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não, dentro do raciocínio, eu até... A dificuldade é assim de estar trazendo os senhores e depois o Secretário vai ter de explicar e a gente vai depois com as pessoas que já vieram depor, vou fazer uma acareação do que é falado. Para o Sr. Manoel Victor, a pergunta é uma só também. Se, em novembro, a Sabesp os senhores resolveram imediatamente. De novembro para cá, os senhores não resolveram da Eletropaulo. Quem paga essa conta da Eletropaulo?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Como eu disse para o senhor, Vereador, pelo que eu sei tem uma dívida, vamos dizer assim, desse período, que deve estar em torno de

uns 138 mil reais.

P – Quanto?

R – 138 mil reais, pelo que passou a Eletropaulo, cuja dívida já será assumida agora em junho de acordo com o que é acordado e assinado pela Eletropaulo no Município para o pagamento, ou seja, do período em que a Prefeitura assumiu a guarda provisória de todo aquele espaço do imóvel.

P – Então, mas a Eletropaulo... Se você fica devendo alguma conta de casa, normal, um mês, a Eletropaulo corta a energia da residência. É assim que acontece? Eu acredito que é, não sei. Não é diferente para ninguém. Como que os senhores não estão pagando... Ela desliga, não é? Todo aquele setor... O senhor sabe quantos boxes hoje temos lá?

R – O cadastro que foi feito dentro desse programa, quer dizer, desse projeto todo de cadastramento identificou 4.060 boxes como considerados daquelas pessoas que fizeram o pré-cadastro que foi feito ainda lá no início, no início de dezembro e complementaram esse cadastramento fazendo o recadastramento com os dados que foram solicitados. Inclusive dos comerciantes que assinaram o termo em que eles declaram que não comercializam produtos de origem ilícita, prateada, enfim, de termo fracionado.

P – Isso não existe. Isso não existe.

R – Não. Esses 4.060 recadastrados assinaram esses termos e esses termos estão registrados. Então, eles foram, inclusive dentro do sistema, escaneados para fazer parte do sistema. Todos esses comerciantes, os dados deles foram encaminhados tanto à Polícia Federal quanto à Polícia Civil para avaliação dos antecedentes. Então, eles estão considerados recadastrados e cumprindo as exigências que foram estabelecidas por Município.

P – Sr. Manoel, como pode... O senhor acompanhou o Diário Oficial?

R – Eu não vi...

P – O senhor viu o nome só de uma pessoa, quantas vezes ela está no cadastro?

R – É. Nós temos ciência depois de feito esse...

P – Não, mas então, aí que eu falo. Depois que abriu a Subcomissão, que ela foi instalada tem alguns cuidados que os senhores estão tomando. Eu não entendo por que não tem aquela força total para pôr ordem, inclusive, naqueles que estão já há algum tempo, que estavam na rua e estão ali, dá valor para aqueles que estão. Não. Hoje, eu faço essa pergunta por que tem de fazer, o senhor já foi chamado no inquérito da Polícia Civil?

R – Não, senhor.

P – Tá.

R – Inclusive, desculpe, Exa, esse inquérito civil, para informação, ele foi aberto em função do próprio encaminhamento pela Prefeitura das primeiras denúncias ainda logo no começo.

P – Eu até quero... Vou... Posso até concordar, mas eu faço parte, porque eu estou denunciando desde 2005.

Subprefeitura, Secretário da Subprefeitura, Prefeito, Polícia Federal, Polícia Civil, eu, Adilson Amadeu, desde 2005. São 218 ofícios. Ninguém tomou providência em nada, em realmente falar: "O senhor que trabalha regularmente pode e tal". Ninguém. Muito pelo contrário. E, estão prevaricando. Não sei quem. Nós vamos provar por A mais B a prevaricação que acontece hoje da Prefeitura. Da Prefeitura. O Executivo.

A pessoa que mais está prevaricando nessa cidade, hoje, é o Prefeito Gilberto Kassab. É ele que está prevaricando.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Mais. Eu queria falar para o senhor o quê? Que os senhores não estão conseguindo me explicar a respeito da Eletropaulo. Por isso que depois, nobres Vereadores, nós vamos trazer como que pode estar funcionando... Quem está pagando essa conta? Quem que o senhor acha que está pagando essa conta?

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO) - Ninguém.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Não. Como eu disse para o senhor, Vereador, pelo que eu tenho conhecimento, existe uma dívida, um passivo, vamos dizer assim, de novembro até agora, que importa nesse valor de, aproximadamente, 138 mil reais, e que está sendo agora cobrado do Município pela Eletropaulo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não existe isso. Os senhores estão confusos. Por

isso que nós vamos, num certo momento, o Sr. Ronaldo vai ter de explicar muito aqui. Num certo momento ele vai explicar muito.

Quando eu, lá na feira, falei para ele que depois a gente ia conversar melhor, por que não há uma, eu percebo assim: os senhores deixaram, por exemplo, o senhor esteve lá quatro vezes, depois vou perguntar para o Sr. Branchini também, uma tenda lá foi autorizada por quem atende a tenda do Pannetone, que tinha 16 metros, uma tenda dentro da feira, o senhor sabe?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Não senhor, eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor sabe que teve uma tenda que funcionou lá, que era a tenda do pannetone, a tenda da Nestlé, que não vendia pannetone, vendia roupa, de dezembro até fevereiro, mais ou menos?

R - Não. Não sei.

P – O senhor não soube disso?

R - Não, senhor.

P – O senhor conhece, já ouviu falar a respeito de Mário, Mami e Papi?

R - Da feira?

P – Da feira.

R - Não, senhor,

P – O senhor sabe me responder que realmente estão construindo novos box?

R - Atualmente? Depois que é Prefeitura?

P – Sim.

R - Não, se... pelo que eu sei todas...

P – Não de alvenaria, aumenta um box. Eu tenho material aqui, que essa semana que passou, aumentando o box lá.

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

R - Exa., desde que, eu entendo o seguinte, desde que o grupo gestor está lá, uma das atribuições e das responsabilidades do grupo gestor – e está expressamente dito isso – é de manter a situação e não permitir novas invasões.

Então, todas as vezes em que houve a tentativa de novas invasões e o Coronel Fonseca, atualmente, hoje o gestor executivo, tem tomado as providências, ou seja, houve esse emparedamento do casarão, em que havia uma tentativa de invasão de vários box lá dentro; houve um emparedamento de acessos irregulares ao imóvel, que existiam tanto pela rua São Caetano, como pelo Monsenhor Andrade; recentemente, ele removeu tentativa de estabelecimento de barracas lá, me parece que, inclusive, neste final de semana houve uma tentativa de estabelecimento de uma barraca de grande porte, me parece, e ele tomou as providências e removeu. Então...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Como o senhor soube disso?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - O Coronel Fonseca me falou.

P – Quando ele falou para o senhor?

R - Ele falou hoje. Hoje pela manhã.

P – Mas ele sabia que o senhor vinha aqui?

R - Não, não, nós conversamos hoje de manhã, ele ligou e falou comigo e me disse. E falou: "Olha, houve uma tentativa", mais uma né, das algumas que ele deve ter removido, e ele relatou que foi removida essa tentativa de estabelecimento.

Agora, tem mais uma questão que eu acho importante. Eventualmente, se naquele universo surgir, eventualmente, uma ou alguma outra barraca, ela não estará cadastrada, ela não terá participado do processo do cadastro, do cadastramento e, portanto, ela será passível, ela estará passível de ser removida do local.

P – O senhor sabe que já tem um mercado de cadastro, vendendo cadastro?

R - Não sei, mas é irregular isso também, e já estabelecido na portaria,

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Não sei, mas é irregular isso também, e já estabelecido na portaria, na última portaria intersecretarial. Eu não saberia dizer para os senhores o número, mas é uma portaria intersecretarial da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e do Sendet, em que deixa claro que é expressamente proibido, como similaridade, alguém vender qualquer coisa dentro de uma ocupação que é atípica e excepcional.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Poderia alguém também ter mais de um cadastro?

R – No cadastro, apareceram... Como não se sabia qual era, vamos dizer, o universo que existia lá e quem eram os proprietários, o cadastro publicado, no *Diário Oficial*, ele identifica alguns, vamos dizer, proprietários, vamos chamar assim, que se cadastraram, com mais de uma unidade.

P – Quando chega esse, que tem mais de um?

R – Lá, eu não sei, mas deve ter por volta de quinze, ou vinte ou dez...

P – Isso é uma coisa, é algo que a gente possa achar que é correto?

R – Veja, Excelência, foi feito um cadastro, para se saber pelo município, qual era... Até então, a municipalidade não tinha noção...

P – E quais...

R – Ninguém teria noção de quantos eram de quem.

P – E quais as atitudes agora...

R – As providências, dentro desse processo, pelo que eu sei, é um processo que se iniciou com essas guarda provisória, com essas ações de evitar que houvesse novas invasões(?), que houvesse depredações ao patrimônio, a fiscalização, a assunção dos contratos para manutenção do local, o cadastro inicial, o recadastramento. A partir disso, que saiu publicado agora, no *Diário Oficial*, tem-se ciência pela municipalidade daquele universo, ou seja, 4.060 participaram do cadastro, receberam, foram até à administração lá, no local, receberam o cadastro e colocar nas suas barracas. Desses 4.060, foram publicados também um número, que eu hoje imagino que esteja por volta de 200 e poucos, estão ainda sob análise, por alguma incorreção ou porque não foram buscar o cadastro.

P – E esses que estão com quinze, no nome de uma pessoa só, não está sob análise?

R – Não, neste momento, foram identificados os que estão cadastrados e aqueles que não estão, que não participaram, por algum motivo, ou seja, participaram, provavelmente, do primeiro, e não foram se recadastrar, ou, por algum motivo, não quiseram assinar o termo de comprometimento, que responsabilizaria a pessoa, criminalmente, por uso indevido ou por venda de produtos, e agora nós vamos, nesse processo, está programado, e já lá, desde há duas semanas, a Polícia Militar, através da Operação Delegada, tomando consciência e ciência de toda aquela situação, e com as ações agora previstas, para fazer, através dessa portaria intersecretarial que foi publicada, tomar as medidas, inicialmente, daqueles que não estão cadastrados.

P – Quantos policiais têm lá hoje?

R – Eu não tenho o número exato, mas, por período, teria que ver com o Coronel Fonseca, mas que eu acredito que, no turno da madrugada, tenha em torno de uns 30, 40 policiais.

P – O senhor sabe por que o Sr. Altino foi exonerado?

R – Não, eu sei que teve um procedimento da Corregedoria, e ele foi recomendado pelo corregedor, por esse procedimento, a exoneração do mesmo.

P – Se foi recomendado, o senhor é chefe de gabinete do Secretário.

R – Não, não. Foi recomendado, é um ato do... Não é um ato da Secretaria, é um ato do prefeito.

P – Sim, mas o senhor não sabe o porquê. O senhor...

R – Não, eu...

P – A Secretaria responde pela feira da madrugada. O senhor não sabe o porquê?

R – Não, por que ele foi exonerado, eu não sei.

P – Não sabe?

R – Não senhor.

P – O Corregedor pediu para o Prefeito. O Prefeito exonerou e o senhor não sabe o porquê?

R – Eu não tivesse acesso aos autos desse processo de Corregedoria.

P – E a Sra. Amélia esteve aqui também. Está suspensa por 120 dias. O senhor também não sabe?

R – É no mesmo ato. Me parece que ela também foi, pelo que eu sei,

Foi ouvida, também, pela Corregedoria, na mesma data, e houve essa recomendação de suspensão temporária por 120 dias.

Boa coisa não deve ser, um pedido para exonerar e outro para suspender. Os senhores não se

interessaram em saber o porquê?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Não, eu...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – A Secretaria das Subprefeituras, o Sr. Ronaldo, que é o Secretário, não se interessou?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Exa., eu não sei.

P – Eu estou interessado. Sou Vereador e fiscalizo os atos do Executivo. Estou muito interessado em saber o que aconteceu.

Eu sei e posso dizer - do processo anterior - que é sobre um funcionário que lá se encontrava que era o Sr. Feliciano. Quem é o senhor Feliciano?

R – O Sr. Feliciano era um funcionário - não era do grupo gestor - operacional de apoio ao Gestor Executivo. Chegaram denúncias a respeito de - do Judiciário, inclusive -, não eram bem denúncias, desculpe-me. Chegou uma demanda do Judiciário em favor de alguém que tinha ou que tem um box lá dentro com documento, dizendo que esse documento dava direito para essa pessoa mudar de atividade e tudo o mais. Na documentação encaminhada pelo Judiciário como um documento formal, legal do Município, dando àquela pessoa o direito de alterar a sua atividade lá dentro.

Todo esse processo chegou à Secretaria, foi encaminhado ao nosso Setor Jurídico, que identificou que o documento estava assinado por esse funcionário que não tinha direito nem nenhuma prerrogativa para fazer isso.

Em função dessa questão, esse funcionário, primeiro, foi encaminhado pela Secretaria para o Coordenador do Grupo Gestor - para que ouvisse esse funcionário, para saber se aquele documento que constava do inquérito, vamos dizer assim, da decisão judicial...

P – Quem é o funcionário que assinou o documento?

R – Chama-se Feliciano, não sei o primeiro nome.

P – Feliciano de quê? Não sabe?

R – Não sei.

P – Ele é de onde?

R – Ele já foi exonerado.

P - Mas de onde ele é? É funcionário de carreira?^

R – Não, não era funcionário de carreira.

P – De onde é a origem dele?

R – Ele foi contratado - me parece - para fazer parte desse Grupo de Apoio à Gestão logo no início de novembro, quando o Gestor era, ainda, o primeiro Gestor.

P – Contratado por onde? Subprefeitura? Secretaria das Subprefeituras? Ele estava lotado onde?

R – Não sei lhe dizer, Excelência. Acho que... não sei lhe dizer.

É um cargo de DA 2.

P – É um cargo de comissão?

R – Um cargo comissionado.

P – Mas o senhor não sabe se estava lotado na Secretaria das Subprefeituras...

R – Eu creio que esses cargos estivessem ligados à Secretaria.

Mas ele já foi exonerado porque confirmou que tinha assinado o documento, que o documento era verídico.

P – Feliciano?

R – Feliciano.

P – O senhor não sabe o sobrenome?

R – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Permita-me, nobre Vereador? Entendi o raciocínio do Vereador e agradeço sempre.

Sr. Manoel Victor, o senhor conhece o Sr. Feliciano?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Não senhor.

P – Conhece o Sr. Altino?

R – Conheço.

P – O senhor sabe que o Sr. Altino é Policial Militar?

R – Ele é Coronel da Reserva.

P – E o Feliciano?

R – Não sei.

P – O senhor não sabe nada do Feliciano?

R – Não, não o conheço.

P – Quem trouxe o Feliciano... O Feliciano parece-me que é Sargento – o Sr. Branchini, depois, pode me falar. É PM o Feliciano.

O senhor chegou a ler a denúncia?

R – A denúncia?

P – Que fala de Feliciano, de Altino, de Amélia, de Mamy, de Papy...

R – Ah, sim. As denúncias que foram encaminhadas ao inquérito policial?

P – Exato. Não tem nada estranho de todos os senhores.

O senhor trabalhou na CET em que época?

R – Desde 1976 até hoje sou empregado da CET, cedido...

P – O senhor sempre esteve com o Sr. Ronaldo. O senhor é de carreira, mas o senhor acompanha o time do Ronaldo. Não é isso?

R – Eu conheço o Secretário Ronaldo lá da CET, porque ele também é empregado de carreira, há muitos anos. Conheço o de lá.

P – Então, mas até aí está tudo bem. Acho que - as pessoas que sabem trabalhar - a gente puxa para a empresa ou indica.

O Feliciano acompanha o Altino há algum tempo. Eles trabalharam, inclusive, com ex-Prefeito Pitta. O Feliciano era motorista do Altino. Então, há muita coisa que bate. Temos muito material. Vamos perguntando para os senhores e os senhores podem nos ajudar. Estamos querendo melhorar o que está acontecendo.

Vou insistir. O senhor sabe que 40% daquela feira está nas mãos dos chineses?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor não sabe?

R – Não. Que está na mão dos chineses, não sei.

P – Como é que pode um só ter 190 boxes?

R – Não me lembro de, na publicação do Diário Oficial, essa que diz, que mostra as pessoas que têm mais de um box, de ter alguma com mais de 190.

P – Mas não é a mesma pessoa.

R – A senhora Amélia, mesmo, veio aqui e falou. Têm cópias. Inclusive, as cópias taquigráficas já foram para a Polícia Civil. Ela mesma falou. Falou que o Atilio sabia. O Fonseca esteve aqui, na semana passada, e perguntei e ele tinha reunião com o Mário. O senhor chegou a ver o depoimento do Fonseca?

R – Não, senhor.

P – O Mário chinês. Eles conversavam muito. O Altino conversava muito com o Mário. O Mário não está indo agora na Feira. Aliás, está falando que o padrinho dele tem vindo aí. Estava, até... O senhor advogado dele, estava aí e acho que já foi embora. Ele manda um advogado aqui, direto. Estava aqui, agora a pouco, na hora que cheguei. Acho que foi embora. Estava aí. Então, além da administração, hoje, que o Município está pegando, têm coisas importantes que precisamos, antes que vá adiantando todo esse trabalho do Município, colocar em ordem. Por exemplo, o senhor conhece esse cadastro das barracas?

R – Sim, o cadastro...

P – O senhor estava lá no dia, até, que o Sr. Prefeito foi lá?

R – Sim. Eu estava lá.

P – O senhor lembra dessa barraca?

R – Não. Especificamente, desse...

P – O Prefeito deu um dos cadastros. Qual a diferença entre uma placa e outra?

R – (Pausa)

P – Têm duas placas.

R – Não sei dizer, Excelência. Acho que ambas se referem à mesma coisa.

P – O senhor sabe quantas foram distribuídas? Porque o Prefeito deu duas.

R – Foram distribuídas, das 4.060 cadastradas, as que saíram no Diário Oficial, em torno de três mil, oitocentas e poucas foram distribuídas no processo formal. E em torno, como disse ao

senhor, duzentas e poucas ainda não foram distribuídas, não porque não se quisesse distribuí-las, mas porque houve algum detalhe, ou a pessoa não foi buscá-las, ou talvez não tenha algum caso, provavelmente, que são isso -, e outras porque houve algum processo que precisa ter, ainda, uma avaliação se não houve algum problema de impressão ou coisa do tipo.

P – Muito bem. Até aí eu entendi. O senhor que está fazendo seu trabalho no Município e acompanha bem. O senhor está ao lado do Secretário das Subprefeituras. O senhor está vendo bem. O que temos nesse box? (Pausa). Sapatos?

R – Sapatos. É.

P – Não é isso?

R – Tem mais alguma... É, acho que sapatos.

P – O box vende roupa. Ele vende sapato e o certificado é roupa feminina. Aí, sapato. O outro. Esse daí. "Confecções, cama, mesa e banho". Pirataria. Não sei. Agora, a Polícia Militar está lá desde quando? Eles estão lá há bastante tempo. Estão lá desde janeiro. Polícia Militar, Sr. Manoel, não está desde janeiro?

R – É. A Polícia Militar, para atuar dentro... mais efetivamente, dentro desse processo, havia necessidade, primeiro, de passar pelo processo de identificação de quem estava lá, o que fazia e os documentos.

Em cima desse cadastro e dessa distribuição dos cadastros se sabe, agora, quem está cadastrado, quem participou, quem assinou aquele documento. A Operação Delegada, dentro desse processo, já começou a atuar lá dentro. Pelo menos, além de estar lá coletando informações, sempre com a Polícia Militar, a Polícia Civil também, a Polícia Militar já vem fazendo algumas ações, pelo menos há duas semanas, de apreensões no local, não ainda de barracas. Mas de ambulantes que estavam adentrando no local. Apreensão em saque, laque e encaminhamento desse material. Quando...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Por que lá os senhores não cassam? Aqui tem um cidadão que está reclamando que, lá na Mooca, cassaram 200 Termos de Permissão de Uso que a Prefeitura havia dado. E lá vocês deixam correr tudo solto. É estranho isso, né. É muito estranho.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Por gentileza, só dentro da pergunta do nobre Vereador.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Quer dizer, 200 pessoas que tinham o Termo de Permissão de Uso, pessoas que trabalham há 20 anos, 25 anos, 15 anos, 10 anos, não importa. Sabemos que o Termo de Permissão de Uso é precária, a qualquer momento a Prefeitura pode retirar. Mas não pode retirar da noite para o dia. Deve fazer uma programação. Dizer: "Olha, a Prefeitura está com uma ideia diferente. Vamos fazer, aqui, a Feira da Madrugada, que será o local de vocês. Vamos organizar aqui. Então, olha, vamos tirando devagarzinho e vamos trazendo vocês para cá. Vamos criar outros bolsões. Vamos criar isso". A Prefeitura não faz nada nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Permita, nobre Vereador. Temos, aí, o Sr. Gerson Gonçalves, que é o Coordenador de Planejamento da Subprefeitura Mooca, até para que ele, depois, possa explicar.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – É. Porque eu queria entender isso. Olha, o Vereador Adilson faz denúncia desde 2.005. Ele já trouxe, aqui, várias vezes, aqui em plenário, e isso há uns 4 anos, um monte de mercadoria pirateada, contrabandeada, chinesa, de tudo quanto é lado, do Paraguai. E jogou no plenário. E não foi feito nada até hoje. Os senhores entraram na Administração... Prefeitura está sendo conivente com a irregularidade. O Secretário Orlando já esteve lá, do Contru, para ver se tem segurança lá? Se aconteceu um incidente? Um incêndio? Como é que está lá essa questão? O senhor sabe?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Não, senhor.

P – O senhor sabe se tem extintor de incêndio? Se tem hidrante? Se tem segurança? O senhor sabe se tem?

R – Então, desde que o Município assumiu a guarda, têm uma série de ações, inclusive...

P – Então, tinha de fechar aquilo. Porque fecha estabelecimento que tem toda a segurança e não fecha aquela pouca vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quería até mostrar no telão fotos, porque estivemos lá sexta, estivemos quinta, sexta para sábado. E a preocupação é saber... E o senhor que já foi lá e conhece, para mim, é uma bomba relógio, porque, se acontecer... Infelizmente, não pedimos, nem queremos aqui e em nenhuma parte do mundo. Mas se acontece ali um incêndio, ou coisa parecida, o que o senhor me fala a respeito da situação ali, que está aquela feira?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Então, como todas as outras questões que foram tomadas as ações, por parte da Prefeitura, também as ações com relação à Segurança estão sendo tomadas para melhorar a situação...

P – Por exemplo, Sr. Manoel Victor? Quando os senhores falam: "Está sendo. Vai acontecer", não dá. Os senhores estão desde novembro lá. Por exemplo, já foi cedido um espaço para a Polícia Militar?

R – Um espaço físico?

P – É.

R – Não. Que eu saiba, não.

P – Como que pode isso? Se deixam... Estão acabando com o estacionamento e abrindo mais boxes. E os senhores não arrumaram um espaço para a Polícia Militar?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Veja, Excelência, as áreas da Prefeitura têm colaborado todas lá para que o lugar ofereça cada vez melhores condições. Por exemplo, a Secretaria Municipal de Transportes está lá já com o pessoal de Departamento de Transportes Públicos por conta de regularizar uma situação que chegou que estava sendo irregular e entrada de taxistas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Que está ilegal também. E tem um senhor lá que cuida, pode você entrar, você não.

R – Desculpe, Excelência, pelo que nos informaram, o Departamento de Transportes Públicos, o DTP, da Secretaria Municipal de Transportes, está lá com o seu efetivo fiscalizando isso.

P – Sr. Manoel, sabe o que acontece com os senhores? Com o Sr. Ronaldo Camargo? Não é o seu caso.

O Vereador está aqui, fiscaliza, conhece tudo na palma da mão. A gente fala as coisas, coloca, mostra, que nem aqui, o Fonseca esteve aí e falou. Perguntei a ele: quantos hidrantes e tal. Ele não sabia me dizer quantos tinham sido colocados, extintor e hidrante.

Aqui, a foto de ontem, antes de ontem, sexta-feira, não tem mangueira.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Vereador, com todo o respeito, tem de ter o projeto de bombeiro. Qualquer estabelecimento tem de ter projeto de bombeiro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu não consigo entender coisas básicas. E aí vem aqui um gestor, tira um gestor, coloca outro, esse outro gestor tem uma conversa maravilhosa com uma pessoa que só mexe com contrabando, pirataria, uma pessoa que não é do bem, que alaranjou 190 cadastros e que a Polícia Civil está acompanhando e eu estou levando, estou indo a audiência com a Polícia Federal também para mostrar.

Por isso que a gente pede aos senhores ajuda para por ordem na casa, mas do jeito que está, não dá, porque se os senhores recebem – não é o seu caso –, os gestores recebem as pessoas do mal e pisam nos coitadinhos que querem trabalhar certo, com regularidade, aí fica difícil.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Isso aqui nem pode. Quantos metros têm esse corredor aqui? Aqui é uma loja e aqui é outra, é isso? Quantos metros têm isso aqui? Isso aqui não pode, meu Deus do céu.

Como é que a Prefeitura é conivente com isso? É isso que me deixa indignado. A Prefeitura é conivente com a contravenção da lei, com a irregularidade. É isso que a Prefeitura está atestando, os senhores administrando isso. Os senhores não podem aceitar isso.

O senhor já viu um shopping com corredor deste tamanho? O senhor já viu? Já foi em algum shopping? Aqui, se ocorrer um incêndio, morre todo mundo. E é roupa, que é altamente inflamável.

Olha com que os senhores são coniventes, com isso. Eu não sou conivente com isso. Se eu estivesse na pasta, não estaria assinando nada. Eu não assinaria nada disso aqui e não me responsabilizaria por nada, por nada. Só de ver aqui.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Vereador, tem imagens dos corredores que podem passar também. Não tem nada.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Tem planta aprovada por bombeiro? Eu duvido que um bombeiro ateste aqui e ponha a assinatura aqui. Eu duvido.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Vereador, já tem um laudo inicial que foi pedido pela Casa, particular, que nós precisamos juntar inclusive com a Polícia Civil, mas os corredores é normal que todos os senhores conhecem.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Isso não pode, meu Deus do céu. Quantas mil pessoas passam por dia?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O Sr. Manoel sabe, umas 30 mil pessoas por dia?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Estimativas passam acima, por volta, acima, de 20 mil pessoas.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E os senhores vão permitir que continuem corredores deste tamanho? A Prefeitura entrou e não tem um planejamento, olha, vai ser dessa forma, nós vamos fazer uma licitação, vamos trazer iniciativa privada para edificar, para construir.

Os senhores não têm nenhum plano?

R – Tem, tem um plano, lógico.

P – Qual é o plano então? Fale-me.

R – Por isso que aqui, dentro do termo de guarda provisória do Decreto, estabeleceu-se também com a Secretaria de Desenvolvimento e Relações de Trabalho que tem um projeto, só que está a cargo dela, um projeto.

P – Já tem um projeto?

R – Já tem um projeto.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - O senhor tem conhecimento desse projeto?

R – Não, eu não vi o projeto em detalhes. Eu sei que tem um projeto. Já foi feita uma apresentação pelo Secretário Marcos Cintra na Secretaria. Todos os interessados, inclusive parlamentares e associações...

P – Faça um requerimento pedindo para a Secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Nobre Vereador, é verdade. É o tipo de projeto que não é o projeto. Fizeram uma rota de compras lá que não é aquilo. Olha, precisamos, na verdade, trazer o Secretário aqui. Depois vamos trazer o Cintra também, o Secretário, Ou vamos por ordem na Casa de vez... Por exemplo, as contas da Eletropaulo, eu já tomei um susto quando vi como estão.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor manda para o Ministro da Justiça, que é um homem...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O nobre Ministro Eduardo Cardozo, que foi colega nesta Casa, está preocupado, quer entrar no caso, e vamos fazer valer mesmo desta vez; nós aqui estamos recebendo algumas denúncias, ou melhor, telefonemas anônimos, querendo nos deixar sem ação, mas vamos continuar tendo ação.

Ameaças não dizem nada.

Seu Manoel, o senhor conhece bem o estacionamento do horti lá?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Não, não conheço bem. Eu estive uma vez no hortifruti com o Beto Graziano, administrador da área de supervisão de abastecimento, mas não especificamente no estacionamento como um todo.

P – Aliás, nobre Vereador, depois vamos trazer também Seu Graziano, que ele já bagunçou o Mercado Municipal, virou uma praça de alimentação. Vamos trazê-lo para falar também.

No horti tem um estacionamento. O senhor sabe se é partícula? Porque só agora estão documentando aquele estacionamento e cobrando. O que o senhor me fala dele?

R – Não, o que eu sei é que chegou uma denúncia de cobrança e imediatamente isso foi passado para o Gestor Executivo, Coronel Fonseca, e cessou imediatamente essa cobrança.

P – Hoje não estão cobrando mais?

R – Que eu saiba, não.

P – O senhor falou com seu Fonseca hoje? Qual foi o outro assunto, Seu Manoel?

R – Foi só esse.

P – Só esse? O senhor falou que vinha aqui hoje?

R – Falei.

P – Ele falou para o senhor que ele tem um entrosamento com as pessoas lá que têm essas barracas?

R – Não, senhor.

P – O senhor não sabe disso?

R – Não, senhor.

P – Ele falou aqui, e a senhora Amélia também falou. A gente tem tudo nas cópias taquigráficas. A Polícia Civil também já está acompanhando isso daí.

Então, do estacionamento do horti o senhor não tem a informação de que hoje abriram uma nova firma ali para explorar o estacionamento.

R – Excelência, hoje não tenho ciência de que tenha cobrança. Tenho ciência de que foi impedida em qualquer área do hortifruti e do Pátio do Pari, ou seja, de toda aquela área, a cobrança de qualquer tributo, taxa, pagamento a qualquer título. E, portanto, foi impedida essa cobrança quando chegou a denúncia de que haveria, lá no hortifruti, uma cobrança de estacionamento.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor me desculpe. Quantos estabelecimentos os senhores fecharam na cidade de São Paulo este ano? O senhor deve saber.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Não sei, excelência.

P – Mas o senhor sabe que fecharam diversos. Os senhores estão com uma operação da Cidade Limpa, pois a Lei é falha. Eu até indiquei isso ao Prefeito. O estabelecimento que tem lá a questão indicativa, a propaganda indicativa do seu estabelecimento muitas vezes desconhece a legislação; acha que, com a Lei Cidade Limpa, ele deveria ter o tamanho, não precisaria de Cadan mais, e precisa. Os senhores estão multando esses comerciantes em 10 mil reais. O senhor sabe dessa operação. Ou não sabe?

R – Operação Cidade Limpa eu sei que existe, sim.

P – Aquilo lá que está na Feira da Madrugada o que é? Aquilo lá não faz parte da Cidade Limpa? Aquilo é uma vergonha para a Cidade. Não é? Para mim, é. Eu, como cidadão da Cidade, acho aquilo uma vergonha para a minha Cidade.

Os senhores fecham diversos estabelecimentos da cidade de São Paulo. Os senhores são os gestores daquilo lá e os senhores deixam funcionar na irregularidade. Isso é prevaricação. O senhor me desculpe, mas é uma vergonha. Como é que o poder concedente, a Prefeitura Municipal de São Paulo, o Executivo... qual a formação do senhor?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Eu sou engenheiro.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor é engenheiro, o senhor é de carreira. Foi concursado. O senhor, além do CET, trabalhou onde? O senhor trabalhou em subprefeituras antes?

R – Não, senhor. Só na CET e, cedido, na Secretaria de Subprefeituras.

P – Dá para ver um veículo passar, farol vermelho e não autuar?

R – Não.

P – Dá?

R – Desde que o agente esteja lá e veja, não.

P – E os senhores estão vendo, na Feira da Madrugada, a pouca vergonha. Estão infringindo as regras, as leis municipais. E os senhores não estão multando. Isso é comum?

R – A situação lá, excelência, é atípica, extraordinária e temporária.

P – Mas os senhores estão há seis, sete meses.

R – Ou seja, o tratamento...

P – Vai fazer sete meses.

R – Veja, excelência, é uma situação, de fato, que já estava criada lá e esse tempo foi o tempo necessário para que, primeiro, o município entendesse e conhecesse aquela situação, fizesse esse processo de cadastro, o de recadastramento com a devida segurança, porque exigiu um procedimento de sistema para fazer com segurança, e agora já se iniciou a entrada da fiscalização em cima daqueles que não se tornaram regularizados por esse cadastramento.

P – E o comerciante que paga impostos, tudo, tem esse mesmo carinho da Cidade Limpa, que os senhores autuam em 10, 20 mil reais?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Senhor Manoel Victor, antes de responder.... Nobre Vereador, estão cobrando 5 reais hoje no estacionamento do horti. A entrada hoje, agora, neste momento, é 5 reais. Para entrar, para estacionar.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

Então, é uma informação a mais. Estamos trabalhando com os senhores para ver se vamos conseguir realmente... Acho que nem recibo dão.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Não, não podem cobrar nada lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Estão cobrando 5 reais, agora, no momento.

Aliás, peço a meus assessores, se tiver uma pessoa lá agora, para registrar isso.

Nós estamos querendo que os senhores colaborem. Nobre Vereador, mais alguma pergunta?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Não, eu só vou pedir para fazer um requerimento encaminhando ao Ministro da Justiça, que foi Vereador e Presidente desta Casa e sabe das prerrogativas que o Executivo tem e as funções em relação ao município.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Estão chegando ao meu gabinete as contas pagas não pela Prefeitura, contas pagas da Eletropaulo da Feira.

É algum rateio que está acontecendo lá. Porque, de novembro até agora, a Eletropaulo não cortou a energia e estão pagando. É isso que vamos...

Estou pedindo muito, nobre Vereador Aurélio, membros desta subcomissão e todos que vieram aqui, subprefeito da Mooca, o próprio Sr. Altino, para que os senhores tomem providências e nos ajudem. As pessoas vêm aqui e estão achando que estamos com essa subcomissão para não mostrar nada. Muito pelo contrário, a gente sabe tudo que acontece lá. Eu conheço tudo na palma da minha mão, seu o dia a dia, o aumento de box, que é real, é verdade, cada vez mais aumentam mais um, mais um. Operadores da subprefeitura que ficam ali andando, bastante, nos corredores. Funcionários da sub. Estamos sabendo também um câmbio que tem para os ônibus entrarem ali. Estamos falando tudo abertamente até para que possamos começar a nos movimentar. Havia aqueles boxes que eram um restaurante, e o Prefeito me pediu para lacrar junto com eles. Estou denunciando desde o início daquela obra para a sub da Mooca, para Secretaria das Subprefeituras. Aí ele vai lá e quer que eu lacre com ele coisa que estou denunciando há tanto tempo? Era do Bil, eu acho. É muita coisa. E do horti, o senhor já tem informação quente, de hoje, lá do estacionamento. Sem dúvida alguma, os senhores têm vindo aqui, mas depois, faremos mais uma rodada de perguntas. Os senhores terão de explicar mais algumas coisas. Pediremos para os senhores virem, a convite.

Todos os Vereadores, não só os que fazem parte dessa Subcomissão, faremos um relato do dia a dia, sobre o que está acontecendo, que é grave. Esse cadastro, não dá para ficar do jeito que os senhores fizeram, apesar de que os senhores estão fazendo uma análise. Vamos ver isso direitinho.

O senhor sabe se houve licitação, o que houve para trazer as empresas de limpeza de lixo, por que a Multilixo foi convidada, como foi esse convite?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Foram todos procedimentos licitatórios da Secretaria que se iniciaram em dezembro e atendendo a Lei 8.666.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor conhece alguém da Multilixo?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Com a palavra o nobre Vereador Aurélio.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor, como Chefe de Gabinete do Secretário das Subprefeituras, já deve saber, mais ou menos, quantos comércios foram fechados na cidade de São Paulo. Tem vários, eu passo pelas ruas e vejo um monte emparedado. O senhor sabe que esse é o procedimento, não é?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Sim. Tem um procedimento para se chegar a esse ponto. É verdade.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Tem um procedimento. É um estabelecimento que, por alguma irregularidade, é emparedado e fechado. Não é isso?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Sim.

P – Lá está melhor do que esses emparedados? Não estão. É outro caso? Somem todos os estabelecimentos que os senhores emparedaram na cidade de São Paulo nos últimos doze meses. Deve dar quantos? Devem ser mais de quatro mil. Não é isso?

R – Não sei dizer, Exa, mas lá...

P – Por que essa convivência aqui e a não convivência... Aí exerceram a lei. Então, exerçam a lei no que os senhores administram também. O senhor como Chefe de Gabinete, quer dizer, é o senhor, hoje, que está executando e fazendo valer as regras da Cidade, que é a legislação

municipal. O senhor acha que está certo funcionar da forma que está?

R – Exa, lá como dissemos, é uma situação completamente atípica, temporária e extraordinária. Para esse caso, foi dado esse tratamento. Na cronologia, se tomar as decisões até que se possa fazer a fiscalização.

P – Observamos é que aumentou a corrupção depois que os senhores entraram. Depois que os senhores entraram, a gestão pública da municipalidade, pelo menos em matéria exibida na *TV Record* diz que se cobra 200 ou 300 mil reais por um boxe. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sem dúvida.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E está gravado que se cada lojista não der propina de 300 reais por mês, não tem segurança. Alguém está conivente com isso. Então, piorou. Não melhorou não.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Dentro dessa linha, piorou e muito. Eles estão lá há seis meses. Só está crescendo. Estão comendo estacionamento. O senhor está vendo esta imagem aqui? O senhor identifica o local?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Branchini, só para identificar. É lá do estacionamento. Olhem como nascem isolados e depois como ficam. Eles vão fazendo assim, põem o toldo e vão nascendo. Isso foi do final de semana passado. Será que os senhores que estão lá no dia a dia ou só eu, meu grupo de trabalho ou do nobre Vereador Aurélio Miguel é que vemos o que está acontecendo? Pior é que trouxemos o Sr. Altino e ele não soube explicar. Trouxemos o Sr. Fonseca, também não soube explicar direito. A Sra. Amélia é que abriu um pouco e falou. A prefeitura não observa isso...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O Planejamento da Secretaria de Desenvolvimento, o senhor viu?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Planejamento, não...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Aliás, é de Trabalho e Desenvolvimento. O senhor verificou o projeto deles?

R – Não. Eu tive conhecimento desse projeto na oportunidade em que...

P - Ele preserva os corredores assim estreitos. Dessa mesma forma.

R - O projeto ele dá uma requalificação para local como um todo. A proposta do projeto, pelo que entendi, é uma requalificação de todo aquele espaço. Contemplando a questão do hortifruti, contemplando a questão de um shopping de atividades e estacionamento de ônibus, estacionamento de vans. Ele contempla uma área de hotel para as pessoas, a ideia é berenizar ou sedimentar aquele turista que chega para esse circuito todo de compras, para ter melhores condições de estar no local, de permanecer na cidade, contempla áreas de utilização de banco...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Manoel, guardando o seu raciocínio, o senhor viu esse novo projeto?

R – Eu vi aquele que foi apresentado.

P - Mas não contempla. Quantos hoje estão cadastrados?

R – 4060.

P - E o projeto contempla quantos?

R – Não sei.

P - 3000 mil. Tem algumas coisas... Ou os senhores - falo Prefeito - o Prefeito Gilberto Kassab e todos os senhores que colaboram com o trabalho dos senhores aqui no Município e mais os Vereadores, nos tivemos, todos, muita humildade. Conversamos todos juntos, para que as coisas aconteçam, que não adianta. Estou um pouco cansado dessa administração e tenho falado é de secretários que não tem humildade. Está uma bagunça. Constrói novos boxes, vendem, os senhores fazem reuniões, não é caso do senhor. Imagina, gestor sabe que aquele cidadão está tomando conta de todo espaço vendendo mercadorias pirateadas de mau procedência, senta com a pessoa e faz reunião. A polícia civil está indignada, está pedindo informações, porque muita coisa ainda vai acontecer. Dentro do que falamos, o senhor tem todas as informações. Qual é a medida que será tomada hoje? O senhor já vai falar com o Sr. Secretário Ronaldo Camargo a respeito do que está acontecendo. Estacionamento que estão cobrando. Boxes que estão aumentando. Não tem espaço para polícia militar. O Cadastro está errado. O senhor vai passar para o Sr. Secretário?

R – Vou comunicar isso que o senhor...

P- Se ele der risada quando o senhor falar que o Adilson Amadeu... não estou preocupado com nada que as pessoas estão falando. Vamos mostrar por A mais B que estamos querendo ajudar as coisas andarem em ordem nessa cidade. Por exemplo, se a polícia quisesse todos os galpões, já que estão ao redor, que a mercadoria entra de carrinho para dentro dos boxes, a polícia já estaria fazendo isso há muito tempo. Então vamos ver com o Secretário de Segurança, com a Polícia Federal, o que eles podem nos ajudar. Uma zona Franca. O senhor sabedor disso. O senhor vai tomar alguma iniciativa?

R – Lógico. Essa informação que o senhor passou aqui. Exa. sobre a possível constatação por meio da assessoria do senhor de que estão cobrando novamente o estacionamento indevidamente no hortifruti...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Não é só isso. Estão construindo novos boxes, estão cobrando... Não é possível. Meu Deus do céu. Acredito que estamos falando de outra esperando. Aqui não é esperanto não. É português. Com todo respeito. Os senhores não estão tomando nenhuma providência. Vou entrar com uma ação civil contra os senhores. É uma irresponsabilidade com o Município e com as pessoas e contra o Prefeito também que está conivente. Colocou aqui, fechou o olho.

Isso é uma vergonha! Os senhores não estão fazendo nada. Não estão fazendo nada!

Olha, eu não conheço a pessoalmente. Eu nunca fui. Acho que se eu for lá, vou ficar mais indignado ainda, porque o que conheço é por foto e por matéria que saiu.

Como têm outros locais lá na 25 de Março – eu não sei como deixaram fazer aquelas galerias lá, como o Poder Público deixou acontecer aquilo. Não sei como.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Vereador, eu queria registrar a presença do nobre Vereador José Américo e do sempre nobre Vereador Paulo Fiorilo, é uma honra a sua presença.

Srs. Vereadores, se tiverem mais perguntas... Nobre Vereador José Américo, se quiser ... alguma pergunta ao Chefe do Gabinete, Sr. Manoel Vitor?

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Tenho sim.

Sr. Chefe de Gabinete, Srs. Vereadores Adilson Amadeu, Aurélio Miguel, minha grande dúvida – e perguntei isso para o Coronel Casado, da Mooca – é a seguinte: todos os sistemas de fiscalização da Prefeitura estão fora da Feirinha da Madrugada. A fiscalização ficou por conta do Conselho...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Perfeito. Vocês montaram, na verdade - eu tenho a impressão -, uma zona franca em São Paulo. Então, alguém vai ter que, evidentemente, pagar judicialmente por esse motivo. Quer dizer, ou o Coronel Casado, que retirou de dentro da Feirinha da Madrugada, os Agentes Vistores da Prefeitura ou vocês: Ronaldo, o Secretário, e outros que teriam pedido para ele retirar. Ele entendeu que deveria retirar – em minha opinião, não. A Subprefeitura é autônoma. É que nem uma Delegacia de Polícia: ninguém pode deixar uma área reservada.

Vocês passaram a fiscalização para o Grupo Gestor. Ok? Ok. Porém, o Grupo Gestor não tem, não dispõe de nenhum corpo de fiscais habilitados, para poder tomar medidas – eu queria que todo mundo que está ouvindo entendesse isso.

Mesmo a Operação Delegada não tem condições de multar. Ela não multa. Ela apóia; ajuda a fiscalizar e tal, mas ela não multa.

Então, por exemplo, quem é que vê se tem problema de segurança no box? Nós temos 5 mil boxes de, aproximadamente, 25 ou 30 extintores de incêndio instalados. Quem é que vê isso? Um Agente Vistor. Só o Agente Vistor está habilitado para ver isso.

Mesmo sendo um box – vamos imaginar que seja como o Mercado Municipal -, ele tem uma edificação. Essa edificação tem de ser controlada por um Agente Vistor da Prefeitura – também não tem.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Exatamente.

E, também, tem de ter uma fiscalização específica que é aquela que é usada – que os senhores usam - contra o comércio ambulante, a fiscalização mercadoria *versus* nota, origem

de mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Vereador, dentro do seu raciocínio que é importante.

O meu pessoal – o senhor está sabendo – que está indo verificar o os novos boxes... Olha que fato curioso: este gravador pirata, que foi comprado lá por 100 reais...

Por favor, o endereço, aonde é? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O box tal, mas ... Santa Efigênia.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – É. É isso.

Então, esse controle – eu presumo – teria que ser feito pelos Fiscais da Prefeitura, quem tem habilitação para fiscalizar. E, hoje, quem é que faz? Pelo que a gente soube, aqui, ninguém faz atualmente, e, por isso, eu chamei de zona franca. Ninguém faz.

Também tem um lado tributário dessa fiscalização que nós vamos questionar, que é o ISS da Prefeitura, porque a Prefeitura não faz esse controle, por que o Governo do Estado também não faz. Mas, tudo bem, essa é outra história.

A fiscalização das posturas municipais e a fiscalização, já que é um permissionário do Mercado Municipal, o fiscal específico do Mercado Municipal faz controle, nota versos mercadoria. Vocês estão fazendo isso?

Então queria saber apenas isso do senhor e saber quem está fazendo, e quando isso é feito. O senhor fala que tem fiscalização, quando ela é feita.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Exa., como havia já comentado aqui, ali é uma situação, como o senhor deve ter tomado ciência, completamente atípica, transitória e fora de qualquer outro padrão, ou seja, de conhecimento da ocupação daquele imóvel. A partir do termo de cessão de guarda provisória pelo União para o Município, o Município começou a fazer...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Já tem oito meses.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Não. Vai fazer sete dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Vinte e dois de novembro para cá.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Tem um provérbio de Molise, região de onde veio meu avô que diz o seguinte – Proferido termo em língua estrangeira – ou seja: “E você queria mais?” Sete meses.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Exa., veja, é uma situação, como eu disse, além de atípica, que se consolidou, agora pelo cadastro nós sabemos, e só após o cadastramento que a municipalidade pode saber que tem 4.060 regulares, vamos dizer assim, nesse processo de cadastramento, tem uma quantidade ainda não cadastrada bastante grande, estimada que é bastante grande, e, portanto, é um universo que já estava ali dentro daquela área da União e que o Município, a partir do momento que teve a guarda provisória, começou a fazer um processo, embora de quase sete meses, que eu diria até que é razoavelmente rápido dentro da cautela que foi necessária para que se tomassem todas as medidas de guarda, de assunção das questões de segurança, de vigilância patrimonial, enfim, para que culminasse agora com esse cadastramento publicado. Agora, já se iniciou há duas semanas, embora a Polícia Militar já esteja acompanhando desde o princípio, mas há duas semanas ela já iniciou as ações de operação delegada...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não prevê fiscalização, é só apoio à fiscalização.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Não. Ela fiscaliza sim, ela pode fiscalizar. Ela tem delegação do município.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não tem lei para isso.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Pelo que eu conheço.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Então mostra na lei, por favor. A operação delegada não fala em fiscalização dessa forma. Eu explico para o senhor. Se o senhor quiser eu ajudo até a subprefeitura a montar isso. É o seguinte: o senhor pega, sei lá, cem soldados da operação delegada, dá um agente vistor, ou um fiscal da Prefeitura. Pronto, não tem problema nenhum. Um fiscal, porque o fiscal pode emitir as multas. Eu quero dizer para o senhor é que o senhor não vai ter um PM emitindo multa, o senhor não tem isso. Não sei, o senhor trabalha na Secretaria das Subprefeituras deve estar lá o Atos de vocês, o pessoal jurídico pode informar. Para multar não pode ser qualquer um, para multar tem que ser um fiscal da Prefeitura. Então a

operação delegada o senhor não vai ver lá multa tal, soldado número tal. Isso não existe.
Mas queria saber do senhor o seguinte...

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Na apreensão de mercadoria sim. Ela pode fazer, mas ela pega aquilo que é crime, que é desde vender mercadoria sem nota, vender mercadoria roubada, sem procedência. Isso ela pode fazer. Mas ela não pode fazer a questão das posturas municipais. Então o problema de segurança lá é gravíssimo e não tem ninguém para cuidar. Mas eu me pergunto o seguinte: em que lugar da lei, onde vocês se basearam para suspender a fiscalização por um determinado período, que é relativamente longo. Eu calculei o faturamento dos boxes, dá mais ou menos um movimento bruto de 200 a 250 milhões por mês. São cinco mil boxes aproximadamente, faturando 30, 40 mil reais por mês – que não é muito – pode-se chegar a 250 milhões por mês de faturamento bruto. Quer dizer, há algum ponto da lei em que vocês se apoiaram para poder suspender a fiscalização? Porque não sei, nunca vi escrito em lugar nenhum uma justificativa de uma fase transitória tão longa sem fiscalização. Nunca vi isso em São Paulo, então gostaria de saber em que lei vocês se basearam.

R – Está havendo a fiscalização dentro dessa excepcionalidade. Ou seja, em nenhum momento foi impedido por alguém que a Subprefeitura cumpra as suas obrigações legais de fiscalização.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Com todo respeito, a lei não tem excepcionalidade. O senhor me desculpe, lei é para ser cumprida. Se o senhor cumpre com todos os comerciantes da Cidade de São Paulo...

R – Até com os ambulantes.

P – O senhor tem de cumprir aqui também. Não tem excepcionalidade na lei. Se o senhor tem excepcionalidade o senhor está prevaricando, com todo respeito. O senhor está dizendo aqui que o Executivo prevarica. Temos aqui uma Procuradora que pode falar bem sobre isso, existem as regras, as leis e o dever do Executivo é cumprir-las. Se o senhor esta tendo excepcionalidade, então o senhor pode em um momento ter excepcionalidade para um lado ou para outro. O senhor está descumprindo a lei, é o senhor que está fazendo as leis, é a decisão do senhor. Está totalmente equivocado. Não existe isso na legislação.

R – Aurélio, mas eu só queria entender...

P – Mas aqui é réu confesso, não existe excepcionalidade na lei, ou é cumprida ou não é cumprida, me desculpe. Não sei se o senhor tem desconhecimento. Não sou advogado. O senhor é engenheiro, mas é um homem capaz, inteligente, formado em engenharia, agora, com todo respeito, excepcionalidade na lei não existe. Cumpra-se a lei ou então sai uma portaria ou uma nova legislação mudando isso, agora fazer o que os senhores estão fazendo não existe.

Quero saber se o Secretário Orlando, se for lá, vai permitir estar aberto, como ele faz em diversos prédios pela cidade, autuando e multando alto.

R – É uma situação completamente atípica e como tal está sendo tratada. Em nenhum momento foi impedido por ninguém que a Subprefeitura exerça as suas competências.

P - Mais uma vez, não existe isso que o senhor está falando. Não existe condição atípica. Então o termo de permissão de uso que os senhores cassaram é atípico, é excepcionalidade, por que os senhores não fizeram isso?

Existe a lei, a regra e deve ser cumprida. Atípico e excepcionalidade, o senhor já falou duas aqui. Não existe isso que o senhor está falando, porque os senhores também não consideraram atípico e excepcionalidade e multaram os comerciantes que não têm condições de pagar dez mil reais.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Deixe-me continuar dialogando com ele, inclusive, Sr. Manoel Victor, para ajudar vocês, porque acho que vai ser muito difícil, quem integra o governo costuma dizer, essa improbidade administrativa vocês já têm. Vamos ver se conseguem impedir outras. Dessa você não vai escapar. Ou você ou o Secretário, alguém. Provavelmente vai cair em cima do Cel. Casado, o que é uma pena, porque ele nos falou que tinha alguma fiscalização. Então pedimos as agendas da fiscalização. Ele não tem. Aí falamos sobre extintor de incêndio e no Código de Posturas Municipais, quem faz o extintor de incêndio é o bombeiro, mas quem fiscaliza é a Prefeitura. Então o próprio Cel. Fonseca disse-nos que tinha apenas 23 extintores

colocados. Significa que não está havendo esse tipo de fiscalização. Ou seja, não tem fiscalização de agente vistor, de posturas municipais.

Então, era isso que estava dizendo para o senhor. Acho que o Coronel Casado colocou, aqui, muito claro, dizendo que a atribuição dele é só o lado de fora da feira. E acho isso muito ruim. Não estou aqui para ficar criticando, só apenas criticando. Acho muito ruim, porque se criou um sistema, em cima do prolongamento dessa situação. Como o faturamento é muito alto, então qualquer tipo de prolongamento da atipicidade, acaba gerando uma situação suspeita, porque estamos falando em sete meses. Quando falamos do faturamento do tamanho que estou falando, sete meses é muita coisa. E tenho certeza de que isso continuará, e a ideia é que isso continue até o shopping - que alguns professores pardais estão tentando conceber - fique pronto. E esse shopping não ficará pronto tão cedo. E é normal que não fique mesmo. É uma obra grande, tem de discutir, falar com todo mundo.

De qualquer forma, ainda que sem entrar no mérito da discussão dele, se ele é bom ou mau, o problema é que ele vai levar dois, três anos. Até lá temos um hiato monumental sem fiscalização. É isso que não consigo entender, porque a Prefeitura é pródiga em fiscalizar comércio ambulante na cidade de São Paulo. Inclusive, os irregulares são reprimidos. Trouxemos, aqui, 4 subprefeitos na semana passada. O de Perus fez discurso de moralismo, etc, porque cassou 38 pobres ambulantes. Falei para ele: "Olha, a única coisa que me irrita é você cassar os ambulantes". E ele ficou dando lição de moral, que ele cassa mesmo. O de Santana também. O de Perus, 220, e o de Santana, 300.

Então, é isso. Os ambulantes irregulares são reprimidos também. Foi feito um decreto, que a Comissão de Constituição e Justiça, e pessoas de todos os partidos concordaram em prepararmos um decreto para cassarmos o decreto do Secretário, que dificulta as bancas e os ambulantes.

Só para fechar. Acho que esse problema já aconteceu, porque sete meses ninguém justifica a excepcionalidade. Sem fiscalização praticamente nenhuma. Porque na hora que você fala: "Tem fiscalização", vamos pedir a documentação. Então, nem use isso porque vamos pedir a documentação. Não terão as multas, então, ficará provado que não teve. Por exemplo, o Contru. É fácil perceber que o Contru não esteve lá. É só pegar para ver se têm multas e interdições. Porque, se não tiver, o Contru não esteve lá, porque é claro e evidente que lá, se o Contru for lá, ele fecha.

Então, não quero fechar. Só quero o seguinte, que a fiscalização comece a agir de alguma forma ali dentro. Que tenha ordem, que tenha estado de direito lá dentro. Estado de direito, só isso.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Excelência, já começou essa fiscalização, dentro dessa programação, e ela vai se intensificar a partir de agora. Havia a necessidade de se ter o cadastro porque, até então, a própria Municipalidade...

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Victor, eu não ouvi essa última parte. Você vai dizer para mim: "Ela vai começar", coloca no futuro, porque ela não começou.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Ela já começou.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Eu vou embora.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Você não pos agente vistor lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - É só mandar um processo de qualquer operação que foi feita. Não foi feito nada até agora. Os senhores não têm qualquer embargo.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Quem disse para o senhor que tem excepcionalidade e que mais? Qual o outro termo que o senhor usa?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - É uma situação atípica e excepcional.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Ele tem uma clausula legal.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Mas quem falou para o senhor que é atípico e excepcional?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Eu. Eu considero que é uma situação diferente.

P - O senhor conhece as leis da cidade para falar esse absurdo ou não? Os 220 também que os senhores tiraram de Termo de Permissão de Uso é atípico também, excepcional. Por que não usaram da mesma forma? Porque o senhor achou, o secretário achou... Quem é que achou?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Veja, eu...

P – São 200 no Brás, 300 em Santana, 80 na Sé, 40 lá. Foram mais de mil. Aí não tem, mas aqui tem. Que regra é essa? O senhor está vendo? Os senhores agora se empossaram de ditador, tiranos e fazem o que bem entendem. E a lei? A lei está aí para ser cumprida, com todo respeito. Ali deve ser sua Assessora Jurídica... A senhora é Assessora Jurídica? (Pausa) Procuradora advogada. A senhora está escutando o que ele está falando? Indica para ele que ele está falando um absurdo para nós aqui. Isso aqui é a Casa das Leis. O senhor está falando de atipicidade e de excepcionalidade. Quem é que falou isso? Alguém deve ter dito, para o senhor estar tocando na tecla. O senhor não sabe nem o que estão falando. É um absurdo o que o senhor está falando aqui. Eu não gostaria que fechasse as quatro, cinco mil barracas que têm lá, os boxes, mas se acontecer um acidente lá amanhã o senhor vai ser responsabilizado, o Prefeito, todos os senhores. Se acontecer uma queimadura lá, uma queimadura que não deu escoar e as pessoas que estão lá, 20 mil, 30 mil pessoas por dia. Isso não existe, o que os senhores estão fazendo. Qualquer cidadão responsável para tudo aquilo, coloca na ordem e aí começa a funcionar. Os senhores estão sendo coniventes com a contravenção, com o desrespeito às posturas municipais e vem falar de excepcionalidade a atipicidade. Não existe isso na lei. A Procuradora pode falar isso para o senhor. Os senhores estão desrespeitando tudo. Não existe isso. Não existe isso. Se for lá agora o Secretário Orlando, que gosta de fiscalizar bastante por aí, os grandes prédios, aqueles bem de luxo, caríssimos, aqueles novos, shoppings, ele gosta, ele pode ir lá e vai ver que tem que fechar, mas tem que fecha hoje, porque os senhores vão ser responsabilizados se acontecer algum acidente. Os senhores entendem o perigo que os senhores estão correndo ou não entende? Acho que não tem noção de uma ação civil. Não tem? Não tem. Então os senhores continuam brincando. Os senhores estão brincando de conduzir a cidade de São Paulo. Isso é brincadeira. Excepcionalidade e atipicidade. Nunca ouvi isso na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Oportunidade e conveniência, nobre Vereador.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Nunca escutei isso na minha vida, estou escutando agora, pela primeira vez, o Chefe de Gabinete do Secretário das Subprefeituras, o Chefe de Gabinete. Agora, é interessante que não tem excepcionalidade nos Termos de Permissão de Uso que eles cassaram, que eles tinham documento, todos eles tinham documento. Aqui não tem excepcionalidade e tipicidade. Quer dizer, quando interessa tem, quando não interessa não tem. Isso não existe. A Procuradora pode falar bem para o senhor, ela que está acompanhando, que isso não existe. E não sei como os procuradores devem ter indicado, porque são todos competentes, eu conheço vários deles, são competentíssimos os Procuradores do Município, como que eles não atestaram aos senhores que os senhores estão descumprindo todas as normas e posturas municipais e que pode ter prejuízo em algum momento. Não é isso, Procuradora? Eu creio que sim. A senhora não é defensora, a senhora defende os interesses do município, a senhora é Procuradora do município de São Paulo, a senhora defende os interesses da cidade de São Paulo e não das pessoas que estão embutidas hoje no seu posto. Por favor.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Veja, Excelência, é uma situação com 4 mil e poucas pessoas. A estimativa era que... E devem ter mais pessoas do que as 4.060 cadastradas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Segundo o Coronel Fonseca, como tem gente inclusive que não está cadastrada, pode passar de 5 mil.

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO – Perfeito. É a estimativa. Mas 4.060 cadastradas.

Dentro de um processo da União, de um imóvel da União, que tem um inquérito civil do Ministério Público Federal, tem ação de reintegração de posse para a União, liminar concedida - eu não sou da área jurídica, não saberia dizer para o senhor detalhes, mas o conhecimento é que tem ações, tem uma ação, inquérito civil do Ministério Público Federal sobre a questão de análise até da Rede Ferroviária Federal por cessão do espaço, enfim, existem procedimentos em andamento, 5 mil pessoas lá, 20 mil circulando, ou seja, 20 mil pessoas é mais do que 80% dos municípios do País, passando por noite, por dia, lá.

Toda essa cautela o Município teve, o Poder Executivo teve, no meu entender que ter para fazer, dentro do Termo de Guarda Provisória, as ações, com a devida cautela, para chegar nesse ponto e fiscalizar com a Operação Delegada, que é uma operação de sucesso, dentro do Município de São Paulo, porque os agentes, com a delegação do Município, além de terem a delegação das competências municipais, têm também o poder de polícia, da força da Polícia Militar, isso inequivocamente tem dado um resultado extremamente positivo, inclusive nas questões de Segurança Pública, redução de assaltos, enfim.

Então, nós chegamos agora nesse ponto em que, uma vez identificados, o Município sabendo quem é que está, quem está com endereço, documentação, declaração firmada de que não comercializa produtos, quer dizer, responde criminalmente por aquela declaração, agora sim há condições de se implementar a Operação Delegada, a fiscalização, com mais eficácia.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Victor, só lhe falar duas coisas.

Depois, queria que você conversasse - não precisa ser na minha frente - com a Procuradora ali para ela lhe orientar.

Duas coisas. Eu nunca estudei Direito na vida, porque acho que não preciso. Está tão fácil essa disciplina, que não precisa. Não precisa. Eu leio a orelha de livro - para mim já está bom. Orelha de livro, já está ótimo. Mas deixa eu só lhe falar, uma coisa não tem a ver com a outra. Vamos imaginar que você chegue num espaço público e não há ninguém que possa responder por aquele comércio. O que você faz? Isso não tem nome, isso que você está falando, que precisa ser cadastrado.

Doutora, não vou perguntar para a senhora para não constrangê-la.

Sabe o que você faz? Só lendo orelha de livro, hem, não precisa nem... Porque, pelo jeito, você vai lá e fecha. Se não houver alguém para responder por aquele comércio, você tem de fechar. A Prefeitura é responsável pelo comércio, em especial em área pública e lá é uma área pública que foi concedida à Prefeitura Municipal, cuja gestão está na mão da Prefeitura Municipal. Então, lá equivale a um espaço público.

Assim, se eu chego numa feira, sou Fiscal de Feira, chegou lá e vou conversar com o feirante e não há nome do dono da banca, mando fechar na hora, entendeu?

Tudo bem, isso não era para fazer imediatamente, mas, sete meses depois, continua do mesmo jeito, certo?

Segundo, então, a Operação Delegada - depois, a Doutora pode explicar para você -, você me desculpe falar desse jeito, como você não é advogado, eu tenho o direito de falar desse jeito, porque eu li mil orelhas de livro.

Então, a Doutora pode explicar. A operação delegada não prevê fiscalização do jeito que você imagina, operação delegada só prevê fiscalização de questões relacionadas com crime que é mercadoria sem nota. Você pode olhar na lei, nós criamos a lei da cooperação delegada, você vai ler a lei. Operar sem nota, nota falsa, coisas relativas ao crime, ela não pode fazer, por exemplo, ela pode apreender mercadoria, mas ela não pode multar. Então, por exemplo, a questão das posturas municipais, ela não pode fazer, então, é isso que eu estava dizendo para você: a fiscalização da operação delegada, ela é uma fiscalização limitada, ela é relativa a um ou dois itens só.

A fiscalização para ser completa teria de estar acompanhada de agentes públicos da Prefeitura, teria de estar acompanhada de um agente vistor porque daí você chega lá e o agente vistor vê uma coisa e os PM's vêem outra. Aliás, ele vê tudo e os PM's dão apoio para ele porque os PM's podem apreender uma mercadoria que está sem nota, pronto. Tem uma mercadoria sem nota, ele apreende, é isso que ele pode fazer, mas ele não pode é voltar pela ausência de bombeiro porque ausência de bombeiro você não fecha, você só multa e dá um prazo, não pode multar porque a construção está errada, não pode multar porque não tem origem da construção, ele não pode multar por este motivo.

Quer ver outra coisa, ele não pode multar pela ausência do titular da banca. Vamos supor que está tudo ok, mas está faltando um titular da banca, foi ao banheiro, o PM se vai ao banheiro e ficar duas ou três horas fora, ele tem de dar uma explicação, o PM não pode lavrar uma multa por conta disso, entendeu.

Então, é isso que estou falando para você, leiam a questão da operação delegada, diga para nós que vocês vão entrar na fiscalização mais para frente que fica melhor. Estes sete meses já

deram problema para vocês, acho que talvez pegue mais o Coronel Casado porque a Subprefeitura é autônoma em relação, inclusive, ao Secretário, ela tinha de estar fiscalizando, se ela não está ela vai responder. Tudo bem. Isso é problema dele. Os sete meses já foram, mas daqui para frente pelo menos para que não continue acontecendo, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Vereador, se não tiver mais perguntas, eu vou agradecer, só vou insistir de novo com seu Manoel Victor de Azevedo se o senhor lembrou, se o senhor ouviu falar pelo Fonseca ou pelo Altino ou pelo Ronaldo que lá tem um grupo que hoje tem um número grandioso de boxes e que uma das pessoas é identificada como Mário, outro como Mami e outro como Papi. O senhor não ouviu nunca falar a respeito disso?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - Não, eu desconheço.

P- Então, eu vou falar para o senhor, até acredito no que o senhor está falando, o senhor é único hoje na Prefeitura que não sabe destas três pessoas. Mas, agradeço a sua presença e, sem dúvida alguma, o senhor deverá mais algumas vezes nós vamos ainda pedir...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Eu não sei se já foi feito este pedido para o senhor, o senhor pediria para a Secretaria através da sua pessoa que enviasse para nós no prazo de 15 dias todas as autuações que vocês fizeram na feira da madrugada até o dia de hoje. Pode ser?

O SR. MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO - As autuações de parte da Subprefeitura da Mooca?

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, as autuações ou da Subprefeitura da Mooca, ou feita por vocês da operação delegada.

R- A, sim, a operação delegada.

P- Autuações, ou seja, multa ou recolhimento de mercadoria. E do caso nota, você pode me mandar a cópia dela, não é necessário que seja a nota, claro que não. Pode mandar a cópia feita pela Mooca, ou então da Mooca eu peço diretamente da Mooca e peço para a Secretaria se a operação delegada até o dia de hoje quais as autuações feitas pela operação delegada. Porque o Coronel Fonseca, na semana passada, disse que ia começar no dia seguinte a operação delegada, então já tem uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Aproveitando o nobre Vereador José Américo, Sr, Manoel Victor, nós já identificamos lá os boxes que são do Sr. Mario, do Mami e do Papi.

Do Panetone eu perguntei, mas o Sr. Manoel Victor não soube explicar. Sr. Manoel, nós já identificamos lá, nós; subprefeitura, Secretaria das Subprefeituras não identificaram. Tem até um código diferente, tanto esse grupo do Mário, do Mame e do Pape, mais alguns que nós estamos identificando, junto com a Polícia Civil, sem dúvida com a Polícia Federal.

Agradeço sua presença, muito obrigado, Sr. Manoel Victor, pela sua presença.

Por favor, Sr. Gérson Gonçalves Branchini, muito obrigado pela sua presença, só para algumas perguntas. Qual a sua qualificação, por gentileza? O senhor é funcionário hoje...? Por favor, no microfone, para constar nas Notas Taquigráficas.

O SR. GÉRSO GONÇALVES BRANCHINI - Nobre Vereador Adilson Amadeu, eu sou nomeado, sou arquiteto e urbanista e estou na função de Coordenador de Desenvolvimento Urbano da Mooca.

P – Subprefeitura Mooca?

R – Sim, senhor.

P – Quem o convidou?

R – Foi o Subprefeito Rubens Casado.

P – Há quanto tempo?

R – Pouco mais de dois anos.

P – O senhor já falou a sua função atualmente. O CPDU é de sua responsabilidade?

R – Eu coordeno. Eu tenho supervisões, uma de fiscalização, uma de planejamento e uma de uso e ocupação do solo e tem mais várias unidades de fiscalização, de cadastro, de cadastramento de multas, de aprovação.

P – O CPDU é responsável por o quê?

R – Pela coordenação dessas supervisões e dessas unidades.

P – O senhor conhece o espaço da feira que estamos falando e da do Orte(?) também?

R – Eu conheço o espaço da feira, estive algumas vezes lá.

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

P – Quantas vezes?

R – Não sei precisar, mas em torno de quatro ou cinco vezes.

P – O senhor conhece as pessoas que trabalham ali naquele local?

R – Em qual situação?

P – Gestor.

R – Eu conheço o Fonseca, que é da academia, não que trabalhamos juntos, mas o conheço pessoalmente.

P – O Altino, que era anteriormente?

R – Também nunca trabalhou comigo e nem eu com ele. Eu o conheço ele em relações eventuais pela polícia.

P – Feliciano?

R – Não, senhor.

P – Quantas vezes o senhor fiscalizou especificamente essa área?

R – A feira da madrugada, nós temos vários processos relativamente a uma obra irregular que esteve lá, que tive oportunidade inclusive de conversar com o senhor a respeito disso. Nós montamos o processo, intimamos, percorremos toda a estrada percutória do processo até seu embargo. Houve desobediência, constatação e fizemos o fechamento físico através de *guard-rail*. Nesse dia esteve presente lá acompanhando.

P – O senhor tem todo um material desse fechamento desses boxes? Um grupo de box que eu tinha denunciado.

R – Perfeitamente.

O SR. ADILSON AMADEU – O senhor tem relatório de tudo isso?

O SR. GÉRSO GONÇALVES BRANCHINI - Tem processo autuado e com todo o caminho executório dele.

P – E o senhor teria condições de mandar uma cópia para esta Subcomissão?

R – Sim.

P – Em qual prazo que o senhor poderia entregar, só para nos ajudar? Uns 10 dias?

R – Creio que esse processo não esteja conosco lá hoje, então precisaríamos pedir. Possivelmente ele esteja na Secretaria, ou na Sehab, ou no Contru.

P – Sr. Branchini, a ordem de fiscalização, o Sr. Ronaldo, o Sr. Casado, pediram que o senhor fizesse uma fiscalização severa lá?

R – Não senhor, nem severa e nem ausência de fiscalização. A fiscalização daquele espaço pela sua área, pela sua dimensão e complexidade, cumpre no meu entender a Contru.

P – Só a Contru. A Sub não?

R – A Sub, nós temos feito a fiscalização, tem processo relativamente à atividade também. Existe processo contra tanto a antiga GSA quanto à própria rede.

P – Quantos engenheiros o senhor tem para cumprir as funções ali?

R – Eu vou falar de forma mais genérica, que vai abranger inclusive os engenheiros.

P – Eu vou precisar que o senhor, por favor, me ofereça o nome deles.

R – Engenheiros: nós temos o Supervisor, Benedito Afonso, o Benê; Antônio Doratiotto; e também o Sr. José Napolitano.

P – Três?

R – E temos também o engenheiro Renê, que trata da parte de licenciamento de eventos.

P – O Renê é do Contru, não é?

R – Ele foi do Contru sim. Ele está há tempo já na Subprefeitura e todos esses eventos, agora as festas juninas surgiram muitos, ele que faz a análise e indica quais estão em condições e os que não têm condições em termos de licenciamento para o evento.

P – O Renê já falou alguma coisa ao senhor a respeito do espaço, se ele foi do Contru, o que ele fala a respeito daquele espaço?

R – Não se conversou especificamente sobre espaço com ele ainda.

P – E o que o senhor acha daquilo, da condição que está, como está? Queria uma opinião sua.

R – Eu vou dar minha opinião de técnico. É um local absurdo. Acompanho até o nobre Vereador Aurélio. Na minha opinião, isso foi criado sem uma estrutura adequada, quando poderia ter sido feito muito melhor se houvesse um planejamento. Essa é a visão de um técnico. Realmente constatei e estão documentados vários riscos.

P – O senhor constatou?

R – Foi feita uma vistoria por engenheiros da Subprefeitura da fiscalização e existem documentos sobre isso.

P – O senhor tem documentação sobre isso?

R – Devo ter cópia. Deve estar em processo inclusive.

P – Pode oferecer a esta Subcomissão, por gentileza? É importante, porque nós estamos exatamente dentro disso, nós queremos a ajuda dos senhores e queremos ajudar de alguma maneira.

R – Pela complexidade disso, como já falei, realmente há necessidade de um trabalho conjunto intersecretarial para que haja uma solução adequada. Não dá para uma Subprefeitura, com a estrutura que tem hoje, fazer frente a essa grande demanda e tão complexa.

P – Até vejo o trabalho dos senhores, realmente faltam funcionários, mas os senhores fizeram e têm feito um trabalho de fiscalização intenso das imediações. Semana passada, parece que os senhores até interditaram ou fizeram autos em alguns lugares, ao lado da feira, na rua São Caetano, Júlio Ribeiro, Monsenhor de Andrade; não é isso?

R – É, a fiscalização tem feito inclusive no entorno. Muitos daqueles imóveis estão no próprio SQL do pátio.

P – Os senhores da Sub, dentro do que estão vendo, comunicaram o Contru para providências ou não fizeram esse tipo de trabalho?

R – Não, o processo tem indicações pela complexidade que deve ser feito um trabalho muito mais abrangente do que a presença de um simples agente vistor da Subprefeitura no local. Na minha opinião, nem bem recebido seria lá. No dia em que fomos fazer o embargo físico daquele espaço que foi mostrado, que citei anteriormente, estive no local o Sr. Mario, que o senhor citou agora há pouco. Ele apareceu lá com carro blindado, uma porção de seguranças, e até senti que houve uma ameaça.

P – Ele foi ao encontro do senhor?

R – Ele foi lá assistir a situação.

P – O senhor estava com quem? É importante que o senhor fale isso.

R – Eu estava com o agente vistor.

P – Qual agente vistor?

R – Vou ter de recorrer aos dados, que eu não tenho isso aqui.

P – Tudo bem. Em que época aconteceu isso?

R – Aquela obra percorreu o seguinte: foi constatado o início de obra, foi feita a intimação, toda aquela percussão fiscalizatória. Quando eles perceberam que nós fechamos, embargamos e fizemos o fechamento físico com *guard-rails*, eles recorreram à Justiça e conseguiram uma liminar, na qual a decisão judicial foi: que todo o processo estava extinto, inclusive anulado o embargo. Então eles prosseguiram rapidamente com a obra acobertados por essa liminar. Quando foi feita a reintegração do espaço à Federação, aquele processo foi encerrado por ordem judicial e nós abrimos um novo processo sobre a obra e passamos a percorrer todo o espaço fiscalizatório também.

P – Quantos boxes?

R – Não tenho em mente.

P – Mais de 10?

R – Não, é bem mais, muito mais.

P – Cinquenta?

P – Creio que sim. Uma parte daquele espaço foi, não sei por que motivo, demolida.

P – E esse espaço é identificado do Sr. Mario, os boxes?

R – Segundo consta, não vi documentação nenhuma. Não tenho conhecimento do conteúdo e nem da fundamentação do contrato.

P – Estavam ele e vários seguranças. Isso foi na parte da manhã ou na parte da tarde?

R – Salvo erro, de manhã.

P – Ele se dirigiu ao senhor?

R – Não se dirigiu a mim, mas ele estava lá. Havia um advogado com ele que quis saber do que se tratava, e expliquei do que se tratava. E ainda disse a ele, porque ele veio para a rodinha conversar também...

P – E vários seguranças estavam com ele?

R – Havia vários seguranças.

E ainda disse a ele, o seguinte: isso aqui, se fosse no país do senhor, teria um tratamento diferenciado. Agora, o senhor aqui na minha terra vai obedecer minha lei, vai respeitar a minha lei.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – E o que aconteceu em seguida?

O SR. GERSON BRANCHINI - Em seguida, ele pegou o pessoal, se retirou, foi embora, nós continuamos fazendo o embargo físico através de *guard rail*. Tenho fotos disso aí.

P – Vocês conseguiram embargar, então?

R – Não, a casa fechamos. Depois, continuou os desrespeitos e tal. Foi feito ofício ao distrito policial. Quer dizer, fizemos toda a persecução fiscalizatória.

P – Mas, ao que consta, desculpe, Sr. Presidente, ao que consta está reaberto isso. E aí?

R – Com desobediência.

P – O que o senhor faz no caso de desobediência?

R – É comunicado ao distrito para que seja aberto inquérito policial.

P – E aí?

R – Aí naturalmente isso deve seguir via Ministério Público para sequência disso aí.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – No comércio comum, no comércio convencional...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Por gentileza, o senhor é advogado de Seu Mário? O senhor conhece o Seu Mário.

- Intervenção fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não, me conhecer, sem dúvida alguma. O senhor é de alguma associação?

- Intervenção fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Seu nome é Izidro. Muito obrigado.

Pois não, nobre Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, eu só ia perguntar uma coisa que me chamou a atenção.

- Intervenção fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Sim, para o senhor...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Coordenador, o comércio convencional, quando o senhor vai lá e desrespeita, o que os senhores fazem? Emparedam, né?

O SR. GERSON BRANCHINI – Comércio?

P – O convencional. O senhor foi lá, o senhor lacra, o senhor fecha. Ele desrespeita. O que o senhor faz?

R – Foi feito fechamento físico, com *guard rail* porque é muito extenso e não havia material para fechar tudo aquilo lá.

P – Foi feito fechamento e eles tiraram o fechamento.

R – Foi. Saiu a liminar. A Justiça cancelou.

P – Ele tinha uma liminar?

R – Tinha uma liminar na ocasião, sim.

P – O senhor reportou isso ao subprefeito da Mooca?

R – Está documentado em processo.

P – E será que foi encaminhado ao Secretário das Subprefeituras?

R – Eu não sei onde está hoje. Preciso verificar lá no ...

P – Porque é só chamar Contru ali que fecha tudo.

R – Mas é que...

P – O senhor sabe disso.

R – Eu falei isso agora há pouco. É uma ação que não é para...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Sr.

O SR. GERSON BRANCHINI - Branchini.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Desculpe. É o seguinte: o Contru vê a parte física, segurança, etc, mas o código de posturas e o controle do comércio em uma área pública de permissionários é feito pela Subprefeitura. O que vocês têm feito? Eu não acho, considerando que as subprefeituras são autônomas, não acredito naquilo que o Coronel Casado disse para nós de que a fiscalização ficou por conta da operação delegada ou por conta do grupo gestor. Vocês

têm responsabilidade. O senhor inclusive, como chefe da fiscalização, tem uma responsabilidade de fiscalizar ali dentro. Por exemplo, é sua responsabilidade que os agentes vistores corram os boxes para saber se há bombeiros. É sua responsabilidade os agentes vistores correrem os boxes para saber se as posturas estão seguras, etc, se atendem a parâmetros razoáveis.

Terceiro, é sua responsabilidade também os agentes vistores verificarem se as mercadorias vendidas ali são apropriadas para serem vendidas ali. O agente vistor tem de fazer esse controle. O senhor está fazendo isso? Vocês estão fazendo isso, e por que não? É isso que eu gostaria de saber, porque a responsabilidade perante a lei orgânica é de vocês, não é do Secretário. O Secretário está mandado, ele está colocando vocês numa situação difícil.

R – Só uma retificação, nobre Vereador. Eu não sou chefe de fiscalização, sou coordenador. Existe supervisor de fiscalização e chefe de fiscalização.

P – O senhor não é o chefe? Em última instância, o senhor é o coordenador das coordenações. Não é isso?

R – Não, sou coordenador de planejamento urbano. Tem o supervisor de fiscalização, que é um cargo específico.

P – Mas ele responde a quem o supervisor de fiscalização?

R – Aí sim.

P – Ao senhor?

R – Sim, senhor.

P – Essa é a lei da obediência devida. É a lei da obediência devida. Ele é responsável, porque ele é o chefe da fiscalização. O agente vistor é responsável também, o agente vistor da área, se ele não estiver entrando lá para fiscalizar ele também é responsável. Ele é, o senhor é e o Subprefeito também. Porque eu estou achando o seguinte, estou falando uma coisa, Sr. Branchini, não é contra vocês, é o seguinte: essa suspensão da fiscalização, transformando a região em Zona Franca, sem uma lei municipal discutida na Câmara, ela não exime de responsabilidade fiscalizatória. O senhor veio da polícia e sabe que vale a mesma coisa que dizer assim, o comandante chega para o tenente e diz: "Essa região não é para ser fiscalizada"; o tenente vai falar: "Coisíssima nenhuma. Não é para ser policiada? Imagine, não existe área que eu não policie. Então tire isso da minha jurisdição porque eu policio tudo". Não existe isso.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Vereador José Américo, veja bem, neste momento a gestão é da Prefeitura. Certo?

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Claro. Por sete meses.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Certo, Sr. Branchini?

O SR. GÉRSO GONÇALVES BRANCHINI – Perfeito.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Mas estamos falando que a responsabilidade é deles.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas veja bem, Vereador José Américo, se hoje a gestão, o convênio quem tem é a Prefeitura, a Prefeitura que dita regra lá dentro. Não é isso? Lá no quartel... O senhor é militar também?

O SR. GÉRSO GONÇALVES BRANCHINI – Sim, senhor.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Lá no quartel, quando o soldado descumpra a regra ele vai para a solitária? Vai preso. Eu não sei como é.

O SR. GÉRSO GONÇALVES BRANCHINI – Depende das condições.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Então, na casa da Prefeitura, que a concessão hoje é da Prefeitura, quem determina as regras e tem que se adequar às posturas municipais é a Prefeitura. Não é isso? Deveria ser?

O SR. GÉRSO GONÇALVES BRANCHINI – Tem as circunstâncias também.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Quem circunstâncias? Se a casa é minha... Quem determina a regra da minha casa sou eu. Na casa do senhor não é o senhor?

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Dentro da lei estabelecida.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Na casa do senhor quem determina as regras? É o senhor.

O SR. GÉRSO GONÇALVES BRANCHINI – Toda família tem sua...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor também foi comandante da Polícia Militar?

O SR. GÉRSO GONÇALVES BRANCHINI – Não. Fiz Operações Especiais.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas comandou um grupo. O senhor, que determinava o planejamento e as regras da ação...

R – Dos órgãos intermediários abaixo, também acima.

P – Então o senhor está dizendo que o senhor, como órgão público hoje, fiscalizador, o senhor é o coordenador, foram lá, fiscalizaram, multaram, fecharam e descumpriram. A municipalidade não fez nada? Deixou a pessoa reabrir e ficou quieta?

R – Não, senhor. Tem constatação...

P – Mas espera aí, ele continua aberto lá? Ele continua aberto, esse que desrespeitou o fechamento? O senhor disse que fechou com *guard rail* e tudo. Está fechado ou está aberto hoje?

R – Esta descumprindo e está com comunicação por escrito.

P – Está descumprindo. Então eu sou o município, eu que dou a concessão. Eu tiro todos eles de lá: "Agora vocês não vão estar mais aqui, vocês estão desrespeitando inclusive ordem minha. Todo mundo para fora". Por que não foi feito isso?

R – Porque a subprefeitura não tem estrutura para chegar lá e fazer isso aí.

P – Mas para que serve a Guarda Civil Metropolitana? Não é ela que dá apoio nessas ocasiões?

R – Nobre Vereador, entendo perfeitamente a vossa posição e concordo parcialmente com o senhor. Mas ali é o seguinte, se nós formos fechar... Ali a edificação é toda irregular...

P – Totalmente, eu sei.

R – Conseqüentemente, a atividade que está sendo desenvolvida ali é irregular.

P – É regular ou irregular?

R – Irregular. Se nós formos fechar aquilo lá nós vamos causar, primeiro, um problema social sem precedentes.

P – Mas os senhores cassaram os 200 Termos de Permissão de Uso agora e essa questão social não tem?

R – Eu não cassei ninguém.

P – Foi a Subprefeitura da Mooca. O senhor é o coordenador. Portanto, como disse o Vereador José Américo, todos que estão abaixo do senhor se reportam ao senhor. O senhor é o responsável ali.

R – Mas não é a minha coordenadoria que faz a cassação.

P – Mas é a Supervisão de Fiscalização que está subordinada ao senhor. É subordinada ao senhor.

R – Isso aí foi através de portaria de subprefeito para cima. Isso aí não é da coordenadoria.

P – O senhor não interfere em nada?

R – A coordenadoria pode dar alguma informação se foram cumpridas certas posturas ou não.

P – Mas ali não é questão social, descumpriu uma determinação de fiscalização da Prefeitura e a Prefeitura não pode fazer nada num espaço que é dela? Ela tem a concessão da União. O senhor sabe como anteriormente funcionava lá?

R – Não.

P – Na época do Geraldo?

R – Não conheço.

P – Cobrava-se aluguel de cada estabelecimento que estava lá.

R – Isso é um contrato que eles tinham com o Poder Federal?

P – Era uma concessão.

R – Concessão.

P – E a pessoa que estava lá...

R – Eu não tenho conhecimento do contrato, do conteúdo e nem da fundamentação.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Pela ordem, Sr. Presidente. Desculpe, Vereador.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Claro.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Só uma coisa. Quer dizer que, então, dentro, tem todos esses problemas. Mas, e fora? Por que vocês têm fiscalizado a feirinha que acontece fora e têm fiscalizado de maneira dura e firme?

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – A parte externa, o comércio ambulante tem sido fiscalizado pela Operação Delegada.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, não, não pode ser. Mas, operação-delegada sob qual comando?

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – O comando não é nosso.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Então, veja bem o que o senhor falou: há uma fiscalização contra comércio ambulante de São Paulo no exterior à feirinha da madrugada, feita por alguém que não é a Subprefeitura da Mooca.

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Não, não. A Polícia...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Porque a Operação Delegada está subordinada à Prefeitura. Então, teria de ter, inclusive, fiscal para acompanhar. De qualquer forma, na Operação Delegada, a PM está subordinada à Prefeitura. O senhor deve saber disso.

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Não senhor.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não é subordinada à Prefeitura?

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Não senhor.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não? Então, ela é subordinada a quem?

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Por eles mesmos.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Mas ela tem autonomia para fiscalizar posturas municipais, inclusive?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Acho que o senhor está enganado. O senhor me desculpe, mas o senhor está enganado.

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – A realidade é essa aí.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Então, o senhor está dizendo o seguinte: o comando da PM, em última instância, é quem está coordenando a fiscalização do comércio ambulante fora da feirinha da madrugada.

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Nós fornecemos para a Operação Delegada toda a logística: o transporte e os operacionais.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Só isso?

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Sim senhor.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Vou chamar o Secretário aqui para questionar a lei da Operação Delegada imediatamente, porque isso é um absurdo. Essa interpretação que faz o Coronel Branchini da Operação Delegada coloca a Cidade em uma situação difícil. Significa o seguinte: o comando da PM que está controlando. Quer dizer, nós aprovamos uma lei que definia que a Operação Delegada seria subordinada à Prefeitura.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Não, não é só isso.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, não, mas está sendo interpretada desse jeito.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Eu conheço um pouquinho porque eu tinha uma indústria, e entregávamos mercadorias; havia postos do ICMS, nos quais sempre estavam um policial militar. Se eu não me engano – preciso verificar a legislação –, se a Polícia Militar observar alguma irregularidade em relação a mercadorias, ela pode apreender.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, claro que pode. Eu não estou dizendo que não.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Isso ela pode fazer.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, não. Não estou dizendo que não. Só que vou dizer uma coisa: se ela perceber qualquer irregularidade. No entanto, e se sou eu um ambulante que estou com mercadoria totalmente legal, mas não tenho o TPU?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Aí não pode.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Aí a PM não pode.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Se ele mostrar nota fiscal...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Operação Delegada pode, porque está a serviço da Prefeitura e, sob o comando da Prefeitura, nos itens relativos, a fiscalização principal. Então, eu acho que o Coronel Branchini falou uma coisa da qual precisamos tomar conhecimento, sobre a qual precisamos conversar e ver, porque é uma interpretação heterodoxa da lei da Operação Delegada.

Coronel, o que eu quero entender é o seguinte: por que vocês não colocam a fiscalização dentro? Não estou dizendo para chegarem lá e fazerem uma fiscalização de 100%. Não. Mas fiscalizar o mínimo: a segurança; o controle de mercadoria, para saber se não há mercadoria

contrabandeada, roubada; verificação de iluminação condizente. Já na questão das edificações, mesmo elas estando irregulares, elas têm de ter um certo padrão, que não vá colocar em risco a vida das pessoas, seja de quem está vendendo, seja de quem está comprando. Então, essa fiscalização, Coronel, que eu acho que vocês não estão fazendo. E isso eu não consigo entender o porquê, porque acho que a responsabilidade é de vocês. Se o Secretário disse para não fazerem isso, na verdade, ele está cometendo um erro que vai expor tanto o senhor como o Coronel Casado, que é uma pessoa extremamente séria. Minha suspeita é que só se está cometendo essa infração porque pessoas acima dele o estão induzindo ao erro. Claro. Senão, ele estaria com a sua fiscalização lá dentro. Era essa a afirmação e pergunta ao senhor.

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Primeiramente, eu quero cumprimentar a minha posição quanto à Operação Delegada, cujos fatos, a ocorrência, estou expondo. Então, modificando e complementando, não é que não seja subordinada à Prefeitura, ela não é subordinada à minha coordenadoria.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Está subordinada à Secretaria das Subprefeituras. Seria esse o caso?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Com todo o respeito, por toda a região da Mooca, o senhor é o responsável.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, ele está falando que toda Operação Delegada está subordinada diretamente à Secretaria, se eu não me engano. É isso?

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – À Subprefeitura coube a logística: fornecemos o transporte e os operacionais, que ensacam, lacram e transportam.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Não, discordamos.

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Apoiamos.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E o fiscal não via junto?

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Não senhor. Mas, feita a apreensão...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas não pode fazer a apreensão sem o fiscal.

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Eu peço ao delegado e está sendo assim. É o fato. Agora...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas já foi aprovada legislação nesse sentido, Vereador?

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não, não, não está escrito isso. Eu vou pedir ao meu advogado para trazer o texto da Operação Delegada para nós lermos. Vocês têm o texto da Operação Delegada?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E decreto? Pode ter saído um decreto, mas aí é do Prefeito.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Ah, mas S.Exa. fez um decreto refazendo a Operação Delegada, talvez.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – É um decreto, Vereador José Américo. Fizemos uma também com a Polícia Militar e também juntamente com a Polícia Civil.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Exatamente. Nós autorizamos a Prefeitura a fazer esse convênio. Mas eu estou dizendo que, na sessão passada, o meu advogado trouxe o decreto, e é exatamente o que o senhor falou: é óbvio que o que a PM faz está dentro de suas atribuições, e a Operação Delegada, dentro das questões municipais, está subordinada à Prefeitura, até porque os soldados estão trabalhando nos dias de suas folgas. De qualquer forma, e nós defendemos isso, tem de ir um fiscal junto para fazer a fiscalização completa; caso contrário, só tem a fiscalização de um lado. Claro que a PM pode fazer o controle de mercadoria versus nota, mas e o restante da fiscalização não é feito. Por isso que tem de ir um fiscal junto.

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – A ação da Operação Delegada é feita sobre o ambulante que não tem o TPU. Então, é feita a apreensão e depois é feito todo o procedimento subsequente. Quanto à feira, temos, no processo, uma série de procedimentos lá dentro também. É bom ressaltar que nesta Casa mesmo foi feito um trabalho que eu acho interessante, mostrando, na ocasião, a falta de estrutura que a Subprefeitura tem para fazer todas as posturas municipais, que o senhor conhece muito bem também, creio que até mais do que nós.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Eu queria só perguntar ao senhor uma coisa. Vou repetir a pergunta,

porque quero que as coisas melhorem. Na minha opinião, o senhor, com a Operação Delegada que há hoje na Mooca, o senhor precisa de uns dois agentes vistores para fazer a fiscalização. É óbvio que não é possível fazer em apenas um dia, mas dá para fazer com o pé nas costas. Porque o agente vistor vai junto com a Operação Delegada, vai batendo as coisas que o PM não está qualificado para fazer. Ele vai de lugar em lugar e pergunta: "Quem é o dono aqui?"; "Se não tem dono, então não pode, está fora". O agente vistor avisa, ele tem qualificação para isso, ele vai fazendo parelha com a PM. Então, acho que essa justificativa não procede. Acho que alguém disse para vocês.

Eu queria entender por que vocês ficaram fora da fiscalização, não da Operação Delegada. Eu queria saber o seguinte: por que o senhor não manda o agente vistor lá dentro? Nesses sete meses, os agentes vistores só passaram a distância. Por que o senhor não mandou os agentes vistores lá dentro nesses sete meses? Se mandou, por favor: eu gostaria de ver o diário deles com as autuações que eles fizeram.

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Branchini, foi feito auto de infração nesses boxes irregulares?

R – Eu preciso levantar os processos lá, que, de imediato, não tenho isso em mente.

P – Eu vou direto, porque, sem dúvida alguma, a gente vai convidar o senhor mais algumas vezes. Por gentileza. Eu sei que o senhor está nos atendendo, e a gente agradece. Porque nós vamos até as 16 horas e temos mais um operacional.

Eu queria saber o que o senhor pode, de momento,... O Coronel Casado, o Subprefeito da Mooca, ficou de enviar a documentação do desembargo daqueles boxes. Não chegou até agora. Esses boxes que a gente identificou – que, inclusive, mandei para o Ministério Público e para os senhores –, qual a condição de nós os embargarmos? Exatamente os desse senhor identificado, esse Mário, que tem mais de uma centena de boxes, estão irregulares. Nós gostaríamos de começar pelo começo para ajudar a pôr ordem nessa Casa. Para pôr ordem, nós precisamos identificar, e já temos identificado os do Mário, que ele foi construindo. Quem autorizou? Não pode! Eu gostaria de saber o seguinte: o que o senhor tem hoje para me oferecer para nós irmos para lá amanhã para resolver essa situação?

R – Eu vou localizar o processo, se ele... Eu creio que não esteja conosco lá. Deve estar em Contru, Sehab ou alguma coisa assim. Porque ali eles tinham um processo em Sehab, em aprovação.

P – Não existe, Coronel... Não existe essa aprovação, não tem como. De alguma maneira, Vereador José Américo, está irregular. Eu quero identificar e quero ir direto junto com os senhores, Contru, Secretaria da Habitação. Quero fazer de uma maneira até para ajudar um pouquinho nesse trabalho. Já vamos direto ao assunto, identificando o que não tem desembargo – nós temos certeza de que não tem, embora tenha sido falado que há o desembargo desses boxes – para que a gente possa entrar e embargar imediatamente.

R – Nobre Vereador Adilson, vou voltar um pouco atrás. Eles deram entrada de um processo em Sehab, pela dimensão daquele espaço, para aprovação. Quando nós começamos a fiscalizar aquilo, quando começaram as obras, eles não tinham nada no local. Aí, pedimos para a Sehab. Foi-nos mandado um processo cujos projetos eram totalmente insubsistentes em termos de medições de área. Era uma coisa, assim,... um projeto sem qualquer consistência que pudesse levar a uma análise. A partir dessa constatação, começamos a atuar. Intimamos, multamos, fomos até o embargo, que foi suspenso através de uma liminar judicial. Depois, nós retomamos com outro processo, quando a GSA perdeu a gestão daquilo, judicialmente também, e passamos a percorrer novamente todo o procedimento. O que estava ao nosso alcance, que a legislação determinava, foi tudo cumprido, inclusive com constatação, com multas continuadas, e a comunicação à Polícia Civil do crime de desobediência.

P – Guardando seu raciocínio... Está aí: desobediência.

R – Sim senhor.

P – É a palavra-chave. O que o senhor, pelo trabalho que o senhor tem feito na Subprefeitura da Mooca, o senhor é conhecedor dessa desobediência. O que nós, Vereadores, que queremos embargar esses boxes, junto com os senhores, o que nós temos de fazer a partir de agora? Eu quero começar, nobre Vereador José Américo, pelo começo. Esses boxes que

foram construídos sem nada... Não existe planta, não existe nada. Eu quero que o senhor me ajude. Eu tenho humildade: quero orientação, quero começar exatamente com essa pessoa que é detentora de tantos boxes irregulares.

RF: 11372

R – Meu Supervisor de Fiscalização indeferiu a solicitação de embargo. Ela foi indeferida no segundo processo a que eu me referi. Ele está legalmente embargado.

P – Ele está embargado...

R – Sim senhor.

P – E como está funcionando?

R – É um absurdo.

P – Então me ajude a partir de agora. Nós vamos avante. Estou indo amanhã a uma audiência com o promotor. Eu quero iniciar esse trabalho, e quero que os senhores cumpram a lei.

R – Nós percorremos todo o processo da lei.

P – Exato.

R – Agora, com o inquérito... O inquérito deve ter sido concluído já através do 12º Distrito. Vai para o Ministério Público, ele denuncia, e vai para o Poder Judiciário, a quem cabe a decisão judicial de encerramento daquela atividade. O que está na lei, ao nosso alcance, nós percorremos todos os passos.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Branchini, o senhor acha que tem algum funcionário que está descumprindo as suas ordens no que se refere a desembargos, essas coisas?

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Pelo que consta nos processos, não. Pelo que está nos autos, anexados, juntados, não. Existe, sim... Nós temos uma carência muito grande de estrutura para poder acompanhar tudo. Temos muitos...

P – Mas e a presença? Tudo bem... Nesse dia, os agentes vistores foram lá. Realmente, o senhor fez o procedimento que tem de ser feito: mandou para a Polícia e, agora, cabe à Polícia instar o Ministério Público, e o Ministério Público tem de instar o Judiciário. Se isso demorar muito, a gente pode acusar o Judiciário de estar sendo conivente. Mas eu queria saber o seguinte: os agentes vistores têm feito fiscalização rotineira lá?

R – Tem constatação... Preciso levantar as datas do processo para ver as datas que eles têm lá; mas por um bom período eles estiveram acompanhando e constataram que havia, inicialmente,...

P – Não, não, desse embargo, tudo bem, o senhor já me explicou. Mas a fiscalização rotineira do agente vistor, para ver Bombeiro, para ver outros problemas, outras construções etc... Não?

R – Na parte de segurança, na minha opinião, refoge a Subprefeitura. Isso aí, pela área, pelas condições ali, eu diria que compete mais à Contru.

P – As posturas municipais...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Um aparte, nobre Vereador, dentro do seu raciocínio. Sr. Branchini, quem é o Supervisor que pode, amanhã, ir com estes Vereadores para a gente embargar essas obras? Ou hoje? Qual Supervisor o senhor tem lá que possa...

O SR. GERSON GONÇALVES BRANCHINI – Tenho o Benê, tenho os engenheiros. Eu preciso ligar para lá para ver como eles estão.

P – O senhor pode ver direito amanhã para que nós possamos ir juntos embargar esses boxes? Exatamente esses que já estavam no Ministério Público. Porque os senhores têm a competência e têm a caneta.

R – Eu tenho que fazer uma... Eu tenho que chegar para o Supervisor e fazer a programação para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - O senhor tem condições de se preparar, se não for amanhã, na quarta-feira, que vamos para lá. Não tem alvará de funcionamento, nem liberação nenhuma e o cidadão construiu. O senhor sabe bem como esteve a situação, conversou com o ex-administrador, que era do Rio de Janeiro, e fizeram o que fizeram.

Vou pedir, nobres Vereadores José Américo, Aurélio Miguel, para que, junto com o Coronel Branchini, façamos um ato, o mais rápido possível, para esses boxes de alvenaria que foram embargados, liberados e agora estão funcionando normalmente. Para essa ação colocarei a par, inclusive, todos os Vereadores da Casa, para que fiquem sabendo. Vamos acompanhar, inclusive, o trabalho da Subprefeitura.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Sim. Evidentemente deve ter feito muita apreensão de mercadorias, etc. etc. Tudo bem.

O SR. GERSON BRANCHINI – Conversei com o Subprefeito na semana passada, e informei que estou colocando uma agente vistora à disposição do grupo gestor, para ficar vinculada.

Aliás, aproveitando, esta é uma sessão livre, as pessoas estão escutando, ao mesmo tempo pegam as informações aqui e vão lá fora para ligar para outras pessoas. Isso é normal, nós acompanhamos, mas na próxima ligação colocarei a Polícia Civil e a Militar.

Quero saber do senhor, sei da sua competência, qual a condição que temos exatamente de começar pelo começo, o que está errado nós vamos resolver.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Os trabalhos estão suspensos por dois minutos. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Reaberta a sessão. Tem a palavra o nobre Vereador José Américo.

Mas estava querendo saber o seguinte: com relação aos dez boxes embargados, o senhor mandou para a Polícia, não é isso?

P – Abriram um inquérito policial, ok. Mas agora vou passar para o Vereador Adilson, para ele falar a respeito dos outros boxes de alvenaria que não foram, ou a gente não tem como constatar as autuações, porque esse que o senhor autuou, mal ou bem o senhor mandou para a Polícia, que deve instruir o Ministério Público, que tem de falar com a Justiça e a Justiça tem de mandar fechar, não é isso?

R – Não. Não são 15. São mais de 15. Eu não tenho o número aqui, mas é grande.

P – Quantos?

R – De alvenaria da construção recente, que estava com essa pessoa...

P – A construção recente. Da construção recente devem ser 30, 40 no máximo.

R – Não. Dá mais. Muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Não entendo. Não sei o que está acontecendo com a Prefeitura,

com o grupo gestor e com quem responde por essa área, que é concessão de área da União. Antes de a Prefeitura entrar, já vieram aqui diversos comerciantes do hortifruti e ele falou que pagava 15 mil reais por mês, José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Nossa. Tudo isso.

RF: 11372

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Ele pagava. Ele tem lá várias bancas, quatro, duas e duas. Ele tem uma, o filho tem outra e pagava 15 mil reais por mês, que era concessão do Sr. Geraldo, anteriormente à Prefeitura entrar. Pagava só um comerciante - na verdade dois – pagava 15 mil reais por mês. Perguntei para ele: o senhor paga o quê agora? Ah, eu não pago nada, porque tem uma entidade aí dos hortifruti, não sei se os Vereadores Adilson e José Américo conhecem, mas parece que o Vice-Presidente é um senhor chamado Pantaneiro, o senhor conhece?

R – Não senhor. Hortifruti?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – É. Tem lá 1000 barracas. Mil boxs. O senhor sabe que lá tem mil?

R – Não.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - E agora não paga nada. Eles não pagam nada. Há um convite para as pessoas pagarem. A entidade manda um boleto, Vereador José Américo, essa entidade que foi criada, que quero saber quem está por traz disso, ela manda um boleto de novecentos reais, de quinhentos reais, só para esses mil boxs dá quinhentos, setecentos e cinquenta mil reais por mês. Gostaria de saber para onde está indo esse dinheiro.

Quer dizer, se a Prefeitura que é o gestor daquela...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Que paga todas as despesas.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Que paga as despesas, deve estar sabendo o que está acontecendo ali. Não é possível que não saiba. Ou então é o que eu disse anteriormente para aquele senhor, ou é incompetente ou sabe o que está acontecendo. O senhor não sabia disso?

O senhor sabe disso que falei agora?

R – Não senhor. Posso falar?

P – Por favor.

R – Obrigado. Hortifruti não é fiscalizada por nós, isso aí é da Abast, da Secretaria do Abastecimento.

P – Qualquer estabelecimento da Cidade de São Paulo, qualquer estabelecimento ou então o senhor não fiscaliza o supermercado? Supermercado lá na Mooca, não tem nenhum Extra, Pão de Açúcar, Carrefour, o senhor não fiscaliza? O senhor fiscaliza ou não fiscaliza?

R – Eu estou falando sobre a área do hortifruti.

P – E eu estou falando sobre comércio na Cidade de São Paulo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Aquela feira confinada que fica ali na Rua dos Trilhos, quem é que fiscaliza?

R – Têm três agentes vistores que fiscalizam feiras livres.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Então é a Subprefeitura da Mooca.

R – Mas quanto ao horário de montagem, desmontagem, a Abast é que determina a posição de feira, toda parte de organização.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Pelo que sei, fui Secretário do Abastecimento, mas no meu tempo éramos nós que fiscalizávamos, agora mudou a lei. Quer dizer que a Semab manteve a fiscalização daquela feira?

R – Não. Nós temos...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Porque as normas são da Semab, mas a fiscalização tinha de ser da Subprefeitura.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas veja bem, têm mil boxs lá. Estão sendo cadastrados, não sei porque, para que cadastramento? Porque o senhor disse que se sente impotente, porque o senhor foi lá, embargou, fechou com *guard rail*, abriram de novo e a anarquia está feita dentro de uma concessão da municipalidade. Não vai acontecer nada. Então por que estamos cadastrando? Larga mão. Deixa lá eles fazerem o que bem entendem. É anarquia. Não é anarquia que está instituída lá?

R – Posso tentar esclarecer? Existem duas situações lá. Hortifruti...

P – Está tudo no mesmo local.

R – Não. Está separado pela linha do trem e quem trata daquilo lá é a Secretaria do

Abastecimento.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Inclusive, ela faz a fiscalização. A Semab faz a fiscalização também.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Sim, mas é uma concessão. Aquela concessão faz parte de toda a área da União, que foi feita a concessão, em 23/11/2010 e a Prefeitura que é administradora daquele espaço hoje.

R – Que não está subordinado a nossa Subprefeitura da Mooca.

P – Não está?

R – O grupo gestor não está subordinado à Subprefeitura da Mooca.

P – Está a qual?

R – Eu creio que à Secretaria.

P – Secretaria de?

R – Das Subprefeituras. O gestor se reporta diretamente à Secretaria.

P – Na região que hoje o senhor é o Coordenador, tem shopping lá?

R – Tem shopping.

P – O shopping para estar aberto tem de respeitar todas as normas e posturas municipais?

R – A rigor todas as ocupações, todas as atividades devem estar regularizadas, a priori, antes da abertura da atividade.

P – E por que lá está funcionando indevidamente?

R – Nós temos em São Paulo hoje, isso é público e notório, a maioria das atividades não são regulares. Tanto é que tem aqui em andamento uma legislação que vai autorizar provisoriamente...

P – Então não me fala isso, porque agora ficou pior. O senhor está falando para mim. Ficou pior. O senhor repete o que o senhor falou agora há pouco? Que a maioria dos estabelecimentos...

R – Isso é público e notório. Se o senhor for fechar todos os estabelecimentos irregulares...

P – Então por que o senhor fecha um e não fecha todos?

Porque quer. Explique-me isso. Quero saber como cidadão e Vereador. Explique-me porque fecha A e não fecha B e C. Por quê?

O SR. GERSON BRANCHINI – Também não tenho essa resposta.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Então vocês não podem fechar nada. Ou fecha ou não fecha. Ou institui a regra para todos ou, então, faz uma nova regra e dá anistia para todo mundo. Agora, não pode fazer isso que o senhor acabou de me falar.

Se o senhor dá anistia para um assaltante que cometeu um latrocínio, o senhor abre exceção para um e não para outro. Como é que fica? A regra é clara, não é? O senhor é de Operações Especiais. Vai preso, flagrante. Agora, aqui, uma pode e outra hora não pode. É isso que não entendo. Juro que não entendo.

O SR. WADIH MUTRAN – Nobre Vereador, me permita?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Não entendo, não entendo.

O SR. WADIH MUTRAN – É a indignação de todos nós.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Ou a Prefeitura estabelece normas claras. Vai dar anistia? Tem anistia. IPTU tem anistia. Para construção irregular já houve duas ou três anistias nessa Cidade. Existe anistia. Então, tem de fazer na forma da lei. Não pode o Poder concedente, o Poder instituído, que é o Executivo, falar: "O A vou fechar porque está irregular. O B está irregular, mas não vou fechar. O C também, o D, o E e o F". Quer dizer, isso não existe.

Existe isso?

O SR. GERSON BRANCHINI – Não tenho a solução para isso aí.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Então, e o senhor não se reportou ao superior, que é o Subprefeito, o Secretário das Subprefeituras? "Escuta, precisamos fazer algo, porque, senão, estamos todos na irregularidade. Todos estamos prevaricando aqui". Olha, falo para o senhor, respeito muito a Polícia Militar. Estive no Butantã por esses dias. Estão lá autuando, multando e tal. E é um ex-Coronel. Eu falei: "O senhor deve ser difícil, porque as regras da Polícia Militar são claras. O senhor respeita a Constituição. Deve fazer cumpri-la. Os senhores têm o poder de Polícia". Então, vai cumprir. Então, ou cumpre tudo ou não cumpre nada. Não é isso?

O senhor está dizendo que está todo mundo irregular. O A faço cumprir. O B, não. O C, faço cumprir. O D, o E, o F não faço cumprir a regra da legislação. Quer dizer, é um absurdo.

Agora, falando em feirinha da madrugada, aquilo é um absurdo! O senhor sabe que é? E ninguém faz nada! O Prefeito foi lá entregar a plaquinha. Fico indignado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Vereador, tenho um pessoal que estou mandando para lá agora, para ajudar a identificar os de alvenaria. E queria que o senhor fizesse um trabalho... Já vi que o senhor já ligou para o...?

O SR. – Para o Coronel Mário para pedir que os engenheiros lá me aguardarem.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então, vamos fazer esse planejamento que os senhores conhecem? Junto com os colegas, vamos colaborar falando dos boxes de alvenaria. Vamos começar, naquela feira, pelo começo. Se o senhor tiver alguma dificuldade, com respeito ao Secretário, que o senhor passe para nós, porque queremos ajudar.

Talvez, o Secretário Ronaldo tivesse outra condição. Não estão indo bem essas colocações que ele está fazendo. Então, precisamos, de imediato, ver os de alvenaria. Vamos identificar. Queremos ir junto com os senhores, que têm a competência de autuar, de fechar, de fazer a fiscalização. E vamos iniciar dessa maneira. Como o senhor fará uma reunião hoje, o senhor me permita amanhã, ou, pessoalmente, vamos à Subprefeitura, ou vamos nos falar, para combinar exatamente. Se houver necessidade de reforço policial, faremos como manda a lei. Só iniciar um trabalho nesses de alvenaria. Porque esses de alvenaria é que estão colocando que pode, e que ninguém vai mexer com eles. É aí que vamos ver quem é quem.

O SR. GERSON BRANCHINI – Só queria um referencial, via fone, para falar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu, pessoalmente, junto com os Srs. Vereadores José Américo e Aurélio Miguel, já vamos fazer a suspensão do trabalho.

Passarei a palavra ao nobre Vereador Aurélio Miguel, e antes que o senhor vá embora, já vamos conversar para combinar essa tarefa de sucesso, para por ordem na Cidade de São Paulo e, especificamente, na Feira da Madrugada. Isso é ponto de honra para esta Casa e para o Município de São Paulo.

Lembro que há dois anos, não sei se o senhor já estava na Subprefeitura, o Prefeito Gilberto Kassab e o Secretário das Subprefeituras – Andrea Matarazzo – foram na Avenida Vautier, onde ficava a Tostines e onde dizem que é o shopping do Lao, entraram, pisaram em tudo e fecharam. Até hoje não conseguiram reabrir. Não queremos que as pessoas percam seus trabalhos, mas o que está ilegal, irregular, devemos cumprir dentro da lei. E os boxes de alvenaria, já tenho identificados mais de 400. Então, vamos fazer dessa maneira, junto com os senhores.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Em relação ao hortifruti, a Subprefeitura da Mooca nunca fiscalizou o hortifruti? Nada?

O SR. GERSON BRANCHINI – Não posso dizer nunca.

P – O senhor está lá desde quando?

R – Estou há dois anos.

P – Nesses dois anos, o hortifruti foi fiscalizado alguma vez?

R – A atividade, não senhor.

P – Não?

R – A atividade deles, não.

P – Nem a irregularidade do estabelecimento?

R – Teve uma fiscalização lá, não me lembro quando foi. Mas posso levantar e verificar isso para os senhores.

P – E o estacionamento, também não foi?

R – Não conheço.

P – Cobram 120 reais. Há cinco dias, pediram para parar de cobrar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Voltou hoje? É, mas estou com os recibos do pessoal.

O SR. GERSON BRANCHINI – Esse assunto nunca ouvi. Não está conosco, não.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Srs. Vereadores, mais alguma pergunta?

Peço a suspensão antes de terminar nossos trabalhos. Vamos combinar a respeito e já identificamos a tarefa que vamos fazer com a Subprefeitura Mooca.

Está encerrado. Agradecemos a sua presença.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor tem mais alguma consideração a fazer? Não sei. Não sou militar, mas em meu esporte a disciplina é, mais ou menos, igual. Não sei. O senhor deve ficar se mordendo por dentro. Curazzoli

RF: 11372

O SR. GERSON BRANCHINI – Não.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Porque é difícil. Tudo irregular, tudo ilegal, e o Poder concedente não consegue fazer nada! É algo que me incomoda.

O SR. GERSON BRANCHINI – Queria só fechar concordando com uma posição que o senhor colocou no começo, e que achei muito importante. Não nos interessa fechar os boxes dos trabalhadores, porque isso causaria um problema social muito grande.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Sr. Branchini, veja bem. O que questioneei, logicamente que não é. Agora, a Prefeitura teve seis meses para entrar com um plano de ataque. E o que estamos observando é que piorou depois que a Prefeitura entrou. Aumentou a intimidação com os comerciantes. Até agora não veio nenhum comerciante falar da intimidação que estão sofrendo. Agora, na televisão... O senhor não viu na TV Record?

O SR. GERSON BRANCHINI – Não assisti, mas acredito.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas ele tem de assistir.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Na verdade, precisamos preservar os quatro mil ambulantes que estão lá dentro trabalhando. Agora, esses empresários que, com força financeira e com outros tipos de recurso, estão se colocando e fazendo... Sem dúvida alguma, vamos fazer a nossa tarefa da Casa. Imediatamente já vamos passar o material ao Prefeito, para que ele saiba que já estamos participando dessa ação.

Então, vou suspender por dois minutos e já agradecendo ao Sr. Branchini.

Estão suspensos os trabalhos por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Adilson Amadeu.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Reabertos os trabalhos, e, nesse momento, devido ao horário de entrega da sala, encerraremos essa reunião, que contou com a presença do Sr. Reginaldo Diegas González, Agente de Apoio da Subprefeitura da Mooca.

Essa Presidência e demais Vereadores dispensam o Sr. Reginaldo Diegas González e informa que o convidará numa próxima data.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa reunião ordinária. Boa tarde a todos e muito obrigado.

Folha nº 175 do processo
Nº 08-92 de 11
O funcionário
Leonardo Amaral Pedrazzi
RF: 11372

2011-0.148.764-6 - Corregedoria Geral do Município - Relatório Preliminar - I – À vista dos elementos contidos no presente processo administrativo, **ACOLHO**, na totalidade, as recomendações contidas no relatório preliminar da Corregedoria Geral do Município para: I.a – EXONERAR o senhor ALTINO JOSÉ FERNANDES, RF 654.848-2, do cargo de Chefe de Gabinete, ref. DAS-15, da Subprefeitura da Mooca; I.b - DECRETO, com fulcro no artigo 199 da Lei 8.989/1979 e do artigo 26 do Decreto 43.233/2003, a suspensão preventiva da senhora AMELIA CARRARA, RF 603.210.9.00, Assistente de Gestão de Políticas Públicas, da Subprefeitura da Mooca, pelo prazo de 120 dias; I.c – DETERMINAR a expedição de ofícios à Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, à Diretoria do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania e à Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras para os fins sugeridos. - II – Encaminhe-se os autos a SGM/AT para expedição da competente Portaria em cumprimento ao item I.a.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 180	do proc.
Nº. 08 - 92	de 11
O funcionário	<i>W</i>

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

25 - OF-SGP15
25- 00305/2011

São Paulo, 15 de junho de 2011.

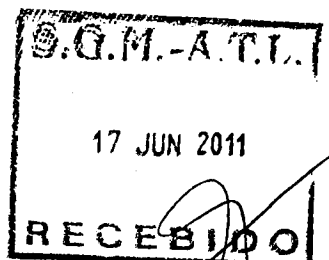
Senhor Prefeito,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão – Feira da Madrugada, encaminho a Vossa Excelência cópia do requerimento de autoria do nobre Vereador **Adilson Amadeu**, aprovado na reunião de 16/06/11, pelo qual solicita à Secretaria de Coordenação das Subprefeituras que encaminhe as informações especificadas, referentes à Feira da Madrugada.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima.

JOSE POLICE NETO
Presidente

Anexo: Fotocópia do requerimento do Vereador Adilson Amadeu.



Marlene Gimenes Giraldes Antonelli
RF: 548.552.2.00
SGM/ATL

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo

CÓPIA

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

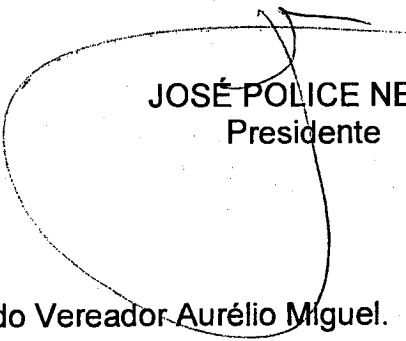
25 - OF-SGP15
25- 00306/2011

São Paulo, 15 de junho de 2011.

Senhor Prefeito,

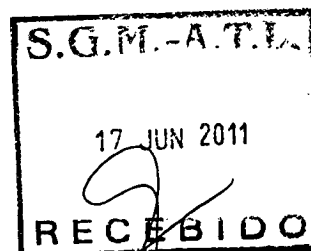
Em atenção ao deliberado pela Subcomissão – Feira da Madrugada, encaminho a Vossa Excelência cópia do requerimento de autoria do nobre Vereador **Aurélio Miguel**, aprovado na reunião de 16/06/11, pelo qual solicita à Corregedoria Geral do Município que encaminhe cópia integral do processo nº 2011-0.148.764-6, bem como as cópias dos ofícios especificados.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima.


JOSÉ POLICE NETO
Presidente

Anexo: Fotocópia do requerimento do Vereador Aurélio Miguel.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo



Marlene Gimenes Giraldes Antonelli
RF: 548.552.2.00
SGM/ATL

COPIA



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 192 do proc.
Nº 08-92 de 11
O funcionário U2

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari" (Feira da Madrugada)

São Paulo, 16 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 13/11

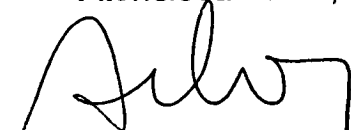
Senhor Subprefeito,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão em epigrafe na reunião ordinária do dia 13/06/11, solicito a Vossa Excelência que viabilize o comparecimento do Sr. Benedito Afonso Ribeiro, Supervisor de Fiscalização da Subprefeitura da Mooca, do Sr. Ivanor Batista da Silveira, Antigo Supervisor de Fiscalização da Subprefeitura da Mooca, para prestarem esclarecimentos a esta Subcomissão quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a referida reunião está agendada para ocorrer em **20 de junho p.f.**, com início às **13 horas**, na Sala Sérgio Vieira de Mello , 1º subsolo desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

CÓPIA

Anexo: Fotocópia dos requerimentos

Ao Sr. Rubens Casado
Subprefeito da Mooca

Recebido em
17.06.11
MARCI RIZA J. ARCA
RE: 005.141.700
AGPP.-SP.MO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº	183	do proc.
Nº	08-52	de 11
O funcionário	[assinatura]	

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão - "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari" (Feira da Madrugada)

São Paulo, 16 de junho de 2011.

Ofício Of. SUBFM nº 14/11

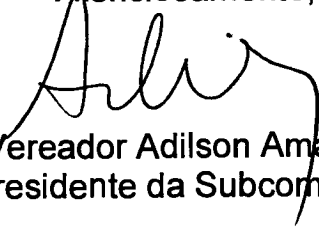
Senhor Subprefeito,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão em epígrafe na reunião ordinária do dia 13/06/11, solicito a Vossa Excelência que viabilize novamente o comparecimento do Sr. Reginaldo Diegas Gonzalez, Agente de Apoio, para prestar esclarecimentos a esta Subcomissão quanto ao solicitado no requerimento em anexo.

Informo que a referida reunião está agendada para ocorrer em **20 de junho p.f.**, com início às **13 horas**, na Sala Sérgio Vieira de Mello, 1º subsolo desta Edilidade

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

Anexo: Fotocópia dos requerimentos

Ao Sr. Rubens Casado
Subprefeito da Mooca

MARCELO ARIZA J. ARCA
RF: 635.141.7.00
17.06.11

CÓPIA



CORREIOS
BRÉSIL

AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

RJ 893331462 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SUBCOMISSÃO DA FEIRA DA

MADRU GADA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

VIA DUTO JACAREI, 100 - 2º ANDAR

SADA 213A - BELA VISTA

CIDADE / LOCALITÉ

SÃO PAULO

UF
SP BRASIL

0 1 3 1 9 - 9 0 0

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Folha nº 184 do proc.
Nº 08-52 de 11
O funcionário WJ



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SUBCOMISSÃO DA FEIRA DA MADRUGADA, PARA ESTUDAR BEM COMO AVALIAR A FORMALIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS ACERCA DA GUARDA PROVISÓRIA DADA PELA UNIÃO AO MUNICÍPIO, DO IMÓVEL INSCRITO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO SOB Nº 002.017.0072-7, COM ÁREA DE APROXIMADAMENTE 136.876M², CONHECIDO COMO PÁTIO DO PARI.

PAUTA DA 05ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO

Data da Reunião: 20/06/2011 - Local: Sala Sérgio Vieira de Mello - 1º Subsolo - Horário: 13h

CONVIDADOS

- | | |
|----|--|
| 1. | Atendendo ao requerimento do Vereador Adilson Amadeu, foram convidados o Sr. Benedito Afonso Ribeiro – Atual Supervisor de Fiscalização da Subprefeitura da Mooca; o Sr. Ivanor Batista da Silveira – Ex-Supervisor de Fiscalização da Subprefeitura da Mooca e o Sr. Reginaldo Diegas Gonzalez – Agente de Apoio da Subprefeitura da Mooca, para prestarem esclarecimentos a esta Subcomissão. |
|----|--|

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Folha nº 185	do proc.
Nº 08-52	de 11
O funcionário	____



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 186 do proc.
Nº. 08-92 de 11
O funcionário *W*

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

Subcomissão da Feira da Madrugada para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari.

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data 20 de JUNHO de 2011 – 13h00
Sala Sérgio Vieira de Mello – 1º Subsolo

LISTA DE PRESENÇA DOS SRS. VEREADORES.

1. ABOU ANNI - PV	
2. AURÉLIO MIGUEL - PR	
3. ADILSON AMADEU - PTB	
4. ADOLFO QUINTAS - PSDB FLORIANO PESARO	
5. JOSÉ AMÉRICO - PT	→ ITALO CARDOZO

Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 187 do proc
Nº. 08-52 de 11
O funcionário W

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

São Paulo, 20 de junho de 2011.

A

Presidência da C.M.S.P.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do PSDB e com fundamento nos arts. 45 e 120, V, do Regimento Interno, indico o(a) Vereador(a) FLORIANO PESADO para substituir o(a) Vereador(a) ADOLFO QUINTAS na SUB Comissão DA FEIRA DA MADRUGADA em caráter excepcional e exclusivo para a reunião a ser realizada na data de hoje, por motivo de impedimento ocasional.

Líder do PSDB

Defiro. Comunique-se à Presidência da referida Comissão.

SP, 20/06/2011.

Ver. JOSÉ POLICE NETO
Presidente da C.M.S.P.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº	188	do proc.
Nº.	08-52	de 11
O funcionário	W	

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

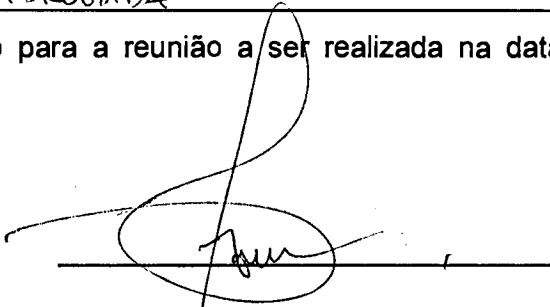
São Paulo, 20 de JUNHO de 2011.

À

Presidência da C.M.S.P.

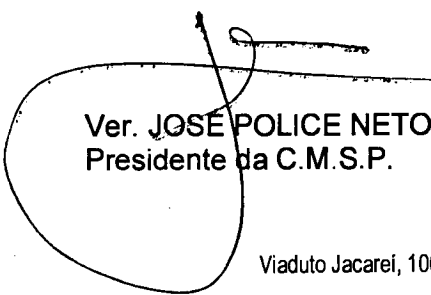
Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do PT e com fundamento nos arts. 45 e 120, V, do Regimento Interno, indico o(a) Vereador(a) ITMLO CARDOSO para substituir o(a) Vereador(a) JOSE AMÉRICO na SUB Comissão DA FEIRA DA MADRUGADA, em caráter excepcional e exclusivo para a reunião a ser realizada na data de hoje, por motivo de impedimento ocasional.


Líder do PT

Defiro. Comunique-se à Presidência da referida Comissão.

SPW/p / 2011.


Ver. JOSE POLICE NETO
Presidente da C.M.S.P.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 189 do proc.
Nº 08-92 de 11
O funcionário *W*

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

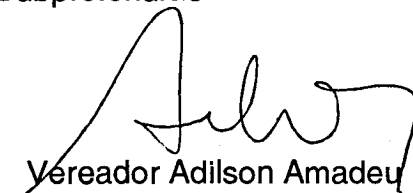
SUBCOMISSÃO FEIRA DA MADRUGADA

São Paulo, 07 de Junho de 2011.

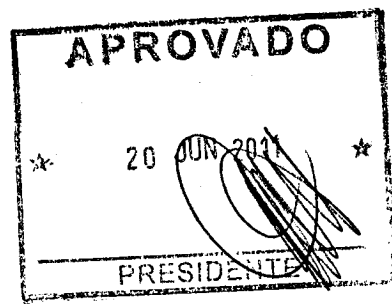
Senhores Membros:

Na condição de Presidente da Subcomissão "para estudar bem como avaliar a formalização e seus desdobramentos acerca da guarda provisória dada pela União ao município, do imóvel inscrito no cadastro fiscal imobiliário sob nº 002.017.0072-7, com área de aproximadamente 136.876m², conhecido como Pátio do Pari", da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, venho requerer seja oficiado a comparecer a próxima reunião os seguintes servidores:

- ANTONIO CARLOS VICENTE RODRIGUES - encarregado de serviços gerais da submooca;
- THIAGO CESAR DOS SANTOS - agente de apoio submooca
- ROBERTO GRAZIANO - Abast - Coord. das Subprefeituras


Vereador Adilson Amadeu
Presidente da Subcomissão

Encaminhar - n



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº	190	do proc.
Nº.	08-55	de 11
O funcionário	<i>[assinatura]</i>	

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

**SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR A FORMALIZAÇÃO DA "FEIRA DA
MADRUGADA" – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 20 DE JUNHO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Há número legal para o início de nossos trabalhos. Esta é a 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão intitulada Feira da Madrugada que estudará, assim como avaliará, a formalização e seus procedimentos acerca da guarda provisória dada pela União ao Município do imóvel inscrito no Cadastro Fiscal e Imobiliário sob o nº 002017072.7 com área de aproximadamente 136.876 metros quadrados, conhecido como Pátio do Pari, que se realiza no dia 20 de junho de 2011 na Sala Sérgio Vieira de Mello.

Informo que essa reunião está sendo transmitida no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditórios On Line.

Agradecemos a participação, nessa reunião, dos Srs. Vereadores, substituindo os membros da Subcomissão: Adolfo Quintas, substituído por Floriano Pesaro e José Américo, substituído por Ítalo Cardoso, Líder do PT.

Passemos à pauta. Gostaria de saber se o Sr. Reginaldo Diegas Gonzales está presente? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Está presente. Por favor, gostaria, em primeiro lugar de agradecer ao senhor, que esteve aqui na semana passada e ficou horas esperando, mas não tivemos oportunidade de ouvi-lo, e peço a gentileza de se aproximar.

Em seguida, ouviremos os Srs. Ivanor Batista da Silveira e o Sr. Benedito Afonso Ribeiro, os quais já estão presentes. (Pausa)

Sr. Reginaldo, gostaria de saber do senhor se é funcionário de carreira?

O SR. REGINALDO DIEGAS GONZALES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Seu nome?

O SR. REGINALDO DIEGAS GONZALES – Reginaldo Diegas Gonzales.

P – O senhor é funcionário de carreira?

R – Positivo.

P – Há quanto tempo o senhor trabalha na Subprefeitura da Móoca?

R – Tem 21 anos já.

P – Vinte e um anos que o senhor trabalha na Subprefeitura da Móoca.

R – Isso. Como motorista.

P – Como motorista?

R – Isso.

P – Há 21 anos. O senhor conhece bem, o senhor está a convite aqui por que o senhor – pelas informações – foi visto dentro da área da Feira da Madrugada. Isso procede?

R – Procede.

P – Quantas vezes o senhor foi na Feira da Madrugada?

R – Eu estava na Móoca, na regional da Móoca, saí da regional da Móoca, mandaram eu para o Pari, daí fui para lá em janeiro. Tirei minhas férias, 15 dias, de janeiro para fevereiro. Minha folha foi para lá, onde comecei a trabalhar.

Então, estou trabalhando na Feira da Madrugada agora.

P – Quem levou o senhor para a Feira da Madrugada. Quem falou para o senhor: "O senhor tem de ir lá, agora a gestão é de...".

R – Como não tínhamos mais carro na Sub da Móoca, acabou, então foi dividindo os motoristas. Cada um escolhia para onde queria ir. Eu gostaria de ter ido para a Penha, só que não foi possível.

P – Por que o senhor queria ir para a Penha?

R – Por que é perto de casa. Mas não foi possível.

P – Mas há 21 anos o senhor pede a transferência para a Penha?

R – Não. Sempre fiquei na Móoca.

P – Sempre na Móoca. Vinte e um anos na Móoca?

R – Isso. Como acabaram nossos carros, a frota, agora tudo é contratado terceirizado, então vou para a Penha que é perto de casa. Aí me disseram: "Não, o senhor vai para a feirinha da madrugada". Então, tudo bem.

P – O que o senhor achou da feirinha da madrugada. Quantas vezes o senhor ficou na Feira da Madrugada, quais os horários que o senhor ficou?

R – Fico das 7h às 4h.

P – Das 7h da manhã às 16h. E normalmente qual é o seu horário de trabalhar?

R – Das 7h às 4h mesmo. É meu horário normal. De segunda a sexta.

P – Então, para o senhor ficou mais longe?

R – Ficou um pouquinho mais longe.

P – E o senhor vai de condução para a feira?

- R – Não, vou de moto.
P – O senhor tem uma moto?
R – Isso.
P – O senhor comprou recentemente a moto?
R – Não, tenho desde... faz tempo já.
P – Então, Sr. Reginaldo, o senhor está desde janeiro na Feira da Madrugada?
R – Fevereiro. Finalzinho de janeiro para fevereiro.
P – Finalzinho de janeiro, comecinho de fevereiro desse ano?
R – Isso.
P – Então, na primeira vez que o senhor chegou lá, apresentou-se a quem?
R – Foi à Sra. Amélia.
P – Amélia. Que aconteceu com a Sra. Amélia? O senhor está sabendo?
R – Estou sabendo que ela tomou 120 dias de suspensão.
P – Por quê?
R – Não sei. Aí já não sei.
P – O senhor não sabe? Ninguém comenta nada?
R – Não. Ninguém comenta nada. Ninguém fala nada.
P – E do Coronel Altino?
R – Estou sabendo também que ele foi exonerado.
P – Por quê?
R – Também não sei.
P – Ninguém sabe nada lá?
R – Não.
P – Os senhores não sabem de nada? Ninguém fala nada.
R – Ninguém fala nada para nós.
P – Ninguém fala nada?
R – Para nós, não.
P – A Feira o senhor sabe que existe?
R – A Feira eu sei.
P – O senhor chega às 7h da manhã?
R – Isso.
P – Qual a sua rotina de trabalho?
R – A minha é olhar o pátio.
P – Me fala, por exemplo, o que senhor fez sexta-feira. Sábado e domingo, o senhor não vai lá?
R – Sábado e domingo não.
P – O senhor já foi um sábado ou um domingo?
R – Não.
P – Nunca foi?
R – Não.
P – O que o senhor fez na última sexta-feira?
R – Na sexta-feira o que eu cuido é da parte da limpeza, do lixo, das caçambas, inclusive, asfaltamos, tiramos toda aquela sujeira.
P – Quem asfaltou?
R – Foi o pessoal da Barra Funda, da Usina.
P – Eles foram lá e asfaltaram quantos metros quadrados?
R – Isso. É grande lá, não sei a metragem direito, mas é grande. É onde ficam as caçambas de lixo, lá no fundão.
P – Na sexta-feira o senhor cuidou do lixo.
R – Isso.
P – E o senhor é motorista?
R – Eu sou motorista.
P – Na quinta-feira o senhor cuidou do quê?
R – É, o que eu faço é cuidar das caçambas quando chegam, eles entregam o ticket, eu levava até para o Carlão, ele pegou umas férias também.
P – O Carlão está de férias?
R – Não sei, agora também fiquei sabendo que ele foi exonerado.
P – Também? Agora eu estou... mas está sendo exonerado o pessoal, e ninguém sabe porquê?

R – Isso. Inclusive foi o Carlão e mais dois. Foram três exonerados.

P – Os três, então, um é o Carlão, o outro?

R – O Ênio.

P – O Ênio, foi exonerado também?

R – É o que me falaram, não tenho certeza se foi.

P – Quem mais, Sr. Reginaldo?

R – E mais o menino da noite também, não sei o nome dele.

P – O menino da noite?

R – Isso.

P – Não lembra o nome dele?

R – Não lembro.

P – O senhor anda na feira?

R – Ando.

P – O senhor conhece bem as barracas, tudo?

R – É grande lá, não conheço tudo, mas eu ando bastante.

P – O menino da noite, assim, o senhor já viu o menino da noite?

R – Já.

P – Ele é alto, baixo, forte, como?

R – É alto, magrinho.

P – Como ele chama? Tiago?

R – Não, não é o tiago. É um outro moreninho.

P – O Tiago o senhor sabe quem é?

R – O Tiago eu conheço, é um gordinho.

P – É um gordinho.

R – Isso, fica à noite também.

P – Os senhores se servem aonde lá, um lanche?

R – Aonde?

P – É.

R – Depende.

P – Dentro da feira.

R – Eu não como lá.

P – O Tiago, o senhor encontra com ele?

R – É difícil. Ele está à noite. Quando eu chego, ele já foi embora.

P – O senhor tem amizade com as pessoas que têm box na feira?

R – Algumas pessoas sim.

P – O Sr. Mário é amigo do senhor?

R – Eu conheço.

P – Esteve com ele já?

R – Conheço.

P – Não. O senhor esteve com ele?

R – Não.

P – Nunca esteve?

R – Já estive.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Fala. Deixa eu só falar uma coisa. Os senhores vêm aqui – estou vendo o estagiário, o pessoal, e os amigos do pessoal, e o trabalho hoje é aberto, até porque estamos querendo saber um pouquinho. O senhor sabe que há um inquérito na Polícia Civil? O senhor já foi chamado?

O SR. REGINALDO DIEGAS GONZALES – Não, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor deverá ser chamado, está na lista. Estamos querendo só saber detalhes que podem ser passados. Por exemplo, o Mário, o senhor sabe quem é?

R – Sei.

P – O senhor sabe quantos box ele tem?

R – Tem bastante.

P – Quantos, mais ou menos?

R – Ah, é lá, no fundo, perto do lixão. É todos aqueles box.

P – De alvenaria?

R – Isso.

P – O Mário tem box de alvenaria lá dentro? O Mário... O senhor já viu o Seu Fonseca

conversando com o Sr. Mário?

R – Já.

P – Já viu?

R – Já.

P – Então, Sr. Reginaldo, por favor, usando o microfone. O senhor já viu o... O senhor é o Sr. Reginaldo?

R – Eu sou o Reginaldo.

P – O senhor já viu o Fonseca conversando com o Seu Mário?

R – Já.

P – E o Sr. Mário tem quantos box lá dentro?

R – Tem bastante, não sei quantos.

P – Quantos, mais ou menos? Dez, vinte, cinquenta? Mais ou menos? ...que o senhor conhece um pouquinho.

R – Acho que seja uns... Deixa eu ver. Mais de vinte...

P – Mais de vinte?

R – É.

P – O senhor já ouviu falar do Mami, Papi?

R – Não.

P – Não. O senhor sabe se agora, os últimos dias, foram construídos alguns box lá?

R – Não.

P – O senhor está sabendo dos extintores, que foram dados lá?

R – Fiquei sabendo.

P – Quem que teve assim, esse carinho de estar dando, estar dando os extintores lá, para os coronéis dos Bombeiros, aceitaram assim os extintores, que vai resolver tudo? O senhor viu a reportagem do *Agora*?

R – Não vi.

P – Não viu. Está bom.

R – O Coronel Fonseca que arrumou os extintores.

P – Ele arrumou?

R – Arrumou.

P – Com quem?

R – Na Prefeitura, agora, eu não sei onde que ele arrumou, se foi, na secretaria.

P – Ele arrumou, na Prefeitura, ou pessoas queridas lá, que estão oferecendo?

R – Não, na Prefeitura, ele arrumou.

P – Está bom. O senhor pode me falar. O senhor acha que vende produto pirateado lá dentro?

R – Vende.

P – Vende produto talvez contrabandeado lá?

R – Contrabandeado? Deve vender, não é?

P – O senhor, desculpa, esse tênis é de lá?

R – É.

P – Esse tênis que o senhor está usando é de lá?

R – Isso.

P – Tem nota fiscal do tênis?

R – Não.

P – O senhor comprou na feira da madrugada?

R – Comprei.

P – Está bom. Eu vou, eu vou fazer assim. O que o senhor pode me falar a respeito de lá? O senhor acha que tem alguma irregularidade lá?

R – Acho(?) que tem várias.

P – Me fala algumas.

R – O que eu acho ali é assim. É a Prefeitura. Eu, até hoje eu estou lá, já vai fazer cinco meses. Eu não sei quem toma conta do pátio ali.

P – Não sabe quem é?

R – Não.

P – Mas quem dá ordem para os senhores? Quem fala com os senhores a respeito da limpeza?

R – É o Coronel Fonseca.

P – Coronel Fonseca?

R – Isso.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

- P – Quando o senhor estava com ele, alguma coisa que os senhores estiveram a reunião com o Mário?
- R – Não, não vi ele na reunião; não vi.
- P – Não teve reunião nenhuma?
- R – Não vi, reunião não vi.
- P – Tá. Quer dizer, quem dá ordem para o senhor é o Coronel Fonseca?
- R – Isso.
- P – O Coronel Fonseca anda pela feira?
- R – Anda.
- P – E vê tudo o que o senhor vê, não é? Não é diferente, não é?
- R – Com certeza.
- P – Tá. O senhor sabe me dizer quantos funcionários têm na parte de limpeza, o senhor que cuida disso?
- R – Da limpeza eu não cuido.
- P – Não, eu sei, mas o senhor observa que tem a movimentação da empresa de limpeza.
- R – A limpeza deve ter umas, acho que 17 meninas, 20 meninas, que faz a limpeza, da varrição, banheiro.
- P – Tá. Me fala assim... Você chegou às sete horas da manhã lá, não é... Aí, vamos falar na quinta ou na quarta-feira. Fala a sua rotina. O senhor chega, o que o senhor faz?
- R – Eu chego, vou lá, no fundo, dou uma olhada, tomo café, desço, vou lá no fundo dar uma olhada no lixo, volto, subo lá, fico no escritório.
- P – E quem fica com o senhor?
- R – No escritório? Ah, fica eu, as meninas.
- P – Quem são as meninas?
- R – Ah, de nome, assim, eu não sei, que elas são novas.
- P – Hum.
- R – Fica a Dona Zezé também, que eu conheço.
- P – Quem é a Dona Zezé?
- R – É da Prefeitura também.
- P – As meninas não são funcionárias da Prefeitura?
- R – As meninas são.
- P – São?
- R – São. São novas lá.
- P – São contratadas? O senhor acha?
- R – Isso, contratadas, é. Acho que tem umas 22, 25 meninas.
- P – Vinte duas a vinte e cinco meninas?
- R – Isso.
- P – E qual é a função delas, Sr. Reginaldo?
- R – A função ali é andar nos corredores, no pátio, não deixar coisa no meio dos corredores, para não atrapalhar, caixa, ou quando tem muito manequim, assim, atrapalha, porque os corredores são estreitos.
- P – O senhor, para o senhor vê que realmente está irregular algumas coisas ali, não é? Inclusive, a venda...
- R – Bastante.
- P – Bastante?
- R – É.
- P – O senhor analisa... Se o senhor fosse o Secretário, no lugar do Sr. Ronaldo Camargo, o que o senhor faria ali, com aquele complexo todo?
- R – Acho que eu faria tudo novo ali.
- P – Tinha que zerar tudo e começar?
- R – Com certeza.
- P – Isso é o seu pensamento, porque o senhor vê que tem irregularidades? Não tem rota de fuga...
- R – Isso.
- P – Não é isso?
- R – Iluminação.
- P – Iluminação. O senhor tem bom senso, não é? E o Coronel Fonseca, quando o senhor chega, ele já está lá?
- R – De vez em quando.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

P – Ele vai todos os dias?

R – Todos os dias.

P – O senhor vê ele todos os dias?

R – Todos os dias.

P – Quem faz o relatório de tudo o que acontece ali, no dia a dia? É feito um relatório diário ou não?

R – É.

P – Quem que faz?

R – Ele mesmo.

P – O Coronel Fonseca?

R – Acho(?).

P – Ele não pede para os senhores: “Olha, o que o senhor viu ali, no fundo? A caçamba virou?”

R – É.

P – Os senhores falam?

R – A gente faz e passa para ele.

P – Para o Coronel Fonseca?

R – Isso, avisa ele.

P – O senhor não trabalhou com o Coronel Atino?

R – Não.

P – Feliciano, o senhor conhece?

R – Conheço. Quando entrei lá, estava a Amélia e o Feliciano.

P – E o Feliciano, por exemplo...

R – E o Altino.

P – Reginaldo, o Feliciano fazia o quê lá?

R – Ele era tipo um encarregado meu.

P – E o que ele falava para o senhor, o Feliciano?

R – Para mim? A rotina normal, era andar nos corredores, olhar... o dia a dia.

P – Tem algum colega seu que está com box lá dentro?

R – Colega?

P – É.

R – ...box?

P – Não, colega da Prefeitura.

R – Ah, não; aí não.

P – Nenhum?

R – Não.

P – O Thiago(?) não está sem box lá?

R – Não tem.

P – O Thiago(?) não tem?

R – Não.

P – A lanchonete que ele fica é amizade só?

R – É.

P – Ele entra lá dentro, mas é uma questão de amizade, não é?

R – Eu acho que sim, não é?

P – Porque fica lá dentro da lanchonete, não é? Eu, eu agradeço muito sempre as pessoas que vieram aqui. Eu agradeço. Na semana passada, o senhor ficou quase três horas, não é? E as pessoas vêm aqui e depois são punidas. Não é isso?

R – Com certeza.

P – E os senhores não devem ser... Os senhores, não. O senhor não deve ser punido, e eu sei que, às vezes, alguma coisa que fala, eles pegam um pouquinho da fala, para punir as pessoas, que, na verdade, não têm nada com isso, porque nós estamos querendo chegar perto... Eu não estou querendo chegar perto a essa subcomissão dos (ininteligível). Queremos chegar bem perto do Sr. Ronaldo Camargo. Estou falando aqui assim para ficar cópias taquigráficas, porque tudo o que eu estou mandando para a Polícia Civil, e se o senhor tiver alguma coisa que falaram que o senhor ou tentarem alguma retaliação, eu faço questão que o senhor venha aqui, na Câmara Municipal, que eu vou levar o senhor, no plenário, para o senhor falar a pressão que quiserem fazer em cima do senhor. Quero deixar muito claro isso, porque eu não tenho dúvida que, dentro da fala do senhor, eles já se pegam para retaliações. Então, (ininteligível) funcionário com carreira, está falando a verdade, e eu, a observação eu faço hoje, e estou fazendo sempre. O senhor viu alguma construção de box, desde que o

Leônidas Amador Pedrazzoli

RF: 11372

senhor está lá?

R – Não.

P – Não cresceu nada, no estacionamento, lá onde param os ônibus? Aumentaram?

R – Não.

P – Na parte do fundo?

R – Também não.

P – A outra parte do horti lá, o senhor conhece?

R – Não, nunca fui.

P – Tá. Os táxis estão entrando, normalmente, lá? Como está?

R – Está normal.

P – E quem está cuidando? O DTP está lá?

R – É, a SPTrans, não é?

P – É.

R – É a SPTrans.

P – Está lá direto?

R – Está, todo dia.

P – Os ônibus pagam alguma coisa para entrar?

R – Não.

P – Os sanitários?

R – Também não.

P – O senhor sabe que os sanitários cobravam?

R – Antigamente, é.

P – O senhor sabe que cobravam, quanto?

R – Não, não sei.

P – Não sabe. Tiraram as catracas?

R – Tiraram.

P – Muito bem. Sr. Reginaldo, o senhor tem mais alguma coisa para falar de lá?

R – Não, não.

P – Não. Então, eu agradeço a sua vinda aqui, a sua fala, e, se precisar, eu vou chamar o senhor uma próxima vez.

R – Está bom.

P – Está bom?

R – Está bom.

P – O meu muito obrigado. Se alguma coisa, alguma pressão o senhor, acontecer em cima do senhor, por favor, o senhor venha para a Câmara Municipal.

R – Está, obrigado.

P – A minha(?) sala(?) é 315.

R – Está bom.

P – Pode vir a hora que o senhor quiser.

R – Tá.

P – Tem o pessoal jurídico. O senhor vem dentro da verdade, que nós vamos falar. Está bom?

R – Está bom. Obrigado.

P – Eu agradeço muito. O seu nome, só para ficar...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Izidro de Jesus. O senhor é de onde?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor é Presidente da... O senhor é que ofereceu os extintores?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor vai usar então... O senhor pode usar o microfone, por gentileza?

O SR. IZIDRO DE JESUS FILHO(?) – É só para fazer essa correção... (fora do microfone)

P – Só para... O seu nome é?

O SR. IZIDRO DE JESUS FILHO – Izidro de Jesus Filho.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tá.

R – Bom dia.

P – Muito obrigado, viu, Seu Izidro, de me trazer aqui a... O senhor é de onde?

R – Sou Presidente da Câmara do Comércio do Brás, 25 de Maio e Bom Retiro. RF: 11372

P – Muito bem, o endereço dos senhores está aqui?

R – Tem, o endereço é Rua Henrique Dias, número 38, sala um, ou Elíseo(?) Taquer(?), número 111, sobreloja.

P – Tá, a respeito... O senhor está entregando isso aqui a respeito dos extintores?

R – No jornal... Nota de esclarecimento, porque, no jornal de hoje, saiu que a Câmara que Comércio, que a gente foi entrevistado lá pelo jornal que estava lá, e teve essa ação, em que os próprios camelôs lá da feira da madrugada, os microempreendedores fizeram vaquinha para comprar os extintores, em função de que realmente não tinham os extintores. A (ininteligível) da Prefeitura demora demais de eles, como houve, já que, na outra semana passada, que realmente dizendo que não tinham os extintores, eles se reuniram e compraram.

P – Sr. Izidro, autoridade... Quem que autorizou os senhores a arrecadar?

R – Não teve autorização. Acho que o pessoal que se juntou lá mesmo, e fez essa (ininteligível)

P – Quanto foi a arrecadação de cada...

R – Eu vi o total na nota fiscal aí.

P – Qual é o total da nota fiscal?

R – Deu, agora eu não lembro, Vereador. Dá 800 reais, sim. Vai dar 800 reais, 808, alguma coisa assim. Não é isso?

P – Sim.

R – É isso? Eu sei que foram, uma média de quase cem reais cada extintor. Foram (ininteligível) extintores comprados.

P – O Seu Fonseca está de acordo com isso?

R – Eu sei que o Fonseca foi comunicado antes, que eles estavam fazendo isso.

P – Ele foi comunicado via o quê?

R – Via o pessoal dos próprios camelôs mesmo, a própria comissão lá. Tem uma comissão lá que é a comissão dos fundadores, e essa comissão é que acabou encaminhando lá...

P – O senhor falou com o Seu Fonseca.

P – A respeito disso?

R – E falei ontem, falei na sexta-feira com ele.

P – E ele sabia dos extintores?

R – Ele sabia, mas não tinha certeza que o pessoal realmente ia comprar. Tanto é que, quando nós fomos lá...

P – Ele sabia...?

R – Ele sabia que tinha essa atitude, essa proposta dos camelôs para comprar o extintores, mas ele não achava que realmente ia se concretizar.

P – E ele autorizou?

R – Não, não foi solicitada autorização para ele, porque foi uma ação dos próprios camelôs mesmo. Na sexta-feira, nós estávamos lá e acabei conversando com ele.

P – Sr. Izidro, e quem...?

R – O processo de doação... Aí a orientação dele – inclusive isso ele falou na minha frente com a pessoa que estava representando a Comissão lá -, ele pediu para que o processo de doação seguisse o trâmite de doação democrática, que seria entregar nota fiscal lá na Secretaria e que iria passar por um processo de doação. Ele explicou lá para o pessoal mesmo que fez a doação qual que é o processo burocrático para que isso se concretize em doação à Prefeitura mesmo para se incorporar ao patrimônio.

P – Sr. Izidro, muito bem.

R – Ele deu essa informação bem...

P – Ele que deu?

R – Ele que deu.

P – O senhor falou: o Coronel Fonseca.

R – Isso, eu estava presente. Ele deu essa informação.

P – Ótimo, ótimo, muito bom.

R – Ele encaminhou bem.

P – E o Coronel Fonseca ele é do Corpo de Bombeiros, não é?

R – Não tenho essa informação.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

- P – O projeto, então, fizeram o projeto para colocar esses extintores lá?
- R – Da Prefeitura e do Coronel?
- P – Não sei.
- R – Segundo o que ele me passou, sim, que tem um projeto.
- P – Que tem o projeto e que aí...?
- R – Que tinha feito as compras, que tinha feito a solicitação da compra também.
- P – Ah, sim.
- R – Mas aí, como estava demorando e tudo mais, os próprios camelôs de lá se reuniram e fizeram uma vaquinha e compraram. Eu sou testemunha, porque eu vi os extintores lá mesmo. Na sexta-feira, eles estavam lá mesmo.
- P – Eu tive a informação também. É muito importante.
- R – Agora, eu fiz questão de vir aqui entregar a nota, porque eu sei que realmente a matéria saiu dizendo que fomos nós, mas não foi a Câmara do Comércio que comprou. Nós estávamos lá presentes, realmente falei com o Coronel, o Coronel deu orientação para que eles pudessem fazer o trâmite de doação do patrimônio e...
- P – O Coronel é que deu a permissão?
- R – O Coronel deu essa orientação.
- P – Deu a orientação.
- São suficientes os cem extintores?
- R – Segundo o projeto que ele nos falou lá, que ele deu essa informação na sexta-feira, que o pessoal dos Bombeiros que foi até lá, uma das coisas eram 150 extintores. Como já havia extintores lá, fizeram a conta que esses cem seriam suficientes.
- Agora, existe um problema lá que ele também, que ele levantou...
- P – Fala, Izidro, fala que estou gostando que você... Senta até, está ficando... Tá... Tô...
- R – Desculpa, a gente não estava na programação. Desculpa entrar.
- P – Aliás, deixa eu até... Você ficou sabendo que houve um princípio de incêndio numa das bancas do Mário?
- R – Não, não fiquei sabendo.
- P – Mas... Pois não, pode falar, Izidro.
- R – Então, um dos problemas lá é que até o Bombeiro Felipe, que é o que está lá, ele disse que...
- P – O Felipe é que fica lá?
- R – É, o Bombeiro, ele disse que já houve lá furto dos extintores que foram colocados lá.
- P – Os que colocaram na sexta já roubaram?
- R – Não, não, não. Dos anteriores. Por isso que não tinha a quantidade que tinha sido comprada lá, mas que houve furto de extintores lá e é por isso que não tinha essa quantidade lá, que foram comprados.
- P – Hoje o senhor falou com o Coronel Fonseca?
- R – Não.
- P – Mas, na sexta, o senhor falou?
- R – Na sexta, ele foi lá.
- P – Em que horário?
- R – Eram umas 10h da manhã, 10, 10h30, mais ou menos.
- P – E ele não ficou surpreso com nada dos extintores?
- R – Não, ele agradeceu.
- P – Ele agradeceu?
- R – Agradeceu, achou que realmente não conseguiria, que os camelôs não conseguiriam fazer essa...
- P – Esse Sr. Coronel Fonseca é um descarado, sem-vergonha, mentiroso. Quem está falando é Adilson Amadeu, quero registrar. Eu falo assim porque fica registrado em cópias taquigráficas, que eu falei com ele, ele falou que não sabia de nada, que ele ia ver. Não me deu retorno.
- Sem dúvida alguma, ele vai pagar pelas mentiras que ele está fazendo. Quero deixar registrado que já vou comunicar agora e vamos passar para a Polícia Civil para eles perderem um pouquinho dessa vergonha que eles não têm na cara.
- Eu agradeço muito ao senhor, que o senhor já tem vindo aqui várias vezes.
- R – Claro, estou aqui para contribuir.
- P – O benefício que o senhor está fazendo lá, porque, na verdade, veja, tudo precisa ter uma estrutura e precisa ter um projeto.

R – Claro.

P – E isso daqui, os cem não são o suficiente, sem o projeto.

R – Sem a sinalização, ...

P – É lógico.

R – ... Sem a Brigada de Incêndio, sem a orientação de todo mundo.

P – Tudo isso.

Então, é por isso que nós estamos preocupados com isso.

R – Mas é uma atitude boa, uma atitude boa dos camelôs.

P – Não, as atitudes dos camelôs sempre foram boas, ...

R – Eu achei bom.

P – ... De quererem trabalhar, não é isso?

R – É, porque, na iminência de fechar por falta de extintores, eles se juntaram para poder fazer. Achei louvável. Mas...

P – É, porque tem um detalhe, Sr. Izidro.

R – Mas sempre tem a parte técnica, a parte burocrática do negócio.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Tem alguma coisa, que tanto o Altino, como o Fonseca, como o Cel. Casado, como Coronel Branchini, que eles não aceitam nada de arrecadação, nada de doação e aí acontece o que está acontecendo, que o senhor está me oferecendo aqui até, que os senhores fizeram isso, entendeu?

O SR. REGINALDO DIEGAS GONZALES – É a realidade. Isso é verdade. Acredito que também até os próprios camelôs não acreditavam que eu iria conseguir comprar o CNE (?), mas eles se motivaram mesmo. E, eu acredito, até em função até da Comissão, porque o que vocês estão fazendo é importante. Importante porque pressiona também o Poder Público para que todo mundo possa se legalizar.

Agora, eu queria aproveitar para deixar bem claro qual o meu interesse nesse negócio. Eu fui, há quatros anos, quem propôs aquele projeto inicial do Mega Pop Center que nós fizemos audiência pública aqui que era para fazer um shopping popular, mas bem mais tímido. Não era tão...

P – Mais humilde e mais funcional.

R – Mais humilde. Realmente, tem de ter a parte da infraestrutura lá; tem de ser adequada mesmo, porque aquilo é uma atividade econômica, não é uma atividade apenas que favorece os camelôs que estão lá dentro, mas a região toda lá recebe esse valor, esse dinheiro que é, na verdade, um centro de logística. Todo mundo estaciona os ônibus, vai às lojas, compra e vai embora.

Então, a Cidade, o comércio, o Brás, a Vicenzo Márcio (?) e o Bom Retiro não conseguem mais ficar sem essa estrutura. Então, é em função disso que essa estrutura tem de ser melhorada mesmo, do jeito que está não pode ficar. Mas eu vejo, eu já acompanho lá há uns quatro anos mais ou menos, e eu acredito que cada vez está melhorando. Não tinha, o senhor foi lá há três ou quatro anos, dois anos, quando foi fazer aquela denúncia de pirataria, a gente já estava acompanhando também, e o senhor sabe que houve algumas alterações pequenas porque todo mundo lá acaba não tendo muita organização e cada um vai fazendo por si.

O que eu acho que falta é exatamente esse planejamento, como o funcionário que acabou de falar, deveria ter um projeto. Nesse projeto acredito que os Vereadores são importantes porque tem uma legislação que tem de ser específica para lá, a contribuição de algumas coisas para poder fazer, a questão da fiscalização.

O fato de vocês estarem fazendo esta comissão é importante, colabora bastante, é mais um passo. Se não for para fechar e para melhorar, tem todo o meu apoio. Se o Prefeito, se os senhores, se os camelôs, quem estiver lá que for para melhorar para o microempreendedor, principalmente porque é por isso, é questão até pessoal, como nós fizemos um projeto, eu gostaria que esse projeto se realizasse é uma questão de realmente...

P – Qual é o projeto que o senhor?

R – O projeto do shopping popular, de transformar a Feira da Madrugada em um shopping popular, que era um Mega Pop Center no início.

P – Deixa-me fazer uma pergunta ao senhor. O senhor responde também se quiser. A Sra. Andréa participa da gestão também, que é da Secretaria do Trabalho?

R – Sim.

P – Ela é sua parente?

R – Não.

P – Agradeço a sua presença. O senhor está sempre aqui?

R – Conte conosco. O que precisar de contribuir, de trazer, pode contar conosco.

P – Eu agradeço. Obrigado.

Eu queria ouvir o Sr. Ivanor Batista da Silveira agora. Eu vou pedir só uma gentileza, porque as perguntas praticamente são as mesmas e aí fica até meio tranquilo para o Sr. Benedito Afonso Ribeiro responder. Vou pedir a gentileza do Sr. Benedito de aguardar um pouco na sala ao lado.

Sr. Reginaldo, o senhor fica à vontade, se o senhor quiser ir embora, fique tranquilo. Eu agradeço muito. De novo, qualquer coisa, por favor, o senhor me procure.

Sr. Ivanor. O nome, por favor, é só para as notas taquigráficas e quando usar a palavra, sempre Ivanor.

O SR. IVANOR BATISTA DA SILVEIRA – Ivanor Batista da Silveira. RF 3162893.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Ivanor, o senhor é funcionário de carreira?

R – Sou.

P – Há quanto tempo?

R – Quase 31 anos.

P – Na Mooca, o senhor está a quanto tempo?

R – Vou completar cinco anos.

P – Anteriormente, Ivanor, o senhor esteve onde?

R – Comecei na Freguesia do Ó, depois Regional da Sé, depois Pirituba por duas vezes e Mooca agora.

P – O teu é Supervisão de Fiscalização?

R – É. Vim para Mooca sem a Supervisão, depois fui nomeado e agora não sou mais Supervisor há um ano e dois meses, um ano e três meses.

P – Ivanor, então, a sua função é?

R – É engenheiro de carreira dentro da Prefeitura.

P – Subordinado a?

R – À Supervisão de Fiscalização.

P – Quem lhe passa as tarefas?

R – Passa a tarefa o Benedito, o Bene.

P – O Benedito é que passa?

R – Passa as tarefas.

P – Você conhece a Feira da Madrugada?

R – Conheço.

P – Você já foi lá?

R – Já fui acho que umas quatro ou cinco vezes para fazer laudo de segurança, lacrar aquela obra. Já fui umas cinco vezes. Já fiz três laudos de segurança e acho que duas vezes fui para fazer lacração da obra.

P – As providências que foram tomadas ali, então, conte-me.

R – À respeito da obra?

P – Geral.

R – Geral.

P – Eu estou querendo, vocês são pessoas que a gente conhece, sabemos do trabalho de vocês ao longo dos anos. Eu quero assim, Ivanor, tanto você, como o Bene, até o Toninho, mas não está aqui na pauta de hoje, que vocês falem porque vocês, hoje, os Coronéis tomaram conta das Subprefeituras e vocês, não sei como é a determinação, a ordem.

Eu, por exemplo, até vou falar aqui, sexta-feira estive em um evento com o Coronel, Subprefeito da Mooca, Casado, e o que o Branquini falou que iria lá lacrar e tal, agora parece que não pode mais.

Eu já estive no Ministério Público e vou voltar amanhã. O que eu fico triste é que vocês vão ter trabalho para os próximos 20 anos, se tiverem saúde, que eu quero que os senhores tenham. Os senhores vão ter muito trabalho. Por quê? Os Coronéis vão embora e sobra para vocês que são funcionários.

Então, se vocês vierem aqui falar que está tudo bem, estou percebendo que a imprensa, a imprensa vai vir aqui daqui a pouco, a Record, a Bandeirantes, talvez a Globo, falar exatamente da Feira da Madrugada.

Depois que a Prefeitura, a gestão pegou aí de novembro para cá a gente só recebe informações de denúncias e os senhores continuam lá. Os senhores são funcionários nomeados.

O Coronel Casado falou: "olha, estou com dificuldades porque foi para Judi, foi para não sei o

que, juntei todas as peças, eu não tenho desembargo". Os Promotores não estão gostando disso por uma série de razões, entende?

É como esse Sr. Coronel Fonseca, ele mente descaradamente. Mentiu para mim. Como que pode um militar que chega a Coronel mentir assim? Que vergonha. Não tem vergonha na cara, o Coronel Fonseca.

R – Não, eu, com todo o respeito que tenho aos Vereadores e a todos que estão aqui, não vou mentir. Pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então conta um pouco. A pergunta é mais ou menos assim, vou antecipar e perguntar, você conhece o Mário, a Mami e o Papi.

R – Não conheço.

P – Nunca ouviu falar deles?

R – Ouvi falar, mas não conheço.

P – O que você ouviu falar deles?

R – Ouvi falar deles na época em que estava construindo lá.

P – E quantos boxs de alvenaria o senhor sabe que tem lá?

R – Hoje eu sei porque tem o levantamento desta comissão, 177 de alvenaria não é?

P – Não. Tem mais.

R – Eu não conheço.

P – Agora pergunto, o senhor tem condições de fazer um laudo lá dentro e me apresentar? O senhor ou o senhor Bene, para me apresentar todos os box de alvenaria que tem lá.

R – Pode pedir para o Bene que eu estarei ajudando, pode ter certeza.

P – Então é o Bene que vai dar a ordem.

R – É. Ele vai passar a ordem, porque com todo o respeito, temos de acatar um pedido seu.

P – Mas conta.

R – Então, antes era GSA para todo mundo. Nós tomamos providência com um pedido de licença de funcionamento dele que não foi aceito, evidentemente, chegou até a ser indeferido o processo. Nós interditamos legalmente, mas não foi obedecido, abrimos inquérito policial. Face à complexidade da situação fizemos um laudo de segurança, fui eu, o Engenheiro René Nunes, o Antonio Dourado e fizemos um levantamento e não havia condições de estar funcionando a feirinha, por falta de segurança.

P – Quando isso?

R – Foi feito em setembro de 2010.

P – O que fala esse laudo?

R – Tenho até cópia aqui, o espaço de estruturação com largura insuficiente, corredores de rota de fuga mal sinalizados, circulação de veículos interferindo na circulação de pedestres, equipamento de proteção de combate a incêndio em quantidade insuficiente, obstruídos, instalação elétrica em desconformidade com a norma brasileira, não observância das normas brasileiras – ABNT, quanto à acessibilidade e elevada carga de incêndio, por causa da instalação e mercadoria. Face à situação exposta, devido ao significativo público frequentador do lugar, propomos ser oficiado Sehab/Contru, para as devidas providências desse departamento. Além disso, foi enviado ao Ministério Público a inventariante na Rede Ferroviária Federal, a Secretaria Municipal das Subprefeituras, a Contru, Secretaria Municipal de Controle Urbano e Corpo de Bombeiros.

Quer dizer, foram enviadas cópias e acho que isso motivou a Rede Ferroviária a passar para a Prefeitura isso.

P – Isso em que data?

R – Em 17 de setembro de 2010. Antes já tínhamos feito uma outra, acho que em 2008, está aqui também. Fui eu e o René Nunes, fizemos também um levantamento. O Subprefeito, na época, pediu para que fossemos lá porque eles queriam uma licença de funcionamento. Aí pedimos, fizemos um relatório sobre o que ele teria de cumprir para obter uma licença de funcionamento de GSA, a regularização da edificação, visto de bombeiro, layout de modo a definir rotas de fuga, isso foi em 2008. E essa outra foi em 2010, por causa da complexidade, que estava nos assustando, deixando preocupados, porque fui fazer uma vistoria nessa parte de segurança e aí convoquei os colegas para irem junto comigo, porque achei que era uma necessidade muito séria.

P – Pergunto, o Sr. Ronaldo Camargo tem ciência disso? Vocês mandaram ofício?

R – Tem. Tem dessa e da posterior também. Quando nós tentamos fechar, a licença de funcionamento chegar ao extremo, o Engenheiro Antonio relatou as dificuldades que nós teríamos para fechar aquilo lá. Então solicitou ajuda ao Subprefeito, ao Coordenador e outros

órgãos como Contru, Polícia Militar, porque para retirar aquele pessoal de lá seria impossível. *leônardo camargo camargo*
P – Bom, o Sr. Ronaldo Camargo ainda é conivente, ele está sabendo de tudo. Aliás, o encontro lá. Ele viu tudo. Quem liberou aquela barraca da Nestlé que tinha o toldo de 16 metros no final do ano?
RF: 11372

R – Não sei, nobre Vereador. Acontece que quando a gestão passou a tomar conta daquilo, a partir de novembro, nós da área da fiscalização nunca mais fomos acionados para nada, porque lá dentro tinha um gestor. A Secretaria das Subprefeituras mais a Secretaria do Trabalho colocaram um gestor e o gestor nunca mais nos solicitou nada.

P – De novembro para cá, os senhores...

R – Desconhecemos qualquer coisa na área da fiscalização.

P – Os senhores não são chamados lá dentro?

R – Não. Não fomos mais chamados.

P – Então está bem assim, pode construir à vontade porque a Subprefeitura...

R – Também não chegou ao nosso conhecimento nada de obra, nada, porque não sei judicialmente... por isso que quando nos reunimos, o corpo de técnicos, o Branchini falou, vamos lá fechar e eu falei, não, acho que temos de enviar o Jurídico para determinar se pode.

P – Sr. Ivanor, quando o Branchini falou? Ele veio aqui...

R – Naquele mesmo dia.

P – Naquele mesmo dia fez uma reunião?

R – Fez uma reunião porque ele disse que tinha de ir lá e lacrar. E nós achamos que teria de ter um parecer jurídico ou uma ordem superior a nossa. Nós estamos lá embaixo, Presidente.

P – Mas o Cel. Branchini se comprometeu.

R – Se comprometeu, mas não sei se é legal a gente ir sem o parecer judicial, porque aquilo lá passou a ser uma área da Prefeitura.

P – Ivanor, deixe-me falar uma coisa para vocês, eu sei do trabalho de vocês. Se houver uma irregularidade, vocês vão, autuam, fecham, vocês não estão colaborando com essa subcomissão. Eu preciso que vocês colaborem com essa subcomissão, para não sobrar para vocês.

R – Eu entendo, Presidente.

P – Enquanto eu for Vereador vou buscar o Sr. Ronaldo Camargo, os coronéis que estão prevaricando. Eu, Adilson Amadeu. Agora, eu vejo que os senhores são funcionários de carreira, sabem também resolver essa situação, mas estão sendo impedidos, por isso estou pedindo que os senhores falem.

R – Porque nós fizemos tudo o que tinha que fazer.

P – Aliás, os senhores estão perdendo espaço na Prefeitura exatamente por isso, porque os senhores não falam.

R – Quanto a isso nós tomamos todas as providências, todas.

P – Quais providências, por exemplo, o Cel. Branchini falou o quê para os senhores?

R – Ele falou que queria que nos organizássemos para ir lá lacrar novamente, mas nós já fizemos tudo o que tinha que fazer antes da gestão. Pedimos auxílio, abertura de inquérito, o processo está no Jurídico. Está tudo encaminhado dentro da legalidade. Quer dizer, sabemos que aquilo lá é irregular, mas aí virou a gestão e não tivemos uma resposta do que tínhamos que tomar providências, porque acho que foi em começo de novembro que relatamos todos esses fatos que estavam acontecendo lá, e precisava pedir ajuda. Uma ajuda maior, porque o negócio é muito complexo.

P – O senhor viu essa reportagem do *Agora*?

R – Não vi.

P – Seria bom que os senhores vissem essa reportagem do *Agora* sobre as irregularidades. Não estamos falando dos quatro mil boxes que já estavam lá, que tomaram cacetada na rua e estão lá, e preservar da melhor maneira possível. Quem está errado, quem compra mercadoria não identificada, aí é outra conversa, mas de alvenaria, nem sei mais porque cada um fala uma coisa. Sei que fui lá e fiquei contando e me perdi, são muitos boxes.

O senhor já ouviu falar do Mário, da Mami e do Papi?

R – Já ouvi falar, mas não conheço. Esse Mário já ouvi falar, esses outros que o senhor falou nunca ouvi.

P – Os boxes de alvenaria o senhor desconhece?

R – Conheço porque estive lá lacrando.

P – E depois?

R – Houve muitas, 29 multas só de obras...

RF: 11372

- P – E o procedimento? Conte-me porque quero que os senhores me ajudem para lacrar.
- R – Desde quando iniciou a obra estamos embargando. Eles paravam a obra, paravam pouco tempo, eles continuavam a obra. Vários fiscais, os que estavam de plantão diariamente. Pedrazzoli
- P – Quem são os fiscais?
- R – Agora preciso ver, porque eram vários, os que estavam de plantão.
- P – Da Sub.
- R – Da Sub. Passavam diariamente lá para ver se eles estavam mexendo.
- P – Quem, por exemplo, me fala, mesmo os que não estão mais.
- R – Estão todos lá.
- P – Os senhores vão me ajudar, tenho certeza. Tenho falado, inclusive, para amigos nossos em comum, que os senhores vão me ajudar.
- R – Agente Vistor nós temos o José Eduardo...
- P – Eu quero ajudar os senhores, mas os senhores precisam me ajudar. Quem?
- R – Posso passar a lista de todos para o senhor, está bom?
- P – De cabeça já, porque quero começar a trazer aqui, por favor.
- R – José Eduardo, Gilberto.
- P – Quem é o Gilberto?
- R – Agente Vistor. São todos agentes vistores. Ricardo, a maioria.
- P – São funcionários de carreira?
- R – São funcionários de carreira que estavam passando no local para ver se a obra estava sendo tocada. Eles paravam a obra, quando tocavam a gente providenciava a sequência do processo. Então embargo, desrespeito, colocamos *guard rail*, lacre, abertura de inquérito, tudo que o senhor possa pensar que uma obra sofre, eles sofreram.
- P – Ivanor, você já foi ouvido na Polícia Civil?
- R – Nunca chefe.
- P – Então quero deixar claro...
- R – Porque eu sempre trabalhei da maneira...
- P – Eu sei o trabalho dos senhores. E os senhores vão ser chamados. Aliás, todas as cópias taquigráficas, tudo aqui está indo para a Polícia Civil, porque é um trabalho em conjunto. Os senhores, dentro da função dos senhores, dentro da caneta que os senhores têm... Hoje então, para resolver essa situação, quem precisa me ajudar a lacrar esses boxs irregulares de alvenaria? O Secretário Ronaldo Camargo?
- R – Eu acho que precisava, Presidente. Acho que temos de ter um parecer jurídico superior para a gente ir lá. Esse levantamento que o senhor está pedindo, se o senhor pedir nós vamos lá fazer, quantos têm de alvenaria.
- P – Eu gostaria que o senhor ajudasse. Por exemplo, as cópias do processo de embargo?
- R – Passo para o senhor.
- P – Em quanto tempo o senhor me passa isso?
- R – Ah, me dá dois dias.
- P – Vou lhe dar... Temos aí o feriado, dou dez dias, pode ser?
- R – Está ok. Todas as multas, todas as cópias direitinho, da licença de funcionamento e dos embargos.
- P – Ótimo. Faça isso, me ajude.
- R – Eu quero também continuar trabalhando como sempre trabalhei.
- P – Vai sobrar para os senhores. E não é essa subcomissão, é a Polícia Civil que está acompanhando, o Ministério Público que entrou no caso e vamos buscar quem tem o direitinho de ficar trabalhando. O senhor está sabendo da inscrição que teve de box, que fizeram um cadastramento?
- R – Então, eles entraram para fazer isso, para fazer um recadastramento, organizar, melhorar a segurança, um monte de itens. Quando eles assumiram, eu disse assim: até que enfim vamos arrumar aquilo lá, porque aquilo lá é um monstro para nós que trabalhamos. É difícil da gente arrumar. Vi vários projetos que iam melhorar, iam fazer ruas mais largas para entrar ambulância, mas não aconteceu nada.
- P – Do horti você sabe alguma coisa, pode me falar do estacionamento.
- R – O horti eu vistoriei com o Cel. Branchini há mais de um ano e meio, para ver as irregularidades. Lembro que alguma coisa foi tomada providência, agora não estou lembrado mais. Acho que já não era mais o supervisor, mas fui.
- P – Na ida do Prefeito há uns 20 dias, o senhor estava lá?
- R – Não estava. A verdade é essa: após a gestão não entrei mais lá.

- P – Os senhores não entraram mais. Alguém da supervisão, o Zé Ricardo, o Toninho, o Bene?
- R – Não.
- P – Ninguém mais. Vocês estão fora.
- R – Ninguém.
- P – Pediram para os senhores ficarem fora.
- R – Não. Não falaram nada. Não pediram nada. Só simplesmente nunca mais pediram, nunca mais nos acionaram.
- P – E o Cel. Casado nunca mais falou a respeito desse trabalho para os senhores?
- R – Não, a única coisa...
- P – Só me responde, ele fala para o senhor, para o Sr. Bene, para o Sr. Toninho, olha, vai na Av. Vautier, vai na João Teodoro, vai na Júlio Ribeiro, vai na Casemiro de Abreu, vai na Monsenhor Andrade, ele pede para ir?
- R – Não, ele determina. A última determinação lá foi para pedir licença de funcionamento para aquelas que tinham passagem para a feirinha, porque o Secretário determinou.
- P – E o que os senhores fizeram.
- R – Intimamos a pedir licença, tudo o que estava na área, praticamente, da Rede Ferroviária. Nós intimamos o posto de gasolina, que estamos aguardando informações...
- P – Área invadida o posto.
- R – Nós estamos pegando informações...
- P – Eu não sou engenheiro, sou só um Vereador. Eu quero ajudar, mas vocês não querem me ajudar, não adianta.
- R – Não, nós estamos...
- P – E a passagem secreta continua?
- R – Não. Que eu saiba não.
- P – Continua. Quer ir lá já?
- R – Vamos.
- P – Tem que ir lá. É que vocês não podem mais entrar nesse circuito.
- R – Podemos. Lá dentro não. Se o senhor solicitar eu vou com muito prazer.
- P – Eu quero que vocês ajudem.
- R – Irei com muito prazer. Não tem problema nenhum.
- P – Quero que vocês ajudem. Tudo que vocês puderem ajudar.
- R – Não tem problema nenhum, se o senhor solicitar eu vou.
- P – Eu estou pedindo com a maior humildade, sou Presidente dessa Subcomissão, estou pedindo a colaboração das pessoas e estou antecipando para os senhores que os senhores vão ter trabalho na Polícia Civil, na Promotoria, os senhores vão ter trabalho, porque vocês vão chegar lá e vão perguntar: por que vocês não fizeram? O senhor viu? O senhor sabe disso, fizemos laudo?
- Não sei, o senhor sabe como funciona isso.
- R – Tecnicamente, acredito que tomei todas as providências quando era supervisor.
- P – Ivanor, me faz a gentileza, o Cel. Branchini veio aqui, eu pedi suspensão dos trabalhos e depois abri a sessão, o Cel. Branchini se comprometeu de ir lá lacrar os boxs de alvenaria. Ele se comprometeu: eu vou lá, vou fazer e tal. Muito bem, aí ele foi para a Subprefeitura...
- R – E não respondeu.
- P – Não. Ele fez uma reunião com os senhores?
- R – Fez uma reunião.
- P – Quem estava na reunião?
- R – Estava eu, Bene, Toninho, Napolitano...
- P – Napolitano.
- R – A assessora jurídica.
- P – Quem é?
- R – A Helena.
- P – O Cel. Casado?
- R – O Cel. Casado, acho que foi informado da nossa reunião, através de um documento que foi elaborado para que ele encaminhasse ao Secretário ou ao Jurídico.
- O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu)** – O Coronel Casado encaminhando...
- O SR. IVANOR BATISTA DA SILVEIRA** – Ao Secretário da situação, que definisse, para que nós, da ponta, trabalhasse, fosse lá. Se determinasse, nós vamos lá.
- P – Aí o... Porque eles não conhecem nada, mesmo.

Leonardo Amaral Pedrazzoli

R – Até agora, não tivemos a resposta.

P – Todos os coronéis não conhecem nada. Ai eles pediram para os senhores falarem o que para o Branchini(?)?

R – Nós falamos: “Vamos favor um parecer aqui, um pedido, uma solicitação, para que haja uma autorização de Jud, para que a gente possa entrar lá, porque a área passou a ser agora, praticamente, da Prefeitura, uma área que está comandada pelo Secretário, que a subprefeitura não tem poder lá dentro mais. Acabou, a subprefeitura só ia lá quando estava a GCA, que depois passou para a rede. A rede, depois que recebeu esse laudo nosso aqui, acho que repensou e resolveu, colocou uma gestão. Ela colocou uma gestão lá, por pouco tempo, três meses, quatro, não me lembro.

P – Não, a rede recebeu visita do querido Prefeito e do Subprefeito. Então, o Secretário de Trabalho falou assim: “Oh, deixa na nossa mão, que nós vamos deixar, com a maior honestidade e transparência, tudo em ordem.

R – Porque esse laudo que nós fizemos, realmente, nós fizemos com a proposta de que algo fosse feito em favor daquela área lá.

P – Agora, em Jud, me conte um procedimento, para que a gente consiga chegar perto do que a gente está querendo.

R – Então, eu acredito, sim. Se Jud determinar, por ser uma área municipal, se ela determinar, eu acho que o Secretário poderia determinar que fosse uma reintegração de posse daquela área, vai, de alvenaria, não sei. Acho que tem vários caminhos lá que Jud pode descobrir, porque a área pertence agora à gestão da Prefeitura, do Secretário. Então, acredito que possa ter uma saída legal, para que a gente possa ir lá e lacrar os box todos dele, até demolir, se houver um parecer jurídico.

P – Mas eu pergunto...

R – Apesar de que...

P – O box tem licença de funcionamento?

R – Não tem.

P – Tem alvará?

R – Não tem.

P – Tá. Se eu tiver fora da feira, um imóvel sem alvará e sem licença de funcionamento, o que acontece?

R – A gente lacra e fecha o comércio. E quando é particular, se houver, a gente, a obrigação nossa é até de fazer uma abertura de demolição, não é? Me fugiu aqui, a área, o processo de demolição. (ininteligível) me ajuda também o nome.

- Manifestações fora do microfone.

R – Demolição. Mas tem um termo.

P – Desfazimento.

R – Não é desfazimento.

P – Está falando... Não é desfazimento?

R – Não é, não é. É ação demolitória, ação demolitória, mas lá passou a ser uma área da Prefeitura, o que dificulta a gente, nós, se não tiver uma determinação superior, Presidente. Fica difícil para nós. É isso que eu quero que o senhor entenda, que nós estava fazendo aí, até o Toninho tinha feito um laudo da situação de lacrar tudo aquilo lá. Nós chegamos à conclusão que não dá para lacrar. Tem gente trabalhando, tem gente que é humilde lá. Não é só os grandão que está lá, que entrou lá, invadiu. Eu lembro muito bem que aquilo começou com mil e poucos, que foi um negócio mais simples. Ai o Contru foi lá, vistoriou, determinou que fizesse, acabasse com as gambiarras que tinha na parte elétrica.

P – Tem gambiarra lá, (ininteligível)?

R – Agora, nessa última vistoria, que foi feita, em setembro, o negócio está feio. Por isso que nós saímos de lá arrasado. Sabe quando você sai assim, com o pensamento muito triste, de que fala: “Nós não podemos fazer nada”. Então, vamos fazer um laudo, alertar todo mundo, para ver se há uma reação para melhorar a situação de quem trabalha, de quem vai lá comprar, porque os extintores, tudo escondidos. Os hidrantes não tinham mangueira.

P – E o que o senhor achou dessa colaboração? O senhor viu? Cem extintores para cinco mil barracas, cem extintores? O que o senhor acha? Sem projeto, sem nada?

R – Legalmente, eles não poderiam fazer isso, não é?

P – O Coronel da gestão, o senhor acha que ele poderia receber esses extintores, sem

projeto?

R – Aí eu não sei.

P – Não, estou vendo uma parte técnica.

R – Aí eu não sei, porque não sei como eles fizeram. Se foi um tipo de doação. RF: 11372

P – Fica à vontade, viu, porque os Coronéis, quando vêm aqui, eles ficam tão bonzinhos todos...

R – Eu acho assim. A Prefeitura aceita doação. Aí eu não sei o termo que eles usaram para fazer essa doação. Acho que... Eu acho que a comunidade e todo mundo pode doar alguma coisa, não é?

P – Não, de doar. Eu acho maravilhosa essa ação.

R – Eu acho que é...

P – Eu fico preocupado.

R – Agora, é uma obrigação hoje, eu acho assim, nossa... Nós, que somos funcionários da Prefeitura, é obrigação de a Prefeitura fazer as benfeitorias lá e melhorar a situação de todos, não é?

P – Agora, "feirinha tem falhas estruturais de fiscalização". Tremenda reportagem do *Agora* aqui, entendeu? Falaram só a verdade aqui. É matéria do dia de hoje do jornal *Agora*, São Paulo *Agora*. Quer dizer, é uma vergonha para esse Prefeito, para esse Secretário da Subprefeitura, que também é uma pessoa mentirosa, Seu Ronaldo Camargo. Tudo que ele fala não dá para escrever nem para entender. Eu fico preocupado, porque eu vejo, não é. O Coronel sai daqui. Oh, nós vamos lá, vamos lacrar, pode aguardar. Chega lá com vocês, vocês mostram, mas nós vamos conseguir, porque o Ministério Público vai entrar e muita gente vai pagar o pato que não deveria de pagar, mas eu... O senhor vai me oferecer o material nos próximos dez dias. O relatório está pronto até... Esse relatório aí?

R – Não, não está pronto. É o que a gente colheu, mais ou menos. Eu vou fazer um dossiê e passo para você.

P – O senhor vai falar para o subprefeito? Fala para ele. Qualquer coisa, eu vou lá, peço a gentileza.

R – Porque aqui eu não tenho...

P – Porque tudo que vem aqui, depois não acontece.

R – Não, eu acho que tem que acontecer. Isso aqui é um... Eu acho que é um direito meu, como funcionário, passar, com todo esse trabalho, aos Vereadores. Qual é o problema? Eu acho que...

P – Eles vão embora. Pode acreditar que, um dia, eles vão embora, e os senhores continuam.

R – É isso que eu estou falando.

- Manifestações fora do microfone.

R – Eu não posso proibir que venha conhecimento das providências que nós tomamos, porque eu me sinto seguro com as providências que eu tomei. Se eu não fui mais além, é porque eu não tive condições de ir além, porque quem conhece a feirinha da madrugada sabe que aquilo lá se tornou uma coisa...

- Manifestações fora do microfone.

R – Eu não consigo... Se não houver uma reformulação daquilo, nem que demore um prazo, que vai fazendo, por etapa, (ininteligível) coisa para quem trabalha e para quem vai lá comprar, porque...

P – Por exemplo...

R – Eu, por exemplo, nunca comprei nada lá.

P – A gente agradece e reza para que nada aconteça. Se acontece uma tragédia ali...

R – Ah, então, se acontece uma tragédia...

P – Quem que nós vamos responsabilizar?

R – Seria a nossa área. A nossa área seria a ruim.

P – Não é difícil isso para o senhor?

R – A nossa de Contru, já mandei ofício dessa última vez, quando nós fomos chegar, mandamos para o Orlando, o Secretário lá do SIF(?). Quer dizer, não teve um retorno. Ninguém deu retorno para nós fazer alguma coisa. A gente sabe que é um negócio muito complexo.

P – O Subprefeito hoje falou com os senhores, a sexta-feira que vocês vinham vir a aqui?

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

R – Não, ele sabe que a gente ia vir, mas não falou.

P – Eles estão assistindo aí, numa sala em cima. Tudo o que a gente está falando eles já estão...

R – Estão por aí.

P – Estão por aí.

R – É.

P – Aliás, eu mando sempre um abraço para todos eles. Sr. Ivanor, está tudo bem.

R – Tá.

P – Eu, dentro que o senhor...

R – Não, eu vou te passar.

P – O senhor colocou à disposição de mandar. A gente vai juntando no quebra-cabeça.

R – Está bom.

P – E se o senhor hoje fosse o Secretário Ronaldo Camargo, o senhor faria?

R – Eu tomaria umas providências, não é chefe, porque eu não gostaria... Porque se eu fosse num lugar desse, seria um funcionário da Prefeitura. Não gostaria de...

- Manifestações fora do microfone.

R – É. Isso é certo. Tem que ouvir. A gente sabe que tem que ouvir. A gente teria que reiniciar uma ação, de melhorar aquilo lá. Eu acho que é a prioridade é melhorar aquilo lá. Aquilo lá traz um monte de turista para São Paulo, e a gente...

P – O senhor sabe quantas mil pessoas passam por dia?

R – Nem tenho ideia.

P – Aqui o jornal fala que de vinte a trinta mil.

R – Eu acredito.

P – Onde que outros setor, outro evento na cidade está passando tantas pessoas?

R – Não tem, não é. Não tem.

P – É isso? Não tem, não é?

R – Não tem.

P – Então, eu...

R – Então, eu acho que aquele espaço tem que ser continuado para todos, o pessoal, que a gente chama de... Como é que chama? Não é ambulante. Qual é o nome?

- Manifestações fora do microfone.

R – É, então... Esse, eu acho que tem que ser deles aquele espaço, porque foi por eles que foi montado o começo dela. Montaram para eles. Tomou outra proporção. Precisa ser corrigido.

P – Os TPUs, agora, duzentos e poucos TPUs, na região Brás, Belém, Água Rasa, tiraram de circulação. O senhor está sabendo?

R – Não, não estou sabendo que essa área... A gente não... A gente tem uma unidade, não é. Então, eu... É outra, uma outra equipe que toma conta dessa área.

P – Está bom, Sr. Ivanor. Eu, então, se fosse Secretário da Subprefeitura, o senhor ia pôr ordem lá, porque lá, porque está...

R – Eu olharia aquilo com mais carinho. Só isso.

P – O senhor acha que aquilo é uma bomba-relógio hoje?

R – É. Está bom. Eu vou dizer que não é? Amanhã pega fogo aquilo lá. Como é que faz? Eu acho que é.

P – Está bom.

R – Precisa olhar com mais carinho.

P – Obrigado, viu?

- Manifestações fora do microfone.

P – Eu pediria que o Sr. Benedito Afonso Ribeiro... Pode ficar, viu? Pode, é lógico.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Seu Benedito Afonso Ribeiro.

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – Pois não, Vereador.

P – O nome, por favor, usando sempre, usando o microfone, falando o seu nome, a sua função.
R – Meu nome é Benedito Afonso Ribeiro. Eu sou supervisor técnico de fiscalização desde maio de 2010. RF: 11372

P – Desde 2010. O senhor é funcionário de carreira?

R – Há 31 anos, Vereador.

P – Sabe tudo.

R – Ninguém sabe tudo, Vereador.

P – O senhor vai me ajudar a subcomissão?

R – Para mim é uma honra, Vereador.

P – Ou os senhores vão ajudar o Ronaldo Camargo e o Prefeito?

R – Vereador, a gente não tem preferências. Eu sou do corpo técnico da Prefeitura.

P – Por que os senhores não lacraram e não desativa todos os box de alvenaria lá, na feira da madrugada?

R – A gente faz aquilo que o Jurídico da Prefeitura determina, Vereador. Nós temos nos esforçado muito lá, na subprefeitura, para fazer os processos o mais perfeito possível, atendendo tudo que a legislação manda. A nossa supervisão tem se esforçado muito.

P – Eu vou montar um box no Largo Santo Antônio do Pari, um na Praça Kennedy. Em alguns lugares, eu vou mandar(?) um box. Não sei do que eu vou pôr ainda. Eu estou pensando.

- Manifestações fora do microfone.

P – Não, porque eu acho que não dá muito trabalho. Eu pergunto ao senhor. Eu vou montar. Os senhores vão fazer consulta a Jud?

R – Se o que o senhor vai montar for uma coisa que foge do padrão não tiver estipulado, nos decretos da Prefeitura, nós consultaríamos, mas se tiver claro, na lei, que o senhor está montando é ilegal, nós tomaríamos providência, na hora, Vereador.

P – Ótimo. Os box que estão lá dentro de alvenaria, que foram construídos lá?

R – Eles foram autuados, Vereador. Foram multados, mais de uma vez por nós.

P – Benê, deixa eu falar uma coisa, Benedito. É, a gente conhece o trabalho de vocês. Vocês já passaram... Tem algumas perguntas que eu vou fazer. Agora, há questão de questão de quinze dias, quinze dias, a semana passada veio o Branchini(?), mas há quinze dias veio também o Fonseca. Sexta-feira eu liguei para o Fonseca. Falei: "Você, o senhor está sabendo que aí estão distribuindo extintores? O senhor ficou sabendo disso?"

R – Fiquei sabendo aqui, no depoimento do rapaz ali, logo no começo.

P – O senhor escutou?

R – Escutei.

P – Aí, descaradamente, o Sr. Fonseca mentiu para mim, falando que não sabia. Ele é descarado, mentiroso. Bom, sem nenhum projeto, e as coisas vão acontecendo. Dos box de alvenaria, os senhores são super conhecedores, porque antes de a gestão entrar lá, em novembro, os senhores que estavam indo na feira.

R – Sim.

P – Quantas vezes o senhor foi na feira?

R – Fui duas vezes na feira.

P – Pela grandiosidade é pouco, não é?

R – Vereador, o senhor não imagina a carga de trabalho da nossa subprefeitura. Apesar da complexidade da feira, que eu acabei conhecendo, assim que eu assumi o cargo, nós temos trabalho lá, quase que desumanos, porque nós temos poucas pessoas, poucos técnicos, poucos agentes vistorias, e a demanda da subprefeitura da Mooca, que o senhor conhece tão bem, exige que a gente atenda o mais breve possível. Então, a gente está muito estafado. A gente está bem estressado lá.

P – E por que os senhores não chamam os coronéis para ajudar os senhores? Benê, vocês precisam... Olha...

R – Vereador, a gente fez... Posso falar? Desculpe...

P – Pode. É lógico.

R – Perdão. A gente reclama sempre que pode. A gente, sempre que pode, reclama requisitando mais mão de obra, porque agente vistor é raro. Está ficando raro. Eles estão se aposentando, e o último concurso, os agentes vistorias que entraram, quase todos já saíram. Então, não é um cargo que atrai pelo salário. É um cargo muito difícil. O trabalho é complicado.

Sancionar pessoas não é uma coisa boa. Eu, particularmente, não gosto de fiscalização. Não é minha área. Eu gosto de licenciamento, mas sancionar pessoas é complicado, era gente sempre pede mão de obra, inclusive a AGPP(?). Nós estamos com falta também de AGPP(?).

P – O senhor soube que o Coronel Branchini(?), ele veio aqui, se colocou à disposição de cumprir uma tarefa que ela não cumpriu até agora. O senhor sabe qual é a tarefa?

R – Eu li no portal da Câmara.

P – O que o senhor leu?

R – Li que ele se dispôs a fazer uma vistoria com os senhores. Se eu tiver errado, o senhor, por favor, me perdoa, que faz algum tempo que eu li. Ele se dispôs a fazer uma vistoria conjunta com os Srs. Vereadores, para, exatamente, eu não entendi bem porque, desculpe.

P – Não, ele se colocou à disposição.

R – Ah, OK.

P – Aí eu vou perguntando, vou antecipando. O senhor sabe quantos box de alvenaria tem lá?

R – Não sei.

P – Não sabe.

R – Não sei. De cabeça, não. Eu teria que dar uma olhada, na planta.

P – Mais ou menos?

R – Eu vou chutar, assim. Uns quinhentos, seiscentos.

P – Ótimo. O senhor num número bom.

R – Mas está errado?

P – Não, que as pessoas vêm, falam vinte. Um fala 172. Ninguém fala 578. O senhor falou...

R – Entre quinhentos e seiscentos. Setecentos eu imaginava.

P – Viu? Bom, aí o senhor já sabe. (ininteligível) no dia que veio aqui, se colocou à disposição de fazer isso. Ele saiu daqui, queria reunir com os senhores. Ele reuniu com os senhores?

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO - Ele esteve lá, foi até a nossa sala e disse o que ele tinha falado aqui, elogiou o senhor, o tratamento respeitoso que recebeu aqui dos Srs. Vereadores e mais não disse... Também não foi perguntado, viu Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não disse o que ele ia fazer?

R – Não. Ah, sobre esse trabalho? Não ele não disse...

P – Não, a ação, ação...

R – Não, a ação não. Não me recorde de ele...

P – Mas o senhor estava na sala?

R – Estava na sala. Eu não me recorde.

P – O Seu Ivanor falou a respeito.

R – O Ivanor talvez tenha conversado num outro momento com ele porque não houve uma reunião específica para tratar desse assunto, da volta dele lá. Ele não chamou uma reunião assim, eu não...

P – O senhor é supervisor de fiscalização?

R – Sim, sim.

P – Mas o senhor soube então...

R – Soube e posteriormente também se comentou na subprefeitura tal, do que ele havia falado.

P – E qual a condição? Ele se comprometeu aqui e até agora não foi feito...

R – Do ponto de vista do supervisor técnico de fiscalização, Vereador: a vistoria para ser feita da maneira como foi colocado, eu também faria em respeito aos senhores. Eu iria também, faria uma vistoria, mas eu lhe pediria, por gentileza, que fizesse por escrito porque tudo que os técnicos de carreira fazem eles têm que justificar no futuro porque as nossas ações são...

P – Guardando o seu raciocínio, eles não têm palavra! (Pausa) Quem está falando sou eu, não são os senhores. Agora, eu vou por no papel para o senhor supervisor e o senhor, qual a medida que o senhor toma?

R – Assim que o senhor colocar no papel, eu preciso consultar o meu Jurídico porque na legislação de Uso e Ocupação do Solo a vistoria de obras, ela é feita só por determinação superior, quando a obra está concluída. Nesse caso, o senhor vai indo até o local, provavelmente nós – faz muito tempo que eu não vou – imagino que chegando lá nós vamos encontrar obras concluídas.

P – Funcionando!

R – Funcionando...

P – Trabalhando, faturando.

R – Perfeito, perfeito. Então, no que diz respeito à obra que eu preciso diferenciar do funcionamento, a obra em si concluída, Jud é contra algum tipo de lacração, de embargo de

Leonardo Amaral Pedrazzoli
RF: 11372

obra concluída porque justamente a lacração de uma obra visa impedir a sua continuidade.

P – Mesmo trabalhando com mercadoria...

R – Não, a obra, Vereador, não o funcionamento.

P – O funcionamento em si, não tem licença de funcionamento, não tem alvará.

R – OK, Vereador, essa notícia...

P – Quem autorizou?

R – Então, essa notícia que o senhor está dando do funcionamento, nós temos um processo de licença de funcionamento, por falta de licença de funcionamento que visa ou cessar a irregularidade ou regularizá-la. Nesse caso específico nós íamos...

P – O senhor autorizou alguma obra?

R – Nenhuma, nenhuma...

P – O senhor ficou sabendo do crescimento de obras lá dentro?

R – Não fiquei sabendo, Vereador, não fiquei sabendo. Estou sem notícias da...

P – E quando nasceu esses boxes que os senhores foram lá lacrar?

R – Não, nós estamos falando de maio de 2010 quando havia uma obra.

P – Eu estou falando das obras que aconteceram.

R – Não, das obras que aconteceram eu não estou sabendo, Vereador.

P – Os senhores não foram lá lacrar uns boxes?

R – Depois que saiu a publicação do decreto, o senhor diz?

P – Sim.

R – Antes nós fomos, Vereador.

P – E aí?

R – Só que há uma diferenciação. Lacração... Nós não lacramos, nós fisicamente, nós enviamos para a lacração. A gente solicita, impulsiona o processo visando a lacração que é feita por outro departamento.

P – Os senhores passam para quem?

R – Para Obras.

P – Quem é?

R – Obras Pública, CPO.

P – Quem é o encarregado hoje?

R – E a Joyce, a arquiteta Joyce.

P – Há quanto tempo ela está lá?

R – Ah, me perdoe, Vereador, eu cheguei em 2008, não conheço muito as pessoas tão, eu não saberia lhe dizer... Ela estava antes de eu chegar.

P – A Joyce?

R – Joyce estava antes de eu chegar.

P – Joyce, vamos preparar o requerimento para Joyce, está? Silvana, vamos preparando, para Joyce. Então, mas o senhor sabe dessas obras lá de dentro?

R – Sim, sei. Por isso, como eu lhe disse, nos preocupamos em produzir documentos de sanção e de multas bastante eficazes.

P – Tá. Eu vou fazer uma pergunta para o senhor, Bene: seu Benedito, o pedreiro tem uma autorização de uma gente para construir boxe lá dentro, isso é possível?

R – Essa situação é inusitada, Vereador. Como é que é? Um pedreiro...

P – O pedreiro que construiu o boxe tem a autorização de um funcionário.

R – Do ponto de vista de Uso e Ocupação do Solo, eu só conheço aqueles documentos que estão previstos na 11.228...

P – Não, uma autorização, autorização.

R – Eu não conheço, Vereador, não conheço.

P – Isso não vale nada, não é isso?

R – Se não está previsto em lei, eu discutiria.

P – Como é que pode, o Feliciano fez uma autorização para o pedreiro, para o João que ele pode construir boxe...

R – Vereador, eu não conheço essa história... (risos)

P – Vocês vão conhecer. Eu falei até para o Ivanor, os senhores ainda não foram chamados na Polícia Civil?

R – Não, não.

P – E os senhores sabem que vão?

R – Não tem problema, iremos sim, o que a gente puder fazer...

P – Não é questão, não é isso. É que as cópias taquigráficas estão indo para a Polícia Civil e

eu estou adiantando.

R – OK, obrigado.

P – E nós queremos o quê? Estamos querendo ver realmente a maneira hoje que a gestão está levando. Todo dia tem uma novidade. A última, agora, foi dos extintores. O senhor chegou a ver a reportagem do *Agora*?
RF: 11372

R – Não, não. O senhor levantou aí, quase deu para ver, mas não deu para ler.

P – Se tiver oportunidade, no dia de hoje, em alguns jornais dão, a gente pega cópia e dá... Mas é importante porque é uma vergonha para a cidade. Tudo que está se falando ali é verdade. E há falta de responsabilidade de hoje porque a gente está querendo chegar nas pessoas. Os senhores são funcionários de carreira, estão fazendo o trabalho dos senhores, só que – vou ser repetitivo – os senhores ficam e eles vão embora e vai sobrar para os senhores. O senhor conheceu o Sr. Altino?

R – Conheci sim, conheci sim.

P – E o Feliciano?

R – Nunca ouvi falar.

P – Que trabalhava com ele. O Seu Altino falava com o senhor a respeito da Feira?

R – Sobre a Feira nunca falou, outros assuntos, vários! Vários sim, mas sobre a feira em si, nunca.

P – O senhor trabalhou na Vila Prudente?

R – Trabalhei sim.

P – O senhor saiu de lá por quê?

R – Na época houve uma reestruturação geral na Vila Prudente, e aí eu fui convidado para trabalhar na Penha.

P – Muito bem. O senhor esteve poucas vezes na Feira da Madrugada...

R – Sim, muito poucas vezes.

P – De novembro até hoje o senhor não voltou?

R – Não voltei mais, Vereador.

P – No dia em que o Prefeito esteve lá o senhor estava?

R – Não estava.

P – Os senhores foram convidados?

R – Não!

P – Boxe, os senhores embargaram?

R – Sim.

P – Vocês foram no local?

R – Sim, fomos.

P – Quem foi com o senhor?

R – Fui eu, o Ivanor e o Antonio Doracioto nesse dia.

P – E quem pediu para os senhores irem até lá?

R – Jud, Jud.

P – Jud?

R – Veio de Jud cinco ou seis solicitações. Uma delas era o pedido da vistoria para verificar quando a lacração.

P – Aí os senhores foram lá e lacraram?

R – Já estava lacrado, Vereador. Já estava...

P – Todos?

R – Nesse dia que eu fui havia restos ainda de lacração anterior porque foram duas vezes. Essa lacração é feita com "defensas" metálicas e faltavam algumas que haviam arrancado nesse dia que eu fui, e isso eu noticiei no processo, eu escrevi isso no processo.

P – O senhor escreveu no processo?

R – Escrevi no processo que eu encontrei partes lacradas e partes retiradas da lacração. Isso está escrito.

P – Aquelas lojas, galerias que têm ao redor, que tem uma passagem para a Feira...

R – Não, essa eu desconheço, Vereador.

P – E o posto de gasolina?

R – Conheço, conheço o processo de ação fiscal.

P – O que vocês estão fazendo?

R – Ele está para fechamento já administrativo. Se não cumprido evoluirá para a lacração também física, assim que ouvirmos a administração superior.

P – Quando os senhores começaram a mexer com o posto, a fiscalização?

R – Que eu conheço o processo do posto, foi agora nas minhas férias estava intimado. Eu estava de férias e quando eu voltei das férias já estava o processo correndo.

P – O senhor sabe há quanto tempo existe aquele posto?

R – Não, Vereador, sinceramente não.

P – Nem imagina?

R – Olha, ele é um posto... Quando eu era moleque, Vereador, eu passava pelo Parque Dom Pedro. Eu não sei não, mas eu acho que já tinha um posto lá, eu tinha 20 e poucos anos.

P – Muitos anos, mais de 20 anos.

R – Não sei se é o mesmo, mas...

P – É. A Jud mandou autorização para os senhores?

R – Sim, ela solicitou vários itens, um deles era relativo a lacração dos boxes.

P – E os senhores têm esse dossiê, Seu Ivanor?

R – Nós temos... Desculpe!

O SR. IVANOR BATISTA DA SILVEIRA - Da obra Vereador, da obra! É aquela estrutura nova, da obra...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. IVANOR BATISTA DA SILVEIRA - Temos sim, da obra temos.

P – Os senhores têm?

R – Temos da obra sim.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Os senhores têm todas essas autorizações de Jud?

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO - Temos a... Todas as autorizações não, foi uma autorização, Vereador, do último processo. Do processo anterior, o senhor me desculpe, eu não conheço bem, eu não tenho assim... São dois processos de lacração da obra.

P – Ações do pátio então, nós tivemos só essa?

R – Não, nós tivemos uma ação fiscal muito dura que foi conduzida pelo Ivanor, primeiro. Depois Jud pediu para rever esse processo, ele pediu para recomençar com documentos mais consistentes, que me parece ele queria uma ciência no primeiro processo... Jud, não, perdão. A Justiça invalidou o primeiro processo porque considerou um documento nosso inconsistente.

P – Qual seria?

R – Seria um auto de embargo ou uma notificação, vou ficar devendo para o senhor, Vereador. Acho que intimação. Ele achou que tinha que ter uma ciência de alguém por parte do infrator. Então, ele considerou inconsistente, pediu para recomençar a ação fiscal. É aí que eu entro, aí já está mais na minha fase. Aí fizemos tudo com muito critério, com a ajuda do Ivanor, de todos os técnicos lá para não deixar acontecer o que aconteceu no primeiro processo.

P – Me conta passo a passo porque é aí que vamos pegar.

R – Intimamos...

P – Intimaram quem?

R – Intimamos... Deixa eu me recordar... Primeiro foi a GSA, no começo; depois evoluiu para rede, Refesa(?), e o processo prosseguiu sempre para Refesa(?) nas autuações, até chegar no dia 22 de novembro quando houve o decreto.

P – Só para entender, a pessoa que está dentro do box, os senhores fizeram alguma intimação?

R – Não... O senhor diz, quando o senhor diz? Depois do decreto?

P – Sim.

R – Não, depois do decreto, não, Vereador.

P – Por quê? É a Gestão que está cuidando?

R – Eu vou responder o que eu sei, o que é da minha área técnica.

P – Me fala, me fala.

R – É... Quando nós impulsionamos o processo, isto é, quando a gente deu continuidade no processo na sua parte fiscalizatória, a gente precisa, quando é desrespeitada uma ordem de funcionário público, a gente precisa tomar várias providências previstas no Código de Obras. Uma delas é abertura de inquérito, é o envio para Jud para preparar eventual anúncio de obra, e isso tudo a gente fez, nós fizemos isso. Depois o processo sai da minha alçada, ele sob em direção a Jud. Então, ele tem que passar pelas autoridades administrativas superiores a mim. Isso foi feito. Então, quando saiu o decreto, a gente ficou... Conversamos – eu, Antonio e o Ivanor – que finalmente o decreto trouxe a solução do problema. A gente achava que era o início do equacionamento daquele problema tão importante, tão complexo que era a Feirinha. Para nós, a nossa expectativa é que finalmente a vigência do decreto e depois que passava a

guarda para a Prefeitura, depois quando troca a situação, isto é, a proprietária Refefesa(?), a SPU passa para a Prefeitura que passa a ser a possuidora, a partir daí, Vereador, eu não posso fazer nada sem tomar os cuidados e as cautelas jurídicas necessárias, isto é, ouvindo o meu jurídico porque eu sou engenheiro civil, dependendo do meu jurídico. Então, mudou o *status quo* da área.

P – Em momento nenhum os senhores acham que estão prevaricando?

R – Em momento nenhum, Vereador. A minha consciência é muito tranquila em relação a isso.

P – O Subprefeito... Esse assunto não é mais falado com os senhores da Feira da Madrugada na subprefeitura?

R – Para nós, não Vereador. Ele só fala se todos os processos estão em ordem, se tudo que tinha para fazer foi feito, disso somos cobrados sim.

P – Eu sei que ele está juntando tudo, cobrando tudo, não foi? Depois que o Coronel Branchini...

R – Sim, exatamente.

P – Ele está pegando até foto minha, está...

R – Isso eu não sei.

P – Parece que sim, está preocupado e deve ficar mesmo preocupado, todos eles! Porque nós estamos querendo ver o lado correto. Aonde tinham dois mil boxes hoje tem cinco mil e poucos. De alvenaria a gente sabe quem comanda o espetáculo, os senhores sabem só de nome. Os donos dos boxes de alvenaria os senhores sabem quem são?

R – Eu ouvi o senhor falar aqui de um tal de Mário. Chinês, uma coisa assim.

P – É, as denúncias e depois "bate" com tudo. A Polícia Civil está fechando o quebra-cabeça e está batendo tudo isso daí. Ai o Sr. Fonseca, ligo para ele, pergunto dos extintores, ele não sabia o que estava acontecendo. Ao mesmo tempo, ele que acordou com a associação para receber os extintores, sem projeto, sem nada. Isso aí está... Estão querendo menosprezar o nosso trabalho, o dos senhores porque os senhores têm caneta, os senhores são funcionários de carreira. Os senhores fizeram, pelo que o Ivanor falou, os senhores tem tudo isso documentado. Estou pedindo essas cópias para ver se me entrega nos próximos dias, de tudo que foi feito pelo senhor.

R – Sim, Jud orientou a gente, anos atrás, que tudo que os senhores pedirem tem que ser processado de forma bem célere.

P – Bom, no *Agora* temos assim: "Feirinha tem falhas estruturais de fiscalização. A fiscalização hoje compete ao pessoal da Gestão". Eu dou a carga agora em cima de quem, do Coronel Fonseca?

R – Eu só gostaria que o senhor não desse carga em cima da gente porque a gente se esforçou muito.

P – Não... Eu vejo assim, eu faço as perguntas, os coronéis vêm aqui, às vezes não sabem nem o que está falando, na verdade. A sequência, como o Ministério Público entrou no caso e está recebendo a documentação, notícia de jornal. Agora, daqui a pouco, vem a TV Record, a TV Bandeirantes, já fizeram umas fotos. Tinha até produtor, na quinta-feira, sexta-feira da TV Record conversando com o Mário, com todo mundo. É uma "misturanga" que a gente não sabe mais. Isso daí, no final - eu vou até falar assim - infelizmente sobra para os senhores mesmos, funcionários. Sobra e vai sobrar forte. Então, vejo que tudo que puderem passar de documentação para nós, que os senhores tomaram providências e fizeram, eu não tenho dúvida, não é que a polícia... A Polícia Civil está acompanhando e vai levar todos que estão vindo aqui estão indo lá. Estão me requisitando as cópias taquigráficas e eu não posso deixar de oferecer, é o normal, é o que os senhores estão falando aqui. E vai ficar em alguém. Eu gostaria muito que ficasse na mão para resolver, no final - eu, ele e a Justiça - com Ronaldo Camargo. É o que eu pretendo. No próximo ano e meio vou me dedicar como eu me dediquei com o Andréa Matarazzo, vou me dedicar com Ronaldo Camargo. É o meu carinho especial que tenho por essa pessoa. Então, eu vou... É verdade. Eu vou me sintonizar e vou realmente mostrar o porquê parou porque os senhores estavam trabalhando.

R – Sim

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Hoje o senhor não falou mais, quem fala é a gestão. Aí, estava o Altino, já 'pagou o pato'. Agora, entra o outro, está mandando fazer e acontecer. Só para deixar muito claro: os senhores não vão à feira há quanto tempo?

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – Há... eu... O agente vistor acredito que sempre passa por lá. Eu, pessoalmente, não vou à feira desde essa vistoria técnica que Jud pediu, Sr. Vereador, que o senhor me perdoará não lembro a data.

P – A Joyce?

R – A Joyce é a ... só não lembro se era ela na primeira lacração, quando foram colocadas as

defensas. Você sabe dizer?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quem é hoje?

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – Hoje é a Joyce, mas ela foi nomeada recentemente, Sr. Vereador.

P – Mas ela sabe falar um pouquinho da feira?

R – Não sei lhe dizer Vereador.

P – E anteriormente?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – Vereador, CPO é uma coordenadoria que nós não temos assim... muito... é outro prédio, o senhor me perdoa, não é falta, me perdoa.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu perdoo, mas no meu gabinete trabalham o Luis Carlos Gutierrez, o Sidnei, a Iara, a gente sabe. Os senhores não querem falar.

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – Olha, eu sei, vários foram os coordenadores, por exemplo, o Francisco, o Chico, que é uma pessoa...

P – O Francisco, que época?

R – Então, Vereador, é isso que vou ficar devendo para o senhor, com todo o respeito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – Ah, antes da Joyce, foi a japonesa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – Como ela chama. Ela tem um nome esquisito, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quantas vezes Benê já veio aqui falar com Vereador, assim, em CPI, ou em Subcomissão, da Subprefeitura?

R – Primeira vez, Vereador, para mim é uma honra.

P – Mas fica tranquilo.

R – Mas eu não lembro mesmo.

P – Os senhores têm de se soltar e me ajudar. Para mim, é o que mais...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – Ermínia! Obrigado. Ermínia, Vereador. Ermínia.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ermínia. Joyce, Ermínia.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – É a única Ermínia que eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Passa, por gentileza, ao Sr. Ivanor. Podem levar o microfone a ele. O Sr. Ivanor está com a palavra.

O SR. IVANOR BATISTA DA SILVEIRA - Tudo que precisamos fazer de emparedamento, colocação de *guardrail*, e também os mapleton (?) - defensas físicas -, somos nós que encaminhamos o processo ou fazemos um e-mail solicitando. Então, se eles foram é por solicitação nossa, isso na nossa área. Não sei foram para fazer outras coisas, mas na nossa área, sempre é solicitado pela supervisão. É o supervisor que solicita através do coordenador, que envia à Coordenadoria de Obras Públicas para poder emparedar, ou colocar *guardrail*, ou os mapleton(?).

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Ivanor, mas esses colegas funcionários cumprem o que os senhores passam para eles?

R – É, nessa área de emparedamento, eles só fazem quando o processo nosso vai a eles, um memorando, se marca horário, tem de marcar um horário para estar junto com um agente vistor ou engenheiro, para orientar o que tem de ser feito.

P – Sr. Ivanor, são funcionário de carreira, a Joyce, a Ermínia.

R – São. Todos são funcionários de carreira. Então, nessa área eles não entram sozinhos, pois, inclusive, acompanhamos, com máquina fotográfica, o agente vistor cumprir o trabalho, ou seja, fotografa-se para comprovar, colocar nos autos e ter uma sequência, para dizer que fizemos, que a gente não deixou de fazer. Fizemos, está fotografado para dar sequência no processo. Se houve um desrespeito, vamos lá, batemos foto, fazemos a sequência.

Então, ali, houve muito desrespeito.

P – Houve desrespeito?

R – Desrespeito. Houve, houve. Houve desrespeito.

P – Continua tendo desrespeito?

Leonardo Amaral Pedrazzoli

RF: 11372

R – Agora, continua mais ainda.

P – E desrespeito com os Vereadores também. Não os senhores, os que se comprometem a fazer e não estão fazendo.

R – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Benê.

O SR. BENEDITO AFONSO RIBEIRO – Pois não.

P – Na pergunta que fiz para o Sr. Ivanor, gostaria até que o senhor, se tiver caneta, no próximo governo vou nomeá-lo, se o senhor fosse Secretário das Subprefeituras o que o senhor faria ali?

R – Sobre a feira? Vereador, não se ofenda. Eu não tenho juízo, não formei juízo nenhum a respeito daquela feira. Francamente, eu teria de fazer um grupo planejador, um grupo que conhecesse profundamente a questão e que levantasse dados, elementos e, ao longo do tempo, sim, faria uma proposta, mas não tenho, hoje, não saberia dizer, não tenho juízo formado.

P – Nas Subprefeituras, os senhores, funcionários de carreira, ouviram associações, ambulantes, a respeito daquilo?

R – Não.

P – Nunca ouviram?

R – Nunca.

P – Os Secretários das Subprefeituras, em momento algum, pediu o trabalho dos senhores que conhecem a região?

R – Para os engenheiros de fiscalização, não.

P – Nunca?

R – Nunca.

P – Muito bem. Conforme o Sr. Ivanor falou, Sr. Benedito, junto com a documentação, a qual pedi gentilmente, se os senhores puderem juntar e me oferecer, é muito importante.

R – Pois não, Vereador.

P – É muito importante. Os senhores estão falando a verdade, fizeram o trabalho, e vamos em cima do que está sendo dito.

R – Pois não.

P – Então, gostaria muito que fossem acrescentados alguns dados que o senhor lembrar. Estamos falando em dez dias para que venha esse trabalho para a Subcomissão para que possamos avançar um pouco mais.

R – Com prazer, Vereador, providenciaremos, sim.

P – O senhor tem algo mais a dizer?

R – Que foi um prazer conhecê-lo pessoalmente, pois não o conhecia.

P – O prazer é todo meu.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Pois não, Sr. Ivanor. Com a palavra, Sr. Ivanor.

O SR. IVANOR BATISTA DA SILVEIRA - Só queria citar que em 2007 eles protocolaram, na Sehab, um pedido de reforma.

P – Quem?

R – A GSA. Quer dizer, praticamente, a rede ferroviária que era responsável. Tudo que se faz lá tem de ter a anuência da Rede Ferroviária Federal. Então, eles protocolaram, em 2007, mandarei o processo para o senhor, o andamento dele, o trâmite dele. Quer dizer, ele foi indeferido, daí solicitamos o processo para nós. Lembra que eles entraram com reconsideração? Mas, eu pedi, começaram as obras de alvenaria, solicitamos, então, o processo para ver o que estava construído? Até, eu e o Toninho decidimos que aquele processo, aquele desenho, e daí para a frente, mesmo com o processo em andamento, começamos a embargar a obra.

Sentimos que aquele projeto poderia não ter prosseguimento. Por isso, embargamos a obra a partir daquele momento da requisição do processo que estava em Sehab. Então, eles tinham, em 2007, um processo de pedido de reforma. Tinha um início de obra, daí foi indeferido e, a partir desse momento, começamos a tomar as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quer dizer, então, a data que recomeçou a indeferir todas as obras foi em?

R – 2007.

P – 2007?

R – É, quase no final. Vou pegar a data quando teve o primeiro indeferimento que eu não

lembro, e daí para a frente...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. IVANOR BATISTA DA SILVEIRA – É 2009 que começou o problema. Foi quando eles começaram a mexer na fundação e nós estamos acompanhando, embargando, multando, lacrando, fizemos de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito bem. Sr. Ivanor, junto com o Sr. Benê, e o Toninho, agradeço juntarem a documentação e nos oferecer.

Agradeço a presença de todos os senhores. Se precisarmos novamente dos senhores, serão convidados. Meu muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, darei por encerrada essa reunião ordinária, desejando uma boa tarde a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME DO PROCESSO

Este é o **volume 1** do processo **08-0092/2011**, que se encerra à folha nº 217
Segue o **volume 2**, que será iniciado a partir da folha nº 218

15 / 12 / 11

Leonardo Amara Pedrazzoli
RF: 11372